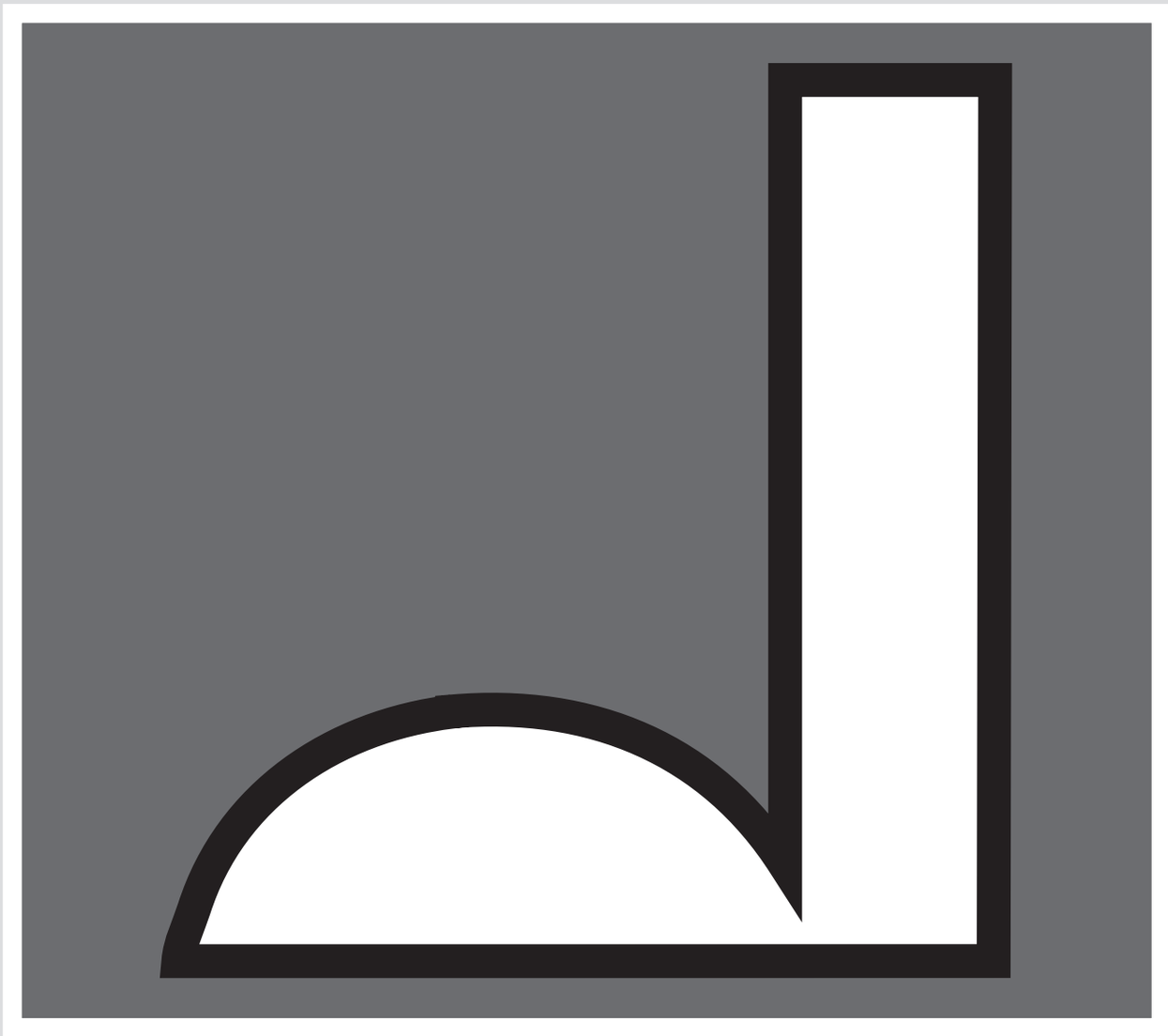
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 116 - QUARTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 13

Humberto Costa

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann (11)
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 6

Magno Malta

Vice-Líder do PR
Clésio Andrade

Líder do PDT - 4

Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3

Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1

Sérgio Petecão

Líder do PV - 1

Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (8)

Vice-Líderes
Jayme Campos (5)
Ataídes Oliveira
Maria do Carmo Alves
Cyro Miranda

.....

Líder do PSDB - 10

Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (9)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5

Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 120ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE JULHO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 845, de 2011, de autoria do Senador Wilson Santiago e outros Senadores, solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 8 de agosto próximo, seja destinado a comemorar os 426 anos de fundação do Estado da Paraíba. 28890

Nº 846, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009. 28891

Nº 847, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ex-Procurador do Estado de Sergipe, Dr. Jugurta Barreto. 28891

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Publicação do Parecer nº 12, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 7 de julho do corrente, concluindo pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal e, o outro, pelo arquivamento, sem julgamento do mérito, das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de 1º e 2º Graus, do Supremo Tribunal Federal e do Ministério Público da União, todas referentes ao exercício de 2007; e esclarecimento de que os projetos iniciarão sua tramitação no Senado Federal..... 28892

1.2.3 – Pareceres

Nº 677, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 98, de 2011. **(Concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 32, de 2011)**..... 28892

Nº 678, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 99, de 2011. **(Concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 33, de 2011)**..... 28896

Nº 679, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 100, de 2011. **(Concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 34, de 2011)**..... 28900

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 32 a 34, de 2011, resultantes de pareceres lidos anteriormente. 28904

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Homenagem ao Município de Bagé/RS pelo transcurso dos 200 anos de fundação, em 17 do corrente..... 28904

SENADOR *FRANCISCO DORNELLES*, como Líder – Congratulações à Presidente Dilma Rousseff pela sanção, ontem, da lei que cria a empresa individual de responsabilidade limitada; e outros assuntos..... 28906

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Considerações sobre a omissão do Governo Federal quanto à recuperação das rodovias federais, em especial as rodovias BR-174, BR-210 e BR-432. ... 28907

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Registro de visita feita por S. Exª, ontem, ao Estado do Pará, integrando a Comissão Externa que tem como objetivo acompanhar as questões que envolveram os recentes assassinatos no campo, sobretudo nos Estados do Amazonas, de Rondônia e do Pará..... 28941

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Preocupação e solidariedade com a crise financeira vivida no setor de comércio e serviços do Amapá, e que também atinge a população em geral. 28942

SENADOR *PAULO DAVIM*, como Líder – Relato sobre viagem feita por S. Exª integrando a comitiva interministerial, comandada pela Marinha do Brasil, para visita ao Projeto Proantar, Programa Antártico Brasileiro..... 28943

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Registro da realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, destinada a debater a violência doméstica e familiar contra as mulheres. 28944

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Saudação ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e ao ex-Ministro

Luiz Dulci, pela criação e renovação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. 28946

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Registro da realização da 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em Goiânia, de 10 a 15 de julho, sob o tema "Cerrado, água, alimento e energia". 28953

SENADORA *LÍDICE DA MATA*, como Líder – Registro do transcurso, hoje, do Dia Nacional do Engenheiro Florestal; e outros assuntos. 28954

SENADORA *MARTA SUPLICY* – Indicação do Ministro Carlos Ayres Britto para ser agraciado com a Comenda dos Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. 28955

SENADOR *LINDBERGH FARIAS* – Homenagem ao economista Celso Furtado e à ex-Senadora Marina Silva. 28957

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Requerimento nº 848, de 2011, de autoria do Senador Ivo Cassol, solicitando licença de saúde por 20 dias. **Aprovado**..... 28963

Requerimento nº 849, de 2011, de autoria do Senador Ivo Cassol, solicitando licença para tratar de interesses particulares por 106 dias. **Aprovado**. .. 28963

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *WILSON SANTIAGO* – Registro do lançamento, hoje, pela Presidente Dilma Rousseff, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012..... 28963

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, que *altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002* (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011). **Discussão adiada** conforme acordo de lideranças. 28965

1.3.2 Item extrapauta (Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 850, de 2011, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 32, de 2011, apresentado como conclusão do Parecer nº 677, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América*. **Aprovado**. 28967

Redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 2011 **(Parecer nº 680, de 2011-CDIR)**. **Aprovada**. À promulgação. 28967

1.3.3 Item extrapauta (Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 851, de 2011, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 33, de 2011, apresentado como conclusão do Parecer nº 678, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América*. **Aprovado**. 28970

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 2011 **(Parecer nº 681, de 2011–CDIR)**. **Aprovada**. À promulgação. 28970

1.3.4 Item extrapauta (Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 852, de 2011, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 34, de 2011, apresentado como conclusão do Parecer nº 679, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América*. **Aprovado**. 28973

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 2011 **(Parecer nº 682, de 2011–CDIR)**. **Aprovada**. À promulgação. 28973

1.3.5 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Considerações sobre o Programa Espacial Brasileiro. 28977

SENADOR *BLAIRO MAGGI* – Apresentação dos motivos que levaram S. Exª. a recusar o convite da Presidente da República, para assumir o Ministério dos Transportes. 28985

1.4.2 – Comunicação da Presidência

Informação de que a sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, anteriormente marcada para hoje, às 19 horas, dar-se-á amanhã, dia 13 de julho, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados. 28987

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Defesa na exploração das reservas brasileiras de terras raras, um conjunto de 17 elementos químicos encontrados em jazidas minerais e utilizados na fabricação de produtos de alta tecnologia..... 28988

SENADOR *HUMBERTO COSTA*, como Líder – Registro dos 187 anos da Confederação do Equador, comemorados em 2 de julho. 28989

1.4.4 – Comunicação

Da Liderança do PSOL no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Representativa do Congresso Nacional para o período de 19 a 31 de julho de 2011 **(Ofício nº 370/2011, de 6 do corrente)**. **Aprovadas as indicações da Senadora Marinor Brito, como titular, e do Senador Randolfe Rodrigues, como suplente, para comporem a referida Comissão**. 28992

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADORA *MARINOR BRITO*, como Líder – Comemoração pela decisão do Conselho Nacional de Justiça de permitir que presos com transtornos mentais possam ter tratamento fora dos manicômios judiciais; e outros assuntos..... 28992

SENADOR *PEDRO SIMON* – Apelo para que a Presidente Dilma Rousseff lute contra a corrupção em seu governo..... 28994

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Comemoração pela edição, ontem, do decreto da Presidente Dilma Rousseff que estende o programa Luz para Todos até o ano de 2014; e outro assunto..... 28997

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Cumprimentos à presidente Dilma Rousseff por não permitir o uso de recursos do BNDES na fusão entre os grupos Carrefour e Pão de Açúcar..... 28999

SENADORA *KÁTIA ABREU*, como Líder – Reflexões acerca do artigo intitulado "Por que os brasileiros não reagem?", replicado, ontem, pelo jornal **O Globo**, de autoria do jornalista Juan Arias, correspondente no Brasil do jornal **El País**..... 29004

SENADOR *WELLINGTON DIAS* – Destaque para as obras em execução pelo Governo Federal no setor de transportes; e outros assuntos..... 29008

1.4.6 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 845, de 2011, de autoria do Senador Wilson Santiago e outros Senadores. **Aprovado**..... 29012

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Registro de que foi publicada resolução da ANVISA que elimina obstáculos ao tratamento de dependentes químicos; e outros assuntos..... 29012

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Relato da agenda cumprida, no último final de semana, por S. Exª junto ao Governador Tião Viana, no Estado do Acre; e outro assunto..... 29013

SENADOR *RICARDO FERRAÇO* – Reflexões sobre o papel do Congresso Nacional na democracia brasileira..... 29016

SENADOR *JOSÉ PIMENTEL* – Registro do transcurso, no dia 22 do corrente, dos cem anos da cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará; e outro assunto..... 29018

1.4.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que *altera dispositivos da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia*. 29022

Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *suspende pelo prazo de trinta anos, a construção e o funcionamento de novas usinas termonucleares em território nacional*. 29023

1.4.9 – Leitura de requerimentos

Nº 853, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando realização de Sessão Especial do Senado, no dia 12 de setembro próximo, destinada a comemorar o bicentenário de Bagé-RS. 29025

Nº 854, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, solicitando a tramitação em separado dos Projetos de Lei do Senado nº 108, de 2007, e 295, de 2008. 29025

Nº 855, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando licença para desempenho de missão no exterior no período de 17 a 19 do corrente. 29025

Nº 856, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Pop Show. 29027

Nº 857, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Tv Pampa. 29027

Nº 858, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Farroupilha AM. 29027

Nº 859, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Universidade AM. 29027

Nº 860, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Clube Nonoai. 29027

Nº 861, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Unijuí 106,9 FM. 29027

Nº 862, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Iguatemi FM. 29027

Nº 863, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Metrópole Crissiumal. 29027

Nº 864, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Clube FM. 29028

Nº 865, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Planalto FM. 29028

Nº 866, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Antena 1 FM. 29028

Nº 867, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Mais Nova FM. 29028

Nº 868, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Antena Gazeta FM Sobradinho. 29208

Nº 869, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Santiago AM. 29028

Nº 870, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Band FM Fronteira FM. 29028

Nº 871, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Província FM. 29028

Nº 872, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Cerro Azul AM. 29029

Nº 873, de 2011, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. 29029

Nº 874, de 2011, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. ... 29030

Nº 875, de 2011, de autoria dos Senadores João Vicente Claudino e Wellington Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida. 29030

1.4.10 – Mensagens da Presidente da República

Nº 64, de 2011-CN (nº 252/2011, na origem), encaminhando o **Projeto de Lei nº 17, de 2011-CN**, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*... 29031

Nº 65, de 2011-CN (nº 253/2011, na origem), encaminhando o **Projeto de Lei nº 18, de 2011-CN**, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 2.816.660,00, para os fins que especifica*. .. 29049

1.4.11 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 17 e 18, de 2011-CN, e estabelecimento de calendário para tramitação das referidas matérias. 29057

1.4.12 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, encaminhando o Ato nº 5, de 2011-CRE, que vai à publicação. **(Ofício nº 145/2011, de 7 do corrente)** 29057

1.4.13 – Pareceres

Nº 683, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2011..... 29058

Nº 684, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011..... 29064

1.4.14 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 35 e 37, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 29071

1.4.15 – Ofício do Ministro de Estado da Defesa

Nº 7.038, de 2011, comunicando o redirecionamento, para a Secretaria Nacional de Aviação Civil (ANAC), do Ofício nº 945/SF, de 14 de junho, de 2011, referente ao Requerimento nº 424, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. 29071

1.4.16 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 75, de 2011, do Ministro de Estado do Turismo, em resposta ao Requerimento nº 358, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 29071

Nº 202, de 2011, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 454, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias. ... 29071

1.4.17 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 63, de 2011, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao Requerimento nº 356, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 29071

Nº 68, de 2011, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 887, de 2007, de informações, do Senador Renan Calheiros.. 29071

Nº 69, de 2011, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 761, de 2010, de informações, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática..... 29071

Nº 108, de 2011, do Ministro de Estado da Previdência Social, em resposta ao Requerimento nº 371, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin..... 29071

Nº 110, de 2011, do Ministro de Estado da Previdência Social, em resposta ao Requerimento nº 448, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias... 29071

Nº 4.932, de 2011, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 367, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. 29071

1.4.18 – Comunicações da Presidência

Publicação do Parecer nº 14, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do exercício de 2008: Aviso nº 39, de 2008-CN, Mensagem nº 46, de 2008-CN, Ofícios nºs 23 a 30, de 2008-CN, Aviso nº 9, de 2009-CN, Mensagem nº 180, de 2008-CN, Ofícios nºs 33 a 39, de 2008-CN, Aviso nº 19, de 2009-CN, Mensagem nº 17, de 2009-CN, Ofícios nºs 1 a 8, de 2009-CN..... 29071

Publicação do Parecer nº 15, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal

de Contas da União do exercício de 2008: Avisos nºs 17 e 41, de 2008-CN, e 5, de 2009-CN..... 29072

Publicação do Parecer nº 16, de 2011-CN, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União do exercício de 2010: Avisos nºs 32 e 33, de 2010-CN, e 2, de 2011-CN..... 29072

Publicação do Parecer nº 17, de 2011-CN, concluindo pela solicitação de informações de diversos órgãos e pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União do exercício de 2010: Avisos nºs 5 e 6, de 2011-CN, e 23 e 36, de 2010-CN..... 29072

Publicação do Parecer nº 18, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 9, de 2011-CN (Aviso nº 374-Seses-TCU-Plenário, na origem), o qual conclui pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2011-CN, que *exclui do Anexo VI da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa*; e abertura, a partir do dia 14 de julho do corrente, do prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso ao Plenário do Congresso Nacional, por um décimo dos membros de cada Casa..... 29072

1.4.19 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *EDUARDO BRAGA* – Reverência à memória do Senador Itamar Franco, transmitindo aos seus familiares votos de pesar pelo seu falecimento... 29072

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações sobre os debates realizados pela Confederação Nacional do Comércio, os quais têm como foco a situação da infraestrutura brasileira para sediar megaeventos. 29073

1.4.20 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 13, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 29074

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – PARECERES

Nº 14, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Avisos nºs 39, de 2008-CN, e 9 e 19, de 2009-CN..... 29078

Nº 15, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referentes aos Avisos nºs 17 e 41, de 2008-CN, e 5, de 2009-CN..... 29089

Nº 16, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referentes aos Avisos nºs 33 e 32, de 2010-CN, e 2, de 2011-CN..... 29099

Nº 17, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 6, de 2011-CN. 29107

Nº 18, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 9, de 2011-CN. 29116

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 27, apresentadas ao Projeto de Lei nº 11, de 2011-CN..... 29121

Nºs 1 a 23, apresentadas ao Projeto de Lei nº 12, de 2011-CN. 29150

Nºs 1 a 18, apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2011-CN..... 29175

Nºs 1 a 5, apresentadas ao Projeto de Lei nº 15, de 2011-CN. 29195

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 120ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 12 de julho de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy, e dos Srs. Wilson Santiago, Paulo Davim, José Pimentel e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 38 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

120ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/7/2011 08:21:15 até 12/7/2011 20:41:14

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 76 Senadores

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 12/7/2011 20:44:25

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 160, c/c o artigo 199 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal - RISF requeremos seja designado o Período do Expediente da sessão do dia 08 de agosto de 2011, designada para comemoração dos 426 (quatrocentos e vinte seis) anos da fundação do Estado da Paraíba.

Justificação

A conquista da Paraíba, oficialmente conseguida em 05 de agosto de 1585, foi um dos mais difíceis empreendimentos da Coroa Portuguesa. Antes, existia a Capitania de Itamaracá. Em 1574, aconteceu a famosa tragédia de Tracunhaém, quando todos os seus moradores, do senhor de engenho até os escravos, foram mortos pela reunião de todas as tribos potiguares de Paraíba e Rio Grande do Norte, para vingar o desaparecimento de uma índia, raptada exatamente nesse engenho.

Depois disso, o rei de Portugal D. João III desmembrou Itamaracá dando formação à capitania do Rio Paraíba. Daí à conquista definitiva do território cinco expedições ocorreram, sendo que apenas a última conseguiu o intento. As demais foram rechaçadas pelos índios ou pelas intempéries, com inúmeras mortes tanto do lado português quanto do lado indígena. Os potiguares defendiam o território futuro da Paraíba com unhas, dentes e flechas, sempre estimulados pelos franceses, useiros e vezeiros na pilhagem do pau-brasil.

A conquista definitiva somente foi possível após a união entre os portugueses e os índios tabajaras, que vinham do Sul da Bahia, após décadas de migração pelo interior do Nordeste. Dessa união, surgiu a força necessária não apenas para a vitória sobre os potiguaras, que se refugiaram na Baía da Traição, onde seus descendentes se encontram até os dias de hoje, como, também, para a expulsão dos franceses.

Consolidada a vitória, os portugueses trouxeram pedreiros, carpinteiros, engenheiros e outros para edificar a Cidade de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa. Na Paraíba teve-se a terceira cidade a ser fundada no Brasil e a última do século XVI, exatamente a 05 de agosto de 1585, sendo este o marco da fundação da Paraíba.

A Paraíba é hoje um estado em franco desenvolvimento econômico, com enorme contribuição à cultura brasileira, sendo, neste aspecto cultural, um dos mais tradicionais estados do país.

Na condição de representante do Estado no Senado Federal, portanto, sinto-me na obrigação de promover essa sessão especial, reivindicada para 08 de agosto, uma segunda-feira, com o objetivo de tornar parte da história da Paraíba conhecida de todos os brasileiros, tendo em vista o alcance da importância do Senado Federal para a vida do país.

Sala das Sessões, de julho de 2011

	Assinatura	Senador(a)
1		Sen. Wilson Santiago (PMDB-PB)
2		
3		
4		
5		
6		

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que tramita em conjunto com PLS nºs 4, 589 e 590, de 2007; PLS nºs 174, 181, 240, 449 e 463, de 2008; PLS nºs 45, 277, 305, 347 e 380, de 2009; e PLS nºs 160 e 197, de 2010, de forma a retomar sua tramitação própria.

Justificação

Anteriormente à aprovação do requerimento de tramitação conjunta, o PLS nº 510, de 2009, já havia avançado em sua tramitação, tendo sido aprovado na Comissão de meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), encontrando-se então na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável do relator, Senador Flexa Ribeiro. A esta Comissão caberia decisão terminativa.

Sala da Sessões – Senador **Cyro Miranda**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2011

Requerimento de voto de pesar.

Requeiro de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do Ex-Procurador do Estado de Sergipe, Dr. Jugurta Barreto.

Inserção em ata de voto de profundo pesar;

Apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2011. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica que está publicado o **Parecer nº 12, de 2011-CN**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 7 de julho do corrente, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal e, o outro, pelo arquivamento, sem julgamento do mérito, das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de 1º e 2º Graus, do Supremo Tribunal Federal e do Ministério Público da União, todas referentes ao exercício de 2007.

Nos termos do art. 142 do Regimento Comum, os projetos iniciarão sua tramitação no Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 677, DE 2011

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem n° 98, de 2011, da Presidente da República (n° 243/2011, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional – Rio de Janeiro".

Relator: Senador **Eunício Oliveira**

Relator "**ad hoc**": Senador **Lobão Filho**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado do Rio de Janeiro, para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID. Os recursos da operação destinam-se ao "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional – Rio de Janeiro".

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Recomendação n° 1.030, de 13 de junho de 2008, alterada pela Resolução n° 521, de 28 de junho de 2010.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia, comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso e verificada a adimplência do mutuário para com a União, como atestado pelo Parecer n° 739/2011/Copem/STN, de 20 de junho de 2011.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação, conforme o Ofício n° 247/2010/Desig/Dicic/Sured, de 30 de agosto de 2010.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/n° 1.194/2011, de 1º de julho de 2011, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e concluiu não haver óbice legal à concessão da garantia por parte da União.

II – Análise

A STN assim resume o objeto do financiamento visado:

3... aumentar oportunidades de emprego, receitas e divisas geradas pelo setor por meio da consolidação e diversificação da proposta turística do Estado do Rio de Janeiro. Está estruturado em 5 componentes: a) Produto turístico; b) Promoção e comercialização; c) Fortalecimento institucional; d) Infaestrutura de acesso a destinos e serviços básicos; e e) Gestão ambiental.

O programa contará com investimentos totais de US$187 milhões, sendo US$ 112 milhões financiados pelo BID e o restante na forma de contrapartida estadual. A previsão é de que os desembolsos ocorrerão ao longo do quadriênio 2011-2014. A estimativa do custo efetivo da operação situa-se em 5,27% ao ano, flutuante conforme a variação da taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor). Trata-se de custo considerado compatível com o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional em

dólares dos Estados Unidos da América no mercado internacional.

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

a) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar n° 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e nas Resoluções do Senado Federal n°s 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, alterações subsequentes;

b) inclusão do projeto na revisão do Plano Plurianual do Estado para o período 2008-2011 (Lei Estadual n° 5.857, de 3 de janeiro de 2011) e na lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2011 (Lei Estadual n° 5.858, de 3 de janeiro de 2011);

c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual n° 5.280, de 30 de junho de 2008);

d) apresentação de capacidade de pagamento pelo Estado, classificado na categoria "B" pela Nota n° 511/2011/Corem/STN, de 15 de junho de 2011;

e) cumprimento das metas estabelecidas no programa de ajuste e reestruturação fiscal e não violação do acordo de refinanciamento da dívida pública fluminense pela União;

f) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o Estado reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso, assumido na condição de garantidora;

g) situação de adimplência com as instituições integrantes do sistema financeiro nacional, bem como, por decisão judicial, em relação aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou às garantias honradas por esta última;

h) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

i) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal;

j) pleno exercício da competência tributária do Estado;

k) não assunção, no exercício de 2010, de despesa que não pudesse ser cumprida integralmente naquele ano ou que tivesse parcelas a ser pagas posteriormente sem que houvesse suficiente disponibilidade de caixa para tanto;

l) não realização de despesas com parcerias público-privadas.

Na avaliação da STN, permanecem pendentes de averiguação (i) o cumprimento, pelo Estado do Rio de Janeiro, das condições prévias ao primeiro desembolso, (ii) a adimplência do ente para com a União e (iii) a formalização do contrato de contragarantia.

A PGFN, a seu tempo, frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Os Procuradores da Fazenda Nacional, entretanto, ressalvaram que consulta ao Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público (CADIN) apontou a existência de pendência em nome da Secretaria de Estado de Segurança Pública. No entanto, os §§ 4° e 5° do art. 10 da Resolução n° 48, de 2007, inseridos pela Resolução n° 41, de 2009, permitem, expressamente, que a comprovação de adimplência do ente garantido quanto aos pagamentos e prestações de contas se dê por ocasião da assinatura do contrato de garantia, desde que a correspondente resolução autorizativa desta Casa contenha dispositivo condicionando a efetividade da autorização à citada comprovação.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal n°s 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 32, DE 2011

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional – Rio de Janeiro".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1° deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio de Janeiro;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxa de juros baseada na taxa de juros interbancária praticada em Londres (LIBOR);

VI – prazo de desembolso: quatro anos, contados a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano, vencendo-se a primeira depois de transcorridos 4 (quatro) anos e a última antes de transcorridos 25 (vinte e cinco) anos, ambos contados da data da assinatura do contrato;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada peio BID e composta pela (a) LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, (b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na LIBOR e (c) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissões: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo e exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – despesa com inspeção e supervisão geral: não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

XI – opção de fixação da taxa de juros: o mutuário poderá, com o consentimento por escrito do fiador e desde que sejam respeitados os termos e condições estabelecidos no contrato de empréstimo, solicitar ao BID a conversão para uma taxa de juros fixa de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na LIBOR e uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros fixa para uma taxa de juros baseada na LIBOR.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3° Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a:

I – que o Estado do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais;

II – que seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

III – que seja comprovada a situação de adimplência de todas as obrigações da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2011. – Senador **Eunício Oliveira,** Relator**. –** Senador **Lobão Filho,** Relator "**ad hoc**".

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 98 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/07/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A): SENADOR JORGE VIANA RELATOR AD HOC

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

Aprovado em 28/6/2011

PARECER Nº 678, DE 2011

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem n° 99, de 2011 (n° 244/2011, na origem), da Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS".

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

A Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Rio de Janeiro, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS", que visa o fortalecimento de programas estratégicos do Estado do Rio de Janeiro, relativos à melhoria e aumento da oferta de habitação para famílias de baixa renda, gestão de riscos de desastre, transporte público e desenvolvimento sustentável.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA575220. Será contratado sob a modalidade de Margem Variável, com taxa de juros baseada na Libor.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 4,86% a.a., flutuante conforme a variação da Libor, considerado aceitável por essa Secretaria, dado o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no programa são os provenientes do empréstimo, cujos desembolsos estão previstos para este ano de 2011, não sendo exigida, ainda, contrapartida de recursos do Estado, dada a natureza do empréstimo. Empréstimos do BIRD sob essa modalidade financeira, denominada *Development Policy Loan*, são disponibilizados em apoio a políticas públicas consideradas relevantes para o desenvolvimento econômico sustentável dos mutuários. Não é, assim, exigida contrapartidas, nem que seus recursos sejam direcionados a um projeto de investimento específico.

II – Análise

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer n° 620, de 30 de maio de 2011, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, o Estado do Rio de Janeiro atende os limites e condições definidas pelas referidas Resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, é destacado que a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7° da Resolução n° 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado do Rio de Janeiro terá nível de endividamento equivalente a 1,66 vezes a sua Receita Corrente Líquida (RCL), portanto abaixo do limite de 2 vezes fixado pela Resolução n° 40, de 2001.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da RCL, é decrescente até 2015, último ano da projeção realizada, quando atingirá valor desprezível, próximo de 0% (0,01%).

Já o comprometimento anual da RCL do Estado com o serviço de sua dívida será de 10,84% em 2011, sendo decrescente no período apurado até 2040. Nesse período, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 7,3%, inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal.

De acordo com a análise da capacidade de pagamento, efetuada pela STN e consignada na Nota n° 511, de 15 de junho de 2011, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN, o Estado do Rio de Janeiro foi classificado na categoria "B", suficiente para o recebimento da garantia da União. O Estado do Rio

de Janeiro possui, portanto, capacidade de pagamento para fazer frente à totalidade dos encargos de sua dívida, já incluída a operação pretendida.

Ademais, a STN informa que o Estado se encontra adimplente, por força de decisão judicial, com as metas e os compromissos assumidas nos programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União, em conformidade com o disposto na Resolução n° 43, de 2001, do Senado Federal, sendo que a operação pretendida não implica ou representa violação do seu acordo de refinanciamento firmado com a União.

Com vistas à concessão da garantia da União, que está submetida ao que determina o art. 40 da LRF, e aos limites e condições previstos na Resolução do Senado Federal n° 48, de 2007, em seus arts. 9º e 10, examinam-se os aspectos orçamentários, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Assim, verifica-se que a Lei Estadual n° 5.858, de 3 de janeiro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011, contempla dotações para o Programa objeto da operação. Há declaração do Governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativos à operação, bem como dos necessários aos encargos da operação de crédito, está previsto e contemplado na referida lei estadual, sendo as dotações suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Está também atendida a exigência de autorização legislativa para a operação. A Lei Estadual n° 5.830, de 18 de outubro de 2010, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BIRD, no valor de até US$485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América). A lei autoriza, também, o Poder Executivo a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Rio de Janeiro, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Segundo o estudo, a margem disponível apurada é sempre positiva e crescente, compreendendo os anos de 2009 a 2019.

Vale enfatizar que a Resolução n° 41, de 2009, que alterou a Resolução n° 48, de 2007, possibilita que a comprovação de adimplência do ente garantido, tanto financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, poderá ser atestada por ocasião da assinatura do contrato.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2011, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos termos do art. 9° da Resolução n° 48, de 2007.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades prévias à contratação e considerou que as condições contratuais são as usuais estipuladas pelo BIRD em suas operações financeiras. Concluiu, por fim, que foi observado o art. 8° da Resolução n° 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Rio de Janeiro apresenta capacidade financeira e de pagamento suficientes para contratar a operação em exame e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 33, DE 2011

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1° É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até

US$485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS".

Art. 2° A operação de crédito referida no art. 1° deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio de Janeiro;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: Margem Variável;

VI – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2012;

VII – amortização: 49 (quarenta e nove) parcelas semestrais, sucessivas, pagas no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo que cada uma das 48 (quarenta e oito) parcelas iniciais corresponderá a 2,04% do valor total do empréstimo e a última corresponderá a 2,08%, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2016 e a última em 15 de novembro de 2040;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros LIBOR semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de uma margem (**spread**) a ser determinado pelo BIRD;

IX – juros de mora: 0,50% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos em até trinta dias após a data prevista para o seu pagamento;

X – comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1° As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, mediante solicitação formal ao credor, exercer a opção de alteração da modalidade do empréstimo, de margem variável para margem fixa, sendo-lhe facultada a utilização dos seguintes instrumentos financeiros:

I – conversão da taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa e vice-versa.

II – alteração da moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado e para o montante a desembolsar.

§ 3º Para o exercício da opção referida no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BIRD na sua realização e de uma comissão de transação.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Rio de Janeiro quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007 bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2011. – Senador **Valdir Raupp.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 99 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/7/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

PARECER Nº 679, DE 2011

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 100, de 2011, da Presidente da República (n° 245/2011, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos".

Relator: Senador **Paulo Bauer**

I – Relatório

A Presidente da República, nos termos da Mensagem acima ementada, submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação, no valor de até US$ 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos.

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerou o programa como passível de obtenção de financiamento externo, na forma da Recomendação n° 922, de 18 de maio de 2007, e das alterações consoantes as Resoluções n°s 371, de 2008, e 503, de 2010.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, analisou as informações referentes ao mutuário e manifestou-se favoravelmente à contratação do empréstimo e ao oferecimento de garantia pela União, sob a condição de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja celebrado o respectivo contrato de contragarantia, além de verificação da adimplência do Município perante a União e suas entidades controladas, conforme Parecer n° 718/2011/COPEM/STN, de 13 de junho de 2011.

Consta dos autos oficio do Banco Central do Brasil, datado de 06 de junho de 2011, informando que credenciou o mutuário a negociar a operação, conforme Registro de Operações financeiras (ROF) TA 537796, de 14 de abril de 2010.

Por outro lado, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pronunciou-se, mediante o Parecer n° PGFN/COF/1159/2011, de 28 de junho de 2011, pela legalidade das minutas contratuais, pela inexistência de óbices legais à contratação da operação de crédito, bem como pela concessão da garantia por parte dá União.

II – Análise

O pedido de autorização em exame está em consonância com o art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e com o disposto nas Resoluções n°s 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal.

Registre-se, desde logo, que relativamente ao atendimento das exigências materiais contidas nas normas acima, assim como quanto à instrução processual, a STN, a PGFN e a Procuradoria do Município manifestaram-se favoravelmente ao pleito. Ressaltem-se, também, que (i) o Poder Legislativo local autorizou o Poder Executivo a contratar a operação de crédito, (ii) as ações do Programa a ser financiado encontram-se incluídas nas leis do Plano Plurianual e Orçamentária municipais, e (iii) o Município atende aos limites de endividamento fixados pelo Senado Federal.

Conforme os pareceres acima citados, a STN e PGFN consideraram atendidos os requisitos legais e normativos para a operação, dos quais destacamos os seguintes dados contidos na instrução processual:

a) Mediante o Parecer n° 517/2011 – COPEM/STN, de 12-5-2011, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) concluiu que o Município de São José dos Campos – quanto aos limites e condições para a contratação da operação de crédito – cumpriu as exigências contidas nas Resoluções n°s 40 e 43, de 2001, e suas alterações, bem como os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de. Responsabilidade Fiscal (LRF);

b) O Programa está incluso no Plano Plurianual do Município para o período 2010-2013 (Lei Municipal n° 8.032, de 28-12-2009) e na sua lei orçamentária de 2011 (Lei Municipal n° 8.265, de 8-12-2010);

c) O Poder Legislativo autorizou a contratação da operação de crédito e a vineulaç5o de receitas municipais, próprias e oriundas de transferências constitucionais, como contragarantia à garantia da União, conforme Lei Municipal n° 7.565, de 27-6-2008;

d) A observância dos limites de endividamento e, consoante análise da capacidade de pagamento, o Município foi classificado em nível suficiente para o recebimento da garantia pela União; a propósito, conforme o Parecer n° 51.7/2011 – COPEM/STN, de 12-5-2011, o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à Receita Corrente Líquida do Município de São José dos Campos varia entre 2,82% em 2011, e 0,44% cm 2016. Por outro lado, a relação Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos/RCL estimada para o Município situa-se na média de 0,80%, para o período 2010-2031, enquanto a relação Dívida Liquida/RCL é negativo, bem próximo de zero, o que significa que o Município possui haveres financeiros superiores à sua dívida. Portanto, atende aos limites fixados pelo Senado Federal, respectivamente de 16%, 11,5% e 1,20.

e) Há existência de margem nos limites da União para a concessão da garantia pleiteada e de disponibilidade de recursos do Município em montante suficiente para que reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

f) A Prefeitura Municipal de São José dos Campos encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e não constam pendências referentes a financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas;

g) O Município não firmou contrato na modalidade de parcerias público-privadas e, portanto, não está sujeito à observância dos limites de despesas nessa categoria para a obtenção de garantia da União;

h) O presente empréstimo não atribui ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

i) O Prefeito declarou o pleno exercício da competência tributária do Município;

j) Atestou-se os gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal.

Em suma, a STN declarou-se favorável ao empréstimo e à concessão da garantia pela União, desde que, previamente à assinatura dos contratos, sejam verificados pelo Ministério da Fazenda: (i) o cumprimento, pelo Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, das condições prévias ao primeiro desembolso, (ii) a adimplência da administração direta municipal para com a União e suas entidades controladas e (iii) a formalização do contrato de contragarantia. Registre-se que essas ressalvas foram adequadamente reafirmadas no Parecer da PGFN.

Quanto à minuta do contrato de empréstimo, a PGFN informa que estão estipuladas as cláusulas usuais para esse tipo de operação e que foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal. Ou seja, a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. A Procuradoria do Município também se manifestou pela legalidade das cláusulas constantes da minuta contratual.

No que diz respeito ao mérito econômico, financeiro e social do Programa objeto do financiamento sob exame, cabe destacar que ele contará com investimentos totais de US$ 178,0 milhões, sendo US$85,7 milhões financiados pelo BID e o restante na forma de contrapartida municipal, com desembolsos e contrapartidas previstos entre 2011 e 2016.

O custo efetivo médio da operação com o BID foi estimado em 5,34% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR. A STN asseverou que a operação encontra-se em patamar aceitável, considerando-se o custo médio de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

Por fim, conforme informações da STN, o Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos tem como objetivo "contribuir para a estruturação e ordenamento do desenvolvimento urbano do Município....., por meio de um conjunto de projetos ambientais, de infra-estrutura urbana, de gestão de transporte e de fortalecimento institucional."

Com efeito, o Programa possui três componentes: melhorias urbano-ambientais; melhorias na mobilidade urbana e fortalecimento institucional. Para tanto, estão previstas uma série de intervenções, dentre as quais se destacam a implantação de até cinco parques urbanos, o remanejamento de aproximadamente quatrocentas famílias para melhores condições habitacionais, regularização urbanística de loteamentos clandestinos e execução de obras de canalização. No âmbito institucional, o Programa visa aumentar a eficiência e eficácia do setor público municipal, mediante aperfeiçoamentos dos serviços públicos, da administração e da gestão territorial.

Conclui-se, assim, que o pedido de autorização formulado pelo Município de São José dos Campos-SP está de acordo com a Constituição Federal, com as Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, ambas de 2001, e, 48, de 2007, e com as demais exigências legais.

III – Voto

Por todo o exposto, voto pela concessão da autorização pleiteada para que o Município de São José dos Campos-SP possa contratar a operação de credito externo com o BID, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 34, DE 2011

Autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º será realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US$85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxa de juros baseada na taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor);

VI – prazo de desembolso: cinco anos e seis meses, contados a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possíveis iguais, vencendo-se a primeira cinco anos e seis meses após a da data de vigência do contrato e a última até 20 (vinte) anos após essa mesma data;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

IX – opções de conversão: responsabilizando-se pelos custos decorrentes das opções de conversão, o mutuário poderá solicitar ao credor, mediante consentimento do garantidor:

a) conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor;

b) uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do empréstimo, calculados a uma taxa de juros fixa para a taxa de juros baseada na, Libor;

X – comissão de compromisso: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, não podendo exceder a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XI – despesa com inspeção e supervisão geral: não poderá, em um semestre determinado, ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3° Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada ao atendimento do seguinte:

I – que o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas de

que tratam os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, consoante o art. 167, § 4°, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais;

II – que seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

III – que o Ministério da Fazenda verifique e ateste a adimplência do ente garantido junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2011. – Senado **Paulo Bauer.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 100 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/07/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 677 a 679, de 2011**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

– **Nº 32, de 2011** (MSF 98/2011), que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

– **Nº 33, de 2011** (MSF 99/2011), que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América; e

– **Nº 34, de 2011** (MSF 100/2011), que autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América.

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Marta. Quero solicitar a minha inscrição no período de comunicações inadiáveis.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É a primeira inscrita, Senadora.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Sem revisão do orador.) – Para solicitar a V. Exª a minha inscrição como Líder.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro inscrito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Cederei o meu lugar à Senadora Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já está registrado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, solicito a minha inscrição no horário da liderança.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o segundo inscrito pela Liderança.

Iniciamos a sessão com o primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim, depois Senador Dornelles, pela Liderança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, quero dedicar o meu tempo, no dia de hoje, como uma continuação da Sessão de Homenagem feita aos 200 anos do Município de Bagé, realizada hoje, pela manhã, na Câmara dos Deputados.

Srª Presidenta, Bagé, um dos mais tradicionais Municípios do nosso querido Rio Grande, completa, no próximo dia 17 de julho, 200 anos.

Localizada na campanha meridional, sudoeste rio-grandense, a chamada Rainha da Fronteira, como é conhecida, tem aproximadamente 117 mil habitantes.

Sua economia é baseada na agricultura, pecuária e no comércio. Hoje trabalha e produz também vinho. Possui uma universidade federal, uma estadual, uma particular e excelentes colégios secundários.

Bagé, com forte apego às tradições gaúchas, em seu chão ocorrem a Festa Internacional do Churrasco; a Festa Campeira; o Festival de Músicas Nativas; a Semana Crioula Internacional, com suas gineteadas, suas trovas de laço, os chamados tiros de laço, apresentações de danças folclóricas, cantorias e a presença constante – porque lá estive – dos chamados *hermanos* do Cone Sul. Além de ser sede da mais antiga exposição-feira do Brasil, uma das mais visitadas e prestigiadas, a Expofeira de Bagé, que foi criada em 1912.

O médico e educador Áttila Taborda, em 1943, inspirado pelo dom telúrico, com sua pena certeira – eu diria – de coração e alma, assim descreveu Bagé:

> No extremo sul, na fronteira,
> Num trono de realeza,
> lhe fez a natureza,
> Está Bagé sobranceira,
> Qual "Rainha da Fronteira"

O encantamento, quando se avista pela primeira vez aquele torrão, Srª Presidente, é de lembrar nosso namoro juvenil em noturnas preces que só os olhos entendem.

Se há querência que nos reserva o destino de beber horizontes em coxilhas sagradas, pode saber que é aquela região; de render-se ao vento minuano, demarca a fronteira. Com vanguardas e continentinas, ali é fazer pátria, essa é Bagé, a filha única dos titãs que navegaram em outrora pelos verdes mares dos pampas.

Para ti, Bagé, para a tua gente, sigo os teus sonhos, traço os teus sulcos, canto a tua planura que

compõe a aquarela de um amanhã com novos sóis e novas luas.

Srª Presidente, muitas são as festividades programadas para marcar o bicentenário da nossa querida Bagé. E elas, como se diz em carreira de campanha, "já se vieram", iniciaram no dia 1º de julho.

A Câmara dos Deputados realizou hoje, pela manhã, sessão solene, no plenário Ulysses Guimarães, em homenagem a essa querida cidade. Proposição feita pelo Deputado Afonso Hamm, filho daquele pago, e que contou com a presença do Presidente daquela Casa, Deputado Marco Maia.

Em comitiva, também lá estava o Prefeito Luís Eduardo Colombo, Srª Presidenta – que se encontra agora no plenário –, que é do Partido dos Trabalhadores. Permita-me, chamá-lo de Dudu, pois é assim que a gente chama o nosso querido Luís Eduardo. Parabéns! Parabéns pelo trabalho! Parabéns pelo selo dos duzentos anos, pois sei que você já conquistou na nossa Empresa de Correios e Telégrafos. Parabéns pelo carimbo dos 200 anos. Vou pegá-lo e remeterei para você.

Quero cumprimentar, além do nosso querido Dudu, a Primeira-Dama Silvana Caetano, que é Secretária de Políticas para a Pessoa Idosa; o Secretário de Cultura Sapiran Brito; a Coordenadora de Comunicação Bruna Ricardo Netto; a Secretária de Desenvolvimento de Turismo Magna Flores; o Presidente da Câmara de Vereadores Sílvio Machado; O Deputado, aqui conosco, Ronaldo Zouk. Parabéns, Zouk. Estivemos juntos, hoje pela manhã, e agora você traz aqui essa comitiva.

Cumprimento também o Prefeito de Candiota, que acompanha a comitiva, Luis Carlos Folador, o representante do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília, Ronaldo Teixeira, que representou o nosso querido Governador Tarso Genro, os músicos Tiago Cesário e Alessandro Mattos; a cantora Maria de Lourdes Vargas Vieira; o fotógrafo Gabriel Machado; entidades, enfim, todas as autoridades e convidados que estiveram naquele belo evento de hoje pela manhã.

Lá senti o olhar não só dos que vieram do Rio Grande, mas dos bageenses que habitam a nossa capital federal que eu chamaria de "olhos de vidro quebrado, exilados de saudade, embriagados de nostalgias, lembrando os pampas da nossa querida região de Bagé".

Infelizmente, só cheguei no final daquela bonita sessão, face a compromissos que tinha aqui na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Educação. E destaco a sua fala brilhante, Prefeito Dudu, como também o momento em que, de forma emocionada, ouvi o Plenário e a Mesa cantar o Hino de Bagé e o Hino do Rio Grande do Sul, se não me engano, na voz da brilhante Maria de Lourdes.

Srª Presidente, neste momento de alegria e força atávica – esse é um termo da nossa região –, gostaria de lembrar e homenagear também os ex-Prefeitos que foram eleitos pelo voto direto. Lembro aqui de Luiz Alberto Vargas; Luis Simão Kalil; Carlos Sá Azambuja; e Luiz Fernando Mainardi, prefeito por dois mandatos e atualmente Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul – há pouco tempo, ele esteve com problema de doença, mas felizmente se recuperou e já voltou à atividade.

Lembro aqui o nosso querido Prefeito Luiz Eduardo Colombo, do PT, o Dudu.

Que venham, meus amigos, minhas amigas, outros 200 anos, que Deus nos dê outros tantos 200 anos e que estejam se somando eternamente!

Que Deus continue a abençoar aquela terra e a sua querida gente!

Nós passamos, mas os ideais do povo de Bagé, essa bela região campeira, esses não passam, esses são eternos.

Peço, respeitosamente, Srª Presidenta, se V. Exª puder, colocar em votação, neste momento, voto de aplauso em comemoração aos 200 anos de Bagé. Se V. Exª entender que é possível fazer esse gesto simbólico, eu queria convidar o Prefeito Dudu a ...

Já apresentei à Mesa, sim.

...se a senhora simbolicamente pudesse colocar em votação, tenho cópia, e que o Prefeito Dudu pudesse receber de suas mãos o requerimento que fala um pouco da bela caminhada do povo de Bagé e de toda aquela região, para que possa levar um requerimento que, tenho certeza, simboliza a visão de todos os Senadores, de todo Congresso Nacional.

Srª Presidenta, eu faria esse encaminhamento, mas, antes de concluir, vou garantir um aparte a minha querida amiga e Senadora Ana Amélia, que esteve lá hoje pela manhã, e convidamos, conversamos aqui: "Paim, no encerramento, eu entro." Então, Ana Amélia, por favor.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Paim, obrigada pela sua gentileza. Queria endossar o requerimento apresentado à Presidenta Marta Suplicy a respeito dessa justa homenagem pelo bicentenário do Município de Bagé, saudando o Prefeito Dudu Colombo e a Primeira-Dama e também o Presidente da Câmara, Silvio Machado. Queria lembrar que por esta Casa, Srª Presidenta, Senador Paim, passou um brilhante bageense: Paulo Brossard de Souza Pinto, que foi Senador. Na Câmara, passaram dois Deputados: meu correligionário Carlos Azambuja, que acabou Prefeito de Bagé, e Luiz Mainardi, do seu Partido, Senador Paulo Paim, que acabou também Prefeito de Bagé. Hoje, a homenagem foi requerida por

Afonso Hamm, que é de Bagé, meu correligionário. Espero que ele siga e trilhe esse caminho também. A minha relação com Bagé, Srª Presidenta, Senador Paulo Paim, no Governo de Mainardi, trabalhamos intensamente pela federalização da Urcamp, uma instituição comunitária de ensino superior que prestou grandes serviços e presta ainda à comunidade. Na inviabilidade constitucional de federalizar a Urcamp, acabou originando a Unipampa, que hoje está, com apoio do Governo Federal, prestando também um serviço àquela comunidade. E dizer-lhe, como mulher, fico muito honrada de ter uma bageense como Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Como mulher, fico muito honrada por ter uma bajeense como vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Sabe V. Exª, que é tão dedicado às questões trabalhistas, que a nossa Ministra Cristina Peduzzi é a vice-Presidente do TST aqui em Brasília, o que é uma honra também para Bajé, que agora comemora seus 200 anos. Parabéns pelo seu pronunciamento. Ampliamos as homenagens a esse próspero Município gaúcho. Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia.

Meu tempo se esgotou, mas eu pediria, Srª Presidente, se possível, esta simbologia para que se possa entregar em mãos cópia do pronunciamento e, naturalmente e mais importante, o voto de aplauso que reúne a visão de todo o Senado da República. Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim, o **Requerimento 841/11**, que V. Exª mencionou, ele já foi encaminhado no fórum do Regimento na sessão de ontem. Aqui não podemos, neste momento, votar porque estamos sem quórum, mas quero dizer que todos nesta Casa compartilhamos e estamos muito felizes com esse pronunciamento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, eu então faria o seguinte encaminhamento: como vai ser votado quando alcançarmos o quórum, a partir das 16 horas, pergunto se, simbolicamente, o Prefeito Dudu poderia receber das suas mãos o requerimento que encaminhei à Mesa. É possível?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não é bem regimental, mas a Drª Claudia diz que não tem problema. Então, vamos fazê-lo, Sr. Prefeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, Prefeito Dudu, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É mais um gesto simbólico, Senador. E ficamos muito felizes de poder fazê-lo.

Convido a Senadora Ana Amélia, como gaúcha que é, para também estar aqui presente à homenagem.

Chegou o Prefeito Dudu.

Aqui está o discurso do Senador e os termos do requerimento parabenizando a Cidade de Bagé. E ficamos todos muito felizes com este bicentenário.

O SR. DUDU – Muito obrigado.

Estamos todos às ordens lá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns e parabéns também à Primeira-Dama que se encontra ali. (Pausa.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o nobre Senador Francisco Dornelles pela Liderança do PP.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria congratular-me com a Presidente da República, Dilma Rousseff, por ela ter sancionado projeto de lei do Congresso criando a empresa individual de responsabilidade limitada.

A partir da entrada em vigor dessa lei, a pessoa que desejar entrar no mercado de trabalho como pessoa jurídica não poderá recorrer nem precisará de um laranja para com ele criar uma limitada de dois sócios, que era o único caminho que ele encontrava para poder atuar no mercado como pessoa jurídica e não ter o seu patrimônio todo arriscado no negócio.

Sobre esse projeto de lei que acaba de ser sancionado, quero ler um trecho da revista **Época**, que muito sintetiza o que significa essa sociedade.

> A dispensa do sócio para abrir a empresa tem outra vantagem, além da burocracia. Atualmente, a maioria das empresas tem um sócio dono de 99% das ações e outro com 1%, usado apenas para cumprir a formalidade exigida pela lei. É um recurso usado para limitar a responsabilidade do proprietário. É nessa opção também que se coloca a figura do laranja, aquele figura usada para esconder o verdadeiro responsável por alguma ação. Ao proteger o patrimônio pessoal, a lei vai dar mais segurança para o empreendedor se arriscar no mercado.

Trata-se de um estimulo importante, Srª Presidente. Das cerca de 5 milhões de empresas existentes no Brasil, 3,4 milhões não têm empregados, de acordo com o IBGE. São microempresas formadas por prestadores de serviços, grande parte de profissionais que trabalham em parceria com outras empresas. Não se trata de grandes empresas donas de imóveis ou grandes valores, mas de profissionais que deixaram empregos

com carteira assinada para se tornarem empreendedores e apenas possuem seu patrimônio pessoal.

Hoje, a pessoa que deseja criar o seu bar, o seu botequim, quer atuar em campos próprios de microempresários poderá fazer como empresa individual de responsabilidade limitada, sem ter necessidade de procurar um sócio para o empreendimento.

Para terminar, eu queria cumprimentar também aqui o Senador Cyro Miranda, que hoje relatou um projeto do ex-Senador Alfredo Cotait, ampliando os limites da tributação pelo lucro presumido, passando de R$35 milhões para R$78 milhões. Isso vai permitir que um grande número de empresas recorra e apresente sua declaração de renda com lucro presumido, e também vai eliminar enormemente a burocracia. Estou certo de que isso será um passo importante na área tributária do País.

Quero também, para finalizar, Srª Presidente, mostrar a grandeza da Presidente da República, que, ao contrário do que muitas vezes ocorre quando procuram vetar projetos do Plenário, projetos de iniciativa do Congresso, sancionou um projeto de autoria de Deputado de partido de oposição, o Deputado Marcos Montes, do PSDB, a quem apresento também os meus cumprimentos.

E quero fazer a saudação ao competente assessor-chefe do jurídico do Palácio, o Dr. Beto Vasconcelos, que analisou de forma profunda esse projeto, dirimiu todas as dúvidas existentes, respondeu objeções que vinham de setores retrógrados da Administração e foi extremamente importante para a sanção desse projeto.

Presidente Dilma Rousseff, meus cumprimentos. Os pequenos empreendedores do Brasil hoje terão um instrumento que facilitará muito a sua entrada no mercado de trabalho.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito, pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado, hoje eu quero aqui dar uma satisfação, diria assim, para vários moradores do interior do meu Estado que têm me enviado mensagens cobrando a situação precária, intransitável das nossas rodovias federais, notadamente a BR–174, a BR–210, a BR–432, mas também as outras.

Eu quero prestar, primeiramente, uma informação, eu diria, uma prestação de contas a essas pessoas, dizendo que, em janeiro de 2005, encaminhei ao então Governador Ottomar de Souza Pinto um ofício encaminhando informações do Ministério dos Transportes a respeito das providências que estavam sendo adotadas relativas à recuperação da BR–174.

Àquela altura, o Governador reclamava que o Ministério dos Transportes não fazia as liberações e não dava encaminhamento.

Pois bem, a partir ainda de 2005, encaminhei ao Ministro pedido de providências para liberação dos recursos destinados a outra rodovia federal, a BR–401, e esclarecia o porquê, etc.

Em 2006, fiz ao Ministro – na ocasião, estava respondendo pelo Ministério o Dr. Paulo Sérgio Passos, porque àquela altura o Ministro Alfredo tinha se licenciado para disputar o governo do Estado – fiz um pedido de providências com relação à BR–432. Já em 2008, pedi novamente informações sobre a BR–401 do entroncamento até a sede do Município de Normandia. Em 2009, Srª Presidente, fiz outro ofício ao Ministro Alfredo Nascimento, encaminhando matéria publicada em jornal de Roraima: "Comerciantes reclamam da interdição da BR–174".

Depois de tantas idas e vindas, resolvi fazer um requerimento em 2010, e aí já estava se invertendo a situação. Começou, a partir de 2009/2010, a enxurrada de dinheiro para lá. Aí fiz um pedido de informação, formal, solicitando que fossem colocados todos os recursos para cada rodovia, com o projeto e as respectivas ordens bancárias, especificando por rodovia, desdobrada em subelementos de despesa com identificação do beneficiário para cada ordem bancária.

Ali já havia, Srª Presidente, suspeitas graves de fraudes, desvio de dinheiro, mas, mais claramente, de roubo do dinheiro enviado para as rodovias federais de modo geral.

Ainda em 2010, em maio, fiz outro pedido de informação ao Ministro Paulo Sérgio solicitando valores aplicados pelo Ministério dos Transportes naquelas rodovias. Em 2010, novamente cobrei obras e informações sobre a BR–174 e a BR–210. Já em 2011, enviei novamente um ofício ao Tribunal de Contas da União, pedindo providências no sentido de serem apurados os motivos que levam a rodovia a permanecer sem tráfego. Fiz reiterados apelos nesse sentido.

Depois, em 2011, mandei ao Procurador da República uma representação, um pedido de providências a respeito das rodovias federais no meu Estado, as rodovias 174, 210, 401 e 432.

Finalmente, em 11 de julho deste ano, encaminhei ao Ministro Paulo Sérgio, novamente, as reclamações sobre a questão da BR-210, pedindo inclusive esclarecimentos sobre essa questão.

Srª Presidente, realmente, não é aproveitando a onda, basta ver que os ofícios foram encaminhados muito antes desses escândalos que estouraram no Ministério dos Transportes por denúncias da revista *Veja*. Eu já vinha denunciando que, no meu Estado, essa prática estava profunda. Quero mostrar, de maneira sucinta, como são suspeitas essas transferências: de 2003 a 2006, foram transferidas para essas rodovias federais no meu Estado R$114,616 milhões; de 2007 para 2010 – vejam bem, no mesmo período de quatro anos –, esse valor pulou para R$564 milhões – exatamente no período que antecede; e, mais ainda, no período de 2010, na eleição, esses valores subiram astronomicamente. Só para dar um exemplo: em 2009, foram repassados R$62 milhões e, já em 2010, R$229 milhões.

Então, espero que os órgãos de fiscalização, que agora estão mais debruçados ainda sobre essa questão das rodovias federais, coloquem uma lupa bem grande lá no meu Estado, porque as reclamações – agora, com certeza, o Governador vai dizer que são por causa das chuvas –, mas as reclamações são antigas, principalmente depois que o atual Governador assumiu, portanto, de 2007 para cá. E eu venho aqui, de maneira vigilante, denunciando e pedindo providências. E, agora, continuo recebendo reclamações tanto dos moradores das localidades que são beneficiadas pela BR-432 quanto da BR-210, que une três municípios no meu Estado.

Então, quero aqui reiterar ao atual ministro que foi nomeado agora que realmente faça uma devassa e, aproveite, pelo meu Estado, que é o menor e que tem menos quilômetros de rodovia, mas que recebeu, como eu disse, mais de R$500 milhões só do período de 2007 para cá.

Então, não é possível ser omisso diante de um quadro desse. No meu Estado, que carece de tantos investimentos, diferentemente do que se pensa, que na Amazônia tudo é a mesma coisa, no meu Estado, Roraima, não há rios navegáveis. A saída é a rodovia, ou é através de aviões de pequeno porte.

É possível a gente ver de maneira muito fácil que a corrupção campeia nessa questão e nenhuma providência é tomada, apesar de que quero aqui ressaltar que o Tribunal de Contas da União já identificou, nessas rodovias, notadamente na BR-174, desvios de recursos de maneira espantosa.

Hoje, eu quero aqui, atendendo justamente ao apelo dos moradores que são beneficiados pela BR-432, que liga o Município de Cantá a Novo Paraíso em Caracaraí, e aqueles que são beneficiados pela 210, que vai desde Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, até lá em Jatapu, no Município de Caroebe, passando por São Luiz e por Baliza.

Quero dizer, Srª Presidente, para encerrar, que eu lamento muito que, em alguns Ministérios, essa prática tenha sido de maneira tão aprofundada. Eu aqui denuncio casos na saúde, mas a posição que o atual Ministro da Saúde tem tomado é de realmente fazer uma reviravolta nessa questão. No entanto, aqui eu quero me fixar na questão das nossas estradas, das nossas rodovias, porque não é possível continuar fazendo de conta que não se vê. Eu não tenho feito de conta não, eu tenho denunciado aqui, documentado – e eu quero pedir a V. Exª que autorize a transcrição desses documentos na íntegra, para fazerem parte do meu pronunciamento, para que amanhã não se pergunte onde estava o Senador Mozarildo que não tomou providências com relação a isso aqui.

Então, quero só um minutinho a mais para concluir, Senadora, dizendo o seguinte: um dos papéis, senão o papel mais importante do Parlamentar é fiscalizar a aplicação do recurso público. Não é possível que se utilize o dinheiro que é destinado às rodovias, que vai beneficiar aqueles cidadãos e cidadãs que moram no interior do Estado, ou, então, no caso da BR-174, que é uma estrada que liga a capital do meu Estado à capital do Amazonas, Manaus, e simplesmente, a cada ano, gaste-se mais dinheiro, como está comprovado por esse quadro que eu li e que também peço que faça parte do meu pronunciamento.

Portanto, Senadora Marta, encerro, reiterando o meu pedido de transcrição dos documentos de que falei.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Ofício nº 58/2005/GSMCAV

Brasília, 26 de janeiro de 2005

Senhor Governador,

Cumprimento-o cordialmente, ao tempo em que levo ao conhecimento de Vossa Excelência cópia do expediente, em anexo, recebido por este Gabinete, em que o Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Nascimento, por meio de sua Chefia de Gabinete, presta informações a respeito das providências que estão sendo adotadas por aquele Órgão em relação à recuperação da rodovia BR-174, no Estado de Roraima.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição.

Atenciosamente – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Ofício N.º 4049 GM/MT

Brasília, 03 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

Assunto: **Solicitação de informações sobre a recuperação da BR-174, no Estado de Roraima.**

Senhor Senador,

Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, de me reportar ao Ofício nº 518/GSMCAV, de 19 de agosto de 2004, no qual Vossa Excelência solicita informações sobre a recuperação da BR-174, no Estado de Roraima.

A respeito, encaminho, para o conhecimento do ilustre parlamentar, cópia da Informação nº 1.045, de 25 de outubro de 2004, elaborada pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, juntamente com o Parecer da 1ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre – UNIT/RR, contendo os esclarecimentos sobre o assunto em questão.

Atenciosamente,

PÚBLIO CAIO BESSA CYRINO
Chefe de Gabinete

Para: Georgenor Cavalcante Pinto
Chefe da Assessoria Parlamentar-GM/MT

Ref.: Protocolo K015221, de 30/08/2004 – Senador Mozarildo Cavalcanti (PPS/RR)
Ofício nº 518/2004/GSMCAV, de 19/08/2004 – Senador Mozarildo Cavalcanti (SICAP/GM/MT 200400033698, de 27/08/04)

Assunto: BR-174/RR – Solicitação de informações sobre a recuperação da rodovia.

INFORMAÇÃO

Em atenção ao Ofício nº 3541 GM/MT, de 31/08/2004, estamos encaminhando anexo, parecer da 1ª UNIT/DNIT-RR, endossado pela Diretoria de Infra-Estrutura Terrestre deste DNIT, com as informações relativas ao pleito do Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti.

Brasília, 25 de outubro de 2004.

José Henrique Coelho Sadok de Sá
Chefe de Gabinete

Ao Dr. Alexandre Silveira de Oliveira
Diretor-Geral do DNIT

REFERÊNCIAS

Rodovia.....BR-174/RR
Trecho.....Div. AM/RR – Front. Brasil/Venezuela
Interessado.....Senador Mozarildo Cavalcanti
Documento.....Ofício nº 518 de 19/08/2004
Assunto.....Recuperação da BR-174/RR

Sr. Diretor-Geral,

Consoante solicitação do Senador de Roraima Mozarildo Cavalcanti informamos, abaixo, a situação de todos os contratos vigentes na rodovia BR-174/RR, resultantes do Convênio TT-044/2002 celebrado com o Governo do Estado de Roraima e contratos diretos com esta UNIT:

SEGMENTO: Km 0,0 (Rio Alalaú)) – Km 118,5 (Vila do Equador)

SITUAÇÃO: O 6º Batalhão de Engenharia da Construção solicitou celebração de convênio de delegação com o DNIT objetivando a execução de serviços de manutenção (conservação/recuperação) neste segmento.

SEGMENTO: Vila do Equador (Km 118,5) – Rio Dias (Km 260,8)

SITUAÇÃO: a SEINF/RR já lançou Edital de Licitação – Concorrência Pública – para a restauração deste segmento, cujas obras deverão ser iniciadas no mês de novembro, com prazo para conclusão de 07 (sete) meses.

SEGMENTO: Km 245,2 (Novo Paraíso) – Km 369,9 (Caracaraí)
EMPRESA A SER CONTRATADA PELO DNIT: Cenge Engenharia Ltda
PRAZO DO CONTRATO: 02 anos
SITUAÇÃO: Licitação em fase de Homologação, visando a manutenção (conservação/recuperação) deste segmento..

SEGMENTO: Km 505,1 (Boa Vista) – Km 719,9 (BV.8)
EMPRESA CONTRATADA PELO DNIT: Tescon Engenharia Ltda
PRAZO DO CONTRATO: 02 anos
SITUAÇÃO: Contrato em andamento visando a manutenção (conservação/recuperação) deste segmento..

Na certeza de termos atendido, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Em, 04/10/2004

Eng.ª Maria Auxiliadora Dias Carvalho.
Coordenadora Geral da 1ª UNIT/DNIT

A S.T
Para ciência
e providências
Roberto Lemos F. Silva
Coordenador de Programas/GRM

Memorando nº 1489/2004/DIT Brasília/DF, 14 de Outubro de 2004.

Da: Diretoria de Infra-Estrutura Terrestre/DNIT

À Diretoria Geral / DNIT

Senhor Diretor,

Em resposta a solicitação do Senador Mozarildo Cavalcanti anexamos documento assinado pela Engª Maria Auxiliadora Dias Carvalho – Coordenadora Geral da 1ª UNIT/DNIT, contendo as informações necessárias a fim de subsidiar resposta ao interessado.

Atenciosamente,

ENGº HIDERALDO LUIZ CARON
Diretor de Infra-Estrutura Terrestre

Brasília, 19 de agosto de 2004

Ofício nº. 518/2004/GSMCAV

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra dirigir-me a Vossa Excelência para, reportando-me ao artigo, em anexo, intitulado "BR 174 – PRF relata situação da rodovia ao DNIT ", publicado no Jornal Folha de Boa Vista, no dia 9 de agosto de 2004, solicitar ao eminente Ministro informações sobre as providências que estão sendo adotadas por esse Órgão a respeito do referido assunto.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Dr. ALFREDO NASCIMENTO
Ministro de Estado dos Tranportes
Esplanada dos Ministérios, Bloco R
70.044-900 - Brasília/DF

FOLHA DE BOA VISTA :.

BR - 174
PRF relata situação da rodovia ao Dnit

LUIZ VALÉRIO

O distrito regional da Polícia Rodoviária Federal encaminhou ao Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (Dnit) um relatório sobre as precárias condições de trafegabilidade da BR – 174. No documento é relatada a situação da rodovia no que diz respeito ao seu leito, que tem a capa asfáltica completamente deteriorada e cheia de buracos, a falta de sinalização e as condições impróprias das margens, o que aumenta os riscos de acidentes. O trecho mais crítico, conforme o relatório da PRF está à altura do Km 121, na Vila do Equador, onde praticamente não mais existe asfalto.

A situação da BR –174 tem sido motivo constante de reclamações por parte dos caminhoneiros que transportam cargas entre Boa Vista e Manaus. Eles reforçam a afirmação contida do relatório da Polícia Rodoviária Federal, quando dizem que o pior trecho da estrada é o compreendido entre a localidade chamada de Arara Vermelha e a Vila do Equador.

Os motoristas também reclamam das cabeceiras das pontes, que não foram concluídas e onde não há asfalto. Os caminhoneiros dizem ser prejudicados pelos buracos. "Um colega nosso tombou com uma carga de tinta dentro da reserva Waimiri-atroari e, além do prejuízo, ainda foi multado em R$ 350 mil", lamenta o motorista Lidéres Santos.

Lidéres diz que a situação da estrada é agravada pelo excesso de cargas praticado por outros caminhoneiros. Segundo ele, tem carretas carregando até 90 toneladas, quando o peso permitido é de apenas 27 mil quilos. "O que nós queremos é a fiscalização constante da Polícia Rodoviária e a recuperação urgente da estrada", afirma.

O chefe do distrito da PRF, Generoso Facini, diz que há dificuldades para fiscalização porque a corporação não dispõe dos equipamentos necessários, como uma balança. A que está sendo usada foi cedida, através de parceria, pela Secretaria de Estado da Fazenda. A PRF não tem a balança móvel, necessária na maioria das suas ações de fiscalização. Outro fator agravante é a carência de pessoal. São apenas 20 homens para atender as ocorrências nos trechos da estrada que ficam no norte e no sul do Estado.

"Então a situação da estrada e a falta de equipamentos dificultam a nossa atuação, pois os muitos buracos da rodovia aumentam o tempo gasto para podermos chegar nos lugares das ocorrências. Por outro lado, o nosso efetivo está bem aquém das nossas necessidades", justifica

RECUPERAÇÃO – Conforme informações da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura 145 quilômetros da BR – 174, no trecho compreendido entre a Vila do Equador e o Rio Dias, passando por Rorainópolis e Vila Novo Paraíso, serão recuperados a partir do mês de setembro. Serão empregados R$ 10 milhões, sendo que R$ 9 milhões serão repassados pelo Dnit e o restante será a contrapartida do Governo do Estado.

Os recursos para a recuperação do referido trecho da estrada são provenientes de emenda parlamentar e já foram alocados. O edital de licitação para a execução da obra deve ser lançado ainda este mês. Tão logo termine o inverno, no mês de setembro, os trabalhos serão iniciados, de acordo com as informações partidas da Secretaria de Infra-Estrutura. (L.V.)

Ofício nº. 485/2005/GSMCAV

Brasília, 17 de agosto de 2005

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência que determine ao órgão competente desse Ministério dos Transportes, tomar as providências necessárias para a liberação dos recursos destinados à recuperação da BR-401.

Esclareço que o pleito em tela é de grande importância para a população de Roraima, que nos últimos dias tem encontrado dificuldade no seu deslocamento em função das péssimas condições dessa Rodovia Federal.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Alfredo Pereira do Nascimento
Ministério dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6° andar
70.044-900 - Brasília/DF

OFÍCIO N.º 3040 GM/MT

Brasília, 25 de outubro de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

Assunto: **Liberação de recursos para recuperação da BR-401, no Estado de Roraima.**

Senhor Senador,

Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, de me reportar ao Ofício nº 485/GSMCAV, de 17 de agosto de 2005, no qual Vossa Excelência solicita liberação de recursos para recuperação da BR-401, no Estado de Roraima.

A respeito, encaminho, para o conhecimento do ilustre parlamentar, cópia da Informação nº 913, de 29 de setembro de 2005, elaborada pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, juntamente com o Memorando nº 2.058/2005, da Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária, endossado pela Diretoria de Infra-Estrutura Terrestre daquele Departamento, contendo os esclarecimentos sobre o assunto em questão.

Atenciosamente,

GEORGENOR CAVALCANTE PINTO
Chefe da Assessoria Parlamentar

Para: Públio Caio Bessa Cyrino
Chefe de Gabinete-GM/MT

Ref.: Protocolo K016195, de 18/08/2005 – Senador Mazarildo Cavalcanti
Ofício nº 485/2005/GSMCAV, de 17/08/2005 – Senador Mazarildo Cavalcanti
(SICAP/GM/MT 200500029609, de 17/08/2005)

Anexo: Página Internet, de 16/08/2005 – Em normandia
Ofício/GAB/SEINF/nº 809/2005 – Secretário de Estado da Infra-Estrutura/SEINF/RR – José de Anchieta Júnior

Assunto: BR-401/RR – Liberação dos recursos destinados à recuperação da rodovia.

INFORMAÇÃO

Em atenção à Papeleta de Providências s/nº, de 17/08/2005, estamos encaminhando anexo, o Memo nº 2058/2005, da Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária, com as informações relativas ao assunto em epígrafe, endossadas pela Diretoria de Infra-Estrutura Terrestre desta Autarquia.

Brasília, 29 de SETEMBRO de 2005.

José Henrique Coelho Sadok de Sá
Chefe de Gabinete

MEMO Nº 1058 /2005

Brasília, 21 de setembro de 2005

Ao Sr. Diretor de Infra-Estrutura Terrestre/DNIT

ASSUNTO: Papeleta s/nº/GM/MT, de 17/08/2005, do Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes, o qual encaminha Ofício nº 485/2005/GSMCAV, de 17/08/2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em atenção à Papeleta s/nº/GM/MT, de 17/08/2005, do Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes, o qual encaminha Ofício nº 485/2005/GSMCAV, de 17/08/2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando liberação dos recursos destinados à recuperação da BR-401/RR, informamos, com base no Ofício/GAB nº 311, de 12/09/2005, da Coordenadora-Geral da 1ª UNIT/AM/RR, o que se segue:

- Não existem recursos no OGU/2005 destinados à referida rodovia;
- o tráfego na BR-401, entre o entr. dos municípios de Bonfim e Normandia, até a sede do município de Normandia, no trecho implantado, neste período invernoso, novamente apresentou problemas;
- houve uma interrupção do tráfego, segundo a PRF, no período de 14 a 18 de agosto, devido a um bueiro armco que não resistiu o volume d'água e rompeu o corpo estradal. Outro problema que ocorreu devido a uma ponte de madeira que apresentou um recalque em um dos lados, porém não houve a interrupção do tráfego pois foi feito um desvio tipo passagem molhada. Nos dois casos o Governo do Estado de Roraima através da SEINF/RR executou serviços de emergência restabelecendo novamente o tráfego;
- o governo de Roraima através da SEINF/RR contratou uma empresa para realizar a correção de pontos críticos, desde o entr. dos municípios de Bonfim e Normandia, até a sede do município de Normandia, esta obra está em andamento;
- encaminhamos cópia do Ofício nº 809/2005, de 05/07/2005 do Secretário de Estado de Infra-Estrutura do Governo do Estado de Roraima sobre a situação do convênio de Pavimentação da rodovia no segmento retro mencionado.

Atenciosamente,

ALEX PERES MENDES FERREIRA
Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA/SEINF
DEPARTAMENTO DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE/DEIT
Amazônia, Patrimônio dos Brasileiros"

GAB / SEINF / OFÍCIO Nº 809/2005 **BOA VISTA, 05 de julho de 2005**

Assunto: Resposta do Ofício nº OFRAD-SECEX-RR-2005-17

Senhora Coordenadora,

No momento em que lhe cumprimento e atendo ao ofício OFRAD-SECEX-RR-2005-17, apresento as informações requeridas quando ao subitem 8.4.1 da Decisão nº 896/2002-TCU-Plenário, nos seguintes termos:

1- O Projeto Executivo de Engenharia da BR-401/RR foi encaminhado para o DNIT, tendo sido tombado sob o nº 50.600.004.817/02-36, encontrando-se em análise, aguardando-se posterior aprovação.
2- A alteração do Convênio PG 155/2000 está condicionado a aprovação do Projeto Executivo de Engenharia, após o que será providenciado novo Convênio para a conclusão dos serviços.
3- Em relação a licitação, esta fica na dependência da aprovação do referido Projeto de Engenharia e celebração de novo convênio para que possa ser providenciada a contratação dos serviços restantes.

Vale ressaltar ainda, que existem recursos destinados a essa obra, assegurado no Orçamento Geral da União deste corrente ano.

Sendo o que tinha a declarar para o momento.

Ao Dr. Jonas - DNIT
Para as providências
Em, 07/07/05

Atenciosamente,

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Secretário de Estado da Infra-Estrutura de Transporte – SEINF

Ilma. Coordenadora,
Maria Auxiliadora dias Carvalho
Coordenadora da 1ª UNIT/DNIT/AM

MT – DNIT — UNIDADE LOCAL DE BOA VISTA/RR

DATA: 09/09/05

FAX (95) 624 – 20 – 05 Nº 30/05

TOTAL DE FOLHAS COM ESTA: 01

DE: Eng. JOSÉ PEDRO CHRIST
Supervisor da Unidade Local de Boa Vista/RR

PARA: Enga. MARIA AUXILIADORA DIAS CARVALHO
Coordenadora da 1ª UNIT - DNIT

ASSUNTO: RESPOSTA AO FAX Nº 568/05 DA COORDENAÇÃO DA 1ª UNIT SOBRE SITUAÇÃO DO TRÁFEGO DA BR-401.

Informo a V. Sa. que o tráfego na BR-401, entre o entroncamento dos municípios de Bonfim e Normandia, até a sede do município de Normandia, no trecho implantado, neste período invernoso, novamente apresentou problemas.

Houve uma interrupção no tráfego, segundo a PRF, no período 14 a 18 de agosto, devido a um bueiro armco que não resistiu o volume d'água e rompeu o corpo estradal. Outro problema que ocorreu foi devido a uma ponte de madeira que apresentou um recalque em um dos lados, porém não houve a interrupção do tráfego pois foi feito um desvio tipo passagem molhada. Nos dois casos o Governo do Estado de Roraima através da SEINF/RR executou serviços de emergência restabelecendo novamente o tráfego.

Informo também a V. Sa., que no dia 29/08/05, em visita de inspeção rotineira fui até o rio Tacutú, naquele trecho, e encontrei uma empresa que o Governo de Roraima através da SEINF/RR contratou para realizar a correção de pontos críticos, deade o entroncamento Bonfim/Normandia até a sede do município de Normandia, esta obra está em andamento.

Atenciosamente

Eng. JOSÉ PEDRO CHRIST
Supervisor U. L. Boa Vista/RR

C/c
Serv. de Infra Estrutura
para providências.
Em: 09/09/05.

Eng.ª Maria Auxiliadora Dias Carvalho
Coordenadora Geral

MEMO. N.º **0100/2005**/SV. INFRA-ESTRUTURA/1ª UNIT.

Manaus/AM, 09 de setembro de 2005.

A: **Eng.º Maria Auxiliadora Dias Carvalho**
Coordenação Geral da 1ª UNIT/DNIT

Assunto: **Solicitação de Liberação de Recursos**

RERERÊNCIA

Rodovia: BR-401/RR;
Trecho: ..... Boa Vista/RR (Km 0,00) – Normandia (Km 194,20);
Segmento: ..... Entr. p/ Bonfim (Km 119,00) – Normandia (Km 194,20);
Interessado: ..... Senador Mazarildo Cavalcanti

Senhora Coordenadora,

Trata-se da solicitação de liberação de recursos destinados à recuperação da Rodovia BR-401/RR.

Sobre o assunto informamos:

1 – A rodovia na faz parte da M.P. nº 82/2002;

2 – Não existem recursos no OGU – 2005 destinados à referida Rodovia.

3 – Juntamos cópia do Fax nº 30/05 de 09/09/2005, do Supervisor da Unidade Local de Boa Vista/RR, informando a situação atual do subtrecho da rodovia.

4 – Juntamos também cópia do Ofício nº 809/2005 de 05/07/2005 do Secretário de Estado de Infra-Estrutura do Governo do Estado de Roraima sobre a situação do Convênio de Pavimentação da rodovia no segmento retro mencionado.

Atenciosamente,

ENG.º EDSON MOREIRA CAVALCANTE
CHEFE DO SERVIÇO DE INFRA-ESTRUTURA

Ofício/GAB nº 311 Manaus, 12 SET 2005

A Sua Senhoria, o Senhor,

ALEX PERES MENDES FERREIRA

Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária

Brasília - DG

Senhor Coordenador,

Em atendimento à Papeleta s/nº/GM/MT, de 17.08.2005, do Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes, encaminhamos a Vossa Senhoria, em anexo, o Memorando nº 100/2005/Sv. Infra Estrutura/1ª UNIT, com as informações solicitadas.

Atenciosamente,

Engª Maria Auxiliadora Dias Carvalho

Coordenadora Geral da 1ª UNIT/AM/RR – DNIT

Ofício nº. 615/2006/GSMCAV

Brasília, 21 de dezembro de 2006

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao expediente, em anexo, para solicitar a especial atenção de Vossa Excelência ao justo pleito apresentado pelo Sr. José Marcos Fernandes de Oliveira, Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra Bonita, no município de Cantá, em Roraima, que manifesta sua preocupação, com a qual me associo, e solicita providências em relação à interrupção injustificada das obras que vinham sendo realizadas na BR 432, que atravessa aquele município.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
PAULO SÉRGIO PASSOS
Ministro de Estado dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bloco "R"
70.044-900 - Brasília/DF

Ofício nº. 616/2006/GSMCAV

Brasília, 21 de dezembro de 2006

Senhor Diretor-Geral,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao expediente, em anexo, para solicitar a especial atenção de Vossa Senhoria ao justo pleito apresentado pelo Sr. José Marcos Fernandes de Oliveira, Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra Bonita, no município de Cantá, em Roraima, que manifesta sua preocupação, com a qual me associo, e solicita providências em relação à interrupção injustificada das obras que vinham sendo realizadas na BR 432, que atravessa aquele município.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Senhoria protestos de respeito e consideração, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Senhoria o Senhor
MAURO BARBOSA DA SILVA
Diretor-Geral do DNIT
SAN Quadra 03, Bloco N/O – Ed. Núcleo de Transportes.
70.040-900 - Brasília/DF

Ofício nº. 617/2006/GSMCAV

Brasília, 21 de dezembro de 2006

Senhor Governador,

Com meus cordiais cumprimentos, levo ao conhecimento de Vossa Excelência cópia dos expedientes, em anexo, remetidos ao Ministro dos Transportes e ao Diretor-Geral do DNIT, solicitando a especial atenção das referidas autoridades para o justo pleito apresentado pelo Sr. José Marcos Fernandes de Oliveira, Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra Bonita, no município de Cantá, em Roraima, que manifesta sua preocupação, com a qual me associo, e solicita providências em relação à interrupção injustificada das obras que vinham sendo realizadas na BR 432, que atravessa aquele município.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
Palácio Sen. Hélio Campos, Pça. do Centro Cívico, Centro
69.301-970 - Boa Vista / RR

Ofício nº. 618/2006/GSMCAV

Brasília, 21 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e em atenção ao Ofício nº.004/2006, informo a Vossa Senhoria que remeti os expedientes, em anexo, ao Ministro dos Transportes, ao Diretor-Geral do DNIT e ao Governador do Estado de Roraima, solicitando a especial atenção das referidas autoridades para o justo pleito apresentado por essa Associação em relação à interrupção injustificada das obras que vinham sendo realizadas na BR 432, que atravessa esse município.

Sem mais para o momento, reitero a Vossa Senhoria protestos de respeito e consideração, colocando-me à disposição.

Atenciosamente.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Senhoria o Senhor
JOSÉ MARCOS FERNANDES DE OLIVEIRA
Presidente da Associação de Produtores Rurais da Terra Bonita
Vicinal 2, Confiança 2, Área Comunitária
69.390-000 - Cantá / RR

Ofício nº 241/2007/DG

Brasília, 17 de setembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: **obras na BR-432**
Processo: 50600.000225/2007-50

Senhor Senador,

Refiro-me ao ofício nº 616/2006/GSMCAV, de 21/12/2006, em que Vossa Excelência intercede em favor de pedido do Senhor José Marcos Fernandes de Oliveira, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Terra Bonita, relativo à interrupção das obras de implantação e construção da BR-432 entre Vila Central e Cantá, com extensão de 25,71 quilômetros.

A propósito, cabe informar que se trata de tarefa delegada por meio do convênio TT 84/2002 ao Governo do Estado de Roraima, que firmou contrato para execução do serviço com a empresa Andrade Galvão Ltda., tendo sido até o momento realizada a pavimentação de 13 quilômetros a partir da cidade de Cantá. A retomada do trabalho estaria dependendo da rescisão desse contrato e da seleção de nova empresa para terminar a obra, mediante abertura de procedimento licitatório no âmbito do estado.

Atenciosamente.

MAURO BARBOSA DA SILVA
Diretor-Geral

Ofício 004/2006

Cantá-RR, 19 de dezembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Mozarildo Cavalcante
Senador do Estado de Roraima

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo, vimos através deste solicitar de Vossa Excelência providencia sobre o trabalho que vinha sendo realizado na BR 432, e que no momento as máquinas foram retirada, sem dar explicação do motivo, e nos agricultores do município de Cantá, através deste estamos solicitando seu valioso apoio para este problema.

Ciente de sua sensibilidade para o problema, que nós agricultores vem enfrentado nas Vilas e vicinais, agradecemos pela sua atenção.

Desejamos a sua excelência e seus familiares um Feliz Natal e que o ano que se aproxima seja de grandes realizações.

José Marcos F. Oliveira
José Marcos Fernandes de Oliveira
Presidente da Associação

Ofício nº. 109/2008/GSMCAV

Brasília, de 05 de Maio de 2008.

Senhor Ministro,

Cumprimento-o cordialmente, ao tempo em que solicito informações sobre a rodovia que liga Boa Vista(RR)/Normandia(RR)/Guiana, denominada BR 401, no trecho do entroncamento até Normandia, cuja estrutura física apresenta deficiência e cujo funcionamento, no estado em que se encontra, traz problemas para os roraimenses, vez que a destruição parcial da rodovia, com trecho de 70 km sem asfalto, impede a rapidez no transporte do progresso da região, além de causar danos aos veículos que por ali trafegam.

Dados apurados pelo meu gabinete dá conta de que a ponte sobre o rio Itacutu foi queimada em função das manifestações relacionadas com a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, o que impede o trânsito dos moradores de Normandia.

Aproveito a oportunidade para solicitar ao eminente Ministro a gentileza de mandar apurar tais informações, bem como inteirar-me das providências que estão sendo adotadas por esse Órgão a respeito do referido assunto.

Na oportunidade transmito-lhe meus cumprimentos e reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Ministro ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Ministério dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bloco R
70.044-900 BRASÍLIA - DF

Ofício nº. 110/2008/GSMCAV

Brasília, de 05 de Maio de 2008.

Senhor Governador,

Cumprimento-o cordialmente, ao tempo em que solicito informações sobre a rodovia que liga Boa Vista(RR)/Normandia(RR)/Guiana, denominada BR 401, no trecho de entroncamento até Normandia, cuja estrutura física apresenta deficiência e cujo funcionamento, no estado em que se encontra, traz problemas para os roraimenses, vez que a destruição parcial da rodovia, com trecho de 70 km sem asfalto, impede a rapidez no transporte do progresso da região, além de causar danos aos veículos que por ali trafegam.

Dados apurados pelo meu gabinete dá conta de que a ponte sobre o rio Itacutu foi queimada em função das manifestações relacionadas com a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, o que impede o trânsito dos moradores de Normandia.

Aproveito a oportunidade para solicitar ao eminente Governador a gentileza de mandar apurar tais informações, bem como participar-me das providências que estão sendo adotadas pelo Governo de Roraima a respeito do referido assunto.

Na oportunidade transmito-lhe meus cumprimentos e reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Dr. JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima
Praça do Centro Cívico, s/n
69.301-380 BOA VISTA / RR

OFÍCIO N.º 1551 GM/MT

Brasília, 11 de agosto de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**
Assunto: **BR-401/RR – Recuperação da rodovia, no trecho que liga Boa Vista, Normandia e Guiana**

Senhor Senador,

Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, de me reportar ao Ofício nº 109, de 5 de maio de 2007, no qual Vossa Excelência solicita a recuperação da BR-401, Estado de Rondônia, no trecho que liga Boa Vista/RR, Normandia/RR e Guiana.

Na oportunidade, encaminho, para conhecimento do ilustre parlamentar, cópia do Ofício nº 1.959/DG, de 29 de julho de 2008, elaborado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT, acompanhado das informações prestadas pela Superintendência Regional do DNIT nos Estado do Amazonas e Roraima.

Atenciosamente,

ALUÍSIO AUGUSTO DE QUEIROZ BRAGA
Chefe de Gabinete

Diretoria-Geral
Ofício nº 1959/DG

Brasília, 29 de julho de 2008.

A Sua Senhoria o Senhor
Georgenor Cavalcante Pinto
Ministério dos Transportes
Brasília – DF
Assunto: **Ofício nº 1015/GM/MT.**

Senhor Chefe de Assessoria Parlamentar,

Em atenção ao Ofício acima mencionado, pelo qual Vossa Senhoria enviou pleito do Senador Mozarildo Cavalcanti, encaminho cópia das informações prestadas pela Superintendência Regional nos Estados do Amazonas e Roraima (fls.07 e 09 - processo nº 50600.004093/2008-16).

Atenciosamente,

Luiz Antonio Pagot
Diretor-Geral

À SRE/AM/RR
Senhora Superintendente,

Conforme solicitação encaminhada para a U. L. de Boa Vista através do **Processo 50600.004093/2008-16**, folha 06, Despacho do Chefe do Serviço de Engenharia, **SRE-AM/RR**, informo que:

1 – A rodovia em questão, **BR-401**, no segmento Entroncamento Bonfim (Km119,0) x Início da Pavimentação, em Normandia (Km 184,20), com 65,20 Km de extensão, como afirmou o Senador Mozarildo Cavalcanti, não é pavimentada.

2 – O DNIT, mantém com o Governo do Estado de Roraima o Convênio **TT 065/06**, de manutenção da **BR-401**, com dois segmentos, Boa Vista (Km 0,00) x Entronc. Bonfim (Km 119,00) e Acesso Bonfim (Km119,0) x Início Pav. em Normandia (Km 184,20), ambos em andamento.

3- Com relação a informação do Gabinete do Senador sobre a ponte do Rio Tacutu ter sido queimada, esta não procede, pois a ponte é uma estrutura mista de concreto e aço. Na verdade o que foi queimado foi uma pequena ponte de madeira, rústica, que havia sido construída no local mas não era utilizada, nem tampouco houve interupção do tráfego por este motivo.

No segmento específico, foi executado nos meses anteriores ao período de chuvas um Revestimento Primário, em toda extensão dos 65 Km, melhorando consideravelmente a situação da rodovia, que sempre apresentava problemas do tipo, atoleiros. Situação que neste ano, devido ao novo Revestimento Primário, esperamos que não aconteça.

Em , 20/06/08

Eng. José Pedro Christ
Supervisor da U.L. da S.R.E.-AM/RR
Boa Vista/RR

Processo nº. 50600.004093/2008-16

À Diretoria-Geral/ DNIT

Conforme solicitação de Vossa senhoria, às fls. 05, no qual, solicita manifestação quanto ao assunto tratado no Ofício nº. 109/2008/GSMCAV, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que versa sobre a recuperação da rodovia BR-401/RR, encaminho a informação do Engenheiro José Pedro Christ, Supervisor da Unidade Local do DNIT/ em Boa Vista/Roraima, às fls. 07, que relata a situação da BR-401/RR.

Em, 26 / 06 / 2008

ENGª MARIA AUXILIADORA DIAS CARVALHO
Superintendente Regional do DNIT nos Estados do Amazonas e Roraima

Ofício nº. 359/2009/GSMCAV

Brasília, 22 de outubro de 2009.

Senhor Ministro,

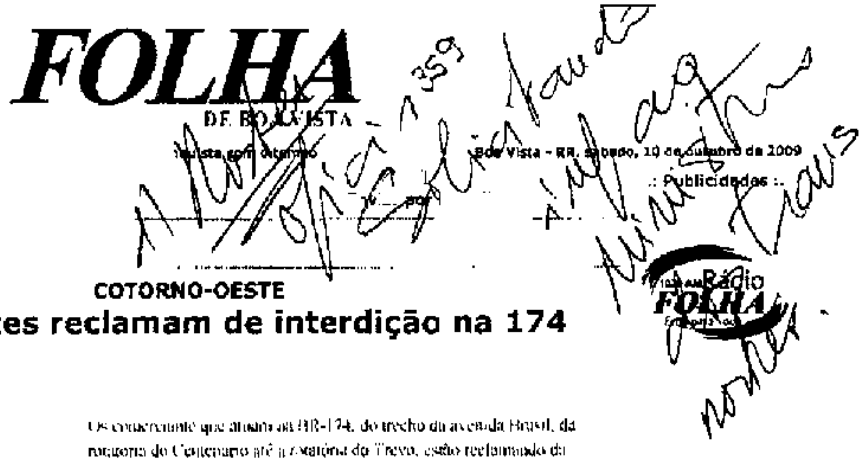
Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para, reportando-me artigo, em anexo, intitulado "*Comerciantes reclamam de interdição na 174*", publicado no Jornal Folha de Boa Vista, em 10 de outubro próximo passado, solicitar ao distinto Ministro informações pormenorizadas sobre o assunto abordado.

Certo da especial atenção do eminente Ministro ao pleito proposto, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Ministro ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Ministério dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bl. R, Sala 600
70.044-900 - Brasília/DF



FOLHA
DE BOA VISTA
Notícia com atenção
Boa Vista - RR, sábado, 10 de outubro de 2009
:: Publicidade ::
Rádio FOLHA

COTORNO-OESTE

Comerciantes reclamam de interdição na 174

Os comerciantes que atuam na BR-174, do trecho da avenida Brasil, da rotatória do Centenário até a rotatória do Treco, estão reclamando da interdição de forma abrupta da avenida para asfaltamento, sem que houvesse comunicação com antecedência.

Segundo os denunciantes, a Prefeitura chegou ao local, fechou a avenida e impediu até mesmo o acesso de carretas e caminhões que faziam o abastecimento das empresas no local. Os empresários tiveram ontem uma reunião com o secretário de obras da prefeitura Nieto Borges, para tratar do problema.

"Nos fomos surpreendidos. Deviam ter avisado, preparado a população da área pra lidar com essa interdição. O prejuízo é grande", disse o empresário João Carlos

O secretário de logística, Nelton Santos, explicou que a retomada com Borges Ltda para contratar uma solução e a liberação de trecho o mais breve possível. "Ficou decidido que a Secretaria de Obras liberaria as carretas para atravessar um pequeno trecho na contramão, até resolver a parte primeira do asfaltamento que é a colocação da *guarda*. Essa interdição duraria de três a quatro dias, mas não tem como a prefeitura parar a obra. Ficamos aborrecidos porque eles apenas fecharam sem avisar nada. Ficamos sem clientes e sem ter como atender os lojas", explicou.

Em nota enviada à Folha, a assessoria de comunicação da prefeitura explicou que em contrapartida a obra do Contorno Oeste e para que mais celeridade aos trabalhos, a empresa Vila Engenharia, responsável pela obra, precisou interditar um trecho da avenida Brasil, da Praça Simon Bolivar (sentido do Tancredo) até a avenida General Sampaio.

O trecho vai receber novo asfalto e as equipes estão fazendo a recebimento da base da via para reforçar a estrutura da pavimentação. "A Prefeitura de Boa Vista pede a compreensão da população", disse a nota.

O Contorno Oeste é dividido em várias frentes de trabalho. A primeira fase consistiu no trabalho de terraplenagem e asfaltamento de 11,6km do Contorno, ligando a BR-174 Sul (saída para Manaus) à BR-205 (saída para Alto Alegre). A via também recebeu toda a sinalização horizontal (pinturas de faixas) e vertical (placas).

Esta nova etapa compreende a conclusão dos dois viadutos que fazem a interseção das BR-174 com a avenida Ulisses Guimarães (bairro Raiar do Sol). Atualmente esta sendo feito o serviço de terraplenagem para em seguida, concretar a concretagem. Por último acontecerá a pavimentação e a sinalização dos viadutos.

Ainda nesta etapa será concluída a ligação da BR-174 nos sentidos Manaus/Boa Vista e Boa Vista/Venezuela ao BR-174. O trabalho consiste em fazer a terraplenagem, pavimentação e sinalização. Serão mais 9,3km de asfalto, dos quais 3 km de terraplenagem já foi executada.

Oficiar Senador e dizer que a obra não é do TCU e sim do Governo Federal

OFÍCIO N.º 453 **GM/MT**

Brasília, 30 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

Assunto: **BR-174/RR, informações sobre a interdição da rodovia, no perímetro urbano de Boa Vista.**

Senhor Senador,

Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, de me reportar ao Ofício nº 359/GSMCAV, de 22 de outubro de 2009, no qual Vossa Excelência solicita informações sobre a interdição da BR-174, no perímetro urbano de Boa Vista, no Estado de Roraima.

A respeito, encaminho, para o conhecimento do ilustre parlamentar, cópia do Ofício nº 606/DG, de 16 de março de 2010, elaborado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, juntamente com as cópias dos Despachos da Superintendência Regional do DNIT nos Estados da Amazônia e de Roraima e da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, daquele Departamento, contendo os esclarecimentos sobre o assunto em questão.

Atenciosamente,

ALUÍSIO AUGUSTO DE QUEIROZ BRAGA
Chefe de Gabinete

Diretoria-Geral
Ofício nº 606 /DG

Brasília, 16 de março de 2010.

A Sua Senhoria
Georgenor Cavalcante Pinto
Ministério dos Transportes
Brasília-DF
Assunto: **Ofício nº 2141 GM/MT**

Senhor Chefe de Assessoria Parlamentar,

De ordem do Diretor-Geral, em atenção ao ofício acima mencionado, pelo qual Vossa Senhoria envia pleito do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando informações sobre a interdição da Rodovia BR-174, no perímetro urbano de Boa Vista/RR, cumpre-nos informar o quanto segue:

Com o objetivo de atender a solicitação, encaminhamos o pleito supramencionado à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, que após consulta à Superintendência Regional do Estado de Minas Gerais, elaborou despacho de fl. 15-16 (cópia anexa), embasado nas informações prestadas às fls. 12-13 (cópias anexas), informando que:

a) A obra de implantação do Contorno Oeste de Boa Vista, Duplicação e Restauração da BR-174, e OAE, faz parte do ConvênioTT – 358/05, entre PMVB;

b) A interrupção do trânsito de veículos deu-se no trecho de restauração da pista esquerda da BR-174, em virtude da pista direita ter sido restaurada em abril/2009, portanto todos já sabiam que o serviço seria realizado na pista esquerda também;

c) A sinalização da obra, assim como o direcionamento do trânsito foi realizado pela empresa contratada, conforme demonstra a cópia em anexo;

d) As solicitações dos comerciantes foram atendidas depois da reunião com o Secretário Municipal de Obras;

Ressalta que, o serviço foi finalizado, a pista esquerda foi também restaurada e que atualmente os usuários da BR-174 usufruem de uma ótima pista de rolamento.

Sem mais para o momento, aproveitamos para renovar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Mauricio Pereira Walia
Chefe da Assessoria Parlamentar

Proc. 50600.013676/2009-1

A Diretoria de Infraestrutura Rodoviária/DIR/DNIT

Face solicitação dessa Diretoria, às fls. 07, encaminhamos o presente processo, com as informações solicitadas, através do despacho, às fls. 13, do Chefe do Serviço de Engenharia, que trata da interdição da rodovia BR-174/AM, no perímetro Urbano de Boa Vista/RR.

Em, 24/02/2010 -

Eng. Ms. Waldevino Dias Carvalho
Superintendente Regional do DNIT nos Estados/AM/RR

Processo nº. 50600.013676/2009-19

Diretoria de Infraestrutura Rodoviária

À Diretoria-Geral

Assunto: **BR - 174/RR - Solicita informações sobre a interdição da rodovia, no perímetro urbano de Boa Vista.**

Trata o presente do Ofício nº. 359/2009/GSMCAV datado em 22 de outubro de 2009, do Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, no qual solicita informações sobre a interdição da Rodovia BR-174/RR, no perímetro urbano de Boa Vista.

Após os esclarecimentos prestados pela Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Amazônia e Roraima, temos a informar na forma a seguir:

- A obra de implantação do Contorno Oeste de Boa Vista, Duplicação e Restauração da BR-174, e DAE, faz parte do Convênio TT-358/05, entre DNIT e PMBV;

- A interrupção do tráfego deu-se no segmento da restauração da pista esquerda da rodovia BR-174, (conf. PNV), pois a pista da direita já havia sido restaurada em abril/2009, portanto todos já sabiam que o serviço seria realizado também na pista da esquerda;
- Conforme pode ser verificado na foto da matéria do jornal a sinalização de obra bem como o direcionamento do trânsito foi realizado pela empresa contratada;
- Também subtrai - se da matéria jornalística que foram atendidas as solicitações dos comerciantes após reunião com o Secretário Municipal de Obras;
- Por fim resta acrescentar que passado os primeiros momentos em que se deu a interrupção do tráfego e após o atendimento das reivindicações dos comerciantes locais, o serviço foi concluído, a pista da esquerda foi também restaurada e atualmente os usuários da BR-174 usufruem de uma ótima pista de rolamento, muito diferente daquela desgastada e com vários problemas de deformações, panelas e buracos.

Brasília, 10 de março de 2010

ENG.º HIDERALDO LUIZ CARON
Diretor de Infraestrutura Rodoviária

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Processo Nº 50600.015676/2009-19

À Sup. Reg. DNIT/AM/RR
Em, 15.01.2010
Ana Amélie da Costa Jansen
Agente Administrativo
Mat. DNIT 0811-3

Ao Sr. Engenharia
Para conhecimento e providências cabíveis.
Em, 15/01/10
Eng. Mª. Auxiliadora Dias Carvalho
/Superintendente Regional do DNIT nos Estados/AM/RR

À SR/DNIT/AM/RR.

Tendo em vista a resposta/manifestação prestada pela Unidade Local de Boa Vista/RR, constante do despacho de fl. 11, devolvemos o presente processo, sugerindo, caso V. Sa. esteja de acordo, que os mesmos sejam submetidos à DIR/DNIT, para os demais fins.

Manaus/AM, 24/02/2010.

ENG.º EDSON MOREIRA CAVALCANTE
CHEFE DO SERVIÇO DE ENGENHARIA
SR/DNIT/AM/RR

REQUERIMENTO Nº , DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 216, do Regimento interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado dos Transporte, as seguintes informações, a respeito dos recursos destinados ao Estado de Roraima entre os anos de 2007 e 2010:

a) Total de recursos individualizados por rodovia/projeto, com relação das respectivas ordens bancárias;

b) Recursos por rodovia desdobrados em subelemento de despesa com identificação do beneficiário da respectiva ordem bancária.

JUSTIFICATIVA

Apesar do volume de recursos destinados ao Estado de Roraima a mídia constantemente alardeia sobre a precária situação das rodovias federais naquele Estado.

Desta forma, em cumprimento ao disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, solicito as informações em tela.

Sala das Sessões, de de 2010.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Brasília, 24 de maio de 2010.

Ofício nº. 147/2010/GSMCAV

Senhor Ministro,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, solicito sua especial atenção no sentido de informar os valores aplicados pelo Ministério dos Transportes e órgãos da sua estrutura, no Estado de Roraima, em rodovias e outras obras, nos exercícios de 2007 a 2010, especificando o objetivo e as empresas executoras.

Certo de contar com a atenção de Vossa Excelência, agradeço, antecipadamente, expressando protestos de estima e consideração e colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Dr. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS
Ministro de Estado dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bl. R, 6º andar
70.044-900 BRASÍLIA - DF

FOLHA
DE BOA VISTA

TRECHO SUL

Obra da BR-174 vai passar de R$ 500 mi

VANESSA LIMA

Depois de finalizar visita técnica para verificar as reais condições de rodovias federais de Roraima, o supervisor da unidade local do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Pedro Christ, falou à Folha sobre a obra de restauração que será executada na BR-174, sentido sul. A obra custará aproximadamente R$500 milhões. São quatro lotes da principal rodovia do Estado e mais um lote de 69 km da BR-210, do trecho que vai do município de São João da Baliza (km 113,0) até a vila Novo Paraíso (km 182,0), em Rorainópolis.

O projeto apresentado pelo Governo do Estado para obra de restauração nas rodovias já foi aprovado pelo Dnit, e a primeira parcela do montante liberada – cerca de R$30 milhões. Do valor a ser aplicado na obra, 97% são do departamento nacional e 3% são de contrapartida do governo local. A ordem de serviço foi expedida no início do mês de abril, mas, devido ao inverno, os trabalhos ainda não iniciaram.

A restauração na BR-174 será feita nos 369 km da divisa do Estado com o Amazonas até o município de Caracaraí, que fica a 155 km da capital. O tempo previsto no projeto para que não ocorram problemas nas rodovias após a obra é de dez anos.

O primeiro trecho da BR-174 a ser restaurado será o da divisa das duas unidades federativas (km 0,00), dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari, que tem 70 km de extensão no lado roraimense, até o igarapé Arruda (km 102,4).

O outro trecho é o do igarapé Arruda até o igarapé Seabra (km 182,4), que ainda fica no município de Rorainópolis. O terceiro trecho é o do igarapé Seabra até o igarapé Caleffi (km 281,2), no município de Caracaraí. E o último lote a ser restaurado é o do igarapé Caleffi até a sede de Caracaraí (km 369,0).

A obra prevê o alargamento da plataforma da rodovia, que é composta pelas duas faixas de rolamento, acostamento e dispositivos de drenagem e tem hoje sete metros de pista e um metro de acostamento de cada lado. Com a restauração, a plataforma passará a ter dois metros e meio de acostamento nas duas faixas de rolamento.

O revestimento asfáltico vai ser executado com nove centímetros de espessura em média. Atualmente, a rodovia tem apenas 2,5 centímetros de espessura. Além disso, será implantada sinalização vertical e horizontal em toda a extensão da BR-174.

FOLHA
DE BOA VISTA

Cinco empresas são contratadas para restaurar BR-174 e BR-210

O processo licitatório para as obras do trecho sul da BR-174 já foi concluído, e cinco empresas de fora do Estado foram as vencedoras do certame. Quatro empresas estarão empenhadas nas obras na BR-174 e uma empresa na BR-210. As firmas vencedoras estão em Roraima trabalhando em outros serviços, como as obras do Contorno Oeste, em Boa Vista, e na restauração do trecho de Caracaraí até a capital.

O prazo contratual para realização da obra é de dois anos, mas, segundo Pedro Christ, este período pode se prolongar devido ao inverno deste ano e o de 2011. O supervisor da unidade local do Dnit explicou que a ordem de serviço só foi dada neste período por causa de todos os trâmites burocráticos até a liberação da obra, o que demandou um período extenso.

"A única solução para a BR-174 da divisa com o Amazonas até Caracaraí e no trecho da BR-210 é uma restauração completa, como a que foi feita em Caracaraí sentido Boa Vista. Dentro das questões técnicas está tudo pronto para que depois do inverno iniciem as obras. A obra de restauração envolve serviços de terraplanagem. Vai mexer na sub-base e na base antes de fazer a pavimentação. Então não é um serviço que pode ser executado sob chuva, tem que ser feito em condições boas de trabalho", disse Pedro Christ.

Brasília, 7 de Junho de 2010

Ofício nº. 162–2010/GSMCAV

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, venho mais uma vez à presença de Vossa Excelência para encaminhar cópia de matérias publicadas no Jornal Folha de Boa Vista concernente à obra de restauração na BR-174 e BR-210.

Por oportuno reitero os termos do Ofício nº 147/2010 onde solicito informação sobre os valores aplicados nas obras das rodovias no Estado de Roraima, nos exercícios de 2007 a 2010.

No ensejo apresento-lhe os votos de estima e consideração, colocando-me à sua disposição.

Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

Ao Excelentíssimo Senhor
Ministro PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS
Ministério dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bloco "R"
70.044-900 BRASÍLIA DF

Brasília, 24 de maio de 2010.

Ofício nº. 147/2010/GSMCAV

Senhor Ministro,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, solicito sua especial atenção no sentido de informar os valores aplicados pelo Ministério dos Transportes e órgãos da sua estrutura, no Estado de Roraima, em rodovias e outras obras, nos exercícios de 2007 a 2010, especificando o objetivo e as empresas executoras.

Certo de contar com a atenção de Vossa Excelência, agradeço, antecipadamente, expressando protestos de estima e consideração e colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Dr. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS
Ministro de Estado dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bl. R, 6º andar
70.044-900 BRASÍLIA - DF

TRECHO SUL

Obra da BR-174 vai passar de R$ 500 mi

VANESSA LIMA

Depois de finalizar visita técnica para verificar as reais condições de rodovias federais de Roraima, o supervisor da unidade local do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Pedro Christ, falou à Folha sobre a obra de restauração que será executada na BR-174, sentido sul. A obra custará aproximadamente R$500 milhões. São quatro lotes da principal rodovia do Estado e mais um lote de 69 km da BR-210, do trecho que vai do município de São João da Baliza (km 113,0) até a vila Novo Paraíso (km 182,0), em Rorainópolis.

O projeto apresentado pelo Governo do Estado para obra de restauração nas rodovias já foi aprovado pelo Dnit, e a primeira parcela do montante liberada – cerca de R$30 milhões. Do valor a ser aplicado na obra, 97% são do departamento nacional e 3% são de contrapartida do governo local. A ordem de serviço foi expedida no início do mês de abril, mas, devido ao inverno, os trabalhos ainda não iniciaram.

A restauração na BR-174 será feita nos 369 km da divisa do Estado com o Amazonas até o município de Caracaraí, que fica a 155 km da capital. O tempo previsto no projeto para que não ocorram problemas nas rodovias após a obra é de dez anos.

O primeiro trecho da BR-174 a ser restaurado será o da divisa das duas unidades federativas (km 0,00), dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari, que tem 70 km de extensão no lado roraimense, até o igarapé Arruda (km 102,4).

O outro trecho é o do igarapé Arruda até o igarapé Seabra (km 182,4), que ainda fica no município de Rorainópolis. O terceiro trecho é o do igarapé Seabra até o igarapé Caleffi (km 281,2), no município de Caracaraí. E o último lote a ser restaurado é o do igarapé Caleffi até a sede de Caracaraí (km 369,0).

A obra prevê o alargamento da plataforma da rodovia, que é composta pelas duas faixas de rolamento, acostamento e dispositivos de drenagem e tem hoje sete metros de pista e um metro de acostamento de cada lado. Com a restauração, a plataforma passará a ter dois metros e meio de acostamento nas duas faixas de rolamento.

O revestimento asfáltico vai ser executado com nove centímetros de espessura em média. Atualmente, a rodovia tem apenas 2,5 centímetros de espessura. Além disso, será implantada sinalização vertical e horizontal em toda a extensão da BR-174.

Cinco empresas são contratadas para restaurar BR-174 e BR-210

O processo licitatório para as obras do trecho sul da BR-174 já foi concluído, e cinco empresas de fora do Estado foram as vencedoras do certame. Quatro empresas estarão empenhadas nas obras na BR-174 e uma empresa na BR-210. As firmas vencedoras estão em Roraima trabalhando em outros serviços, como as obras do Contorno Oeste, em Boa Vista, e na restauração do trecho de Caracaraí até a capital.

O prazo contratual para realização da obra é de dois anos, mas, segundo Pedro Christ, este período pode se prolongar devido ao inverno deste ano e o de 2011. O supervisor da unidade local do Dnit explicou que a ordem de serviço só foi dada neste período por causa de todos os trâmites burocráticos até a liberação da obra, o que demandou um período extenso.

"A única solução para a BR-174 da divisa com o Amazonas até Caracaraí e no trecho da BR-210 é uma restauração completa, como a que foi feita em Caracaraí sentido Boa Vista. Dentro das questões técnicas está tudo pronto para que depois do inverno iniciem as obras. A obra de restauração envolve serviços de terraplanagem. Vai mexer na sub-base e na base antes de fazer a pavimentação. Então não é um serviço que pode ser executado sob chuva, tem que ser feito em condições boas de trabalho", disse Pedro Christ.

Ofício nº. 082/2011/GSMCAV

Brasília, 2 de março de 2011

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, levo ao conhecimento de Vossa Excelência cópia da matéria publicada no jornal Folha de Boa Vista denominada "*Produtores bloqueiam estrada por melhorias*", oportunidade em que apresento denuncia em razão das precárias condições da BR-210, para as quais solicito a especial atenção e as providências desse Tribunal no sentido de que sejam apurados os motivos que levam a Rodovia a permanecer sem condições de tráfego, mesmo com o elevado montante de recursos alocados para a sua melhoria.

Para melhor avaliação de Vossa Excelência anexo tabela com os valores destinados a conservação e manutenção das rodovias federais em Roraima.

Certo da especial atenção do eminente Ministro ao assunto, reitero a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Ministro BENJAMIN ZYMLER
Presidente do Tribunal de Contas da União - TCU
SAFS – Quadra 4, Lote 1
70.042-900 - Brasília/DF

BR-210

Produtores bloqueiam estrada por melhorias

ANDREZZA TRAJANO

Produtores bloquearam na manhã de ontem parte da BR-210, no trecho que liga o Município de São João da Baliza a Caroebe, no sul do estado. Eles exigem melhorias na estrada, que apresenta péssimas condições de trafegabilidade. Para se ter uma ideia, o percurso de 24 km é feito em 2h30 horas, segundo os manifestantes.

A interdição foi pacífica, durou duas horas e foi feita com o uso de caminhões, ônibus, carros e motocicletas. Apenas ambulâncias puderam passar. Apesar de contar com o apoio de moradores, a manifestação foi liderada por agricultores das vicinais 28, 29 e 31, que estão com dificuldade para escoar a produção.

O presidente da Câmara Municipal de São João da Baliza, Gideon Soares de Castro (PSDB), que acompanhou a manifestação de advertência, disse que um novo protesto pode ser realizado em breve, só que em maior proporção, se o governo não realizar obras emergências na rodovia. "A estrada tem buraco do começo ao fim. Tem buraco que cabe um carro inteiro", criticou.

Conforme Castro, há dois anos o governador Anchieta Júnior (PSDB) – que é do mesmo partido que o do vereador – teria prometido resolver o problema e asfaltar vicinais. "Falei que os moradores não aguentavam mais e ele [Anchieta] sempre dizia que ia resolver, mas até agora nada", relatou.

Além das péssimas condições da malha viária da BR-210, pontes estão quebradas e diversos trechos estão alagados. A Polícia Militar (PM) confirmou que a manifestação foi pacífica.

DEIT – José Eufrânio Alves, diretor do Departamento Estadual de Infraestrutura de Transporte (Deit), negou que toda a estrada esteja em péssimas condições. Conforme ele, dos 24 km, dez estão em "perfeitas condições de uso".

O Deit fará a recuperação de todo o trecho esburacado, segundo ele. As obras estão previstas para começar em 15 dias. Entretanto, a conclusão dependerá do volume de chuvas, já que o inverno começa no próximo mês.

Ele ressaltou que recentemente o departamento asfaltou dez quilômetros da rodovia, no trecho que compreende a vicinal 28 do Município de São Luiz do Anauá e abrange também parte dos municípios de São João da Baliza e Rorainópolis. "Toda a obra contemplará o asfaltamento de 70 quilômetros, o que encurtará a ida a Manaus", enfatizou Alves.

VALORES REALIZADOS EM OBRAS NAS RODOVIAS FEDERAIS DE RORAIMA (2003-2010)

BR-174	-	-	-	-	-
BR-210	-	3.600.000,00	8.068.828,50	2.000.000,00	**13.668.828,50**
BR-401	-	-	-	-	-
BR-431	-	-	-	-	-
BR-432	-	4.050.000,00	2.000.000,00	5.000.000,00	**11.050.000,00**
BR-433					-
NI	5.499.841,00	14.509.751,00	25.119.392,80	44.768.896,00	**89.897.880,80**

BR-174	70.000.000,00	105.019.971,00	38.855.945,00	156.000.000,00	**369.875.916,00**
BR-210	11.469.270,82	4.275.000,00	13.884.146,00	53.539.011,00	**83.167.427,82**
BR-401	-	4.264.300,00	5.776.000,00	6.964.406,00	**17.004.706,00**
BR-431	-	-	-	-	-
BR-432	4.600.000,00	10.438.200,00	1.940.000,00	4.520.000,00	**21.498.200,00**
BR-433	-	3.800.000,00	2.400.000,00	8.700.000,00	**14.900.000,00**
NI	62.799.920,00	-	-	-	**62.799.920,00**

TOTAL 2003-2010 **683.862.879,12**

NI= não identificado por BR

Os valores da tabela são os liquidados, i.é., foram serviços efetivamente realizados e entregues a administração pública, ainda que não tenham sido pagos integralmente.

À partir de 2008 os valores referentes a conservação e manutenção começaram a ser liquidados por BR, o que não acontecia até então.

Brasília, 06 de abril de 2011

Ofício nº. 150/2011/GSMCAV

Senhor Procurador-Geral da República,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar desse ilustre Procurador providências para uma ampla investigação a respeito da aplicação dos recursos repassados pelo Governo Federal para o Governo do Estado de Roraima, para construção, recuperação das rodovias federais no Estado, notadamente às BRs 174, 210, 401 e 432.

Em face das constantes denúncias de desvios de recursos, bem como pela visível situação precária das citadas rodovias, vivenciada principalmente pelos moradores da Região, e pelo descaso com que o Governo do Estado trata o assunto, faço esse apelo a Vossa Excelência, rogando urgência sobre a questão.

Certo da especial atenção de Vossa Excelência ao assunto, reitero protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição.

Atenciosamente,

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Dr. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Procurador-Geral da República
Brasília/DF

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido, nos termos do Regimento.

Será transcrito esse pronunciamento e os documentos apresentados.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, para uma comunicação inadiável.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Marta Suplicy, que preside nossos trabalhos nesta tarde. Queria cumprimentar os Srs. Senadores, as Srªs Senadoras, todos aqueles que participam conosco desta sessão e dizer, Presidenta Marta, que com muita alegria venho a esta tribuna hoje registrar que, no dia de ontem, estivemos no Estado do Pará; nós, Senadores que participamos de uma comissão externa aprovada por este Plenário. É uma comissão externa que tem como objetivo acompanhar as questões que envolveram as mortes, os assassinatos recentes no campo, sobretudo nos Estados do Amazonas, de Rondônia e do Pará.

Já fizemos uma primeira visita, uma primeira viagem, com uma audiência pública muito participativa, no Estado de Rondônia, onde participaram não só agricultores, entidades rondonienses, mas também do Estado do Amazonas, assim como autoridades, tanto eu, que participo da comissão, como o Senador Pedro Taques e o Senador Randolfe Rodrigues.

No dia de ontem, fomos ao Estado do Pará. Pegamos, logo de manhã cedo, às quatro e meia da manhã, um avião da Aeronáutica. E eu aqui, Presidenta Marta, quero fazer um agradecimento ao comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Juniti Saito, pela compreensão que teve conosco de garantir uma aeronave para que pudéssemos realizar a atividade no dia de ontem, e anteriormente também, nos Estados do Amazonas e de Rondônia. Pegamos uma aeronave da Força Aérea Brasileira e chegamos a Marabá muito cedo. E, de Marabá, pegamos um micro-ônibus, andamos mais de cem quilômetros, sendo que a maioria em estrada de chão batido. De Marabá, fomos ao Município de Nova Ipixuna e, da sede do Município de Nova Ipixuna, fomos até a zona rural, fazer uma audiência pública exatamente no local onde foram mortos a Srª Maria e o Sr. José Cláudio e, dias depois, morto também o sindicalista, trabalhador rural Eremilton Pereira Santos.

Apesar de toda essa viagem, esse percurso longo, quando chegamos até o projeto de assentamento agroextrativista, um projeto de assentamento do Incra, Praia Alta Piranheira – local onde aconteceram os assassinatos –, nós ficamos emocionados ao ver tantos agricultores, tantas agricultoras, muitos deles com a família inteira, que estavam a nos esperar desde de manhã cedo.

E fizemos uma audiência pública que considero fenomenal, fantástica, extremamente elucidativa.

Participaram da audiência, além dos Senadores, eu o Senador Randolfe. Infelizmente, o Senador Pedro Taques não pôde ir, mas o Presidente da Comissão de Direito Humanos da OAB, Dr. Jayme, o representante do Terra Legal,o representante da CPT, além de sindicalistas. Eu aqui destaco todos eles que lá estavam nas pessoas do Sr. Eduardo, que é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna e o Sr. Osmar, que é o Presidente da Associação dos Assentados desse projeto do INCRA.

Ficou clara, primeiro, a necessidade de que esse crime seja elucidado e o Delegado que preside o inquérito que é o Delegado-Geral Adjunto do Estado do Pará, Rilmar, estava conosco na audiência pública e prometeu os resultados, a conclusão do inquérito para o dia 24. Segundo ele, o inquérito corre em segredo de justiça. Portanto, não há como passar qualquer informação.

Além da elucidação desses crimes que aconteceram no Pará, no Estado do Amazonas, precisamos, e o Governo vem agindo de forma muito incisiva, através do Ministro da Justiça, Ministro José Eduardo Cardoso, no sentido de acabar com a impunidade porque é um absurdo detectamos o fato de que 80% dos crimes ocorridos no campo, sobretudo na Amazônia, estão impunes, Senador Pedro Taques.

Está em curso um mutirão que envolve a Polícia Federal, as polícias dos Estados, que envolve o Poder Judiciário Federal e Estadual no sentido de agilizar o julgamento, a conclusão dos inquéritos no que diz respeito à morte no campo, mas é também importante destacar que, além da segurança que precisa ser reforçada, tem-se que dar um basta à impunidade e há questões sociais que precisam ser trabalhadas.

A sobrevivência...

(Interrupção do som.)

(A Srª Presidente faz soar a campainha)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a V. Exª e concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Taques.

Senador, desculpe-me; estou fazendo uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora, em comunicação inadiável não há aparte.

Se V. Exª desejar, depois faça uma questão de ordem quando ela acabar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Marta.

Enfim, concluo, dizendo, além de pôr fim à impunidade, trabalhar a segurança daquelas pessoas, há questões sociais que estamos detectando com muita força porque são dezenas, milhares de brasileiros e brasileiras que vivem no interior do Pais de forma muito simples e, dizem, na maior simplicidade,

"Nós sabemos que estamos transgredindo a lei, nós desmatamos além daquilo que a lei nos permitia, mas não nos é dada outra forma de sobrevivência".

Dói muito no coração ouvir as pessoas dizerem isso, famílias humildes que vivem num projeto de assentamento, Líder Humberto Costa, num projeto de assentamento que existe há 14 anos, mas que não tem nenhum plano de desenvolvimento aprovado, o que a lei também determina que tenha.

Então, o que não pode acontecer é o Ibama, por exemplo, tratar da mesma forma o grande e o pequeno e, às vezes, até de forma desigual, sendo muito mais rigoroso com o pequeno.

Então, nossa comissão externa, Senador Pedro Taques, já fez as viagens, nós cumprimos essa primeira etapa, vamos ouvir familiares das vítimas, vamos ouvir autoridades policiais aqui, vamos fazer um relatório e vamos querer entregá-lo nas mãos da Presidenta Dilma, mostrando a situação de abandono, a situação triste que vivem essas pessoas do interior, e a forma de levar segurança ao campo brasileiro, sobretudo à Amazônia, é exatamente não só garantindo forças de segurança permanentemente, mas garantindo um modo de produção e convivência sustentável. É isto que a gente mais humilde deste País quer.

Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, por permuta com a Senadora Ana Amélia.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar minha preocupação com a crise vivida no setor de comércio e serviços no meu Estado e solidarizar-me com um segmento que é, a bem da verdade, o grande gerador de emprego e renda nas pequenas e grandes localidades de todo o Brasil. Vale ressaltar que o comércio responde por 87% da economia amapaense.

Só que o Amapá vive a sua pior crise econômica desde 2008!

O curioso é que, graças ao trabalho constante, perseverante e aguerrido da bancada amapaense e, naturalmente, à sensibilidade da nossa Presidenta Dilma Rousseff, o Estado apresenta boa entrada de recursos públicos, porém a economia continua em baixa.

O diagnóstico que nos angustia vem pelos números apresentados pelo IBGE, numa situação anômala e que segue em descompasso com a realidade nacional.

Os pequenos e médios empresários se perguntam: o que, afinal de contas, explica a contradição de finanças em alta e a economia em baixa?

Voltemos aos números do IBGE.

Segundo o Instituto, o setor de comércio e serviços cresceu, no primeiro trimestre, no Brasil, 6,9%. Em todos os Estados do Norte também houve um crescimento, com exceção do Amapá, onde esse aumento foi, lamentavelmente, inexpressivo.

O Tocantins cresceu 33,4%, Roraima, Senador Mozarildo, cresceu 18,2%, Rondônia, 14,4% e o Acre, 14,2%, enquanto que o Amapá, no trimestre, cresceu apenas 1%. Ou seja, se for descontada a inflação, esse percentual fica negativo. É de fato uma conta muito estranha.

> A crise por lá é notória, é evidente, e a imprensa local dá os detalhes: Está estampada no baixo movimento das lojas, supermercados, mercearias, bares, restaurantes, agências de viagem, revendedoras de automóveis novos e usados, academias de ginástica, cinemas, enfim, em todos os segmentos econômicos vê-se uma situação de abandono típica de momentos de crise e recessão.

Os números amapaenses são aflitivos também no emprego com carteira assinada. Vejam as Srªs e os Srs. Senadores que o Ministério do Trabalho e Emprego publica mensalmente o Cadastro de Empregados e Desempregados, que retrata a movimentação da mão de obra no Brasil.

Pois muito bem, o Amapá amarga a queda de 0,48% nos postos de trabalho formais, enquanto a média brasileira para os dois primeiros meses de 2011 foi positiva em 1,25%. O resultado só não foi pior porque a indústria extrativa mineral, que é a exceção à regra, puxou a média para cima, com aumento de 11% nas contratações.

Existem algumas explicações. Tivemos muitos cortes administrativos, algumas obras permanecem estagnadas e, dentro de um quadro de reavaliação geral, foram feitos cortes em bolsas sociais.

Os servidores também reclamam dos reajustes pífios que receberam. E isso também contribui para que a economia continue em marcha lenta. Os professores, por exemplo, estão entre as classes mais descontentes.

O clamor é por justiça fiscal, é pela adoção de um modelo de desenvolvimento para o Estado, é pela eficiência na aplicação dos recursos. O nosso grito é pela falta de incentivos financeiros por parte do Governo do

Estado. É o grito preso na garganta do funcionalismo público, que está com seu salário todo comprometido com empréstimos consignados.

Estamos citando essas possíveis causas porque temos que tentar conhecer o problema para enfrentá-lo. Mas vejam os senhores que existe uma contradição que não se explica. Os resultados ruins na economia local estão em completo desencontro com o aumento na arrecadação do Amapá. Somando as transferências federais e a arrecadação de tributos, o Estado recolheu, em janeiro deste ano, R$229 milhões. Em fevereiro, os números aumentaram para R$254 milhões. Em março, tivemos uma queda, mas em abril os números cresceram novamente. Em maio, a conta pública subiu para quase R$244 milhões.

Observa-se que mês a mês os cofres públicos aumentam a entrada de recursos. Se formos comparar os repasses federais deste ano com 2010, todos os meses até agora tiveram aumento. Então, é uma conta que não fecha, uma conta que ninguém entende. E ficamos todos sem saber explicar por que o Governo do Amapá não está sendo capaz de alavancar a economia do Estado, mesmo com um aumento na arrecadação e nas transferências.

O setor de comércio e serviços está pedindo socorro, precisando de estímulo. Os fornecedores cobram pagamento. Há um apelo no sentido de que se recuperem as emendas disponíveis para obras. Por último, falta ao governo estadual acenar com uma política de emprego.

Esse discurso de atribuir todas as mazelas ao governo anterior está cansando. Ou eles desconheciam os problemas que o Estado vivia? Será que se habilitaram para uma gestão sem condições de exercê-la?

O atual Governador, quando se candidatou, sabia de toda essa situação.

Vejam que, no nosso Estado irmão, o Pará, o Governo lançou um regime especial que reduziu o ICMS da cesta básica para 3% e o de bebidas para 8%.

Os empresários estão agindo dentro de um nível de consciência. A regra é não demitir, porque um desempregado a mais significa um consumidor a menos. Essa, inclusive, é uma análise feita por Gilberto Laurindo, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Macapá e Santana.

Fica aqui, portanto, nossa nota de preocupação. O Governo estadual precisa mostrar serviço. O Estado não pode continuar sofrendo essa crise financeira que atinge o comércio e a população em geral.

Era o nosso registro nesta tarde de hoje, Srª Presidenta. Agradeço a atenção de V. Exª e do Senador Mozarildo. Consegui cumprir o tempo previsto no Regimento Interno da Casa como orador inscrito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Geovani Borges.

Com a palavra o Senador Paulo Davim, pela Liderança.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, na semana que passou, eu tive a satisfação de integrar uma comitiva interministerial, comandada pela Marinha do Brasil, para uma visita ao Projeto Proantar, o Programa Antártico Brasileiro. Viajamos, fomos ao sul do Brasil conhecer de perto a estação de suporte do programa antártico, na cidade de Rio Grande, e conhecer o projeto da Universidade Federal do Rio Grande que recupera animais marinhos doentes, contaminados pela impureza jogada ao mar, como, por exemplo, os pinguins contaminados pelo excesso de óleo, que são tratados, recuperados, alimentados e devolvidos à Antártica.

Depois, fomos visitar o continente gelado e conhecer o Programa Antártico Brasileiro, que teve início em 1982, quando o Brasil aderiu ao grupo de países que tinham assento nesse pacto pró-Antártica e desenvolviam pesquisas nesse continente.

Em 1982, o Brasil adquiriu um navio dinamarquês chamado Thala Dan, depois batizado como Barão de Tefé, que foi levado para a Antártica e passou a ser nossa base, sem ser fixa, mas uma base móvel, onde foi feito um estudo ambiental e geográfico para que pudéssemos instalar a Base Comandante Ferraz, em 1984. De lá para cá, em 1985, brasileiros, pesquisadores e militares já passaram 365 dias do ano na Base Comandante Ferraz, promovendo pesquisas geológicas, pesquisas climáticas, pesquisas destinadas à saúde, à medicina, à biologia marinha. Enfim, várias frentes de pesquisa são desenvolvidas por pesquisadores brasileiros de várias universidades brasileiras na Base Comandante Ferraz.

Na viagem que fizemos, estavam presentes pesquisadores, engenheiros, militares. No nono voo de apoio à Operantar, que estava sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Flávio Luiz Giacomazzi e do seu ajudante de coordenação, o Capitão de Corveta José Adalberto de Paula.

Quero registrar a maneira solícita com que fomos recebidos em solo chileno pelo adido naval e de defesa do Brasil no Chile, o Capitão de Mar e Guerra Gilberto Lourenço. Registro também a participação da Petrobras, essa empresa genuinamente nacional, que apoia esse projeto de pesquisa na Antártica, que apoia a estação de recuperação de animais marinhos doentes na cidade de Rio Grande.

Sem sombra de dúvida, o Brasil desempenha um papel relevante junto à comunidade de países que desenvolvem pesquisas na Antártica. É um trabalho que todos nós deveríamos conhecer. É um trabalho que orgulha o Brasil. É um trabalho que realça a presença do Brasil na Antártica e que traz, sem sombra de dúvida, grandes avanços do ponto de vista científico, não só nas pesquisas da biologia marinha, mas também nas pesquisas geológicas, nas pesquisas climáticas, em que podem se antecipar alterações climáticas que venham a se abater na agricultura do Brasil, em que se fazem pesquisas nos buracos da camada de ozônio, que são bastante evidenciados nos pólos, e o Brasil desenvolve essa pesquisa também.

Portanto, os pesquisadores brasileiros que estão lá, na Comandante Ferraz, desenvolvem um papel importantíssimo, que merece realce nesta Casa.

Quero mais uma vez ressaltar a importância da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira, que faz esse transporte, e da Petrobras, que apoia em todos os momentos as pesquisas desenvolvidas na Antártica e o Projeto Antártica brasileiro.

Era só, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra a Senadora Angela Portela, por cessão do Senador Francisco Dornelles, como oradora inscrita, pelo tempo regimental.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, quero registrar, com muita satisfação, neste plenário, hoje, a realização de uma audiência pública na Subcomissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos, onde tivemos a oportunidade de realizar um amplo debate com as Senadoras e os Senadores sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres. E aqui eu, de público, agradeço a presença da Senadora Marta Suplicy, que esteve conosco lá na audiência pública e deu grande contribuição para esse debate.

Esse tema é recorrente aqui, no plenário do Senado Federal, pela bancada feminina, e queremos destacar três pesquisas recentes realizadas, que dão nova luz sobre os indicadores da violência doméstica em todo o Brasil.

Por incrível que pareça, esses indicadores não estão cedendo. Pelo contrário, observam-se índices alarmantes. Uma das pesquisas, "Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil", conduzida pelo Instituto Avon e pela Ipsos, revela que nada menos que 47% das mulheres entrevistadas, por meio de questionário sigiloso, admitem que já foram agredidas fisicamente dentro da sua própria casa.

E para evitar dúvidas sobre este índice, o mesmo questionário foi aplicado aos homens, e 38% admitem que já agrediram fisicamente suas mulheres. Embora o álcool e o ciúme sejam as maiores causas, 12% deles confessam que batem nas companheiras sem qualquer motivo aparente.

Esta pesquisa abrange 70 Municípios de todas as regiões do País, onde 1.800 homens e mulheres foram entrevistados. Outros números divulgados coincidem com os resultados das demais pesquisas sobre o mesmo tema. A maioria, tanto homens quanto mulheres, revelam ter conhecimento da Lei Maria da Penha. As agredidas se recusam a abandonar os agressores por medo, principalmente por falta de condições de prover o próprio sustento.

Já a Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço do Comércio – SESC, esteve conosco hoje nesta audiência pública apresentando essa abrangente pesquisa "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado". A pesquisa foi realizada em agosto de 2010 e ouviu a opinião de 2.365 mulheres e 1.181 homens com mais de 15 anos de idade, de 25 Estados, cobrindo as áreas urbanas e rurais de todas as macrorregiões do País. Entre os temas abordados, mais uma vez, a violência é o que chama mais atenção. Também nesse caso, 40% das mulheres, índice bastante semelhante, revelam ter sofrido algum tipo de violência por parte dos parceiros; 24% delas dizem que sofreram violência física.

Corroborando a pesquisa Ipsos/Avon, as respostas ao questionário da Fundação Perseu Abramo/Sesc revelam que, na opinião das mulheres, a opinião de ser mulher é a violência, as agressões por parte dos companheiros. E, quando indagadas sobre a primeira coisa que fariam para melhorar as condições de vida, a maioria respondeu que seria a criação de mais empregos para as mulheres, para que elas tenham maior independência financeira em relação aos seus maridos.

Não é por acaso, portanto, que 25% apontam a falta de dinheiro como a razão pela qual continuam convivendo com seus agressores.

De todos esses dados, Srª Presidenta, vale a pena destacar uma pesquisa realizada pelo DataSenado a cada cinco anos. A pesquisa de opinião pública nacional "Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher" tem contribuído, e muito, para a compreensão do problema. E tem revelado essa pesquisa do DataSenado que, a despeito de todos os avanços dos últimos anos, as agressões domésticas contra mulheres estão longe de diminuir, muito embora quase 100%

das entrevistadas revelem conhecimento sobre a Lei Maria da Penha.

Foram feitas 1.352 entrevistas, apenas com mulheres, em 119 Municípios, incluídas todas as capitais e o Distrito Federal. Concluída em fevereiro e divulgada em março, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, essa pesquisa revelou que a maioria, ou 66% das mulheres, acha que aumentou a violência doméstica e familiar contra o gênero feminino.

O conhecimento sobre a Lei Maria da Penha cresceu nos dois últimos anos: 98% disseram já ter ouvido falar na lei, contra 83%, em 2009. Para as mulheres entrevistadas, no entanto, conhecer a lei não faz com que as vítimas de agressão denunciem o fato da agressão às autoridades. O medo continua sendo a razão principal para evitar a exposição dos agressores, com 68% das respostas. Para 64% das mulheres ouvidas pelo DataSenado, o fato de a vítima não poder mais retirar a queixa na delegacia faz com que a maioria das mulheres deixe de denunciar o agressor.

Do total de entrevistadas, 57% declararam conhecer mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica. Entre as mulheres que afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência e que apontaram, espontaneamente, o motivo da agressão, os mais citados foram o uso de álcool e ciúmes, ambos com 27% cada.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Angela, quero apenas cumprimentá-la pelo trabalho que V. Exª vem desenvolvendo à frente da Subcomissão. Espero que todos realmente deem muito apoio a V. Exª, porque esse é um item que, apesar de existir a Lei Maria da Penha, ainda, digamos assim, sorrateiramente, persiste – em algumas localidades mais e em outras menos, mas ainda persiste. É preciso, realmente, haver um trabalho persistente, e V. Exª tem feito esse trabalho. Quero parabenizá-la por isso.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti. Infelizmente, para a implementação da Lei Maria da Penha, ainda falta muito. Nos 5.565 Municípios brasileiros, temos apenas em torno de 400 delegacias especializadas para atender a mulher vitimizada. Então, há muito a ser feito. É por isso a importância do trabalho sério que deve realizar essa Subcomissão da Mulher dentro da Comissão de Direitos Humanos.

Então, Senador, eu gostaria de destacar também que os principais responsáveis pelas agressões, segundo as vítimas, foram os maridos ou os companheiros, 66% dos casos. Quase a totalidade das entrevistadas, 96%, entende que a Lei Maria da Penha deve valer também para ex-namorados, ex-maridos e ex-amantes.

A maioria das mulheres agredidas, 67%, afirma não conviver mais com o agressor. Mas uma parte significativa, 32%, ainda convive – destas, 18% continuam a sofrer agressões, sendo que, entre elas, 20% sofrem agressões diariamente.

Por fim, o percentual de mulheres que declararam, nessa pesquisa, já ter sido vítimas de algum tipo de violência permaneceu igual ao número obtido em 2009: a cada cinco mulheres pesquisadas, uma declara já ter sofrido algum tipo de violência doméstica e familiar, portanto, 20%.

Esse é apenas um extrato do que apontam essas três pesquisas, todas de abrangência nacional, feitas por instituições sérias, que não deixam margem à dúvida. Além de um problema sério, uma mácula para a sociedade brasileira, a violência doméstica e familiar contra as mulheres está longe de ser superada.

E não é só isso. O espaço que cabe às mulheres, numa sociedade de tradição patriarcal e machista como a brasileira, precisa ser conquistado com muita luta e, na maioria das vezes, com muita dor também. Somos quase 52% da população e do eleitorado do País; 40% da força de trabalho; nos bancos das universidades, as mulheres representam mais de 62% das vagas. Ainda assim, o papel que nos cabe nesta sociedade é o de meras coadjuvantes.

Aprovamos, na Comissão de Reforma Política, regras de paridade para equilibrar a representação feminina nos Parlamentos. Essa seria uma forma de trazer para o centro do debate a agenda feminina, mas, ao que tudo indica, vai ficar tudo do jeito que está. E como está? Menos de 10% das cadeiras são o que cabe às mulheres na Câmara Federal e no Senado Federal.

A discriminação e o preconceito, não custa lembrar, estão na origem de toda forma de violência, inclusive a violência doméstica e familiar contra as mulheres, nos tratamentos aviltantes por parte de muitos homens que as veem como meros objetos, sem qualquer direito...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Para encerrar.

Sem direito à realização pessoal e profissional, sem direito à voz, sem direito a decidir sobre o próprio corpo - 15% das agressões praticadas pelos maridos dizem respeito à violência sexual, ao sexo não consentido.

Este é um tema que trazemos praticamente todos os dias a esta tribuna, Srª Presidenta. É um tema que está na pauta do dia em praticamente todos os segmentos da sociedade – felizmente, a mídia também tem feito grande destaque para este tema.

E o que falta para que o Brasil se dê conta de que é preciso superar, vencer essa situação aviltante? As respostas não são fáceis. Por essa razão, nós iniciamos este amplo debate nessa subcomissão de defesa dos direitos da mulher.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns, Senadora Angela Portela, por como vem levando a subcomissão das mulheres, da qual, sempre que posso, participo, pela extrema importância da pesquisa que foi hoje apresentada e pelos encaminhamentos que V. Exª está dando.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Não se encontrando presente, Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não se encontrando presente, Lindbergh Farias (*Pausa.*)

Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna para saudar o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, assim como o ex-Ministro Luiz Dulci, pela criação e, agora, pela renovação, na última terça-feira, 5 de julho, do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, pois um acordo firmado entre o Governo Federal, trabalhadores e empresários para humanizar o trabalho na lavoura da cana foi firmado.

Assinaram esse pacto o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch; o Presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Elio Neves; o Presidente da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica), Marcos Jank; Luiz Custódio Cotta Martins, membro do Fórum Nacional Sucroenergético; além de representantes de seis Ministérios.

O Compromisso Nacional é resultado de uma experiência de diálogo e negociação tripartite (empresários, trabalhadores e Governo Federal), para enfrentar o desafio do estabelecimento de padrões de trabalho decentes no conjunto do setor sucroalcooleiro.

Há muitos anos, tem havido preocupação com respeito a condições de trabalho. Isso tem preocupado inclusive a Subcomissão da Comissão de Direitos Humanos, que foi presidida, na legislatura passada, pelo Senador José Nery. Hoje, a Comissão de Direitos Humanos é presidida pelo Senador Paulo Paim e, ainda na semana passada ou no início desta semana, segunda-feira, realizou reunião onde estavam presentes diversos representantes, inclusive da Contag e da Pastoral de Trabalhadores na Agricultura, que manifestaram aos Auditores Trabalho, do Ministério do Trabalho, a preocupação com as condições que, por vezes, acontecem no setor da agricultura sucroalcooleira.

Esse pacto foi construído em uma mesa de diálogo instalada em julho de 2008, a convite do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que estava preocupado com os episódios de morte por estafa de trabalhadores e trabalhadoras no corte manual da cana e com as denúncias constantes de más condições de trabalho. Foram realizadas dezessete reuniões, conduzidas pelo então Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci, que resultaram na assinatura do primeiro acordo em junho de 2009, com validade de dois anos.

Participaram desse processo a Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Feraesp – Federação dos Empregados Rurais do Estado de SP, a Unica – União da Indústria da Cana-de-Açúcar e o Fórum Nacional Sucroalcooleiro.

A mesa de diálogo teve o duplo objetivo de debater e propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual da cana-de-açúcar e também para promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita.

A iniciativa do Governo Federal baseou-se no interesse de trabalhadores e empresários em aperfeiçoar as condições e relações de trabalho no setor e, ao mesmo tempo, na importância atribuída pelo próprio Governo e pela sociedade brasileira à sustentabilidade ambiental e social nesse segmento econômico.

Vale registrar a importância dessa área para a economia brasileira, especialmente as economias paulista, alagoana e de diversos outros Estados onde são tão importantes a cana-de-açúcar e a produção de álcool. O Brasil é – há muito tempo – um grande e tradicional produtor de cana-de-açúcar. Essa matéria-prima permitiu ao País tornar-se o maior produtor e exportador mundial de açúcar e desenvolver o mais bem-sucedido programa de produção e uso de biocombustíveis da atualidade. Hoje, a cana-de-açúcar é um dos principais produtos da agricultura brasileira e a principal fonte de energia de biomassa do País.

Quero lembrar que, há cerca de dois anos, estive presente em Barra Bonita, onde foi feita uma inauguração pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a presença de grande número de empresários e trabalhadores das usinas de açúcar e álcool do Brasil. O Presidente Lula falou desse compromisso entre trabalhadores e empresários e ali dialogou com trabalhadores que saudaram a iniciativa do Presidente Lula.

Esse pacto é a base para viabilizar um conjunto de ações privadas e públicas com o objetivo de aperfeiçoar essas condições de trabalho. O Compromisso Nacional envolve a valorização de um conjunto de boas práticas empresariais, novas ou já existentes, em unidades produtivas, que devem ser difundidas na atividade sucroalcooleira, assim como a promoção pelo Governo de um conjunto de programas e políticas públicas destinadas aos trabalhadores dessa atividade. Por exemplo, o contrato de trabalho passará a ser sempre feito diretamente entre empregador e empregado, eliminando o intermediário – "o gato" –, que tem sido fonte de precarização do trabalho. Por sua vez, a contratação do trabalhador migrante terá a intermediação do Sistema Público de Emprego, garantindo, assim, condições adequadas. Os compromissos relacionados à saúde e segurança do trabalho, ao transporte e à alimentação possibilitarão uma significativa melhoria nas condições atualmente existentes, beneficiando cerca de quinhentos mil trabalhadores em todo o País, neste ano.

A adesão das empresas sucroalcooleiras ao Compromisso Nacional tem caráter voluntário. A empresa que aderir compromete-se a respeitar as práticas nele estabelecidas e estará submetida a um mecanismo de verificação desse cumprimento, para garantir que os patamares definidos sejam devidamente implementados. Será também criado um mecanismo de reconhecimento das empresas que aderirem e cumprirem as práticas previstas no compromisso.

Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, cerca de trezentas usinas aderiram ao contrato, o que contribuiu para humanizar o trabalho no cultivo e corte da cana e promover a reinserção dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita.

Na última terça-feira, na assinatura do acordo, foi aprovado o edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, com os procedimentos para o credenciamento de empresas de auditoria independentes, que farão a verificação do cumprimento das práticas empresariais das usinas.

Esse fato vai atestar a efetiva implementação dos compromissos assumidos, permitindo o reconhecimento público das usinas que adotarem essas práticas.

Segundo palavras do Ministro Gilberto Carvalho, a quem consultei para fazer este pronunciamento:

> Agora o compromisso entra na sua fase mais importante. As empresas que aderiram serão verificadas quanto ao total cumprimento dos termos do acordo. [...] E o processo de verificação será acompanhado por representantes sindicais dos trabalhadores. Só as empresas que aderirem e forem verificadas, quando comprovado pelo cumprimento dos termos do compromisso, receberão um selo de boas práticas nas relações de trabalho. Esse selo poderá ser anulado a qualquer tempo caso o compromisso seja desrespeitado. Portanto, até agora nenhuma empresa recebeu nenhum selo. Também é preciso esclarecer que o compromisso não inibe a fiscalização de nenhum órgão de governo, ou do Ministério Público ou mesmo da Justiça. Mas, sem sombra de dúvida, o compromisso é um importante instrumento de avanço na contratação e evolução nas relações de trabalho no Brasil. É um acordo tripartite (governo, trabalhadores e empresários) e será monitorado por uma comissão tripartite das esferas e entidades já mencionadas, que buscarão zelar pelo seu cumprimento.

Mesmo assim, avalio importante registrar as ponderações que o Frei Xavier Plassat, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e uma auditora fiscal do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego fizeram com relação a esse tipo de acordo em audiência pública, na última segunda-feira, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Segundo eles, a concessão de selos de bom comportamento às empresas agrícolas desse setor poderia dificultar a fiscalização, pelos auditores do MTE do cumprimento das metas acordadas.

Pelo o que aqui podemos ver das próprias declarações do Ministro Gilberto Carvalho, acredito que isso não corre o risco de acontecer. O compromisso nacional nos dá a esperança de que melhores práticas trabalhistas serão universalizadas, modernizando em definitivo o setor e humanizando as relações de trabalho no segmento canavieiro.

Ao reconhecer o compromisso nacional firmado para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar como um passo efetivo na construção de uma sociedade mais justa para o nosso povo, cumprimento a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro Gilberto Carvalho pela condução do processo.

E aqui, Srª Presidenta, requeiro sejam anexadas as portarias referidas em meu pronunciamento, assim como o termo de compromisso do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que justamente sinaliza em detalhes todas as cláusulas do acordo firmado entre o Governo e as entidades que mencionei.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto de 24 de novembro de 2010, que cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, em considerando a indicação de representantes dos órgãos e entidades que a compõem

Resolve:

Art. 1º Designar os seguintes membros para integrar a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar:

I – da Secretaria-Geral da Presidência da República:

a) Antônio Roberto Labertucci, como titular, Geraldo Mello, com seu suplente; e

b) Nilton Luis Godoy Tubino, como titular, Jeter Luiz Gomes, como seu suplente.

II – da Casa Civil da Presidência da República:

a) Rodrigo Augusto Rodrigues, como titular e Maria Laura Brandão Canineu, como suplente;

III – do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) Cid Jorge Caldas, como titular e Fernanda Hastenrreiter Saraiva, com suplente;

IV – do Ministério do Trabalho e Emprego:

a) Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, como titular, Leonardo Soares de Oliveira, como seu suplente; e

b) Ana Paula da Silva, como titular, Francisco Gomes dos Santos, como seu suplente.

V – do Ministério da Educação:

a) Mauro José da Silva, como titular e Rita de C. de Oliveira, como suplente;

VI – do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

a) Marco Antônio Viana Leite, como titular e André Grossi Machado, como suplente;

VII – do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

a) Fernando Kleiman, como titular e Katia Cristina Favilla, como suplente:

VIII – do Ministério da Saúde;

a) Carlos Augusto Vaz de Souza, como titular e Soraya Wingester Vilas Boas, como suplente;

IX – dos sindicatos estaduais dos produtores industriais de açúcar e álcool:

a) Luiz Custódio Cotta Martins, do Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado de Minas Gerais, como titular, e André Luiz Baptista Lins Rocha, do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás, como seu suplente;

b) Renato Augusto Pontes Cunha, do Sindicato da Indústria de Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco, como titular, e Pedro Robério de Melo Nogueira, do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas, como seu suplente;

X – da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – ÚNICA:

a) Marcos Sawaya Jank e Elimara Aparecida Assad Sallum, como titulares; e

b) Luis Carlos Veguin e Eduardo Leão de Sousa, como suplentes;

XI – da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG:

a)Antonio Lucas Filho e Luismar Ribeiro Pinto, como titulares; e

b) Carlos Eduardo Chaves Silva e Aristides Veras dos Santos, como suplentes;

XII – da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP:

a)Elio Neves e Eduardo Porfírio, como titulares; e

b)Aparecido Bispo e Rosimeire Aparecida Cameron, como suplentes.

COMPROMISSO NACIONAL PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR

TERMO DE COMPROMISSO

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2009, de um lado a SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, neste ato representada pelo Ministro de Estado LUIZ SOARES DULCI, a CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, neste ato representada pela Ministra de Estado DILMA VANA ROUSSEFF, o MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, neste ato representado pelo Ministro de Estado CARLOS LUPI, o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, neste ato representado pelo Ministro de Estado GUILHERME CASSEL, o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, neste ato representado pelo Ministro de Estado REINHOLD STEPHANES, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, neste ato representado pelo Ministro de Estado FERNANDO HADDAD, e o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, neste ato representado pelo Ministro de Estado PATRUS ANANIAS DE SOUSA, e, de outro lado, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo - FERAESP, neste ato representada por ÉLIO NEVES, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG neste ato representada por ALBERTO ERCÍLIO BROCH, a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo - UNICA, neste ato representado por MARCOS SAWAYA JANK, e o Fórum Nacional Sucroenergético, neste ato representado por ANÍSIO TORMENA.

Considerando a relevância da atividade sucroalcooleira para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;

Considerando o interesse de todos os entes aqui representados no aperfeiçoamento das condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar;

Considerando o avanço da mecanização da colheita da cana-de-açúcar e seus impactos sobre a geração de emprego;

Considerando o respeito à legislação trabalhista e previdenciária e às Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pelo País;

Considerando a valorização e a necessidade de disseminar práticas empresariais exemplares que extrapolem as obrigações legais;

Considerando a valorização do diálogo e da negociação como base das relações e da solução de conflitos;

Considerando os debates ocorridos no âmbito da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instituída pelo Presidente da República e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República;

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso, doravante denominado "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar", ou, simplesmente, "Compromisso Nacional", consubstanciado nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O Compromisso Nacional tem como objeto a cooperação entre os entes privados e públicos neste ato representados para viabilizar conjunto de ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar, valorizando e disseminando práticas empresariais exemplares.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS

Mediante adesão voluntária ao Compromisso Nacional, as empresas comprometem-se a respeitar as seguintes práticas empresariais:

I - Contrato de Trabalho:

a) contratar diretamente os seus trabalhadores para as atividades manuais de plantio e corte da cana-de-açúcar, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

b) utilizar a cláusula de experiência no contrato de trabalho somente uma única vez, em relação à mesma empresa e ao mesmo empregado, na contratação de trabalhadores para as atividades manuais do cultivo da cana-de-açúcar; e

c) eliminar a vinculação da remuneração dos serviços de transporte de trabalhadores, administração e fiscalização, executados pelas próprias empresas ou por terceiros, à remuneração dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, respeitadas as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria.

II - Contratação de Trabalhador Migrante:

a) utilizar a intermediação do Sistema Público de Emprego quando for necessária a contratação de trabalhadores migrantes em outras localidades que fiquem impossibilitados de retornar ao seu Município de origem após a jornada de trabalho. Na localidade na qual não exista o Sistema Público de Emprego ou o número de trabalhadores não for suficiente, contratar diretamente;

b) protocolar, junto às unidades do Ministério do Trabalho e Emprego, Certidão Declaratória, que comprove a contratação regular dos trabalhadores e as condições de seu retorno à localidade de origem ao final da safra, para os trabalhadores migrantes contratados em outras localidades e que fiquem impossibilitados de retornarem ao seu município de origem após a jornada de trabalho;

c) assegurar alojamentos de boa qualidade e de acordo com os requisitos da Norma Regulamentadora 31 - NR 31, do Ministério do Trabalho e Emprego, para os trabalhadores migrantes contratados em outras localidades e que fiquem impossibilitados de retornarem ao seu município de origem após a jornada de trabalho; e

d) proporcionar o acesso dos trabalhadores contratados em outras localidades a meios de comunicação nos alojamentos, para facilitar o contato com seus familiares.

III - Transparência na Aferição da Produção

a) dispor de mecanismos de aferição da produção previamente acertados com as representações dos trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, devidamente escritos e amplamente divulgados entre os cortadores de cana-de-açúcar, que permitam a estes avaliar o cálculo do salário devido;

b) informar o preço antecipadamente aos empregados e utilizar, para medição da cana-de-açúcar cortada, compasso com ponta de ferro, na presença dos trabalhadores, respeitadas as normas constantes de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho que disciplinem a matéria, qualquer que seja o sistema utilizado para pagamento dos trabalhadores - metro, tonelada ou outros; e

c) complementar o pagamento da diária correspondente ao piso salarial para os trabalhadores que não alcançarem tal remuneração com sua produção do dia.

IV - Saúde e Segurança do Trabalho

a) adotar melhores práticas de gestão em saúde e segurança, e valorizar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural - CIPATR;

b) fornecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual - EPI de boa qualidade com Certificado de Aprovação - CA;

c) realizar esforço, em conjunto com trabalhadores, para adequação e melhoria de EPI ao trabalho rural;

d) realizar esforço, em conjunto com trabalhadores, para conscientizar os trabalhadores sobre a importância do uso de EPI;

e) garantir a realização de duas pausas coletivas por dia, sendo uma no período da manhã e outra à tarde;

f) ter rigor no exame admissional, lançando mão de exames complementares sempre que o médico responsável entender necessário;

g) promover campanhas informativas aos seus trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar sobre a importância da reidratação durante os serviços de campo, fornecendo gratuitamente o soro hidrante a critério do médico da empresa;

h) adotar, orientar e difundir a prática de ginástica laboral nas atividades manuais de plantio e corte da cana-de-açúcar; e

i) melhorar as condições de atendimento médico aos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar em situações de emergência.

V - Transporte

a) fornecer transporte seguro e gratuito aos trabalhadores para as frentes de trabalho no campo;

b) manter, para o transporte de trabalhadores, sistema de controle de acordo com a NR31 e as normas legais de trânsito, e que contemple:

1. condição material dos ônibus ou veículos adaptados;
2. registro e licenças dos veículos;
3. documentos e habilitação dos condutores;
4. inspeção periódica dos veículos, uma sendo feita necessariamente antes do início da safra;
5. boas práticas na utilização dos veículos;
6. gestão de sistema de transporte; e

c) adotar Plano de Auxílio Mútuo em Emergência, com pactuação e integração local/regional de serviços privados e públicos.

VI - Alimentação

a) fornecer gratuitamente recipiente térmico - "marmita" - que garanta condições de higiene e manutenção de temperatura; e

b) assegurar, nas frentes de trabalho, mesas e bancos para a realização de refeições.

VII - Organização Sindical e Negociações Coletivas

a) estabelecer, em conjunto com entidades de trabalhadores, negociação coletiva de trabalho, esgotando todas as possibilidades de acordo, e zelar pelo cumprimento das condições pactuadas;

b) assegurar acesso aos locais de trabalho de dirigentes de sindicato, federação ou confederação da respectiva base territorial, desde que esteja previamente credenciado e seja a empresa comunicada de maneira simplificada e com antecedência, para verificar eventuais problemas e buscar soluções junto aos representantes da empresa; e

c) orientar os líderes de equipe sobre a importância do respeito às atividades sindicais.

VIII - Responsabilidade no Desenvolvimento da Comunidade

a) divulgar e apoiar ações relativas à educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades em que os trabalhadores estão inseridos.

IX - Divulgação de Boas Práticas

a) divulgar e orientar seus fornecedores de cana-de-açúcar sobre os termos deste instrumento e as boas práticas empresariais adotadas pela empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Governo Federal apoiará e incentivará ações destinadas a:

I - assegurar a adequação dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI utilizados pelos trabalhadores no cultivo manual de cana-de-açúcar;

II - ampliar progressivamente os serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego na intermediação da contratação de trabalhadores para o cultivo manual da cana-de-açúcar;

III - promover a alfabetização e elevação da escolaridade dos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar;

IV - promover a qualificação e requalificação dos trabalhadores do cultivo manual da cana-de-açúcar, com vistas a sua reinserção produtiva; e

V - fortalecer ações e serviços sociais em regiões de emigração de trabalhadores para atividades sazonais do cultivo manual da cana-de-açúcar.

CLÁUSULA QUARTA: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO

Os entes signatários deste Compromisso constituirão "Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional", cujas atribuições serão as seguintes:

I - estabelecer critérios e procedimentos para implementar, acompanhar e avaliar os resultados do Compromisso Nacional, inclusive com a possibilidade de autorizar auditoria independente para exercício das atividades de monitoramento do cumprimento das práticas empresariais;

II - divulgar este Compromisso Nacional e estimular a adesão das empresas da atividade sucroalcooleira;

III - propor e definir mecanismos para eventuais ajustes na adesão e permanência de empresas aos termos deste Compromisso Nacional;

IV - deliberar sobre o estabelecimento e divulgação de mecanismo de reconhecimento das empresas que aderirem e cumprirem as práticas empresariais estabelecidas neste Compromisso Nacional; e

V - propor e debater a revisão deste Compromisso Nacional.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES GERAIS

Este Compromisso Nacional entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência por um período de dois anos, podendo ser prorrogado com a concordância de todas as partes.

Brasília, 25 de junho de 2009

Secretaria-Geral da Presidência da República
LUIZ SOARES DULCI

Casa Civil da Presidência da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministério do Trabalho e Emprego
CARLOS LUPI

Ministério do Desenvolvimento Agrário
GUILHERME CASSEL

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
REINHOLD STEPHANES

Ministério da Educação
FERNANDO HADDAD

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PATRUS ANANIAS DE SOUSA

Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo - FERAESP
ÉLIO NEVES

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
ALBERTO ERCÍLIO BROCH

União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo - UNICA
MARCOS SAWAYA JANK

Fórum Nacional Sucroenergético
ANÍSIO TORMENA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg. Em seguida, Marta Suplicy, em permuta com Vital do Rêgo. A seguir, Cristovam Buarque e Wilson Santiago. Depois do Senador Rollemberg, falará a Senadora Lídice da Mata, pela Liderança.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, prezada Senadora Lídice da Mata, assomo à tribuna na tarde de hoje para registrar a realização da 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, que está ocorrendo na cidade de Goiânia, na Universidade Federal de Goiás, desde o dia 10 de julho, portanto, desde domingo, e vai até sexta-feira, dia 15 de julho, tendo como tema central "Cerrado: água, alimento e energia".

Trata-se de um dos maiores eventos científicos do país que é realizado desde 1948, com a participação de autoridades, de gestores do sistema nacional de ciência e tecnologia, representantes das sociedades científicas e da comunidade acadêmica.

A reunião é um importante meio de difusão dos avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento e um fórum de debate político sobre as políticas de ciência e tecnologia para o país.

A reunião da SBPC retorna a Goiás nove anos após a realização da 50ª reunião naquele Estado, realizada em 2002. E, pela terceira vez consecutiva, as discussões da reunião anual da SBPC estarão voltadas às questões relativas à biodiversidade nacional. Foi Amazônia em 2009, o mar em 2010 e nesta edição será o cerrado.

E não há tema mais propício para ser debatido neste momento pela comunidade científica nacional do que o cerrado brasileiro, especialmente colocando a sua múltipla diversidade como região produtora de águas, produtora de alimentos, produtora de energia e detentora de uma imensa biodiversidade.

O cerrado ocupa dois milhões de hectares, 24% do território nacional, e abriga um terço da biodiversidade brasileira, sendo a savana mais biodiversa do mundo. Segundo a pesquisadora Mercedes Bustamante, aqui da Universidade de Brasília e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, existem no cerrado brasileiro em torno de 12 mil espécies de plantas, das quais 4.400 são endêmicas, que só existem na região do cerrado, portanto preciosas do ponto de vista do seu material genético, porque adaptadas a uma região com períodos muito longos de estiagem, com mudanças grandes de temperatura entre o dia e a noite. E nos genes dessas plantas adaptadas a essa região do cerrado pode estar a solução para uma agricultura ainda mais produtiva no futuro, através do uso da biotecnologia, com plantas adaptadas a esses grandes períodos de estiagem e a essas grandes mudanças de temperatura.

Mas o cerrado também é a grande caixa d'água do Brasil. Setenta por cento das águas da bacia do Paraná, da bacia do Tocantins e da bacia do rio São Francisco nascem na região do cerrado, o que torna estratégica para o País a preservação dessa região, desse bioma. E é importante, porque o cerrado, além de ter um grande potencial e ser hoje o grande celeiro, o grande produtor de alimentos, com um grande potencial na produção de agroenergia, nós também temos essa biodiversidade fantástica que precisa ser conhecida e utilizada de forma inteligente e sustentável. E embora detentor de toda essa riqueza, o cerrado é o bioma brasileiro que mais vem sendo desmatado nos últimos anos.

Nós conseguimos construir uma grande unidade nacional e internacional em defesa do bioma amazônico, mas não temos conseguido a mesma eficiência no que se refere à proteção do cerrado brasileiro. E isso é absolutamente indispensável para o futuro da qualidade de vida do Brasil. É preciso ampliar, e muito, as áreas preservadas no cerrado, as áreas protegidas no cerrado.

Hoje apenas uma pequena parte do cerrado brasileiro é protegida por legislação federal. Grande parte das áreas protegidas do cerrado brasileiro estão em propriedades privadas, daí a necessidade de ampliarmos as áreas de proteção permanente e, ao mesmo tempo, a importância de avançarmos em conhecimento científico e tecnológico no País.

É muito propício que esse tema seja objeto da reunião anual da SBPC no momento em que discutimos o Código Florestal Brasileiro. Tenho dito reiteradas vezes que as contribuições mais significativas a esse debate partem da comunidade científica e da constatação de que foi graças aos avanços científicos, aos avanços tecnológicos que conseguimos ampliar em apenas 45% a área plantada no Brasil, nos últimos 30 anos, e aumentar a nossa produção em mais de 268%.

Quero homenagear a comunidade científica por essas conquistas, como o plantio direto, integração lavoura, pecuária, florestas, desenvolvimento da bactéria fixadora do nitrogênio no solo, o desenvolvimento de novas variedades adaptadas a nossa região do cerrado, que tem feito a agricultura brasileira crescer bastante na produção de alimentos nos últimos anos.

Portanto, ao celebrar, ao cumprimentar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência pela realização de sua reunião anual sobre um tema tão apro-

priado aqui, na cidade de Goiás, não posso deixar de fazer referência a matérias publicadas hoje no jornal como se a Presidente da SBPC, minha amiga, Helena Nader, reclamasse de que falta a opinião da comunidade científica no debate sobre o Código Florestal.

Quero registrar que no Senado não tem sido assim. No Senado, desde que assumi a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, já fizemos cinco audiências públicas a respeito do Código Florestal. Inicialmente ouvimos o relator do projeto, Deputado Aldo Rebelo, ouvimos a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ouvimos representantes da comunidade do setor produtivo e as duas outras reuniões foram dedicadas a grandes e proveitosos debates com representantes da comunidade científica indicados pela SBPC e pela Academia Brasileira de Ciências.

Tivemos, na primeira audiência pública o Sr. Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura, o Sr. Pedro Antonio Arraes Pereira, Presidente da Embrapa, o Sr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências e o Sr. Antonio Donato Nobre, representando a SBPC.

Na semana passada, tivemos nova audiência pública, com a presença da Srª Helena Nader, Presidente da SBPC, do Sr. José Antonio Aleixo também indicado indicado pelo SBPC, novamente a presença do Sr. Antonio Donato Nobre, do Sr. Celso Vainer Manzatto, representante da Embrapa, mas indicado pelo SBPC, o Sr. Ricardo Ribeiro Rodrigues, da Escola Superior Luiz de Queiroz, também indicado pelo SBPC, e do Sr. Elíbio Rech, representando a Academia Brasileira de Ciências.

Entendo que nós, necessariamente, temos que ter a contribuição da comunidade científica e tenho reiterado aqui que tão importante quanto a aprovação de um código florestal moderno, que tenha os olhos voltados para o futuro, são os subprodutos desse debate e as posteriores informações. A mobilização nacional tem demonstrado a importância de voltarmos a fazer zoneamento ecológico e econômico, zoneamento agrícola, mapas de solos, desenvolvimento de economia verde, de uma agricultura de baixo carbono. Para isso, nós vamos sempre precisar contar com a contribuição inestimável da comunidade científica do nosso País.

Portanto, parabéns a SBPC, sucesso e parabéns.

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela escolha do tema extremamente apropriado para o debater: o cerrado, o cerrado como espaço produtor de águas, produtor de alimentos, produtor de energia e detentor de uma enorme biodiversidade, que deve ser utilizada com inteligência, com sabedoria, em benefício da população brasileira, em benefício das populações locais, enfim, em benefício do desenvolvimento sustentável.

Nós só teremos sucesso com a colaboração decisiva que vem sendo dada, ao longo da nossa história, pela comunidade cientista brasileira.

Fica esse registro, Srª Presidente, agradecendo a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Quero dar boas-vindas aos diferentes grupos de visitantes que temos hoje. Sejam bem-vindos ao Senado.

Com a palavra a Senadora Lidice da Mata, pela Liderança do PSB.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão do oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero iniciar parabenizando o Senador Rodrigo Rollemberg, do meu Partido, que tem desempenhado e desempenha neste momento, de forma tão competente a tarefa de ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa. Sou testemunha do seu empenho nesta Comissão, de colocar em pauta e na agenda central do Senado Federal as questões relativas à defesa do meio ambiente e ao Código Florestal.

Nesse sentido, Senador, eu gostaria de aqui registrar e saudar o Dia Nacional do Engenheiro Florestal, que é o dia de hoje, lembrando que, no próximo dia 17, teremos o Dia de Proteção das Florestas. Tudo isso, juntamente com a SBPC, com o tema que tem, torna esta semana de encerramento dos trabalhos legislativos do primeiro semestre, uma semana em que, necessariamente, as atenções se voltam para a questão ambiental, num período legislativo que, no primeiro semestre, na Câmara e no Senado, foi marcado, sem dúvida nenhuma, pelo debate polêmico, porém necessário, e da aprovação do Código Florestal naquela Casa legislativa. Agora, sob a coordenação de V. Exª, esse debate, certamente, será mais enriquecido ainda, ouvindo, como tem feito, a posição de todos os interessados, de toda a sociedade brasileira, representada de diversas maneiras, e, inclusive, dos representantes da sociedade científica do nosso País.

Aproveito para também aqui lembrar ao nosso querido Senador um projeto de minha autoria que estava, inclusive, na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente, que é o Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2011, que tem o objetivo de determinar que as despesas com o meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Esse projeto modifica o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata das regras de limitação da execução da Lei Orçamentária Anual, com a finalidade de assegurar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas para o exercício no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A intenção nossa com esse projeto é que, sem dúvida nenhuma, tratando-se de um Ministério que já tem recursos tão pequenos, tão tímidos, possamos impedir tanto na área do meio ambiente quanto na área da cultura, que também tem um projeto de igual teor, que possamos impedir o contingenciamento do orçamento já tão restrito em duas áreas fundamentais, essenciais para o desenvolvimento da Nação e, acima de tudo, para a construção, a reafirmação da identidade nacional.

Portanto, quero aproveitar o dia de hoje e esta semana, quando tantos eventos acontecem e que são marcados pela defesa do meio ambiente, para solicitar o apoio dos Senadores e Senadoras desta Casa a este projeto, que considero de muita importância para ajudar a fortalecer as políticas públicas de proteção ao meio ambiente em nosso País.

Por último, Srª Presidente, gostaria de registrar que, amanhã, tomará posse na Faculdade de Medicina do Estado da Bahia, pela primeira vez, uma diretora mulher. Lorene Louise é a primeira mulher a assumir a direção da Faculdade de Medicina da Bahia, tem 53 anos, é médica sanitarista, professora de medicina preventiva, mestranda em saúde pública e doutoranda em medicina e saúde. Atualmente, ela é assessora técnica da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, e quero desejar-lhe muito sucesso nesta nova tarefa, neste desafio, naquele Estado que teve a primeira escola de medicina do País, e que tem, portanto, enormes responsabilidades, enormes tarefas na condução da Faculdade de Medicina e na proteção e na garantia de um ensino de maior qualidade

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Davim, para que eu possa fazer um pronunciamento como oradora inscrita.

A Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – É com satisfação que registramos a presença do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, Ministro e Senador da República. Seja bem-vindo, meu Ministro e meu Senador.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, que disporá do tempo regulamentar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é com imensa honra que trago à apreciação do Senado Federal, neste ano, a indicação do nome do Exmº Sr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto para ser agraciado com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em reconhecimento à importante contribuição de S. Exª para defesa e promoção dos direitos humanos no Brasil.

Ele nasceu na cidade sergipana de Propriá, em 1942, numa família de dez irmãos, pais João Fernandes e Dalva.

Do pai, juiz de direito, que sempre residia na comarca onde atuava, herdou o amor pelas letras e pelo trabalho, além da prática da conciliação e do respeito pela coisa pública. Da mãe, herdou o amor pela música e o forte sentimento de solidariedade. De ambos, a honestidade e a simplicidade.

Fascinado pelos estudos e pela leitura, começou a fazer poesia aos 12 anos de idade. Quando tinha 16 anos, começou a trabalhar numa autarquia municipal depois de passar em concurso público.

Aos 20 anos, em 1962, já ocupava o cargo de funcionário do Banco do Brasil e foi fazer faculdade de Direito, em Aracaju. Logo completou, depois de quatro anos, a sua graduação na instituição da qual, depois, seria professor, já casado com a Srª Rita de Cássia, companheira de vida e mãe de seus cinco filhos.

Poucos meses se passaram, para que deixasse o emprego no Banco do Brasil para viver da advocacia e do magistério e se lançar em novos contextos, sem condicionamentos.

Ayres Brito exerceu os cargos de Consultor-Geral do Estado de Sergipe, de Procurador-Geral de Justiça, de Chefe do Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado e de Procurador do Tribunal de Contas.

Concomitantemente, desenvolveu sua carreira no magistério superior, no qual ingressou em 1970. Foi professor de Filosofia, de Direito Administrativo e Direito Constitucional, em universidades de Sergipe, de São Paulo e de Santa Catarina, em cursos de graduação e de mestrado.

Além de aprofundar sua formação humanista, também deu continuidade aos seus estudos de pós-graduação. Participou, como sócio fundador, do Instituto de Defesa das Instituições Democráticas da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas,

do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e de muitos institutos.

Atingiu o ápice da sua carreira jurídica quando foi nomeado, em 2003, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dirigiu a Suprema Corte de maio de 2008 a abril de 2010, ocupando atualmente o cargo de Vice-Presidente do órgão.

Ao longo da carreira, realizou centenas de palestras. Toda sua produção intelectual, aliás, se particulariza pelo modo de expressão literária, pelo rigor conceitual da argumentação e pela defesa intransigente do humanismo e da democracia.

Não por acaso, a preocupação com a garantia dos direitos humanos e com a humanização do direito têm sido as marcas distintivas de sua atuação profissional. No STF, por exemplo, o Ministro Ayres Brito tem se destacado por suas posições invariavelmente favoráveis aos direitos de cidadania, aos pleitos dos grupos mais vulneráveis e às ações afirmativas.

Para ilustrar esse posicionamento, destaco o teor de alguns de seus votos, que fundem a beleza poética do trato da linguagem com um profundo conhecimento do raciocínio jurídico, resultando em decisões sábias, serenas e clarividentes, porque fortalecedoras dos direitos humanos, sejam eles civis, políticos, culturais, econômicos ou sociais.

Em primeiro lugar, chamo a atenção para o voto por ele proferido como relator do caso da Lei de Imprensa. No entendimento de S. Exª, compartilhado pela maioria dos ministros do Supremo, aquele diploma era incompatível com a Constituição Federal e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por ferir preceitos que enaltecem e garantem a liberdade de expressão com uma série de restrições.

Ressalto, também, seu voto emocionado no caso da contestação da anistia aos agentes da repressão. Naquela ocasião, Ayres Britto afirmou que o perdão coletivo aos torturadores era "falta de memória e de vergonha, um convite masoquístico à reincidência" – aí há partes do seu voto que, pela hora, não vou poder ler todo, mas é muito bonito.

Talvez ainda mais relevante tenha sido o voto de S. Exª no caso da demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, considerado peça fundamental na estratégia de proteção dos direitos indígenas. Depois de destacar a importância das áreas indígenas para a preservação do meio ambiente, afirmou, em seu relatório, que a Constituição garante aos índios o direito de desfrutar de um espaço fundiário "que lhes assegure meios dignos" e "que lhes permita preservar a identidade".

Destaco, por último, o exemplar voto de S. Exª no julgamento das ações que tratavam do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Ayres Britto foi enfático ao dizer que a orientação sexual não pode ser motivo de prejuízo e diferenciação, principalmente no campo jurídico, pois a Constituição da República veda, explicitamente, o tratamento discriminatório ou preconceituoso em razão do sexo dos seres humanos e não proíbe a formação familiar com base numa relação homoafetiva. Com a clareza de seu raciocínio e extrema sensibilidade social, afirma que, por conseqüência:

> Homens e mulheres: a) não podem ser discriminados em função do sexo com que nasceram; b) também não podem ser alvo de discriminação pelo empírico uso que vierem a fazer da própria sexualidade; c) mais que isso, todo espécime feminino ou masculino goza da fundamental liberdade de dispor sobre o respectivo potencial de sexualidade, fazendo-o como expressão do direito à intimidade, ou então à privacidade.
>
> O que significa o óbvio reconhecimento de que todos são iguais em razão da espécie humana de que façam parte e das tendências ou preferências sexuais que lhes ditar, com exclusividade, a própria natureza, qualificada pela nossa Constituição como autonomia de vontade. Iguais para suportar deveres, ônus e obrigações de caráter jurídico-positivo, iguais para titularizar direitos, bônus e interesses também juridicamente positivados; d) que a união entre iguais não se trata de uma mera sociedade de fato por interesse mercantil. "É involuntário navegar por um rio sem margens fixas, logo, o sexo das pessoas não se presta como fator de desigualação Jurídica".

Recentemente, defendeu a criminalização da homofobia, entendendo que "o homofóbico exacerba tanto o seu preconceito que o faz chafurdar no lamaçal do ódio. E o fato é que os crimes de ódio estão a meio palmo dos crimes de sangue".

Por seus posicionamentos corajosos e coerentes e pela luta incansável desse homem determinado e sem preconceitos, empenhado na defesa da solidariedade, da prevalência dos direitos humanos, da democracia, como princípio de organização da sociedade e do Estado, da ética na política e do combate aos fatores de degradação ambiental, espero obter o apoio de todas as Senadoras e de todos os Senadores para agraciarmos com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder

Câmara esse brasileiro notável, atuante e "ligado" no contexto do século XXI.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Convido o Senador Cristovam Buarque, inscrito como orador. S. Exª disporá do tempo regulamentar.

Passo a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

O Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*) Não está.

Senador Wilson Santiago. (*Pausa.*)

Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias, pelo tempo regimental.

Já vou chamar, por favor, se os Senadores Cristovam Buarque e Wilson Santiago estiverem na Casa – e, em seguida, Inácio Arruda –, serão os próximos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para prestar minha homenagem a dois grandes brasileiros: o economista Celso Furtado e a ex-Senadora Marina Silva.

Celso Furtado, assim como eu, era paraibano. Nasceu no dia 26 de julho de 1920 e, infelizmente, faleceu no dia 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro.

Esse paraibano de Pombal foi o maior economista brasileiro de todos os tempos.

Celso Furtado teve sua vida dedicada ao desenvolvimento. Em 1949, ajudou a construir a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas que se tornou um dos mais importantes centros de debates para o desenvolvimento do mundo. Na década de 1950, presidiu o Grupo Misto Cepal-BNDE, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o plano de metas do Governo de Juscelino Kubitscheck. No ano de 1953, assumiu uma diretoria do BNDE.

Depois de uma rápida passagem pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, onde escreveu *Formação Econômica do Brasil*, clássico da historiografia econômica brasileira, Celso Furtado, tornou-se nosso primeiro Ministro do Planejamento, quando a Pasta foi criada durante o Governo de Juscelino Kubitscheck.

A pedido do Presidente JK, criou, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), visando a descentralização do desenvolvimento brasileiro. Mais tarde, Celso Furtado, também se tornaria Ministro da Cultura do Governo do Presidente Sarney e membro da Academia Brasileira de Letras.

Celso Furtado era um progressista, reformista radical, democrata e humanista. Suas idéias formam um dos mais importantes pilares dos movimentos críticos e transformadores da América Latina. Sua grande percepção era que estruturas sociais e econômicas eram resultantes de estruturas de poder. Portanto, o rompimento da concentração de renda e riqueza, assim como as desigualdades sociais e regionais, eram decorrentes de vontades estabelecidas pelas elites econômicas e intelectuais. Para enfrentar essas vontades estabelecidas, seria necessário planejamento e uma estratégia de desenvolvimento auxiliada pelo Estado.

Furtado nunca acreditou que as forças de mercado fossem capazes, por si só, de desenvolver um país. Ele nunca aceitou que houvesse um caminho natural, inexorável que levaria um país de estágio de subdesenvolvido ao caminho do desenvolvimento. Muito pelo contrário, as forças naturais de mercado levariam ao aumento das desigualdades regionais e sociais: regiões e indivíduos ricos ficariam cada vez mais ricos e regiões e indivíduos pobres ficariam cada vez mais pobres.

Celso Furtado, que era um técnico, tinha consciência de que a estratégia de desenvolvimento deveria ser primordialmente uma equação política e não apenas uma agenda econômica.

Portanto, para Furtado uma estratégia de desenvolvimento deveria buscar a construção de uma hegemonia democrática e desenvolvimentista, capaz de enfrentar usinas de consensos pré-fabricados que reproduzem, de forma exaustiva, que juros devem ser altos para que a inflação seja baixa; que os aumentos do salário mínimo incentivam o trabalho informal; que as famílias não podem ter acesso ao crédito (somente as grandes empresas e os ricos) e que as políticas de transferências de renda incentivam a preguiça. Tudo isso, para Celso Furtado, eram inverdades que têm força somente porque são repetidas de forma incessante.

O pensamento de Celso Furtado segue atual também no que concerne ao debate do petróleo. Senador Eduardo Suplicy, em seus *Ensaios sobre a Venezuela*, Furtado ensinou:

> "Poucas vezes um desafio tão sem ambigüidades se apresentou a um grupo de dirigentes, ampliando abruptamente o campo do possível [...]. Nos próximos dois decênios, a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento, sendo quiçá o primeiro país da América Latina a realizar essa façanha, ou terá perdido a sua chance histórica. Pelo menos sobre um ponto básico existe consenso: a inação ou a omissão do Estado não constitui uma opção."

Celso Furtado escreveu essa passagem em 1974, quando o grande aumento do preço internacional do petróleo criou condições objetivas para que a Venezuela e outras economias exportadoras do petróleo pudessem dar um salto de qualidade em seu desenvolvimento. Na época, muitos economistas, como Furtado, consideravam que tais nações poderiam ascender, em pouco tempo, à condição de países plenamente desenvolvidos.

Contudo, passados mais de três decênios, é lamentável constatar que essa oportunidade histórica foi perdida por muitas dessas nações, que ficaram presas à "doença holandesa", e à dependência do petróleo. Escolhas erradas ou a omissão do Estado levaram-nas a desperdiçar o que Furtado classificou como a "ampliação abrupta do campo do possível".

Boa parte desses países desperdiçou a sua notável riqueza em consumo de bens importados e gastos perdulários, criou gigantescas burocracias e não construiu os fundamentos destinados a promover o desenvolvimento sustentado. Foram vítimas de uma abundância esterilizante.

Ora, o mesmo "desafio sem ambiguidade" que Furtado anteviu para a Venezuela em 1974 apresenta-se agora para o Brasil. As descobertas do pré-sal são extraordinárias. Os megacampos do pré-sal ampliaram o nosso campo do possível. Eles tornam possível o Brasil com educação de qualidade, logística apropriada e inclusão social.

Mas, para tanto, é necessário, como advertia Furtado, que o Estado não se omita. Mais: é preciso que a sociedade não se omita.

As idéias de Celso Furtado são a base necessária para a estratégia de desenvolvimento nacional que está em construção no Governo, na sociedade, no Parlamento, nos movimentos sociais, nos debates, nas universidades. Ela é uma das minhas inspirações para a construção do que tenho chamado de grande democracia popular, fundada no crescimento econômico, na distribuição de renda, na inovação tecnológica e na sustentabilidade ambiental.

Estou convencido, Srª Presidente, de que se Celso Furtado é o pai do conceito de desenvolvimento, Marina Silva é a sacerdotisa do desenvolvimento sustentável.

Mas, justiça seja feita, já em 1974, em seu também clássico *O Mito do Desenvolvimento,* Celso Furtado nos alertava sobre os impactos do processo econômico no meio ambiente, tema que, à época, era completamente alheio à ciência da economia. Furtado considerava que o PIB representava a "vaca sagrada dos economistas", por ser um "conceito ambíguo, amálgama considerável de definições mais ou menos arbitrárias", entre as quais a exclusão no cálculo do produto dos impactos ou custos ambientais. E questionava:

> "Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o do solo e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?"

Celso Furtado sustentava que o modelo econômico em expansão destrói e degrada em larga escala o meio ambiente, além de criar a ilusão de que, crescendo a economia, tem-se desenvolvimento.

A noção atual de desenvolvimento sustentável representa, em certa medida, uma vindicação do pensamento de Celso Furtado: não é qualquer crescimento que leva ao desenvolvimento; o crescimento econômico que deve ser perseguido é aquele (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Lindbergh Farias, que belo pronunciamento, em que V. Exª reúne duas pessoas de excepcional qualidade e firmeza de propósito, de seriedade e com a qualidade de Celso Furtado e Marina Silva, como suas fontes de inspiração e modelo. Certamente, Celso Furtado, sempre a nos alertar de que era importante o crescimento acompanhado da justiça social e da erradicação da pobreza, com a preocupação como a de Marina Silva de que esse desenvolvimento possa ser sustentável, V. Exª aqui nos traz exemplos do bom caminho a seguir. Meus cumprimentos a V. Exª! O seu discurso é tão belo que vou restringir o meu aparte, para que continue.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, estou aqui num dilema, porque, na verdade...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mais um minuto, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Sr. Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse é um pronunciamento que, de fato, tenho muito orgulho de estar fazendo esse pronunciamento aqui. Eu ia entrar agora na parte da ex-Senadora Marina, que também considero um pronunciamento, para mim, muito importante. E eu dediquei muito tempo, com a minha equipe, construindo esse pronunciamento.

De forma, minha Presidenta Marta Suplicy, que eu não vou ter o tempo suficiente. Presidenta, eu queria, inclusive, fazer um questionamento, e tentar ver se

eu consigo concluir. Senadora Marta, infelizmente, vou dar como lido, pois não vai dar para concluir o meu discurso. Eu queria consultar V. Exª se seria possível, pois é um pronunciamento tão importante para mim, em que eu junto Celso Furtado e Marina Silva, que eu queria ler esse discurso de forma plena. Se eu poderia, dada a limitação do tempo – e eu não quero pedir o prolongamento, porque há vários outros oradores –, depois da Ordem do Dia, em que temos um tempo mais amplo, de vinte minutos, não é isso?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estou sendo informada de que só se pode falar uma vez por dia. Então, vamos fazer o seguinte, vamos dispor de mais dois minutos e o Senhor tenta agilizar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É que não vai dar mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, está bom. Sinto muito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou ficar justamente no meio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) - Mas fale esses dois minutos adicionais, porque assim nós vamos apreciar. Prossiga.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É exatamente, Senador Suplicy, essa bandeira que é projetada no mais alto bastão pela nossa ex-Senadora Marina Silva. Como Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva perseguiu a mudança de paradigma de atuação da política ambiental, superando a lógica do "pode-se fazer tudo" ou "não se pode fazer nada" para engendrar outra lógica, a de "como fazer". Esse "como fazer" diz respeito exatamente à idéia do desenvolvimento sustentável.

Em 2009, essa grande brasileira desfiliou-se do PT. Lamentei muito, embora respeitasse a decisão; respeitasse e compreendesse. Acompanho, como todos nós, a trajetória de Marina há muito tempo. Admiro sua coerência política, sua integridade pessoal. Ela se firmou, ao longo das últimas duas décadas, como uma liderança popular excepcional. Por tudo isso, considerei sua saída do PT uma perda inestimável.

Estou convencido de que Marina não se move por ambições individuais, não se deixa conduzir por projetos oportunistas e jamais instrumentalizou sua adesão a causas visando a cargos e poder. Sendo assim, abandonar o partido que ajudara a fundar não se reduziu a uma operação circunstancial em uma conjuntura muito particular. Pelo contrário, aquele gesto transmitiu uma mensagem forte e teve um significado inquietante para nós, seus companheiros de travessia. Refiro-me aos que ficamos no PT, buscando extrair lições da perda para aprimorar o partido.

Refletindo sobre nossa cultura política, não foi difícil reconhecer – e aqui eu falo da minha cultura política também, da minha história, da minha tradição – que a preservação do meio ambiente, os problemas referentes a políticas do clima, a complexa questão da sustentabilidade não estiveram – eu faço aqui uma avaliação da minha história – entre os pontos prioritários de nossa agenda.

Crescemos e amadurecemos como indivíduos, cidadãos e agentes políticos obcecados pela temática do desenvolvimento com democracia e justiça social. Aliás, obcecados por ótimos motivos. As teses da sustentabilidade chegaram depois, integraram nosso ideário como anexos, apêndices, complementos, quase como os adjetivos que qualificam os substantivos. Muitas vezes, ingressaram mais em nossa retórica do que em nossa prática. E quando se tratava de implementar políticas e propor caminhos, eventualmente sacrificamos a sustentabilidade em nome do crescimento dos benefícios sociais e econômicos para a maioria.

Imaginamos que a preocupação com a sustentabilidade acabaria por impedir os avanços, desperdiçando oportunidades e provocando danos sociais. O fato é que nem sempre esteve claro para nós que sustentabilidade não bloqueia o desenvolvimento, mas ao contrário o torna verdadeiro.

Muito obrigada, Senadora Suplicy.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR LINDBERGH FARIAS.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ.S Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para prestar minha homenagem a dois grandes brasileiros: o economista Celso Furtado e a ex-senadora Marina Silva.

Celso Furtado, assim como eu, era Paraibano. Nasceu no dia 26 de julho de 1920 e, infelizmente, faleceu no dia 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro. Esse paraibano de Pombal foi o maior economista brasileiro de todos os tempos.

Celso Furtado teve sua vida dedicada ao desenvolvimento. Em 1949, ajudou a construir a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, que se tornou um dos mais importantes centros de debates sobre o desenvolvimento do mundo. Na década de 1950, presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. No ano de 1953 assumiu uma diretoria do BNDE.

Depois de uma rápida passagem pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, onde escreveu *Formação Econômica do Brasil*, clássico da historio-

grafia econômica brasileira, Celso Furtado tornou-se nosso primeiro ministro do planejamento, quando a pasta foi criada durante o governo de Juscelino Kubitschek. A pedido do presidente JK, criou, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), visando à descentralização do desenvolvimento brasileiro.

Mais tarde, Celso Furtado também se tornaria Ministro da Cultura do governo do Presidente Sarney e membro da Academia Brasileira de Letras (1997).

Celso Furtado era um progressista, reformista radical, democrata e humanista. Suas idéias formam um dos mais importantes pilares dos movimentos críticos e transformadores da América Latina. Sua grande percepção era que estruturas sociais e econômicas eram resultantes de estruturas de poder. Portanto, o rompimento da concentração de renda e riqueza, assim como as desigualdades sociais e regionais, eram decorrentes de vontades estabelecidas pelas elites econômicas e intelectuais. Para enfrentar essas vontades estabelecidas seria necessário planejamento e uma estratégia de desenvolvimento auxiliada pelo Estado.

Furtado nunca acreditou que as forças de mercado fossem capazes, por si só, desenvolver um país. Ele nunca aceitou que haveria um caminho natural, inexorável, que levaria um país do estágio de subdesenvolvido ao caminho do desenvolvimento. Muito pelo contrário, as forças naturais de mercado levariam ao aumento das desigualdades regionais e sociais: regiões e indivíduos ricos ficariam cada vez mais ricos e regiões e indivíduos pobres ficariam cada vez mais pobres.

Celso Furtado, que era um técnico, tinha consciência que uma estratégia de desenvolvimento deveria ser primordialmente uma equação política – e não apenas uma agenda econômica.

Portanto, para Furtado, uma estratégia de desenvolvimento deveria buscar a construção de uma hegemonia democrática e desenvolvimentista, capaz de enfrentar as usinas de consensos pré-fabricados que reproduzem de forma exaustiva que juros devem ser altos para que a inflação seja baixa; que os aumentos do salário mínimo incentivam o trabalho informal; que as famílias não podem ter acesso ao crédito (somente as grandes empresas e os ricos) e que as políticas de transferências de renda incentivam a preguiça. Tudo isso, para Celso Furtado, eram inverdades, que têm força somente porque são repetidas de forma incessante.

O pensamento de Celso Furtado segue atual também no que concerne ao debate do petróleo. Em seus *Ensaios sobre a Venezuela,* Furtado ensinou:

Poucas vezes um desafio tão sem ambigüidades se apresentou a um grupo de dirigentes, ampliando abruptamente o campo do possível […]. Nos próximos dois decênios, a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento, sendo quiçá o primeiro país da América Latina a realizar essa façanha, ou terá perdido a sua chance histórica. Pelo menos sobre um ponto básico existe consenso: a inação ou a omissão do Estado não constitui uma opção.

Celso Furtado escreveu essa passagem em 1974, quando o grande aumento do preço internacional do petróleo criou condições objetivas para que a Venezuela e outras economias exportadoras do petróleo pudessem dar um salto de qualidade em seu desenvolvimento. Na época, muitos economistas, como Furtado, consideravam que tais nações poderiam ascender, em pouco tempo, à condição de países plenamente desenvolvidos.

Contudo, passados mais de três decênios, é lamentável constatar que essa oportunidade histórica foi perdida por muitas dessas nações, que ficaram presas à "doença holandesa" e à dependência do petróleo. Escolhas erradas ou a omissão do Estado levaram-nas a desperdiçar o que Furtado classificou como a "ampliação abrupta do campo do possível".

Boa parte desses países desperdiçou a sua notável riqueza em consumo de bens importados e gastos perdulários, criou gigantescas burocracias e não construiu os fundamentos destinados a promover o desenvolvimento sustentado. Foram vítimas de uma abundância esterilizante.

Ora, o mesmo "desafio sem ambigüidades" que Furtado anteviu para a Venezuela em 1974 apresenta-se agora para o Brasil. As descobertas do pré-sal são extraordinárias. Os megacampos do pré-sal ampliaram o nosso campo do possível. Eles tornam possível o Brasil com educação de qualidade, logística apropriada e inclusão social. Mas, para tanto, é necessário, como advertia Furtado, que o Estado não se omita. Mais: é preciso que a sociedade não se omita.

As idéias de Celso Furtado são a base necessária para uma estratégia de desenvolvimento nacional que está em construção no Governo, na sociedade, no parlamento, nos movimentos sociais, nos debates nas universidades. Ele é uma de minhas inspirações para a construção do que tenho chamado de grande democracia popular, fundada no crescimento econômico, na distribuição de renda, na inovação tecnológica e na sustentabilidade ambiental.

Estou convencido, Senhor Presidente, de que se Celso Furtado é o pai do conceito de desenvolvimento, Marina Silva é a sacerdotisa do desenvolvimento sustentável.

Mas, justiça seja feita, já em 1974, em seu também clássico "O Mito do Desenvolvimento", Celso

Furtado nos alertava sobre os impactos do processo econômico no meio ambiente, tema que, à época, era completamente alheio à ciência da economia. Furtado considerava que o PIB representa a "vaca sagrada dos economistas", por ser um "conceito ambíguo, amalgama considerável de definições mais ou menos arbitrárias", entre as quais a exclusão no cálculo do produto dos impactos ou custos ambientais. E questionava:

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?

Celso Furtado sustentava que o modelo econômico em expansão destrói e degrada em larga escala o meio ambiente, além de criar a ilusão de que, crescendo a economia, tem-se desenvolvimento.

A noção atual de desenvolvimento sustentável representa, em certa medida, uma vindicação do pensamento de Celso Furtado: não é qualquer crescimento que leva ao desenvolvimento; o crescimento econômico que deve ser perseguido é aquele (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável.

É exatamente essa bandeira que é projetada no mais alto bastão pela nossa grande ex-Senadora Marina Silva. Enquanto Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva perseguiu a mudança de paradigma de atuação da política ambiental, superando a lógica do "pode-se fazer tudo" ou do "não se pode fazer nada", para engendrar uma outra lógica, a do "como fazer". Esse "como fazer" diz respeito exatamente à idéia de desenvolvimento sustentável.

Em 2009, essa grande brasileira desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores. Lamentei muito, embora respeitasse a decisão. Respeitasse e compreendesse.

Acompanho a trajetória de Marina há muito tempo. Admiro sua coerência política e sua integridade pessoal. Ela se firmou, ao longo das últimas duas décadas, como uma liderança popular excepcional.

Por tudo isso, considerei sua saída do PT uma perda inestimável.

Estou convencido de que Marina não se move por ambições individuais, não se deixa conduzir por projetos oportunistas e jamais instrumentalizou sua adesão a causas visando cargos e poder. Sendo assim, abandonar o Partido que ajudara a fundar não se reduziu a uma operação circunstancial, em uma conjuntura muito particular. Pelo contrário, aquele gesto transmitiu uma mensagem forte e teve um significado inquietante para nós, seus companheiros de travessia. Refiro-me aos que ficamos no PT, buscando extrair lições da perda para aprimorar o partido.

Refletindo sobre nossa cultura política, não foi difícil reconhecer que a preservação do meio-ambiente, os problemas referentes às políticas do clima, a complexíssima questão da sustentabilidade não estiveram entre os pontos prioritários de nossa agenda.

Crescemos e amadurecemos como indivíduos, cidadãos e agentes políticos obcecados pela temática do desenvolvimento com democracia e justiça social. Aliás, obcecados por ótimos motivos. As teses da sustentabilidade chegaram depois e integraram nosso ideário como anexos, apêndices, complementos, quase como os adjetivos que qualificam os substantivos. Muitas vezes, ingressaram mais em nossa retórica do que em nossa prática. E quando se tratava de implementar políticas e propor caminhos, eventualmente sacrificamos a sustentabilidade em nome do crescimento e dos benefícios sociais e econômicos para a maioria. Imaginamos que a preocupação com a sustentabilidade acabaria por impedir os avanços, desperdiçando oportunidades e provocando danos sociais. O fato é que nem sempre esteve claro para nós que sustentabilidade não bloqueia o desenvolvimento, mas, ao contrário, o torna verdadeiro, isto é, o faz fonte de qualidade de vida e o transforma em uma dinâmica capaz de garantir a continuidade das conquistas sociais e econômicas.

Algumas vezes, cometemos um equívoco diferente mas comparável àquele dos economistas conservadores, para os quais só seria possível dividir o bolo depois de fazê-lo crescer. De nossa parte, em alguns momentos, pensamos que a sustentabilidade viria como a cereja do bolo: primeiro, seria preciso promover o crescimento com inclusão social, qualquer que fosse o custo ambiental; depois, cuidaríamos do meio-ambiente, da biodiversidade, do clima: enfim, do futuro. Em outras palavras: ao futuro, a agenda do futuro. A cada dia, sua agonia.

A saída de Marina do PT me alertou para a constatação de que a sustentabilidade não é um adendo, um detalhe, uma cláusula suplementar. Muito menos um tema para o futuro. Tem de estar no centro de nosso pensamento e de nosssas ações, sempre. Ou não haverá futuro.

Apesar de deficiências em nossa cultura política e das contradições inevitáveis, naturais em todos os partidos, o PT foi e continua sendo um partido democrático, aberto, capaz de acolher diferenças. Tanto que nele permanecem inúmeros ambientalistas plenamente conscientes da prioridade dos temas relativos à sustentabilidade.

Se a saída de Marina provocou reflexões auto-críticas em mim e em tantos companheiros de jornada, seu novo passo, desfiliando-se do Partido Verde,

suscita novas inquietações, dessa vez relativas a nosso sistema político.

Não se trata de avaliar sua opção de deixar o PV, muito menos de julgar a escolha de manter-se, pelo menos temporariamente, fora do universo dos partidos. Seria pretensioso avaliar ou julgar. Só posso manifestar meu respeito por sua decisões, uma vez que, corretas ou incorretas, segundo quaisquer critérios, não tenho dúvida de que as motivações são respeitáveis. Como é de seu estilo, a ex-senadora Marina Silva não hesita em arriscar o patrimônio político-eleitoral em nome de seus ideais. Essa coragem não é comum. Na verdade, é raríssima.

Assim como sua saída do PT suscitou reflexões positivas, eu acredito que o rompimento de Marina com o Partido Verde pode nos despertar de uma certa letargia frente à crise da representação parlamentar. Letargia que tem caracterizado o ambiente político – e aqui não me refiro exclusiva nem principalmente ao PT. Marina saiu do PV, criticou o partido –é verdade--, mas o que interessa a todos nós foram suas palavras sobre o sistema político brasileiro, em seu conjunto. Não foram palavras sectárias, agressivas, doutrinárias ou destrutivas. Ela fez uma análise serena mas rigorosa sobre a precariedade da representação política, a escassez de confiança popular nas instituições parlamentares, a incapacidade dos partidos de se conectarem com a população e de se colocarem à altura do dinamismo da sociedade brasileira.

Não sei se o novo capítulo de sua biografia, fora dos partidos, produzirá mais benefícios ao país e às suas causas do que sua longa e produtiva trajetória partidária, no interior das instituições parlamentares. Espero que ela nos ajude a vislumbrar soluções criativas no âmbito da democracia representativa e do Estado democrático de direito, como deseja fazer. Confesso, inclusive, que ainda tenho esperança de que, um dia, no futuro próximo, Marina e o partido dos trabalhadores, ao qual ela dedicou tantos anos de sua vida, se reencontrem: ambos amadurecidos e transformados, graças às iniciativas corajosas da ex-senadora, por um lado, e à abertura criativa, auto-reflexiva e generosa do próprio PT.

Mas para que esse reencontro seja um dia possível e para que as transformações desejáveis ocorram, o melhor a fazer é aproveitar a oportunidade que Marina mais uma vez nos oferece para despertarmos da letargia, olharmos para nós mesmos no espelho do ceticismo popular, encararmos a crise do sistema político com franqueza, sem ressentimentos e atitudes defensivas, e longe de qualquer dogmatismo.

Não pretendo falar sobre a reforma política que tem sido objeto de debates no Congresso Nacional, até porque acho que os dilemas que ela envolve, sem prejuízo de sua relevância, estão distantes da problemática mais funda que pode ser definida como crise da representação e que se refere ao divórcio entre o mundo político profissional e a vida social.

Às vezes tenho a impressão de que olhamos para o Congresso Nacional como olhamos para as estrelas e nos iludimos com sua presença imponente como se a representação política fosse natural e como se ela portasse em si mesma as virtudes que justificam sua existência. Entretanto, como sabemos, várias estrelas e constelações que contemplamos, admirados, não existem mais. Cuidado!, alertariam os astrônomos. As instituições não são parte da natureza. São obras do engenho humano. São construções históricas. Nascem e perecem, dando lugar a novas formas, adequadas a novos tempos. Ou se renovam, se reinventam e se adaptam às novas exigências.

Não há democracia sem Parlamento. Sabemos disso. O Brasil aprendeu a dura lição quando mergulhou nas trevas da ditadura. Portanto, a tarefa histórica não pode ser desprezar o Parlamento e imaginar sua substituição. Não há alternativas superiores no mundo contemporâneo, apesar dos pesares. Por isso, a tarefa é renovar métodos e processos, reinventando o instituto da representação parlamentar para conectá-la à nova sociedade que está se gestando diante de nós.

Na Grécia clássica, a democracia veio da Ágora, o espaço público, a praça. Foi na praça que brotou a política como prática coletiva orientada para a realização do interesse público no território da cidade, a Polis. As deliberações coletivas (das quais estavam excluídas, entretanto, as mulheres e os escravos) eram possíveis porque o número de cidadãos era reduzido e havia tempo ocioso. Na sociedade de massas, a deliberação, mesmo democrática, tornou-se inviável pelos métodos diretos experimentados na praça grega, quatro séculos antes de Cristo. Passou a ser necessário contar com mediadores que representem a coletividade e, em seu nome, deliberem.

Hoje, em várias partes do mundo, a sociedade está voltando à praça. E não apenas para manifestar sua indignação com governos tirânicos, uma vez que são outras as praças e outras as formas de presença. Graças à tecnologia, voltou a ser possível encontrarmo-nos na grande Ágora virtual. Na era da informação, a sociedade está se estruturando em redes, os grupos são mais flexíveis, as identidades são plásticas, as pessoas ora se dispersam, ora se unem em torno de determinados valores, de certas pautas, durante certo período.

Qual a forma pela qual seria viável garantir estabilidade política, lealdade a um ideário, compromisso

com políticas públicas e com valores, responsabilidade na condução do interesse público e, ao mesmo tempo, abrir o Parlamento e a vida política às redes sociais, à participacão ampliada, sem cair na demagogia assembleísta ou plebiscitária?

Como se percebe, senhor presidente, há mais perguntas do que respostas e o gesto político de Marina teve, mais uma vez, o mérito de as formular. De meu ponto de vista, acho que estaremos cumprindo nosso dever se nos esforçarmos por pensar o novo, antecipando-nos às mudanças sociais que estão em curso.

Acredito, senhor presidente, que seja nosso dever incorporar essas perguntas à nossa agenda. Talvez elas sejam mais importantes do que as respostas, porque provocam em nós um desconforto saudável e construtivo, nos impedindo de confundir a desejável solidez institucional com a resignação a seus limites.

Mais do que nos desafiar a incorporar o desenvolvimento sustentável como vetor de nossas lutas, na esteira de Celso Furtado, Marina Silva nos impulsiona a reinventar a política.

Muito obrigado!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Lindbergh. V. Exª será atendido nas formas do Regimento, será transcrito todo o discurso, mas amanhã poderá completá-lo também. É que, realmente, o Regimento impede fazer duas vezes um pronunciamento.

Há, sobre a mesa, requerimentos de autoria do Senador Ivo Cassol solicitando, respectivamente, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, licença de saúde por 20 dias e, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, licença para tratar de interesses particulares por 106 dias.

São os seguintes os requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, 20 (vinte) dias de licença saúde, a contar desta data, conforme Atestado Médico, em anexo.

Senado Federal, 11 de julho de 2011. – Senador **Ivo Cassol**.

REQUERIMENTO Nº 849, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, 106 (cento e seis) dias de Licença para Tratar de Interesses Particulares, a contar de 31 de julho de 2011.

Senado Federal, 11 de julho de 2011. – Senador **Ivo Cassol**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação, em globo, dos requerimentos.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do 1º Suplente do Senador Ivo Cassol.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Aécio Neves.

Bem-vindo, já recuperado!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado a V. Exª.

É um prazer reencontrar, depois dessa curta ausência, meus companheiros, lamentando ser essa a primeira sessão que compareço sem ter aqui a minha esquerda a dignidade, a seriedade e, sobretudo, os exemplos de Itamar Franco. Fica apenas esse registro. Teremos oportunidade de, em agosto, em uma sessão em sua homenagem, falarmos um pouco do seu extraordinário legado.

Mas faço a V. Exª uma solicitação, mesmo não estando previsto anteriormente. Existem três processos de empréstimos já aprovados nas respectivas Comissões extremamente relevantes para o Estado de São Paulo, representado por V. Exª, e para o Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Senador Lindbergh, pelo Senador Crivella e pelo Senador Dornelles, e, como uma quarta opção eventual, com o apoio de todos nós... Fica aqui. Acho que esse é um pleito de todos os Senadores do Rio de Janeiro, mas, pela importância do que está sendo tratado, fica um apelo a V. Exª possa colocá-lo em votação. É consensual. Isso criará um bom consenso para que outros pleitos também de outros Estados, quando chegarem ao plenário, tenham a aprovação unânime dos Srs. Senadores.

Faço esse apelo a V. Exª, que poderia colocar excepcionalmente agora em votação os empréstimos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido.

Temos dois minutos para poder abrir oficialmente a Ordem do Dia. Então, vou dar a palavra ao Senador Wilson Santiago, como orador inscrito. Em seguida, votamos, não é nominal, mas de forma simbólica, esses três requerimentos de empréstimos que são extremamente importantes para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, demais Senadores, demais Senadoras, profissionais da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, hoje a

Presidenta Dilma lançou o Plano Safra para agricultura familiar 2011/2012.

Diariamente, Srª Presidenta, somos assolados com informações sobre a falta de alimento no mundo e, consequentemente, com os altos valores praticados de alimentos. A informação de que seremos em breve o maior produtor de alimentos é resultado de uma política que se preocupa com o problema da fome, com toda certeza, no território nacional e, além de tudo, expandindo-se para socorrer também outros países do mundo ou até contribuir.

Hoje, está prevista a liberação de R$16 bilhões e também a criação de uma política de preços mínimos especial para o setor.

Todos nós, Srª Presidenta, Senador Moka, Senador Mozarildo Cavalcanti e demais Senadores e Senadoras, temos acompanhado, ao longo do tempo, especificamente nós que somos conhecedores da real situação da agricultura especificamente nas regiões menos produtivas, o que não é o caso do Senador Moka, apesar de conhecer muito a política agrícola brasileira, mas a política agrícola do campo, especificamente, repito, nas regiões mais carentes deste País. tem sofrido muito no que se refere à diminuição da sua produção naqueles Estados onde há uma escassez de densidade pluviométrica exatamente por falta de garantia do preço mínimo para aqueles pequenos produtores.

Hoje, temos o preço mínimo, digo até a aquisição do alimento para a agricultura familiar. Mas o médio produtor, que, no interior, é conhecido também como pequeno produtor, encontra dificuldade, Senador Moka, em decorrência da falta de um programa que garanta o preço mínimo para o pequeno produtor de modo que se elimine o intermediário, que lá se chama de atravessador, e se impossibilite ou inviabilize a pequena produção desse pequeno trabalhador rural do interior, especificamente do Nordeste.

Por essa razão é que temos, nesta oportunidade, não só de parabenizar o Governo por adotar, por criar essa política especial do preço mínimo, que, com certeza, colocada em prática, Senadora Ana Amélia, irá facilitar, ajudar, contribuir para que aquele pequeno produtor do campo permaneça no campo, residindo no campo, produzindo, fazendo aquilo que ele aprendeu durante toda sua vida.

Por essa razão é que temos que reconhecer essa decisão do Governo, na data de hoje, não só de adotar essa política especial do preço mínimo, Senador Paim, como também por gerar ou programar uma expectativa de futuro para que muitos desses pequenos produtores tenham condições de, nas suas regiões, nos seus Estados, nos seus sítios, nas suas comunidades, continuar produzindo, não só se mantendo ou mantendo o sustento de suas famílias, mas também contribuindo para a diminuição dessas perspectiva de fome no mundo inteiro, já que o Brasil se desenha ser, em breve, o maior produtor de alimento do mundo.

Concedo a palavra a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Wilson Santiago, por abordar esse tema tão relevante para o País, especialmente no caso referido por V. Exª, que diz respeito à renda dos pequenos agricultores não só da sua Paraíba, mas também do meu Estado e do Senador Paim, o Rio Grande do Sul. Recentemente, numa reunião dos representantes da agricultura familiar com movimentos sociais, Fetag, Via Campesina, MST, e também representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, chegamos à conclusão de que a dívida vencida e vincenda da agricultura familiar chega, no País, a R$30 bilhões e a dívida de curto prazo dhega a R$8 bilhões. Fizemos até uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar desse assunto, Senador Wilson Santiago, e o incrível é que tudo se resume ao que V. Exª está defendendo: o Governo precisa manter a garantia e assegurar que o agricultor receba, pelo menos, o preço mínimo. É o que está acontecendo agora no Rio Grande do Sul, com a crise do arroz, em que o agricultor recebe menos de R$25,80 por saca, que foi definido como preço mínimo. Então, V. Exª está coberto de razão quando aborda esse tema, porque, enquanto não houver renda no campo, os riscos, as crises e os problemas sociais vão continuar aumentando. Obrigada, Senador Wilson Santiago. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Dos R$16 bilhões colocados no mercado, do total, R$7,7 bilhões serão disponibilizados para investimentos e R$8,3 bilhões para custeios.

Além da criação de uma política de preço mínimo específica, outra novidade no Plano Safra para a agricultura familiar é a redução da taxa de juros, que muito tem incomodado e até inviabilizado a produção desses pequenos produtores pelo Brasil afora. A redução da taxa de juros é de significativa importância. As operações de investimento tiveram a taxa máxima reduzida de 4% para 2% ao ano. Nas operações do Programa Mais Alimentos até R$10 mil, os juros cobrados diminuíram de 2% para 1% ao ano.

Enquanto o Governo brasileiro trabalha em favor de sua agricultura e da produção de alimentos, o Planeta está, como todos nós temos conhecimento, em alerta. No mês passado, o grupo das vinte maiores economias do mundo se reuniu e, pela primeira vez, os ministros da agricultura dessas nações foram

convocados, naquele instante, a debater o assunto. Nessa reunião, ficaram claros o vigor e a importância decisiva da agricultura brasileira na economia mundial.

Programas que visam à agricultura familiar, que se sensibilizam com o pequeno agricultor e que fortalecem a agricultura como um todo devem honrar todos os brasileiros, porque sabemos que temos condições de continuar aumentando a produção, assegurando a essas famílias brasileiras, aos pequenos produtores, aos trabalhadores, o alimento para o seu próprio sustento.

Muito significativo é que o criador do programa Fome Zero, como citamos na semana passada, lançado no Governo do Presidente Lula, José Graziano, foi eleito para diretor da FAO, como todos nós temos conhecimento.

Todos esses fatos, Srªs e Srs. Senadores, são reflexo da importância que o Brasil dá à agricultura, importância que, com certeza, tem tornado o Brasil um dos maiores incentivadores do fortalecimento da agricultura familiar, possibilitando o aumento da produção e, consequentemente, o sustento dessas famílias, importância que, tenho certeza, merece não só o nosso apoio, mas também o apoio desta Casa, do Congresso Nacional e da sociedade brasileira.

No mais, Senadora Marta, agradeço a atenção de V. Exª dizendo que esse programa de agricultura familiar não só deu certo, como também está dando incentivos aos demais produtores, aos pequenos produtores e, digo até, aos que estão no meio da agricultura familiar para se integrarem e, com isso, buscarem não só os incentivos do Governo, como também a contribuição para o aumento da produção brasileira, fazendo com que o Brasil continue sendo, num futuro bem próximo,...

(Interrupção do som.)

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – ... aliados aos grandes, ser o Brasil, em breve, o maior produtor de alimentos do mundo.

Agradeço a V. Exª. Com certeza, juntos, teremos condições de contribuir e, digo até, de testemunhar esse sucesso da agricultura brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tenho certeza, Senador Wilson Santiago.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está aberta a Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Item 1 da pauta é o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, oriundo da Medida Provisória nº 528, de 2011.

Tendo em vista ser hoje a segunda sessão em que a matéria consta da Ordem do Dia, segundo acordo de Lideranças, ela deixa de ser apreciada na presente sessão.

É o seguinte o item:

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, que *altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011).*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Houve, há alguns minutos, uma solicitação do Plenário, manifestada pelo Senador Aécio Neves, de acordo com as Lideranças, para votarmos três operações de crédito que foram apreciadas e aprovadas esta manhã.

Primeira.

Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 32.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2011

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 32, de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 98, de 2011, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$112,000,000.00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar o "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional – Rio de Janeiro".

Em, 12 de julho de 2011.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 98 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 12/07/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
L[illegible]CE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IV[illegible] CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

Atualizada em 28/6/2011

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não tendo havido objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

Aprovado.

Projeto de Resolução nº 32; foi aprovado o requerimento de urgência, agora vamos ao projeto a ser votado.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 32, de 2011, (apresentado como conclusão do Parecer nº 677, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*, Senador Lobão Filho), *que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores que queiram discutir, está encerrada a discussão, que já foi feita na parte da manhã.

Votação.

Não havendo quem queira encaminhar, as Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o crédito para o Rio de Janeiro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.

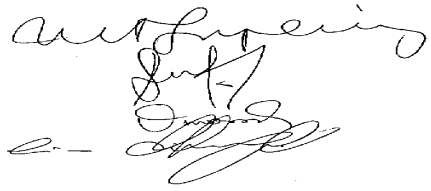
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 680, DE 2011
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução n° 32, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 32, de 2011, que autoriza o Estado do Rio de Janeiro, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$112.000.000,00 (cento e doze milhões dólares dos Estados Unidos da América).

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de julho de 2011.



ANEXO AO PARECER N° 680, DE 2011

Redação final do Projeto de Resolução n° 32, de 2011.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 2011

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1° É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional – Rio de Janeiro".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1° deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio de Janeiro;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxa de juros baseada na taxa de juros interbancária praticada em Londres *(Libor);*

VI – prazo de desembolso: 4 (quatro) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano, vencendo-se a primeira depois de transcorridos 4 (quatro) anos e a última antes de transcorridos 25 (vinte e cinco) anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela (a) *Libor* trimestral para dólar norte-americano, (b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na *Libor e* (e) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissões: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não de-

sembolsado do empréstimo e exigidas juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – despesa com inspeção e supervisão geral: não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

XI – opção de fixação da taxa de juros: o mutuário poderá, com o consentimento por escrito do fiador e desde que sejam respeitados os termos e condições estabelecidos no contrato de empréstimo, solicitar ao BID a conversão, para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *Libor* e uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros fixa para uma taxa de juros baseada na *Libor.*

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que:

I – o Estado do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais;

II – seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

III – seja comprovada a situação de adimplência de todas as obrigações da administração direta do Estado do Rio de Janeiro junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em igor na data de sua publicação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para agradecer ao Senado Federal pela aprovação desses dois empréstimos e dizer que está aqui, no plenário, o nosso Vice-Governador Luiz Fernando Pezão e uma comitiva de secretários do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado à senhora e a todos os Senadores e Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 33, de 2011.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2011

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 33, de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 99, de 2011, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII, VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS".

Em, 12 de julho de 2011.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 99 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 12 / 7 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
L[illegible]CE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IV[illegible]CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

Atualizada em 28/6/2011

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não tendo havido objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 2011

Projeto de Resolução nº 33, de 2011, (apresentado como conclusão do Parecer nº 678, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp), *que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não sendo oferecidas emendas, encerro a discussão.

Votação.

Não tendo nenhum Senador encaminhado a votação, as Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

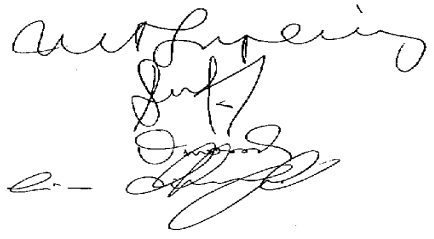
PARECER Nº 681, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução n° 33, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 33, de 2011, que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de julho de 2011.



ANEXO AO PARECER N° 681, DE 2011

Redação final do Projeto de Resolução n° 33, de 2011.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 2011

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1° É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável (PROHDUMS)".

Art. 2° A operação de crédito referida no art. 1° deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio dc Janeiro;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: margem variável;

VI - prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2012;

VII – amortização: 49 (quarenta e nove) parcelas semestrais, sucessivas, pagas em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano, sendo que cada uma das 48 (quarenta e oito) parcelas iniciais corresponderá a 2,04% (dois inteiros e quatro centésimos por cento) do valor total do empréstimo e a última corresponderá a 2,08% (dois inteiros e oito centésimos por cento), vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2016 e a última em 15 de novembro de 2040;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libar semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem (spread) a ser determinado pelo Bird;

IX – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos em até 30 (trinta) dias após a data prevista para o seu pagamento;

X – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, mediante solicitação formal ao credor, exercer a opção de alteração da modalidade do empréstimo, de margem variável para margem fixa, sendo-lhe facultada a utilização dos seguintes instrumentos financeiros:

I – conversão da taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa e vice-versa;

II – alteração da moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado e para o montante a desembolsar.

§ 3° Para o exercício da opção referida no § 2°, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo Bird na sua realização e de uma comissão de transação.

Art. 3° É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1° O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias cm direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2° Previamente á assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Rio de Janeiro quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução n° 48, de 2007, do Senado Federal, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4° O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Wilson Santiago com a palavra.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, é somente para solicitar de V. Exª a votação do Requerimento nº 845, que já foi lido. É um requerimento que solicita sessão especial para comemorar os 426 anos da Paraíba.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Vou averiguar, Senador. Vou fazer a votação desse empréstimo e vamos averiguar onde ele se encontra para podermos encaminhar, se possível.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 34, de 2011.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2011

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 34, de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 100, de 2011, que "solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85,672,400.00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos".

Em, 12 de julho de 2011.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 100 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 12/7/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ÁLVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

Atualizada em 28/6/2011

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência do requerimento.

Não tendo havido objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 679, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Bauer), *que autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa*.)

Tendo esse projeto sido amplamente discutido, na parte da manhã, não havendo nenhum Senador ou Senadora querendo complementar a discussão, ela está encerrada e vamos para a votação.

Não havendo encaminhamento especial, as Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

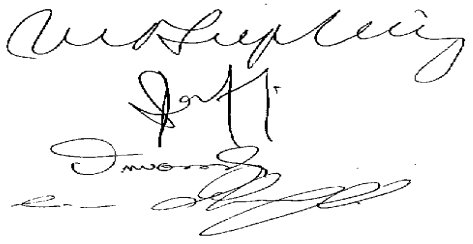
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER N° 682, DE 2011
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução n° 34, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 34, de 2011, que autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América).

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de julho de 2011.



ANEXO AO PARECER N° 682, DE 2011

Redação final do Projeto de Resolução n° 34, de 2011.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO N° , DE 2011

Autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1° É o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º será realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US$85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxa de juros baseada na taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor);

VI – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses, contado a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses após a data de vigência do contrato e a última até 20 (vinte) anos após essa mesma data;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma

margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

IX – opções de conversão: responsabilizando-se pelos custos decorrentes das opções de conversão, o mutuário poderá solicitar ao credor, mediante consentimento do garantidor:

a) conversão, para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor;

b) uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do empréstimo calculados a uma taxa de juros fixa para a taxa de juros baseada na Libor;

X – comissão de compromisso: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, não podendo exceder a 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), incidente sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

XI – despesa com inspeção e supervisão geral: não poderá, em um semestre determinado, ser superior a l% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3° É a União autorizada a conceder garantia ao Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que:

I – o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, consoante o art. 167, § 4°, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais;

II – seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

III – o Ministério da Fazenda verifique e ateste a adimplência do ente garantido junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. (*Pausa*.)

Está encerrada a discussão.

Votação. (*Pausa*.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento do Senador Santiago...

Senador Wilson Santiago, como não é matéria da Ordem do Dia, ele pode ser votado posteriormente. Então, estamos pedindo seu encaminhamento, e ele pode ser votado depois da Ordem do Dia.

A pauta permanece sobrestada.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008- Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art.*

23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.*

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.*

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, ad hoc, da Senadora Marisa Serrano.

7

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e julgameno colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940* – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: "ad hoc" Senador Paulo Paim, CDH)

8

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *estabelece a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.*

Parecer sob nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Gim Argello, CRE)

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.*

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011 (nº 7.621/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 548, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques.

13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008 e do Requerimento nº 591, de 2011, de adiamento da discussão - art. 279, III)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276, de 2008 e 2.340, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.*

Parecer sob nº 525, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Paulo Bauer, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

16

REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito*

Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

17
REQUERIMENTO Nº 756, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, *solicitando a constituição de uma Comissão composta por sete juristas para, no prazo de cento e oitenta dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.*

18
REQUERIMENTO Nº 760, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 760, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (altera o Código Florestal).*

19
REQUERIMENTO Nº 777, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 777, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, por regularem matéria correlata (adaptação de veículos automotores a pessoas com deficiência física).*

20
REQUERIMENTO Nº 778, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o Estatuto da Cidade).*

21
REQUERIMENTO Nº 784, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (equoterapia para pessoa com deficiência).*

22
REQUERIMENTO Nº 785, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 785, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

23
REQUERIMENTO Nº 838, DE 2011

Votação, em turno único, do(a) Requerimento nº 838, de 2011, de autoria do(a) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *solicitando que seja apresentado voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva, ex-Ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, por haver sido eleito, no último dia 26, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro orador inscrito, Senador Inácio Arruda, pelo tempo regimental de 20 minutos. (*Pausa.*)

O Senador se encontra presente? (*Pausa.*)

Não se encontrando presente, o Senador Valadares é o seguinte, pelo tempo regimental de vinte minutos.

Já vou ler a ordem seguinte. Há o Senador Humberto Costa, se estiver presente, pela Liderança. Depois do Senador Valadares, Blairo Maggi, Luiz Henrique, Pedro Taques, Cícero Lucena, Walter Pinheiro e mais uma página inteira.

Então, pelo tempo regimental de 20 minutos, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Governo do Presidente Lula, do qual a Presidenta Dilma foi colaboradora essencial, será lembrado por conquistas sociais inéditas, investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentado e descentralizado, fortalecimento das bases da economia e por uma política externa corajosa e independente a partir do rompi-

mento das amarras que nos impediam de seguir nosso próprio caminho.

Graças a tal engenho, a crise econômica mundial desencadeada em 2008 a partir dos Estados Unidos e que se alastrou por todo o mundo e ainda hoje causa desemprego, recessão e instabilidade no seu ponto de origem e em muitos países da Europa foi enfrentada e vencida pelo Brasil sem maiores abalos.

Essa verdadeira façanha, juntamente com a descoberta das grandes reservas de petróleo na camada do pré-sal, creditadas ao domínio de técnicas originais de exploração em águas profundas desenvolvidas pela Petrobras, fez com que os olhares do mundo se voltassem para o Brasil, que passou a ter presença e voz em todos os debates internacionais. E, como a coroar os esforços do Governo, nosso País passou a ser reconhecido como potência emergente, juntamente com a Rússia, Índia e China, formando um grupo chamado agora de Bric.

Nosso Governo logo percebeu que o salto seguinte em direção ao futuro exigia a execução de projetos estratégicos, os quais, além de seus efeitos práticos, objetivos, se tornariam emblemáticos de nossas aspirações como povo e da política de Estado pela conquista de nossa autonomia.

Daí por que, logo em 2008, o Presidente Lula fez incluir na Estratégia Nacional de Defesa uma de suas grandes iniciativas, o setor espacial, o setor nuclear e o setor cibernético, desde então, conceituadas como políticas de Estado estratégicas e prioritárias.

O PSB, que comandou a política de ciência e tecnologia de nosso País em todo o governo do Presidente Lula, considera-se, com muita honra, partícipe orgulhoso dessas conquistas. Com muita honra, participamos de todos os eventos com esses objetivos, tanto quanto se considera colaborador leal na eleição da Presidenta Dilma e, portanto, decidido a colaborar para o sucesso do seu Governo.

Eis por que venho à tribuna desta Casa para transmitir nossa visão do programa espacial ao qual até bem pouco estivemos diretamente ligados, através do nosso ilustre companheiro Roberto Amaral, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia e ex-Diretor-Geral brasileiro da Alcântara Cyclone Space.

Foi em setembro de 2003, durante sua investidura no cargo de Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, que o Brasil celebrou o Acordo de Cooperação com a Ucrânia com o propósito de superar, no menor tempo possível, a carência de autonomia na produção de foguetes lançadores.

O propósito era e continua sendo o de vencer etapas e recuperar o tempo perdido através da criação de uma binacional, com sede no Brasil e instalações de lançamento no Município de Alcântara, no Estado do Maranhão.

Essa decisão foi consequência lógica do fato de os dois países, Brasil e Ucrânia, contarem, cada um isoladamente, com as condições estratégicas que justamente faltam ao outro para desenvolver seu próprio programa espacial. De um lado, a Ucrânia possui um dos melhores foguetes do mundo, já na sua quarta geração, com centenas de lançamentos bem-sucedidos e nenhum fracasso, enquanto suas condições geográficas inviabilizam os lançamentos a partir de seu território, uma vez que os foguetes deveriam sobrevoar vários outros países, justamente quando estivessem descartando seus diversos estágios. Isso obriga a Ucrânia a fazer lançamentos a partir de sítios russos localizados no Cazaquistão, com um alto custo adicional. O Brasil, por seu turno, tem no litoral norte e nordeste condições geográficas superiores às de qualquer outro local do Planeta, condições essas que se tornam privilegiadas em Alcântara, localizada a 2,2 graus ao sul do Equador, o que representa um incremento na velocidade tangencial do foguete, ou seja, um forte impulso inicial, que se traduz em aumento da capacidade de transporte ou redução do consumo de combustível em torno de 30%. Este diferencial tornará o sítio de Alcântara o mais competitivo do mundo. Mas, se dispõe de tal privilegiada localização, o Brasil não possui, ainda, nem foguete lançador nem sítio de lançamentos a ele adequado.

Coube ao companheiro Roberto Amaral, então Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, consolidar a decisão do Estado brasileiro de fazer juntar os dois países num único e comum empreendimento que permitisse a convergência de tais privilégios, mediante a criação da binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), cujo objetivo é a construção do Cyclone-4, ainda na Ucrânia, e do seu sítio de lançamentos em Alcântara e, no futuro próximo, o desenvolvimento comum do Cyclone-5.

Cercando-se dos melhores cientistas e técnicos e tendo o apoio do Presidente Lula, Roberto Amaral assumiu pessoalmente a liderança do novo projeto e esteve na Ucrânia diversas vezes nas tratativas junto ao governo daquele país. Do mesmo modo, acompanhou passo a passo o processo de aprovação do Acordo Brasil Ucrânia pelo Congresso Nacional, no que contou com a colaboração decisiva do Deputado Jorge Bittar e do então Deputado e hoje nosso ilustre colega Senador Aloysio Nunes.

A visão do nosso diretor-geral era e continua sendo a instalação, em Alcântara, de um complexo espacial técnico-científico, ao lado do atual Centro de Lançamentos de Alcântara da Força Aérea Brasilei-

ra, destinado ao Veículo Lançador de Satélites, e de mais três sítios de lançamentos espaciais, capazes de operar com outros veículos, sendo um deles o promissor Cyclone-4. E, como retaguarda desses sítios e em função deles, haveria a instalação de um parque de empresas de apoio às atividades espaciais, assim como instituições de ensino e pesquisa de tecnologias de ponta, além de atividades industriais e de serviços especializados. Um polo de progresso, ciência e tecnologia num dos mais pobres Estados da Federação. Era o hoje frustrado Centro Espacial Brasileiro.

O Acordo de Cooperação a Longo Prazo entre o Brasil e a Ucrânia, visando a esses objetivos, foi assinado, em Brasília, em 21 de novembro de 2003. Meses depois, Roberto Amaral deixaria o Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo como superada a fase mais difícil do Projeto Cyclone. Mas, ao ser chamado, em setembro de 2007, pelo Presidente da República Lula, para instalar e assumir a direção brasileira da binacional Alcântara Cyclone Space, quando essa não passava de um simples estatuto e apenas boas intenções, logo percebeu que as maiores dificuldades ainda estavam por vir, na forma de uma continuada interposição de obstáculos de toda sorte que teriam desanimado quem não estivesse movido por um grande ideal, convencido de sua importância para o Brasil e decidido a colocá-lo em pé.

O primeiro deles foi a incompreensão burocrática, que naturalmente emperra a máquina administrativa e não percebe a relevância de projetos de infraestrutura e, muito especialmente, de projetos estratégicos. Esse fator foi responsável inicialmente pelo atraso de catorze meses na execução dos levantamentos da cobertura da fauna e flora do local onde se instalaria o novo centro, tempo em que a área permaneceu bloqueada por quilombolas, apesar de aquele procedimento constituir exigência do Ibama como condição à cessão do período de supressão vegetal, sem o qual nenhuma obra poderia ser executada.

A amparar essa interrupção estava a liminar da Justiça Federal do Maranhão, que acatou a ação cautelar impetrada pelo Ministério Público, apoiada no curioso argumento segundo o qual as operações de campo da Alcântara Cyclone Space teriam perturbado seres sobrenaturais, conhecidos como “encantados”, antepassados dos quilombolas, que viveriam em rochas na praia e que, de lá, assustados pelo barulho, haviam se retirado para não mais voltar. Somente em 6 de março de 2009, o embargo judicial é levantado em assentada judicial, na qual a ACS, para sair do impasse, se vê na contingência de renunciar ao projeto original e resignar-se a se instalar em área já concedida à Força Aérea e onde esta presentemente constrói o sítio destinado ao seu veículo VLS. Foram necessários outros meses de negociação com o Ministério da Defesa. Além do comprometimento do cronograma, a área de 1.290 hectares, originalmente destinada pelo Governo brasileiro à ACS, a noroeste do atual sítio, foi reduzida a apenas 462 hectares dentro da área da FAB.

Apesar das adversidades e desafios enfrentados, dos quais dei apenas exemplos, o nosso Roberto Amaral conseguiu cumprir, no espaço de três anos e seis meses, todas as etapas do programa que traçara. A sede da empresa, em Brasília, foi instalada logo em dezembro de 2007. A partir daí, foram executados todos os projetos técnicos de construção, como o projeto básico tanto do foguete lançador, incluindo sua maquete elétrica, quanto do sítio de lançamento, com a tecnologia correspondente e equipamentos e instalações incorporados ao nosso patrimônio, permanecendo, como permanecerão, em nosso solo.

Em maio de 2009, a binacional havia entregado ao Ibama todos os estudos ambientais e havia atendido a todas as exigências do Ibama, com a entrega, no devido tempo, de todos os relatórios técnicos necessários e a realização de audiências com as comunidades de Alcântara e, em São Luís, com as instituições delas representativas e órgãos governamentais. Mesmo assim, só logrou receber a licença de supressão vegetal em 22 de junho de 2010 e, no dia 6 de setembro do mesmo ano, a licença prévia que permitia o início das obras do sítio.

Finalmente, o lançamento da pedra fundamental do Sítio de Lançamentos do Cyclone se deu no dia 9 de setembro, ou seja, três dias após a liberação da área. Em 1º de julho, a Alcântara Cyclone Space conseguira, graças à inestimável colaboração do Ministro Nelson Jobim, a já referida cessão do uso do solo do CLA, condição exigida pelo Ibama para emissão das licenças necessárias. Em 1º de abril, havia sido obtido reconhecimento, pelo Conselho de Segurança Nacional, do caráter de segurança nacional do Projeto Cyclone, o que possibilitou a assinatura, em 28 de outubro de 2010, do contrato para a construção do sítio de lançamentos.

A ação da ACS, porém, foi mais longe, contribuindo, desde seus primeiros passos, para o desenvolvimento econômico e social da região. Com recursos da Agência Espacial Brasileira, foi promovida a reconstrução de 50 quilômetros de estrada, a MA-106, que vai servir ao futuro sítio de lançamentos e será utilizada também para o trânsito da população, sem outras vias de acesso do litoral ao interior do município. Com o Ministério das Minas e Energia, sob a chefia do nosso colega Senador Edison Lobão, e o Programa Luz para Todos, conseguiu a extensão da rede de energia

elétrica a comunidades antes desassistidas, como a de Baracatatiua. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, foi desenvolvido o programa de melhoria de qualidade de vida e formação de mão de obra a ser aproveitada na construção do Complexo de Lançamento do Cyclone-4, que proporcionará a criação de 1,5 mil empregos durante as obras de implantação do sítio de lançamentos e de suas instalações periféricas. Junto ao Ministério das Comunicações, a ACS vem trabalhando para a instalação de telefones públicos nas comunidades quilombolas.

A experiência que Roberto Amaral adquiriu no enfrentamento desses desafios e os conhecimentos que incorporou ao seu já rico patrimônio cultural fizeram dele um conselheiro a ser ouvido, mesmo porque, como poucos, tem sido capaz de colocar o problema da sobrevivência da Alcântara Cyclone Space como um projeto que se insere entre as estratégias de Estado do nosso País, como contribuição da mais alta importância a dar ao desenvolvimento científico e tecnológico, à defesa, à afirmação da nossa soberania e à satisfação mais justa de nossa autoestima.

Refletindo sobre o momento pelo qual estamos passando, ocorrerá a qualquer brasileiro perguntar qual a razão de despendermos tantos esforços em defesa de um programa espacial voltado para a criação de um sítio de lançamento de satélites e outros artefatos. Ao que já dissemos, é possível acrescentar uma longa lista de argumentos. Limitar-me-ei, contudo, aos dois que considero mais importantes. O primeiro diz respeito diretamente aos resultados e pode ser assim resumido: porque temos as melhores condições geográficas e climáticas do Planeta, enquanto nosso parceiro ucraniano detém tecnologia de ponta comprovada no desenvolvimento, construção e lançamento dos foguetes. Essas condições excepcionais nos permitirão utilizar o referido sítio para nossos próprios projetos e a serviço remunerado de um grande número de países, passando da condição de simples clientes para uma posição de destaque como prestadores de serviços de alta tecnologia, num mercado multimilionário e em pleno crescimento. O segundo argumento diz respeito à opção estratégica do nosso País de construir uma civilização na América do Sul e, como disse no começo deste pronunciamento e agora repito, porque é indispensável à afirmação de nossa soberania e será emblemático de uma política de Estado voltada para a expansão da nossa autonomia.

Voltemos ao ponto de partida, examinando, mesmo que superficialmente, o desempenho dos outros países do Bric em termos de programa espacial. A Rússia lançou seu primeiro satélite, o Sputnik, em 1957, ao tempo em que ainda era União Soviética, sendo, em poucos anos, seguida pelos Estados Unidos. A China fez isso em 1970; a Índia, em 1980, portanto, há 31 anos. Sendo desnecessário falar do grande avanço da Rússia, lembremos que a China já realiza voos tripulados e começou a montar no espaço seu próprio sistema de navegação GPS que contará com trinta satélites, dos quais dez já lançados com êxito, outros doze ou quatorze a serem lançados até 2015, devendo o restante entrar em órbita até 2020. A China conta com três sítios de lançamentos, localizados em diferentes regiões, com o que procura contornar as eventuais dificuldades oriundas de condições geográficas e meteorológicas. Faz-se necessário lembrar que, a partir de 2003, foram lançados, de um desses sítios, o de Tai Yuan, três satélites brasileiros da série CBERS, o satélite sino-brasileiro de recursos terrestres, e mais dois devem entrar em órbita até 2014. A Índia já lançou mais de sessenta satélites, destaca-se pelo domínio de tecnologias de sensoriamento e já enviou uma missão não tripulada à Lua.

Em 2008, realizou a proeza de lançar, através de um único foguete, nove outros satélites, seis dos quais destinados à Alemanha, ao Canadá, à Holanda e à Dinamarca. Em torno do seu sítio de lançamentos, gravitam importantes instituições acadêmicas e tecnológicas. Seus líderes dizem que o programa espacial indiano serve à independência do seu país e é orgulho de seu povo.

Enquanto isso, o Brasil não passou de um lançamento suborbital, realizado em 1965, a partir da base da Barreira do Inferno, seguido de três tentativas frustradas do Veículo Lançador de Satélite, o VLS, desenvolvido em programa da Força Aérea Brasileira, a última das quais com perda irreparável de 21 vidas, e a destruição do lançador e de sua plataforma de lançamento. Esse doloroso acidente foi uma das principais conseqüências da ausência de recursos, como se demonstrará a seguir. Srª Presidente, já estou encerrando.

Na verdade, perdemos até aqui a corrida contra o tempo em relação aos outros países do BRIC e podemos ficar fora do mercado de lançamentos que, na próxima década, deve movimentar algo em torno de US$25 bilhões a US$30 bilhões. E o que, para mim, se constitui ameaça ainda mais grave: estamos abrindo mão de dispor de mecanismos absolutamente necessários à nossa defesa e à afirmação política como Nação.

A ausência de recursos não produziu efeitos apenas nos resultados do programa do sítio de lançamentos. Causou a trágica evasão de técnicos e cientistas, ainda hoje não reparada. Somente no período negro, de 1990 a 2003, ocorreu a evasão de nada menos do que 2.526 servidores civis, entre técnicos de diversos níveis. Apenas em 1997, perdemos 90 cientistas e,

em 2002, último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, havia apenas 500 servidores dedicados às atividades espaciais.

A Presidenta Dilma, amplamente reconhecida por sua competência como gestora, deu inequívocas provas de grande visão de Estado logo nos seus primeiros atos e decisões. Isso nos faz ter certeza de que Sua Excelência, cônscia do que representa o Programa Espacial Brasileiro para o nosso futuro como Nação, a ele dedicará sua melhor atenção, dando-lhe o grande impulso que está a merecer.

Ao professor Roberto Amaral, Vice-Presidente do meu Partido, destacado na luta em defesa da ciência, tecnologia e inovação como instrumentos de soberania e afirmação nacional, minha homenagem e solidariedade.

Ao encerrar, Srª Presidente, quero parabenizar a Subsecretaria de Edições Técnicas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal pela edição do livro *Ciência, Tecnologia e Soberania Nacional (Dificuldades para a construção de um Projeto Nacional)*, do professor Roberto Amaral, do qual destaco o ensaio "As dificuldades brasileiras para desenvolver projetos estratégicos", no qual a associação Brasil-Ucrânia, de que resultaram o projeto do Cyclone-4 e a ACS, é tratada como um "estudo de caso".

Srª Presidente, peço que na íntegra seja registrado esse pronunciamento, conforme manda o Regimento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula, do qual a Presidenta Dilma foi colaboradora essencial, será lembrado por conquistas sociais inéditas, investimentos em infra-estrutura, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentado e descentralizado, fortalecimento das bases da economia, e por um política externa corajosa e independente a partir do rompimento das amarras que nos impediam de seguir nosso próprio caminho.

Graças a tal engenho, a crise econômica mundial desencadeada em 2008, a partir dos Estados Unidos e que se alastrou pelo mundo e, ainda hoje, causa desemprego, recessão e instabilidade no seu ponto de origem e em muitos países da Europa, foi enfrentada e vencida pelo Brasil sem maiores abalos.

Esta verdadeira façanha, juntamente com a descoberta das grandes reservas de petróleo brasileiro na camada do pré-sal, creditadas ao domínio de técnicas originais de exploração em águas profundas desenvolvidas pela Petrobrás, fez com que os olhares do mundo se voltassem para o Brasil que passou a ter presença e voz em todos os debates internacionais. E como a coroar os esforços do Governo, nosso país passou a ser reconhecido como potencia emergente juntamente com Rússia, Índia e China formando o grupo agora chamado de BRIC.

Nosso Governo logo percebeu que o salto seguinte em direção ao futuro exigia a execução de projetos estratégicos os quais, além de seus efeitos práticos, objetivos, se tornariam emblemáticos de nossas aspirações como povo e da política de Estado pela conquista de nossa autonomia. Daí porque, logo em 2008, o Presidente Lula fez incluir na *Estratégia Nacional de Defesa*, uma de suas grandes iniciativas, os setores espacial, nuclear e cibernético, desde então conceituados como políticas de Estado estratégicas e prioritárias.

O PSB, que comandou a política de ciência e tecnologia de nosso país em todo o governo Lula, se considera, com muita honra, partícipe orgulhoso dessas conquistas, tanto quanto se considera colaborador legal na eleição da Presidente Dilma e portanto decidido a colaborar para o sucesso de seu governo. Eis porque que venho à Tribuna desta Casa para transmitir nossa visão do Programa Espacial, ao qual, até bem pouco, estivemos diretamente ligados através do nosso ilustre companheiro Roberto Amaral, ex-ministro da Ciência e Tecnologia e ex-diretor-geral brasileiro da Alcântara Cyclone Space.

Foi em setembro de 2003, durante sua investidura no cargo de Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, que o Brasil celebrou o *Acordo de Cooperação com a Ucrânia* com o propósito de superar, no menor tempo possível, a carência de autonomia na produção de foguetes lançadores. O propósito era e continua sendo o de vencer etapas e recuperar o tempo perdido através da criação de uma binacional, com sede no Brasil e instalações de lançamento no município de Alcântara, no Estado do Maranhão.

Por que em Alcântara, ver-se-á em seguida.

Essa decisão foi conseqüência lógica do fato de os dois países, Brasil e Ucrânia, contarem, cada um isoladamente, com as condições estratégicas que justamente faltam ao outro para desenvolver seu próprio programa espacial. De um lado, a Ucrânia possui um dos melhores foguetes do mundo, já na sua quarta geração, com centenas de lançamentos bem sucedidos e nenhum fracasso, enquanto suas condições geográficas inviabilizam os lançamentos a partir de seu território, uma vez que os foguetes deveriam sobrevoar vários outros países justamente quando estivessem descartando seus diversos estágios. Isso obriga a Ucrânia a fazer lançamentos a partir de sítios

russos localizados no Casaquistão, com um alto custo adicional. O Brasil, por seu turno, tem no litoral norte e nordeste condições geográficas superiores às de qualquer outro local do planeta, condições essas que se tornam privilegiadas em Alcântara, localizada a 2,2 graus ao sul do equador, o que representa um incremento na velocidade tangencial do foguete, ou seja, um forte impulso inicial, que se traduz em aumento da capacidade de transporte ou redução do consumo de combustível em torno de 30 por cento. Este diferencial tornará o sítio de Alcântara o mais competitivo do mundo. Mas se dispõe de tal privilegiada localização, o Brasil não possui, ainda, nem foguete lançador nem sítio de lançamento a ele adequado.

Coube ao companheiro Roberto Amaral, então Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, consolidar a decisão do Estado brasileiro de fazer juntar os dois países num único e comum empreendimento que permitisse a convergência de tais privilégios, mediante a criação da binacional Alcântara Cyclone Space, (ACS) cujo objetivo é a construção do Cyclone-4, ainda na Ucrânia, e do seu sítio de lançamentos em Alcântara, e, no futuro próximo, o desenvolvimento comum do Cyclone-5. cercando-se dos melhores cientistas e técnicos e, tenho o apoio do Presidente Lula, Amaral assumiu pessoalmente a liderança do novo projeto, e esteve na Ucrânia diversas vezes nas tratativas junto ao governo daquele país. Do mesmo modo, acompanhou passo a passo o processo de aprovação do *Acordo Brasil Ucrânia* pelo Congresso Nacional no que contou com a colaboração decisiva do deputado Jorge Bitar e do então deputado e hoje nosso ilustre colega, o senador Aloysio Nunes. A visão de nosso Diretor-geral era e continua sendo a instalação, em Alcântara, de um complexo espacial técnico-científico ao lado do atual Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), da Força Aérea Brasileira, e destinado ao Veículo Lançador de Satélites (VLS) e mais três sítios de lançamentos espaciais, capazes de operar com outros veículos, sendo um deles o promissor Cyclone-4. E, como retaguarda desses sítios, e em função deles, a instalação de um parque de empresas de apoio às atividades espaciais, assim como instituições de ensino e pesquisa de tecnologias de ponta, além das atividades industriais e de serviços especializados. Um pólo de progresso, ciência e tecnologia num dos mais pobres Estados da Federação. Era o hoje frustrado Centro Especial Brasileiro.

O *Acordo de Cooperação a Longo Prazo*, entre o Brasil e a Ucrânia visando esses objetivos, foi assinado, em Brasília, em 21 de novembro de 2003 e, meses depois Roberto Amaral deixaria o Ministério da Ciência e Tecnologia tendo como superada a fase mais difícil do Projeto Cyclone. Mas, ao ser chamado, em setembro de 2007, pelo Presidente Lula, para instalar e assumir a direção brasileira da binacional Alcântara Cyclone Space, quando esta não passava de um simples estatuto e apenas boas intenções, logo percebeu que as maiores dificuldades ainda estavam por vir, na forma de uma continuada interposição de obstáculos de toda sorte que teriam desanimado quem não estivesse movido por um grande ideal, convencido de sua importância para o Brasil e obstinadamente decidido a colocá-lo em pé.

O primeiro deles foi a incompreensão burocrática que naturalmente emperra a máquina administrativa e não percebe a relevância de projetos de infraestutura e, muito especialmente, de projetos estratégicos. Esse fator foi responsável inicialmente pelo atraso de 14 meses na execução dos levantamentos da cobertura da fauna e flora do local onde se instalar o novo Centro, tempo em que a área permaneceu bloqueada por quilombolas, apesar de aquele procedimento constituir exigência do IBAMA como condição à cessão do pedido de supressão vegetal, sem o qual nenhuma obra poderia ser executada. A amparar esta interrupção estava Liminar da Justiça Federal do Maranhão que acatou Ação Cautelar impetrada pelo Ministério Público apoiada no curioso argumento segundo o qual as operações de campo da Alcântara Cyclone Space teriam perturbado seres sobrenaturais conhecidos como “encantados”, antepassados dos quilombolas que viveriam em rochas, na praia, e que dela, assim assustados pelo barulho, haviam se retirado para não mais voltar. Somente em 6 de março de 2009 o embargo judicial é levantado em Assentada Judicial, na qual a ACS, para sair do impasse, se vê na contingência de renunciar ao projeto original e resignar-se por instalar-se em área já concedida à Força Aérea e onde esta presentemente constrói o sítios destinado ao seu veículo VLS. Foram necessários outros meses de negociações com o Ministério da Defesa. Além do comprometimento do cronograma, a área de 1.290 hectares originalmente destina pelo governo brasileiro à ACS, a noroeste do atual sítio, foi reduzida a apenas 462 hectares, dentro da área da FAB.

Apesar das adversidades e desafios enfrentados, dos quais dei apenas exemplos, Roberto Amaral, conseguiu cumprir, num espaço de 3 anos e seis meses, todas as etapas do programa que traçara. A sede da empresa, em Brasília, foi instalada logo em dezembro de 2007 e, a partir daí, executados todos os projetos técnicos e de construção, como o Projeto Básico, tanto do foguete lançador, incluindo sua maquete elétrica, quanto do sítio de lançamento, com a tecnologia correspondente e equipamentos e instalações incorporados ao nosso patrimônio, permanecendo como

permanecerão em nosso solo. Em maio de 2009 a Binacional havia entregue ao IBAMA todos os estudos ambientais, havia atendido a todas as exigências do IBAMA, com a entrega, no devido tempo, de todos os relatórios técnicos necessários, e a realização de audiências com as comunidades de Alcântara e, em S. Luiz, com instituições delas representativas e órgãos governamentais. Mesmo assim só logrou receber a licença de supressão vegetal em 22 de junho de 2010 e no dia 6 de setembro do mesmo ano a Licença prévia que permitia o início das obras do sítio. Finalmente, o lançamento da pedra fundamental do Sítio de Lançamentos do Cyclone se deu no dia 9 de setembro, ou seja, três dias após a liberação da área. Em primeiro de julho, a Alcântara Cyclone Space, conseguira, graças à inestimável colaboração do ministro Nelson Jobim, a já referida cessão de uso do solo do CLA, condição exigida pelo IBAMA para a emissão das licenças necessárias. Em 1º de abril havia sido obtido o reconhecimento, pelo Conselho de Segurança Nacional, do caráter de segurança nacional do projeto Cyclone, o que possibilitou a assinatura, em 28 de outro ainda de 2010, do contrato para a construção do Sítio de Lançamentos.

A ação da ACS, porém, foi mais longe, contribuindo, desde seus primeiros passos, para o desenvolvimento econômico e social da região. Com recursos da Agência Espacial Brasileira foi promovida a reconstrução de 50km da estrada MA-106 que vai servir ao futuro sítio de lançamentos e será utilizada, também, para o transito da população sem outras vias de acesso do litoral ao interior do município. Com o Ministério das Minas e Energia, sob a chefia de nosso colega senador Edison Lobão, e o Programa Luz para Todos, conseguiu a extensão da rede de energia elétrica a comunidades antes desassistidas, como a de Baracatatiua; em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego foi desenvolvido programa de melhoria de qualidade de vida e de formação de mão-obra a ser aproveitada na construção do Complexo do Lançamento Cyclone-4 que proporcionará a criação de 1.500 empregos durante as obras de implantação do sítio de lançamentos e de suas instalações periféricas. Junto ao Ministério das Comunicações, a ACS vem trabalhando para a instalação de telefones públicos nas comunidades quilombolas. Com a cooperação da UNB, da CAPES e do CNPq e de universidade ucranianas, construiu ousado projeto que levará alunos de nossa universidade a realizarem cursos de mestrado em engenharia espacial na Ucrânia. Com a prefeitura local está instalando, em imóvel tombado pelo IPHAN e cedido em comodato, o Centro Sociocultural Santos Dumont, com recursos já cedidos pelo MCT, ao lado do qual já foi instalado o escritório da representação local da ACS, primeiro passo para a transferência de sua equipe técnica para o Maranhão. A ACS manterá em Alcântara, permanentemente, e lá residindo, uma equipe mínima de 50 técnicos, na sua maioria com doutorado. A cada operação de lançamento esse contingente subirá para 350, com a inclusão dos contratados adicionais e dos técnicos que para essa operação virão da Ucrânia.

A experiência que Roberto Amaral adquiriu no enfrentamento desses desafios e os conhecimentos que incorporou ao seu já rico patrimônio cultural, fizeram dele um conselheiro a ser ouvido, mesmo porque, como poucos, tem sido capaz de inserir o problema da sobrevivência da Alcântara Cyclone Space como projeto que se insere entre as estratégias de Estado do nosso país com contribuição da mais alta importância a dar ao desenvolvimento científico e tecnológico, à defesa, à afirmação da nossa soberania e à satisfação mais justa da nossa auto-estima.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, refletindo sobre o momento pelo qual estamos passando, ocorrerá a qualquer brasileiro perguntar qual a razão de despendermos tantos esforços em defesa de um programa espacial voltado para a criação de um sítio de lançamento de satélites e outros artefatos.

Ao que já dissemos, é possível acrescentar uma longa lista de argumentos. Limitar-me-ei, contudo, aos dois que considero mais importantes. O primeiro diz respeito diretamente aos resultados e pode ser assim resumido: porque temos as melhores condições geográficas e climáticas do planeta, enquanto nosso parceiro ucraniano detém tecnologia de ponta comprovada no desenvolvimento, construção e lançamento dos foguetes. Essas condições excepcionais nos permitirão utilizar referido sítios para nossos próprios projetos e a serviço remunerado de um grande número de países, passando da condição de simples cliente para uma posição de destaque, como prestadores de serviços de alta tecnologia, num mercado multimilionário e em pleno crescimento.

O segundo argumento diz respeito à opção estratégica do nosso país de construir uma civilização na América do Sul, e, como disse no começo desse pronunciamento e agora repito, porque é indispensável à afirmação de nossa soberania e será emblemático de uma política de Estado voltada para a expansão da nossa autonomia.

Voltemos ao ponto de partida examinando, mesmo que superficialmente, o desempenho dos outros países do BRIC em termos de programa espacial. A Rússia lançou seu primeiro satélite, o Sputinik, em 1957, ao tempo em que ainda era União Soviética, sendo, em poucos anos, seguida pelos Estados Unidos. A China

fez isso em 1970 e a Índia, em 1980, portanto há trinta e um anos. Sendo desnecessário falar do grande avanço da Rússia, lembremos que a China já realiza vôos tripulados e começou a montar no espaço seu próprio sistema de navegação GPS que contará com trinta satélites, dos quais 10 já lançados com êxito, outros 12 ou 14 a serem lançados até 2015 devendo o restante entrar em órbita até 2020. Ela conta com três sítios de lançamentos, localizados em diferentes regiões com o que procura contornar as eventuais dificuldades oriundas de condições geográficas e meteorológicas. Faz-se necessário lembrar que a partir de 2003 foram lançados de um desses sítios, o de Tai Yuan, três satélites brasileiros da série CBERS, o satélite sino-brasileiro de recursos terrestres, e mais dois devem entrar em órbita até 2014. A Índia já lançou mais de 60 satélites, destaca-se pelo domínio de tecnologias de sensoriamento e já enviou uma missão não tripulada à lua. Em 2008 realizou a proeza de lançar, através de um único foguete nove outros satélites seis dos quais destinados à Alemanha, Canadá, Holanda e Dinamarca. Em torno de seu sítio de lançamentos gravitam importantes instituições academia e tecnológicas. Seus líderes dizem que o programa espacial indiano serve à independência do país e ao orgulho de seu povo. Enquanto isso, o Brasil não passou de um lançamento sub-orbital realizado em 1965 a partir da base da Barreira do Inferno, seguido de três tentativas, frustradas do Veículo Lançador de Satélites, o VLS, desenvolvido em Programa da Força Aérea Brasileira, a última das quais com perda irreparável de 21 vidas, e a destruição do lançador e de sua plataforma de lançamento. Este doloroso acidente foi uma das principais conseqüências da ausência de recursos, como se corrida contra o tempo em relação aos outros países do BRIC e podemos ficar fora do mercado de lançamentos que, na próxima década deve movimentar algo em torno 25 a 30 bilhões de dólares. E o que, para mim se constitui ameaça ainda mais grave: estamos abrindo mãos de dispor de mecanismos absolutamente necessários à nossa defesa e afirmação política como nação.

Deve-se este insucesso, principalmente, ao que Roberto Amaral chamou, à época, de a dieta dos recursos, posta em prática na década de noventa. De fato, após o Governo do então Presidente Sarney, quando os investimentos no programa espacial experimentaram crescimento continuado com média anual de cem milhões de dólares, e com este registro lhe rendemos todas as homenagens, veio um longo período, de 1990 a 2002 em que esses recursos, em média, caíram pela metade. Pior, de 1995 a 2002 os investimentos anuais na área caíram dos já magros 27,5 milhões de dólares em 1995, para apenas 3,7 milhões em 2002. O pior ano de todos foi o de 1999 em que o Governo investiu a irrisória soma de 1,6 milhões de dólares. A retomara dos investimentos começou no Governo do Presidente Lula, com forte incremento de 2004 para 2005 quando passou para mais de 130 milhões anuais, caindo um pouco em 2008 para, recuperando-se, chegar ao patamar de quase 170 milhões de dólares em 2009. A título de referência, lembro que China tem aplicado anualmente mais de 1 bilhão e meio de dólares norte-americanos e a Índia mais de 900 dólares anuais nos seus programas, também anualmente.

A ausência de recursos não produziu efeitos apenas nos resultados do programa do sítio de lançamentos. Causou trágica evasão de técnicos e cientistas ainda hoje não reparada. Somente no período negro de 1990 a 2003, ocorreu a evasão de nada menos que 2.526 servidores civis, entre técnicos de diversos níveis. Apenas em 1997 perdemos 90 cientistas e, em 2002, último ano do Governo Fernando Henrique, havia apenas 500 servidores dedicados a atividades espaciais. Em depoimento recente na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, o novo presidente da Agência Espacial Brasileira, Professor Marco Antonio Raupp, reclamou dos baixos salários de nossos técnicos, da não renovação de nossos quadros científicos, da precariedade estrutural da Agência e do baixo número de técnicos e cientistas empregados pelo nosso Programa Espacial.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a presidente Dilma, já antes amplamente reconhecimento por sua competência como gestora, deu inequívocas provas de grande visão de Estado logo nos seus primeiros atos e decisões. Isso nos faz ter a certeza de que S. Exª, cônscia do que representa o Programa Espacial Brasileiro para o nosso futuro como nação, a ele dedicará sua melhor atenção dando-lhe o grande impulso que está a merecer. A S. Exª não faltará o apoio desta Casa.

Ao professor Roberto Amaral, Vice-Presidente do meu partido, destacado na luta em defesa da ciência, tecnologia e inovação como instrumentos de soberania e afirmação nacional, minha homenagem e solidariedade.

Ao encerrar, Sr. Presidente, quero parabenizar a Subsecretaria de Edições Técnicas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, de nossa Casa, pela edição do livro *Ciência, Tecnologia e Soberania Nacional (Dificuldades para a construção de um Projeto Nacional)*, do professor Roberto Amaral, do qual destaco o ensaio 'As dificuldades brasileiras para desenvolver projetos estratégicos', no qual a associação Brasil-Ucrania, de que resultaram o projeto do Cyclone-4 e a ACS, é tratada como um 'estudo de caso'.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, Senador Valadares.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer aqui um comunicado que todos já conhecem, porque no dia de ontem tomei uma decisão, depois de ter sido convidado pela Presidente da República, nossa Presidente Dilma Rousseff, para assumir o cargo de Ministro dos Transportes. Isso aconteceu na quarta-feira da semana passada, e eu disse então à Presidente que entendia e achava que eu tinha alguns impedimentos legais para poder aceitar o convite para administrar e para gerir os destinos da Pasta neste momento.

Pedi a ela, então, que me desse o final de semana para que eu pudesse não só conversar com meus familiares, mas principalmente dar uma olhada e checar tudo aquilo que envolvia licenças de Governo, envolvia as questões empresariais com as questões de Governo.

Neste final de semana, reuni-me com a minha família e com os meus diretores na sede do nosso grupo, na cidade de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, onde, com muita tranquilidade, com muita paciência, nós fomos verificar o que poderia ser impedimento legal e o que poderia ser uma questão ética também em função do convite que recebi da Presidente da República. E constatamos que dois assuntos, para mim, passavam a ser impeditivos, para recusar, para não aceitar tão honroso convite que a Presidente me fez.

O primeiro deles... Aliás, os dois são relacionados com uma única empresa, da qual o Grupo André Maggi é um dos sócios. Aliás, ele é o controlador dessa empresa, que é uma empresa de navegação que se chama Hermasa Navegação da Amazônia SA, que foi criada em 1995, ainda por mim. Criamos um corredor de exportação de soja, que sai desde a cidade de Porto Velho, na capital de Rondônia, desce pelo rio Madeira por 1.115 quilômetros, e lá nós temos um outro porto, à margem esquerda do rio Amazonas, onde os navios transatlânticos, já de 60 mil toneladas, 70 mil toneladas, com uma capacidade de calagem de 36 metros, adentram o território brasileiro por mais de 1.500 quilômetros no rio Amazonas adentro.

Portanto, fui constatar então que essa empresa, que é controlada pelo Grupo, tem vinculações muito próximas com órgãos do Ministério dos Transportes. Por exemplo, o único local, o único fundo brasileiro para financiamento de navios, para financiamento de embarcações *offshore*, empurradores, rebocadores, balsas, tudo o que se refere à navegação, é o Fundo da Marinha Mercante, que é abastecido pela cobrança de uma taxa que se chama AFRMM.

E nós fizemos, a partir de 1995, uso desse Fundo para construir as embarcações que são necessárias para transportar a soja produzida em Mato Grosso e que chega até o Estado do Amazonas e que dali ganha o mundo, ganha a Europa, ganha a Ásia, enfim qualquer lugar do mundo para aonde vai a mercadoria.

Não é o Ministro dos Transportes que determina o financiamento, não é o Ministro dos Transportes que avaliza ou analisa e que faz o enquadramento, mas sim é o Ministro dos Transportes, como presidente do Fundo, que dá as prioridades para se ter acesso a esse Fundo ou não.

Uma vez recebida a autorização do Fundo, quem faz todo gerenciamento, quem analisa a viabilidade econômica e quem determina se pode ser feito ou não é o BNDES – até três anos atrás era única e exclusivamente o BNDES –, o Banco do Brasil e o Basa. Eles são os agentes repassadores desse Fundo.

Portanto, o impeditivo que acho legal e até ético é que, se tivesse aceitado o tão honroso convite da Presidente, poderia, em determinado momento, ter de sentar de um lado da mesa como alguém que está solicitando e trocar de lugar e sentar no outro lado para autorizar.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já lhe concedo Governador.

Não me parece e não é realmente o que entendo como política.

Num segundo momento, já na sexta-feira à tarde – e eu nem havia comentado isto com a Presidente da República –, fui alertado de que toda a estrutura da Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários está vinculada também ao Ministério dos Transportes. E aí quem faz a legislação, regulamentação da autorização de uso de portos privados e faz concessão pública de uso de portos públicos é a Antaq, que está subordinada ao Ministro dos Transportes.

Por isso, fiquei sem nenhuma condição de levar à diante qualquer expectativa de ajudar a Presidente, de dar o meu trabalho, de dar o meu tempo para administrar ou conduzir o Ministério dos Transportes.

Então, em função dessas questões, na tarde de ontem, agradeci a Presidente por esse convite e, obviamente, coloquei-me à disposição da Presidente de colaborar com o nosso País aqui mesmo no Senado onde exerço o cargo de Senador da República.

Gostaria de, feita a justificativa, conceder o aparte ao meu querido amigo e ex-Governador Luiz Henrique.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Blairo Maggi, a atitude digna de V. Exª me fez lembrar um episódio citado por Celso Furtado, o grande Celso Furtado, em seu livro *A fantasia Organizada.* Naquele livro, Celso Furtado refere-se ao economista argentino Raúl Prebisch, que foi Presidente da Cepal, em Santiago, no Chile. Raúl Prebisch foi, durante anos, Presidente do Banco Central argentino e, quando deixou a função, recebeu convites de vários bancos para assumir a presidência de um deles. E ele respondeu: "Não posso, porque eu conheço a compensação de todos os bancos que operam na Argentina". Declinou. E, com isso, estabeleceu um exemplo que V. Exª, talvez até sem saber, sem conhecer esse episódio, está seguindo. Parabéns a V. Exª pela atitude digna e honrada que tomou.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado Senador Luiz Henrique. De fato, eu não conhecia essa passagem, mas as questões éticas, às vezes, a gente nem precisa ler muito para entender quando elas são relevantes.

Mas, agradeço a sua participação.

Concedo o aparte ao Senador Gim Argello, que já havia me solicitado.

O Sr. Gim Argello (PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Na mesma linha do Senador Luiz Henrique, quero parabenizar V. Exª e dizer-lhe que tínhamos certeza desse seu comportamento. Por quê? Porque o senhor, aqui, nos ensina muito na área agrícola e, mais do que isso, sobre comércio exterior. Outro dia ouvia Exª falar sobre comércio exterior e como é que nós valorizamos as *commodities* no Brasil, que o preço da carne não recua mais do que está no exterior e que agora temos todas as condições de valorizarmos as *commodities* de alimentos no País. Como é que deveria ser feito isso?

O Brasil investindo em indústrias, como V. Exª está fazendo, fora, na Europa, em indústria de esmagamento, mandar o produto *in natura*, sim, para lá. Mas, mais do que isso, preparar, distribuir e colocar na mesa do mundo, porque o Brasil realmente é o celeiro do mundo. Saber o porquê de V. Exª não haver aceitado. Porque, como desbravador, como aquele que é o visionário, em 2005, o senhor já fazia investimentos, com que todo o País sonha, em hidrovias. O senhor já fazia investimentos, como pessoa física, como empresário, no transporte da soja e no de outros produtos agrícolas por hidrovias. Para isso, precisou fazer financiamento do Fundo da Marinha Mercadante. Mas o senhor não foi penalizado não. O Senado que ganhou com a sua presença aqui, com esse seu comportamento, que dignifica muito cada um de nós, principalmente o Estado de Mato Grosso que V. Exª representa. Parabéns, Senador Blairo Maggi! Continue nos ensinando, porque é muito importante para todos nós, do Brasil, saber que vamos evoluir mesmo o campo de *commodities*, vamos alimentar o mundo, como é vontade, desejo e sonho de todos os brasileiros, porque nossas terras agricultáveis são as melhores do mundo. Ainda temos mais de 600 milhões de hectares, como falou V. Exª.

(Interrupção do som.)

O Sr. Gim Argello (PTB – DF) – Obrigado, Srª Presidente. Então, precisamos da sua experiência. O Brasil precisa da sua experiência nesta Casa, Senador. A sua atitude dignificou muito o Senado da República. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Agradeço-lhe, Senador Gim Argello. Nós, nessa questão da agricultura, só precisamos melhorar realmente a nossa infraestrutura. É como eu sempre digo: um bom Ministro da Agricultura é um bom Ministro quando tem um bom caixa na fazenda. Quer dizer, os agricultores sabem produzir, mas, para transportar, para levar, precisa realmente de uma malha rodoviária e ferroviária que tenha consistência. E é isso que nós devemos trabalhar no Congresso, para ajudar a Presidente Dilma a realizar isso.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Blairo, quero só dizer que fico orgulhoso e quero parabenizar V. Exª pela atitude ética tomada. Realmente, quando começou a cogitar aqui seu nome, eu fui inclusive dar-lhes os parabéns e dizer que, de fato, V. Exª poderia dar uma grande contribuição. Mas a questão levantada por V. Exª é completamente compreensível e justificável. Ao mesmo tempo, quero cumprimentar a Presidente Dilma por haver se lembrado de V. Exª nesse momento. Não fosse essa incompatibilidade ética, com certeza, V. Exª seria um grande Ministro dos Transportes e que iria administrar com muita seriedade. Portanto, parabéns a V. Exª e também à Presidente Dilma!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Mozarildo.

Se a Presidente me permitir, eu gostaria de ouvir a Senadora Ana Amélia, que me pede um aparte também.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Blairo Maggi, quem fez uma revolução na economia do Mato Grosso e uma reversão de expectativas em torno do conceito de preservação ambiental no seu Estado, inclusive revertendo positivamente a repercussão internacional negativa, em uma interlocução democrática com as ONGs ambientais internacionais, teria todas as condições de capacitação, de talento para comandar o Ministério dos Transportes, com essa visão empreendedora, com essa visão pragmática e com essa visão de quem enxerga o Brasil com grandes perspectivas de avançarmos para chegar à posição de quinta potência do mundo. Mas os critérios éticos que o levaram a decidir em não aceitar o convite para comandar o Ministério dos Transportes são uma grande alegria para nós Senadores, que convivemos com V. Exª aqui no Senado. Parabéns pela decisão! Agora, nós temos aí um bom colaborador para outro desafio da Casa: o Código Florestal. Muito obrigada, Senador Blairo Maggi e parabéns!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. A senhora, que tem sido a minha companheira às 8h30 da manhã na Comissão de Agricultura e depois na de Meio Ambiente, vai ter de me aguentar lá, junto com a senhora.

Então, quero agradecer a todos aqueles que me apartearam e dizer que essa questão ética é muito importante. Acho que todos nós devemos observar isto nesta Casa, na política, não só as Senadoras e os Senadores, as questões que aqui coloquei, também por impedimentos, que acho são legais, mas muito mais a questão ética e até de imagem que temos de transmitir para fora. Ao detectar isso, também acabei conversando com o Banco Mundial, com o IFC, organismos com os quais temos participação efetiva nos financiamentos da minha companhia. E eu, sempre que tenho esse tipo de problema...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador, por favor!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) –... gosto que as coisas sejam transparentes e claras, assim como foram na minha primeira eleição, em 2002, para disputar o Governo do Estado do Mato Grosso: primeiro eu sentei e conversei com cada um dos meus parceiros que acreditavam na minha gestão como presidente daquela companhia: se ganhasse a eleição, eu deveria afastar-me. Fui a eles, primeiramente, para dizer: "Olhem, vou candidatar-me e há um risco muito pequeno de ganhar essa eleição; mas, se eu ganhar essa eleição, quem vai administrar e como as coisas vão acontecer daqui para a frente vai ser o fulano, e as coisas vão continuar assim."

Então, nessa linha é que eu vou continuar a fazer política e vou fazer a minha atuação aqui, no Congresso Nacional.

Quero agradecer a todos.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Srª Presidente, um minuto, com a permissão do orador.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O tempo já se esgotou em mais de seis, mas vamos dar um minuto a V. Exª, e está encerrada a participação do Senador. S. Exª simplesmente complementa a sua fala.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O orador sempre concorda. A Presidente é que tem que liberar.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Só para cumprimentar o Senador Blairo Maggi e dizer, Senador Blairo Maggi, que sua presença aqui, no Senado, especialmente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e na Subcomissão que V. Exª preside, de acompanhamento da Copa, tem sido de grande valia. V. Exª, com sua experiência, com todo o conhecimento que adquiriu tem sido um grande interlocutor. Tenho certeza de que terá um papel importante na construção de um equilíbrio sobre o Código Florestal, porque V. Exª é muito respeitado entre os produtores rurais deste País e V. Exª percebeu a importância do desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Portanto, quero saudar a permanência de V. Exª aqui, no Senado Federal.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Blairo Maggi.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Parlamentares que recebeu da Srª Primeira Vice-Presidenta da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, ofício, informando que a reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, anteriormente marcada para hoje, às 19 horas,

dar-se-á amanhã, dia 13 de julho, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados. Repito: amanhã, vota-se a LDO, às 10 horas, no plenário da Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O painel permanece. Com a palavra o Senador Humberto Costa, pela Liderança do PT. (*Pausa*.)

V. Exª cede sua vez?

Senador Luiz Henrique, por vinte minutos, tempo regimental, em seguida o Senador Humberto Costa, que cedeu essa alternância.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Líder Humberto Costa. Na verdade, regimentalmente, ele teria todo o direito de se pronunciar neste momento. Muito obrigado.

Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, trato, na sessão desta tarde, de outro assunto crucial para o desenvolvimento do nosso País, um assunto que diz respeito à reafirmação da nossa soberania, que passa pela autonomia científico-tecnológica, sobretudo em áreas de inovação mais avançadas.

Além do ganho na pesquisa básica e numa área muito recente da tecnologia, o nosso País poderá beneficiar-se economicamente se desenvolver conhecimentos de ponta para transformar os minerais raros que possui em seu território em insumos para a criação de produtos complexos e sofisticados.

Urge o Brasil entrar nesse mercado bilionário que, hoje, também é dominado pela China. Esse mercado é fundamental para a produção de aparelhos de alta tecnologia, como tevês digitais, ressonâncias magnéticas, tomógrafos, *laptops,* iPods, LEDs, entre outros.

Refiro-me às chamadas terras raras, um conjunto de 17 elementos químicos encontrados em jazidas minerais e que até pouco tempo não passavam de siglas na Tabela Periódica.

Entre essas terras raras, está o európio, um mineral que tem capacidade de bloquear a radioatividade, impedindo a radiação atômica e, consequentemente, a contaminação.

O episódio de Fukushima bem demonstra a importância do domínio tecnológico a respeito do európio.

Refiro-me, além do európio, a um conjunto de 17 elementos químicos encontrados em jazidas minerais e que até pouco tempo não passavam de siglas na Tabela Periódica. Embora tenhamos grandes reservas, os chineses dominam essa área, respondendo por 97% da produção mundial ao gerar 120 mil toneladas por ano.

O Brasil está distante desse processo e diante do desafio de desenvolver novos conhecimentos que lhe permitam o pleno aproveitamento desses elementos, para agregar-lhes o alto valor que propiciam.

Como já afirmei, e faço questão de repetir, os metais raros são fundamentais para a produção dos produtos mais sofisticados e até dos carros híbridos do futuro.

Para preocupar-nos ainda mais, recentemente cientistas japoneses acharam no fundo do Oceano Pacífico grandes depósitos desses materiais que são usados no processo de fabricação de produtos high-tech.

Esses materiais estão em vias de ser extraídos. Os dados são impressionantes; usando somente um quilômetro quadrado daquelas áreas, pode-se prover um quinto do consumo anual do mundo. Essa afirmação é do Professor Yasuhiro Kato, professor de Ciências da Universidade de Tóquio, instituição esta que é uma das responsáveis pela descoberta.

A extração de metais raros é feita através de um ácido que acelera o processo. Em poucas horas pode-se extrair do solo entre 80 e 90% desses minerais, completa o professor japonês Kato.

A política voltada para essa era estratégica está a cargo unicamente da empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que substituiu a Nuclebrás. A empresa Indústrias Nucleares do Brasil ainda negocia com a Universidade Federal Fluminense a realização de pesquisas no oceano com o objetivo de identificar novos depósitos de terras raras no País.

Eu quero lembrar, Srª Presidente, Srs. Senadores, que em 1950 só havia no mundo inteiro uns 15 quilos de európio, a que já me referi no início do meu discurso, dos quais o Brasil tinha reservas dimensionadas em oito quilos. Isso demonstra a necessidade de o Brasil pesquisar na sua plataforma marítima esses minerais raros, como, aliás, acaba de fazer o Japão.

A principal atividade a ser realizada neste País, no entanto, deve dirigir-se aos depósitos existentes em terra, no nosso território.

Em 2010, o mercado mundial dessa atividade movimentou US$2 bilhões. Se os preços se mantiverem no patamar atual e a demanda continuar a crescer, o mercado potencial para o próximo ano é de US$ 9 bilhões.

Com produção residual de apenas 650 toneladas de terras raras em 2009, o Brasil estaria praticamente fora desse *boom*, apesar de ostentar o título de terceiro maior produtor mundial, sendo a Índia o país que se encontra na segunda colocação.

No Brasil, sabe-se de depósitos de terras raras em Catalão, aqui próximo, em Goiás, Pitinga, no Amazonas, e São Francisco de Itabapoana, no Rio de Janeiro. De acordo com a indústria nacional que opera esse

setor no nosso País, há estoques de 20 mil toneladas de monazita em suas dependências.

Outros países estão desenvolvendo projetos para reduzir sua dependência da China. Esse país, a China, controla a exportação de minérios pouco conhecidos mas estratégicos, que quase só se exploram no seu território.

Conforme informou o **The New York Times**, a China produz 93% das terras raras e mais de 99% de elementos como o disprósio, o térbio e o neodímio, vitais para tecnologias de energia verde e aplicações militares.

Repito, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as terras raras são uma questão de soberania nacional, seja pelo que propiciam em avanço no conhecimento, seja pela multiplicidade de seus usos, inclusive na área de defesa e na indústria petrolífera.

Por isso, precisamos de uma política estratégica de fomento à sua produção e arrojo empresarial priorizando a transformação das jazidas em produtos que sejam capazes de alimentar a indústria mais avançada que existe no mundo.

Essa é uma questão crucial para o futuro do País.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Luiz Henrique, gostaria de lhe informar que, pelo art. 14, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno, o Líder pode usar da palavra por vinte minutos, após a Ordem do Dia, com preferência sobre os oradores inscritos. Isso é regimental. Então, tentamos cumprir.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

Vinte minutos, Senador. Depois, temos o Senador Pedro Taques, Senador Cícero Lucena, Senador Walter Pinheiro e mais uma página de Senadores inscritos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, antes de iniciar meu pronunciamento, queria pedir a V. Exª que, no momento adequado, pudesse colocar em votação um requerimento de minha autoria e de outros Srs. Senadores para comemorarmos, no dia 11 de agosto, o aniversário de 10 anos da Lei nº 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.

Bem, mas, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, eu hoje venho à tribuna para me pronunciar sobre a comemoração ocorrida no último dia 2 de julho, dos 187 da Confederação do Equador, uma data memorável para todos os brasileiros e, em especial, para os pernambucanos. A Confederação foi um movimento revolucionário que eclodiu no Recife em 2 de julho de 1824 e que reagiu com bravura e dignidade às ameaças à independência política do nosso País e aos acenos de recolonização do Brasil feitos pelos partidos conservadores portugueses.

Os anseios da população por uma Constituição autônoma e liberal que consolidasse, definitivamente, a soberania nacional foram frustrados pelo Imperador Dom Pedro I, que dissolveu a Assembleia Constituinte, nomeou uma comissão para redigir uma constituição autoritária e antiliberal e outorgou uma frustrante Carta Magna em 25 de março de 1824.

Entre as muitas medidas antidemocráticas daquela Constituição estavam: o governo monárquico, unitário e hereditário, o voto censitário (exclusivamente masculino e baseado na renda) e descoberto (não secreto), além das eleições indiretas para o Legislativo segundo faixas de renda que iam de cem mil até oitocentos mil réis, recusa ao secularismo adotando o catolicismo como religião oficial e o estabelecimento dos quatro poderes, sendo o Poder Moderador privativo do Imperador.

Imediatamente, as Câmaras de Olinda e de Recife recusaram-se a aceitar tal Carta. Elas viam o perigo à autonomia das províncias e rejeitavam a diminuição do poder dos Conselhos provinciais. Ademais, a Província de Pernambuco não aceitou a substituição do Presidente eleito Paes de Andrade por Francisco Paes Barreto, nomeado pelo Imperador.

Uma embaixada pernambucana teve audiência com o Imperador em 14 de maio de 1894 e, na ocasião, comunicou a Dom Pedro I que a província rejeitava a nomeação de Paes Barreto. Dom Pedro viu no ato uma traição pernambucana, aludindo à permanente inconfidência da gente daquela terra e, imediatamente, exigiu que os embaixadores se calassem.

Esse foi um crasso erro. O Imperador não conseguia ver ali um processo histórico no qual a luta política pela descolonização era muito clara. Os Estados confederados queriam a consolidação da independência a ser implementada mediante a celebração do pacto constitucional, uma ação política infelizmente abortada pela dissolução da Constituinte.

Com o apoio de intelectuais como Cipriano Barata e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, um movimento popular rebelde eclode no Recife e se estende até o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte – daí o nome Equador, devido à proximidade dessas províncias com a linha equatorial. Paes de Andrade lança um Manifesto aos Brasileiros, no qual defende,

dentre outras, a tese de que todo homem deseja ser feliz e habitar um país livre e próspero.

O movimento rebelde pretendia convocar uma Assembleia para elaborar um projeto constitucional com base na Carta Magna colombiana, tida como uma das mais liberais do continente. Pretendia-se, ainda, extinguir o tráfico negreiro e organizar uma oposição popular ao autoritarismo imperial. Desejava-se um governo independente, com base representativa e democrática que garantisse a autonomia provincial.

A Confederação do Equador jamais foi um movimento separatista, senão um movimento de resistência à linha monarquista-absolutista adotada por Pedro I. A ideologia da Confederação era uma inovadora proposta quanto ao caráter do Estado e à construção de nossa Nação. O que havia era a resistência democrática contra o despotismo da corte imperial instalada no Rio de Janeiro e mais ligada a Lisboa do que ao resto do País.

Segundo os historiadores, corria no Recife da época a seguinte quadrinha: "Sem grande corte na Corte, não se goza um bem geral. Que o corte é que nos faz bem, a Corte é que nos faz mal".

Os acontecimentos de 1824 em Pernambuco levaram a monarquia portuguesa a reforçar, junto às monarquias europeias, os argumentos referentes tanto à inviabilidade do Brasil como nação independente quanto à incapacidade de a monarquia sobreviver sem ligação com Portugal. Portugal pediu ajuda militar à França em troca da margem esquerda do rio Amazonas e à Inglaterra foi oferecida a renovação do Tratado de Comércio de 1810. Na verdade, Portugal sempre tentou impedir o reconhecimento do Brasil independente pelas nações europeias, utilizando a ameaça do republicanismo democrático.

A Inglaterra, por sua vez, tinha fortes interesses comerciais com o Brasil, recebendo pau-brasil, diamantes, refinando açúcar e emprestando dinheiro. Relutou, assim, em aceder ao convite e preferiu contemporizar enquanto não houvesse prejuízos aos interesses britânicos.

A França mantinha intenso comércio com o Brasil e não pretendia mudar as diretrizes nas relações com o nosso País.

Em suma, a Confederação do Equador foi utilizada por Portugal para tentar mostrar às nações europeias a fragilidade de um Brasil independente e ameaçadoramente republicano e democrático. Este foi outro grande erro: a Confederação já havia semeado o sentimento de pertinência e de orgulho de todo brasileiro. Era o germe da nossa Pátria.

Algumas teses de Hannah Arendt, no seu grande livro *Da Revolução*, embora dedicadas à Revolução Americana e à Revolução Francesa, servem para interpretar o significado político da Confederação. Para a filósofa alemã, quatro traços esclarecem os esforços de independência e de consolidação da Revolução Americana, traços esses análogos aos traços aqui ocorridos.

O primeiro deles, tanto aqui quanto lá, ressaltava o objetivo inédito de se fundar uma nova ordem política e social. Numa terra abundante e fértil, tanto aqui quanto lá, sonhava-se com a igualdade de todos, sendo toda riqueza acessível aos homens de inteligência e de talento.

O segundo traço apontado por Arendt fala da liberdade, algo maior do que a simples libertação, o direito de lutar contra a opressão, a discriminação e a violência da dominação. A liberdade implicava participar da coisa pública e a pessoa livre seria aquela que se engaja de modo sério e responsável nos negócios públicos, sob os auspícios das instituições públicas. A liberdade seria o respeito pelas estruturas e procedimentos que caracterizam o empreendimento político e que torna possível a deliberação e a ação.

O terceiro traço apontava diretamente para um aspecto político: os confederados pretendiam escolher o regime de governo, lutando contra a tirania e a opressão. Pretendia-se, assim, um novo impacto político.

Por último, o quarto traço ressaltava que a revolução sonhada efetivar-se-ia num texto constitucional, fruto da Constituinte livre – lugar do pleno exercício da política.

Frei Caneca sonhava com uma pátria independente e soberana, livre do jugo português e igual às demais nações livres do mundo. Daí surgiria um povo feliz, conservando o espírito insubmisso e livre dos seus progenitores.

O pensador político inglês Quentin Skinner escreve no seu livro *As Fundações do Pensamento Político Clássico* que, ao contrário do luteranismo, que fomentou, no século XVI, os primeiros passos da ideologia absolutista, as teorias políticas produzidas na Europa católica no mesmo século como as do tomista Suárez, adotavam um caráter fundamentalmente constitucionalista: segundo essa corrente de filosofia política, o poder supremo pertence à comunidade, nenhum governante pode ser maior do que a comunidade que governa e qualquer governante

estará sempre comprometido com a lei e limitado pelo dever de velar pelo bem comum.

Não admira, pois, que o frade carmelita e recifense sonhasse com um Brasil democrático e igual, onde todos gozassem de igual respeito e igual consideração. Não admira, pois, que a repressão da Coroa absolutista fosse impiedosa e violenta: os líderes da Confederação foram presos e condenados à forca.

Alguns dos cabeças do movimento condenados à morte foram: João Metrovich, marinheiro maltês, Joaquim da Silva Loureiro, Padre Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque, Agostinho Bezerra e o frade carmelita Caneca. No Ceará, Tristão de Alencar Araripe rejeitou a anistia e foi executado.

As consequências geográficas e econômicas foram igualmente desastrosas para Pernambuco: num rompante, D. Pedro I promulga um decreto, com a data de 7 de julho de 1824, desmembrando a Comarca do São Francisco, o que reduziu a área da província de Pernambuco em 65%.

Essa geografia artificial criada pela arbitrariedade do Imperador resultou de um ato inconstitucional, como bem demonstrou Barbosa Lima Sobrinho nas suas obras clássicas, hoje já esgotadas. Hoje se sabe que Pernambuco perdeu 173 mil quilômetros quadrados, uma imensa região que começa ao norte, após Petrolina, passa por Barreiras, a oeste, vai até Carinhanha, ao sul, na divisa com Minas Gerais.

Uma mutilação inaceitável, mas que, na ótica do Imperador, fazia muito sentido: tratava-se de enfraquecer Pernambuco, uma província com vocação autonomista e que poderia arrastar com ela todos os seus vizinhos. Pernambuco era uma ameaça à Coroa!

Mas como seria Pernambuco caso não tivesse sido mutilado? A resposta seria talvez pura especulação, mas a pujança econômica da região da antiga Comarca de São Francisco nos dá uma ideia: se fosse um Estado, ele teria a terceira renda *per capita* no Nordeste, perdendo apenas para Bahia e Pernambuco. Teria uma área superior à do Líbano e à da Coréia do Norte. Teria a quarta maior área entre os Estados nordestinos, além de ser o maior produtor de grãos do Nordeste. Hoje, são 35 Municípios, entre eles, Casa Nova, Cotegipe, Pilão Arcado e Barreira. Pernambuco ocuparia a margem esquerda do São Francisco, estaria próximo ao Centro-Oeste e, em vez dos atuais 78 mil quilômetros quadrados, o Estado que tenho a honra de representar somaria ainda a área da antiga Comarca, totalizando 251 mil quilômetros quadrados.

Segundo a historiadora carioca Isabel Lustosa, o desmembramento de Pernambuco é um assunto de repercussão nacional, embora tanto tempo já tenha se passado. Para ela, o nosso Estado teria dimensão política ainda maior do que a que já exibe, reafirmando a sua incansável vocação autonomista.

Quanto ao grande líder da Confederação, Frei Caneca passou meses preso e, quando chegou a sua vez de enfrentar a forca, foi levado numa procissão sob o glorioso sol do Recife até o Forte das Cinco Pontas, onde estaria o carrasco. Aconteceu, naquele momento, algo estranho: o carrasco negou-se a enforcar o frade, e nenhum detento, apesar de ter a liberdade prometida, quis substituí-lo e cumprir tão nefanda tarefa. As autoridades foram forçadas a arcabuzar o Frei Caneca.

Ora, não devemos jamais esquecer esses homens que propuseram uma Pátria nova, um Brasil governado pelo próprio povo, sem desigualdades e sem escravidão.

E para louvar a figura do grande Frei Caneca, escutemos o grande poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto, que, no seu poema dramático *Auto do Frade*, escreveu belíssimos versos para louvar a figura heróica de Frei Caneca.

Ei-lo que vem descendo a escada, degrau a degrau. Como vem calmo.

Crê no mundo e quis consertá-lo.

E ainda crê, já condenado?

Sabe que não o consertará.

Mas que virão para imitá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

Antes, Senadora Marinor, peço licença a V. Exª para ler o documento que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Foram encaminhados à Mesa, em obediência à Resolução nº 3, de 1990, combinado com o art. 10 – A do Regimento Comum, nomes dos candidatos do PSOL à eleição para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal, com mandato para o período de 19 a 31 de julho de 2011. PSOL: Marinor Brito, titular, e Randolfe Rodrigues, suplente. (Ofício nº 370, de 2011.)

É o seguinte o ofício:

Ofício SF/GSMB nº 0370/2011

Brasília-DF, 6 de julho de 2011

Assunto: Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em atendimento ao seu ofício nº 1.123/2011-SF, indico o meu nome para titular e o do Senador Randolfe Rodrigues para a suplência da Comissão Representativa do Congresso Nacional, representando o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Atenciosamente, – Senadora **Marinor Brito**, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Em votação a indicação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a solicitação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, demonstrando a nossa capacidade de reconhecer atitudes positivas de quaisquer setores do Governo, queria aqui registrar, em nome do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, a alegria do movimento pela conquista de uma vitória que eles consideram histórica na luta pelo tratamento humanizante, humanizado, pelo tratamento não em manicômios, não com condutas manicomiais, mas um tratamento em serviços substitutivos, com qualidade, com um grupo diferenciado, plural de serviços que, atuando concomitantemente, são capazes de garantir a qualidade de vida, são capazes de enfrentar, ajudando os portadores de transtornos mentais a terem uma qualidade de vida no seu tratamento e serem respeitados na sua dignidade humana.

Estou falando, neste momento, da decisão do Conselho Nacional de Justiça, na pessoa do conselheiro Walter Nunes, de garantir que os presos de justiça que tenham transtornos mentais passem a ter o direito de fazerem tratamentos em serviços substitutivos, não mais em manicômio judicial, que no geral decretava o fim da vida desses pacientes.

Queria aqui registrar, portanto, em nome do Movimento de Luta Antimanicomial, que isso é uma conquista histórica para os que entendem o tratamento dos transtornados mentais como um tratamento que só tem resultados positivos se for feito com parâmetros humanitários e não violentos, como são os tratamentos manicomiais.

Também queria aproveitar o nosso horário da Liderança do PSOL para tratar ainda da questão da saúde, dos escândalos na área do financiamento das ações de saúde e da aplicação de recursos da União em Estados e Municípios. A matemática é simples. Porém, os resultados são danosos para a saúde pública e para a economia popular.

Foi denunciado na **Folha de S.Paulo,** na edição de 4 de julho de 2011, com base em dados do próprio Ministério da Saúde, que os Estados brasileiros deveriam ter investido R$114,2 bilhões, entre 2004 e 2008, para colocar em prática o que determina a Emenda nº 29, de 2000, de investir 12% de suas receitas na saúde.

Apesar de terem declarado investimentos da ordem de R$115 bilhões na saúde nesse período referenciado, na prática, os órgãos de auditoria do Governo Federal descobriram que os Estados investiram, de fato, cerca de R$103 bilhões no setor, o que teria gerado um sumiço de aproximadamente R$11,6 bilhões, que certamente foram aplicados em outras áreas dos respectivos Governos Estaduais, ferindo, assim, dispositivos constitucionais.

As denúncias são muito graves já que os recursos que deveriam ter sido investidos na saúde foram gastos em áreas muito diferentes. Como exemplo, posso citar o Pará, meu Estado, que, segundo as mesmas denúncias, gastou, no período de 2004 a 2008, R$59,9 milhões em programas de valorização do servidor.

O mais grave, Srs. Senadores, no entanto, é que, desde essa época, os servidores da saúde do meu Estado continuam a receber os miseráveis salários. E todas as denúncias que nós e a imprensa local do Estado do Pará temos feito dão conta do caos no atendimento da saúde no Pará. Não é à toa que até hoje são altos os índices de mortalidade por malária na região do Marajó.

O caso de São Paulo, denunciado também, é um dos mais emblemáticos, pois ali foram gastos R$179 milhões da saúde com a Defesa Civil, área que normalmente é mantida com recursos próprios da arrecadação estadual e verbas do Orçamento federal, destinadas por meio de emendas parlamentares e de convênios com o Ministério da Justiça e outros.

O Rio de Janeiro recebeu cerca de R$160 milhões, outro caso grave. Foram destinados à segurança pública esses R$160 milhões, e nada foi para a caótica saúde pública do Estado do Rio de Janeiro, onde, anualmente, morrem centenas de pessoas atingidas pela dengue.

Diante da gravidade das denúncias, eu queria fazer um apelo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras: que coloquem um fim nessa sangria de dinheiro público da saúde para outras áreas e que possamos fiscalizar a aplicação dos 12% do orçamento dos Estados, a serem gastos exclusivamente no setor da saúde.

Eu queria aqui também deixar claro que as 5.565 prefeituras do País poderiam ser ajudadas, durante

um ano, com esses recursos, cada uma delas com 13 novas ambulâncias.

Eu queria, neste momento, dizer também que, depois dessas denúncias, depois desses dados levantados pelo Governo Federal, em que se aferiu que cerca de R$11 milhões ficaram sem ser gastos na saúde neste País – R$11,6 bilhões, fazendo o conserto dos dados –, o Governo Federal, até agora, não tomou nenhuma medida no sentido de fazer uma investigação sobre onde foram parar esses recursos.

O PSOL, a nossa bancada aqui no Senado Federal, está entregando, a partir dessas denúncias, à Procuradoria-Geral da República o pedido de investigação, porque queremos saber onde foram parar os R$11 bilhões da saúde brasileira, os R$11 bilhões que deixaram de ser investidos na melhoria do atendimento do Sistema Único de Saúde, na melhoria da urgência, da emergência e da alta complexidade. Nós que vivemos em um Estado de território imenso temos, sistematicamente, notícias de mortes, porque as pessoas não conseguem deslocar-se dos 144 Municípios para serem atendidas na capital. Quando chegam, inclusive por conta dos graves problemas do sistema de transporte, que é brasileiro, mas que é muito grave, não conseguem chegar em tempo de serem salvas. Em Belém, infelizmente, o serviço de saúde precarizou-se.

Só a Prefeitura de Belém, só o Prefeito atual de Belém tem dez ações, entre ação criminal, ações civis públicas e ações de improbidade, o que demonstra que o dinheiro que deveria estar sendo aplicado, de fato, na saúde pública brasileira, na saúde pública do nosso Estado e da nossa capital, para dar uma retaguarda para os Municípios da região metropolitana, pelo menos, não só tem sido usado para outros fins, mas também tem sido desviado da saúde pública; tem sido utilizado para benefícios pessoais, tem deixado de ser utilizado para melhorar as condições de atendimento, para garantir a dignidade dos servidores públicos da saúde, em favor dos interesses particulares e/ou de grupos políticos.

Tudo isso que estou colocando aqui está comprovado nas ações do Ministério Público Federal, que, infelizmente, até agora, não foram julgadas. São quase dois mandatos consecutivos do Prefeito Duciomar Costa, do PTB de Belém do Pará, cujas ações não são julgadas. Enquanto isso, na apuração do Ministério da Saúde, confirma-se que o dinheiro da saúde, o dinheiro que deveria estar sendo aplicado a partir da Emenda à Constituição nº 29, que é de 2000, não se concretiza no seu percentual obrigatório, que é a aplicação de, no mínimo, 12% das receitas na saúde pública.

Eu queria aqui deixar esse registro, porque a impunidade, a falta de responsabilização dos agentes públicos tem sido a grande responsável pelo aumento da violência, pela falta de estrutura do povo brasileiro. Se eu fosse, aqui, eu e o Senador Randolfe, do PSOL do Amapá, meu companheiro de Bancada, denunciar todos os dias, fazer representação todos os dias, não ficaríamos, nesse pouco tempo de mandato que temos, um único dia sem ter de fazer uma representação na Procuradoria Geral da República, seja contra ministros, seja contra diretores, seja contra senadores. Todos os dias – todos os dias! –, há denúncias novas.

Quero aqui deixar claro que a Bancada do Partido Socialismo e Liberdade não tem conseguido fazer essas representações, seja na Comissão de Ética do Senado, seja na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, pela falta de estrutura técnica, pela falta de estrutura para garantir um assessoramento mais rápido, porque, diferentemente das bancadas que têm acima de três Senadores, que têm mais um gabinete e um número enorme de assessores, nós trabalhamos, na Bancada, com um único cargo de assessoria, para atender às denúncias feitas, para responder às demandas do Senador Randolfe, para responder à demanda da Senadora Marinor.

Se fosse diferente disso, Senador, nós colocaríamos, todos os dias, o dedo na ferida; todos os dias, pediríamos o apoio da Procuradoria Geral, solicitando e demandando a Comissão de Ética do Senado Federal, demandando a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, porque não faltam denúncias, não faltam provas, grande parte delas consistentes, que têm deixado envergonhadas a Nação brasileira e as suas representações, a maioria dos Congressistas, seja da Câmara, seja do Senado.

É difícil falar à opinião pública, é difícil explicar para um adolescente, para uma criança ou mesmo para uma pessoa idosa que, na política, ainda existem pessoas decentes, que na política ainda disputam pessoas que vêm para este Senado Federal ou para a Câmara dos Deputados, para responder pelos interesses da maioria da classe trabalhadora, para responder pelos interesses do povo brasileiro, que paga os impostos, que sustenta esta Casa, que sustenta a Câmara dos Deputados, que sustenta as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais Brasil afora.

Está a cada dia mais difícil, mas o nosso trunfo, o nosso poder de fogo, de convencimento e de conquista junto à classe trabalhadora é exatamente poder mostrar uma postura antagônica a esse comportamento, revirando contas bancárias, relacionando-nos com os processos de denúncias, provando que nós podemos ser diferentes, que podem chegar ao Congresso Nacional pessoas de bem, que podem chegar mulheres e homens trabalhadores, representando o interesse do povo brasileiro, e não dos setores das elites que domi-

nam este País, e não dos setores que historicamente têm explorado o nosso País e o nosso povo.

Quero aqui, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, do PSOL, deixar, mais uma vez, o nosso abraço solidário aos trabalhadores da saúde pública deste País, aos trabalhadores que têm demonstrado, ao longo dos anos – obrigada pelo carinho, muito obrigada –, que, se alguma coisa ainda acontece de positiva no atendimento à saúde do povo brasileiro é graças ao esforço, à dedicação, à luta, ao empenho, à vontade política, ao amor que os servidores da saúde, de um modo geral, têm pelo seu trabalho, porque, se fôssemos depender da política pública, dos recursos, das condições de trabalho, nós não teríamos nenhuma possibilidade de procurar uma unidade de saúde ou um hospital neste País.

Por isso, fica aqui o meu repúdio também ao não cumprimento da Emenda à Constituição nº 29 por parte dos Estados brasileiros, da maioria dos Estados. E fica aqui o meu pedido, que estará sendo encaminhado à Procuradoria Geral da República, para que seja investigado onde foram parar os R$11,6 bilhões que deveriam ter sido investidos, entre os anos de 2004 e 2008, na saúde pública brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

Sim, V. Exª permuta com o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente – obrigado pela gentileza de V. Exª –, Srs. Senadores, no dia 22 de junho, eu subi a esta mesma tribuna, para fazer um apelo diretamente à Senhora Presidenta Dilma Rousseff. A palavra-chave do meu pronunciamento, que eu chamei de "carta aberta", foi "resistência". Tomei a liberdade de conjugar o verbo resistir no imperativo. Não foi uma ordem, evidentemente. Não me cabe, direta ou indiretamente, ditar procedimentos a uma ilustre Presidente, com uma história tão extraordinária e com um número de votos legítimos que a conduziu ao mais alto cargo da República. Foi, na verdade, um misto de sugestão, eu diria quase um misto de sugestão e de súplica. Mais súplica do que sugestão.

"Resista, Srª Presidenta", eu repeti diversas vezes. Resista à corrupção; resista às negociações de coxias; resista à indicação de nomes para ocupar cargos sem a devida chancela da moralidade; resista àqueles que se protegem sob o manto da impunidade. Resista, portanto, a qualquer tipo de desvio, desvio de conduta no uso do sagrado dinheiro público.

Por sugestão do meu irmão e amigo Senador Cristovam Buarque, eu providenciei a publicação do meu texto: "Presidenta Dilma: resistir é preciso". Mandei-o, como ele mesmo sugeriu, a muitas pessoas, inclusive à própria Presidente Dilma. Encaminhei o documento aos parlamentares e para parte significativa do Poder Judiciário – não tinha lhe visto, Senador, mas foi ideia sua e eu obedeci – e aos diversos escalões do Poder Executivo.

Espero não ter desperdiçado o meu papel e ter cumprido a minha responsabilidade.

Que bom se consegui, pelo menos, reavivar o debate que, a meu ver, deveria ser desnecessário, se o discurso e a prática não tivessem tomado caminho tão distinto, quando o assunto é a moralidade no tratamento dos recursos públicos.

Até aquele momento da minha pregação pela resistência da nossa Presidenta, não havia, ainda, circulado pela imprensa o caso do Ministério dos Transportes. Se bem que, não raras vezes, a mesma imprensa tem dado conta de que aquele Ministério é useiro e vezeiro no trânsito por estradas políticas sinuosas e com muitos desvios e vários atalhos.

Pois bem, o caso do Ministério dos Transportes parece ter vindo numa sequência metodológica da elaboração da minha tese. A parte prática. O estudo de cada caso.

Quem sabe eu possa considerar aquele pronunciamento como uma espécie de "pré-defesa de tese". Hoje, eu vim para defendê-la, depois dos últimos acontecimentos. Para confirmar as minhas hipóteses. Para me submeter à "banca de examinadores". Como presidente desta mesma "banca", a própria Presidenta da República.

O caso do Ministério dos Transportes foi a confirmação de como se deve e, principalmente, como não se deve fazer política. De como se devem e também de como não se devem gerir recursos públicos recolhidos do suor do trabalhador brasileiro e que, cada vez mais, são subtraídos nos gabinetes refrigerados do poder.

Tão logo surgiram as evidências de desvios de conduta, a Presidente determinou o imediato afastamento dos gestores públicos. E que eles se submetam a processos de investigação, para que não paire a impunidade alimentadora da corrupção.

A Presidente da República deve ser, como em poucos outros momentos, senhora da história. Cabe-lhe a escolha da melhor estrada. A estrada dos melhores destinos. Neste momento histórico em que nos encontramos, ela se encontra em uma bifurcação política.

E a minha tese vem exatamente no sentido de que não há dúvida na escolha do melhor caminho. Não pode haver indecisão entre a imoralidade e a moralidade; entre a dor e o remédio; entre o analfabetismo e a mágica das letras; entre o joio e o trigo; entre as trevas e a luz.

A Presidenta Dilma Rousseff, tendo como exemplo prático o Ministério dos Transportes, tem que providenciar a melhor de todas as "inaugurações" de seu governo: a de um novo modo de fazer política, sob pena de ela própria alterar a sua história.

Não ouso me bater contra indicações políticas de um cenário de administração compartilhada – as indicações políticas são naturais. De poderes independentes, mas harmônicos. Eu sei que não se executa

à revelia de quem constrói os caminhos legais, nem de quem os faz percorrer. Não se retira a legitimidade de quem foi eleito para falar em nome do povo. O que eu defendo é que quem manipula o sagrado dinheiro público tem necessariamente de se vestir tão-somente da moralidade incondicional e do conhecimento pleno sobre a questão sobre a qual tem responsabilidade.

A Administração Pública não pode ser "loteada". Pior: não pode ser "invadida". Pior: não pode ser uma "usucapião" de determinados espaços desta Administração. Não se pode apoderar desses espaços e neles edificar obras irregulares, repletas de porões e de coxias.

A Presidente Dilma Rousseff tem, neste momento de sua história e do País, a grande oportunidade de alterar as manchetes que têm atualmente desfilado pelos jornais. Tristes manchetes como "É pegar ou largar", "A via da corrupção", "Crise expõe modelo de troca de cargos e recurso por apoio no Congresso".

A Presidenta deve imaginar, como eu, como será o Brasil sem corrupção. E a corrupção nada mais é do que o fruto da relação promíscua entre o corruptor e o corrupto, concebida e nascida nos gabinetes do poder.

O Brasil sem corrupção não teria os 14 milhões de jovens, adultos e idosos que ainda vivem na escuridão e no analfabetismo. O equivalente a mais de quatro vezes a população do Uruguai. É o correspondente a todos os gaúchos, mais toda a população do Distrito Federal ainda sem combinar tão poucas letras para soletrar uma única palavra!

O Brasil sem corrupção não teria o calvário dos hospitais públicos, onde faltam os mais básicos dos equipamentos e dos materiais cirúrgicos para curetar a dor. Não teria a volta das doenças e das epidemias que imaginávamos apenas nos prontuários de outros idos tempos.

O Brasil sem corrupção não teria a fome que, apesar dos reconhecidos avanços alcançados através de programas tipo o Bolsa-Família e na concepção atual de que um país rico é "um país sem pobreza", ainda é o Herodes dos nossos tempos, na poética, mas triste, constatação do "morrer de fome, um pouco a cada dia".

O Brasil sem corrupção não teria tanta "emboscada antes dos vinte", na insegurança das grandes cidades, onde, ao sair para o trabalho, não se sabe se a despedida é um tchau ou um adeus definitivo.

O Brasil sem corrupção deixaria de ser tão-somente essa "síntese do projeto do Criador" e se transformaria, de fato, em uma das mais prósperas nações do universo, sem as nossas imensas disparidades de distribuição pessoais, regimentais, regionais, da renda no nosso País.

É este o País que se coloca agora no horizonte da nossa estrada. Uma estrada sem os desvios da corrupção. É esse o papel mais que relevante da Presidenta Dilma Rousseff, neste seu momento histórico: com o "cajado" de sua caneta, debelar a corrupção, e apenas nomear gente sobre a qual não paire qualquer dúvida sobre os desvios de conduta. Gente na qual a própria sociedade investiu, através das escolas, das universidades, para que adquirisse conhecimento relativo a todos os segmentos da Administração Pública.

E, como já disse nos pronunciamentos anteriores, "se as luzes do poder ofuscarem a ética do escolhido, que ele não continue se protegendo com o 'remédio caseiro' da impunidade".

Simples assim: a nomeação é confirmada, só e somente só, se o nomeado tem currículo para melhor desempenhar as suas funções e se não paira sobre ele qualquer dúvida sobre o seu comportamento ético.

Se o nomeado não demonstrar capacidade de execução do que lhe foi atribuído, ou se o poder lhe contaminar na sua conduta moral, que ele seja exonerado de pronto.

Não há que ter impunidade, principalmente no serviço público, onde se trabalha com o recurso gerado pelo suor do cidadão, o mesmo recurso que falta no analfabetismo, na dor, na insegurança, na falta de infraestrutura para gerar emprego, renda e, consequentemente, cidadania.

A atitude da Presidente Dilma Rousseff, ao capitanear uma nova relação com o Congresso Nacional, fará eco nos corredores, nos plenários e, principalmente, nos gabinetes do Senado e da Câmara dos Deputados. Está aí, eu tenho certeza, a melhor semente para cultivarmos, aqui, a necessária reforma política. Uma reforma a partir de um novo modo de fazer política. Não a política dos conchavos, das conveniências, das trocas de favores, da distância entre o discurso e a prática.

Não haverá reforma política, pelo menos a que se imagina necessária, se vingar a relação promíscua onde a moeda é a nomeação do apadrinhado ou a liberação da emenda orçamentária. Se continuar o tal "loteamento irregular" do poder, repito o que disse naquele dia: o parlamentar, em qualquer nível, tem que votar segundo a sua consciência, e não por conveniência.

Eu tenho consciência de que não se trata de algo de execução fácil para a Presidente Dilma ou por qualquer outro presidente que viesse ou que venha a alcançar essa altitude. Eu sei da força política dos defensores da tal "usucapião do poder". Eles montaram verdadeiros "latifúndios políticos" e cercaram seus "domínios" com a cerca da chantagem política.

É preciso, portanto, aí, derrubar essa mesma cerca. Trata-se, no caso, de uma invasão de espaço público. "Todo o poder emana do povo", como manda a Constituição. E este mesmo poder é exercido "por meio de representantes eleitos diretamente", na sequência deste parágrafo único do primeiro capítulo

constitucional, que fundamenta o Estado democrático, através da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político.

À medida que forem "resgatados" esses espaços públicos, usurpados por aqueles que teimam em se autointitular "líderes", ou de propensos "interlocutores", não haveria a sanha por "fatias do poder" e, consequentemente, as nossas discussões também não se moverão, tão somente, por temas específicos, sem uma preocupação com o verdadeiro plano de desenvolvimento nacional.

As grandes questões nacionais não podem ser discutidas no Congresso como se fossem estanques, sem um elo e sem uma lógica. Via de regra, dependendo dos interesses, essas mesmas questões são apropriadas pelos respectivos "donos" delas próprias.

É preciso destituir, portanto, esses mesmos "donos do poder" e ligar cada questão aqui discutida à lógica do tal plano de desenvolvimento nacional. Não importa se possamos selecionar, para aprofundar o debate, algumas questões de mais ou menos preocupação com o momento. A reforma tributária, a reforma política, por exemplo. Mas elas não podem ser capturadas por este ou aquele "interlocutor" ou por um grupo de interesses específicos. As próprias discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 são o melhor exemplo de como melhor exercer o nosso papel de "representantes do povo". Nunca se viu tamanha e tão legítima participação popular como naquele tempo da Constituinte. Não é à toa que a nossa Constituição é chamada de Constituição "Cidadã".

Se as matérias legislativas forem aprovadas ou rejeitadas pelo Congresso, que seja, apenas e tão somente, por orientação da consciência de cada um de nós. Cada um de nós deverá responder pelas respectivas decisões. Eu tenho certeza de que a imprensa continuará sendo "os olhos do cidadão" em todos os níveis do poder. E que mudarão, significativamente, as manchetes. E a nossa legitimidade. Para melhor.

Com a palavra, ou com a caneta, a Presidente Dilma Rousseff. E a palavra continua sendo "resistir". Ou, depois das suas últimas decisões, eu diria "insistir". Resista às pressões e insista na sua atitude de afastar de seus cargos aqueles sobre quem pairem dúvidas sobre o comportamento ético. Quem sabe seja o melhor dos passos para o Legislativo efetivamente, e legitimamente, legislar. E que o Judiciário, também, efetivamente, faça cumprir as suas leis. Daí, sim, o Executivo vai executar a pavimentação desta estrada, sem desvios, e que nos levará ao País com que tanto sonhamos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, me referindo a um momento tão grave e tão sério, quando se esperava um terremoto, quando se estava na interrogação do que ia acontecer.

Mas Sua Excelência teve a coragem de agir e de fazer. Pela segunda vez, tirou o que tinha que tirar, e tirou no momento exato. Fez aquilo que, infelizmente, os seus antecessores, o Sr. Lula e o Sr. Fernando Henrique, não souberam fazer em seus respectivos governos.

Ela foi firme, correta, até agora. Praticou? Fez o deslize? Fez o deslize, cai fora! Um era o homem do Lula, homem da confiança. O Sr. Lula veio aqui e disse: "Ele não pode sair, ele tem que ficar". Ela tirou.

O outro é agora. Felizmente, eu felicito, primeiro, o nosso Senador Maggi. Teve categoria, muita categoria! Realmente, pelo argumento lógico, pelo bom senso, ele não podia aceitar.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*.) – Se é um homem importante, um homem de negócios e tem ligações diretas com a Pasta, se suas empresas estão diretamente ligadas, é evidente que ele, por ser um homem correto, não poderia aceitar.

E a Presidente fez o quê? Indicou o nome que tinha que indicar.

Pois não, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, permita-me um curto aparte. Eu não posso deixar de me manifestar. Primeiro, eu quero dizer da minha satisfação quando estive aqui presente ao seu discurso "Resistir é preciso". Fico orgulhoso de ver o aparte que eu lhe dei escrito aqui, publicado junto com seu discurso. Eu disse, na época, que esse discurso tinha um conteúdo histórico importante. Uma manifestação firme, com uma expressão clara: "Resista, Presidenta!". E eu tenho a impressão de que, ouvindo ou não o seu discurso, a Presidenta demonstrou que ela está disposta a resistir quando for preciso; que ela tem a competência de resistir quando é necessário. Por isso, eu quero me somar a sua fala neste dia dizendo que o senhor tem razão. A Presidenta agiu como outros não agiram no passado – com firmeza, com competência – e foi capaz de resolver um problema sem se alongar por muito tempo, nesse evento pelo menos. Parabéns à Presidenta, mas parabéns ao senhor, por ter trazido aqui a ideia de que resistir é preciso, e pela lembrança do elogio quando a resistência foi feita corretamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu agradeço V. Exª, e agradeço V. Exª, Sr. Presidente.

Apenas acho que eu tinha obrigação de voltar a esta Casa, porque Sua Excelência, a Presidenta, afastou o primeiro ministro; e agora afasta o segundo. Parece que a tese que ela defende, a bandeira que ela defende, quer levar adiante.

É muito importante que isso aconteça, e para isso acontecer, Sr. Presidente, é muito importante que ela tenha força neste Congresso.

Nós temos conversado sobre isso. É um grupo de parlamentares que está aumentando nesta Casa, para dar cobertura à Presidente, no sentido de que ela faça isso. Nós não queremos nada: nem cargos, nem favores e nem vantagens; queremos apenas que a Presidenta tenha liberdade de escolher os que são capazes e de agir com dignidade.

O Brasil está no caminho certo. A sua economia está no caminho certo. A orientação está no caminho certo. O que não está no caminho certo é a corrupção, é a impunidade, é a imoralidade que hoje é uma realidade nacional.

Tinha de começar, Sr. Presidente – eu sempre dizia isso – por quem está na frente. Não pode começar pelo Joãozinho da esquina e nem pelo boteco ali do lado; tem de começar por quem está na frente. Se o Presidente da República dá o exemplo, não tenho dúvida...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) –... e vou dizer mais alto do que disse da outra vez (*Intervenção fora do microfone.):* se a Presidente demitiu o todo-poderoso Ministro dos Transportes, ninguém vai querer brincar com ela. Cometeu erro, tem a punição. E ela, agindo dessa maneira, fará um grande governo, um grande governo, e nós rezamos para que isso aconteça.

Obrigado pela tolerância.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas transmitir a V. Exª que, mais uma vez, fala com uma amiga sincera, conterrânea, da Presidenta Dilma Rousseff, e a sua voz, certamente, está sendo ouvida com muita atenção pela Presidenta, sua amiga.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros rápidos que considero importantes tanto para o País como para o meu Estado do Roraima.

Primeiro, registrar que o Programa Luz para Todos, na data de ontem, através de decreto da Presidenta Dilma, foi estendido até o ano de 2014. O Programa Luz para Todos, que foi criado em 2003, tinha validade até o ano de 2010. Já atendeu mais de 13 milhões de pessoas, e tinha sido estendido até 2011, exatamente porque o programa não tinha sido concluído em alguns Estados do Brasil. Além disso, novas demandas de áreas precisando de energia elétrica no interior estavam aparecendo. No caso de Roraima, era um dos Estados em que o atendimento ainda não tinha sido universalizado.

Através de pleito de vários Estados, através da sua visão social, a Presidenta Dilma, o Ministro Edison Lobão estenderam o Programa Luz para Todos até 2014. Portanto, vai ser possível atender, ainda melhor, comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, reservas extrativistas e muitas regiões que não estão ainda com atendimento completado.

Então, gostaria de ressaltar essa extensão do Programa e aplaudi-la, porque para o meu Estado de Roraima é muito importante que possa ser estendido, porque, como eu disse antes, ainda não foi universalizado o atendimento. Existem diversos Municípios do interior que, em vicinais, em assentamentos, não têm ainda energia elétrica da forma que nós queremos. Sendo o Programa estendido até 2014, dará tempo ao Estado de Roraima e a outros Estados, principalmente os do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte do Brasil, de terem atendidos os seus pleitos dentro do Programa Luz para Todos.

Outro registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, é que, amanhã, se inicia, lá em Roraima, Boa Vista, reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, para tratar de diversos assuntos fronteiriços. E um dos pontos importantes é exatamente a relação do transporte internacional de passageiros e de carga. Haverá presença de técnicos da ANTT, e espero que nós possamos resolver essa questão.

É preciso que seja autorizado o processo de licitação para linhas internacionais entre Boa Vista e Georgetown para que o ônibus possa transitar, fazendo a ligação entre estas duas capitais, a capital de Roraima e a capital da Guiana.

Quero aqui parabenizar o Secretário de Assuntos Internacionais Eduardo Oestreicher e dizer que tenho uma expectativa muito positiva de que as reuniões de quarta-feira e de quinta-feira possam desaguar num acordo internacional que faça com que o transporte de carga e o transporte de passageiros de Roraima com a Guiana possam ser equacionados, resolvidos. Milhares de brasileiros hoje ocupam o território da Guiana e precisam de uma ligação regular de transporte coletivo entre este país vizinho, irmão e o Estado de Roraima.

Fazendo esses dois registros, Sr. Presidente, peço a transcrição das duas matérias: Publicado decreto que prorroga Programa Luz para Todos até 2014 e Roraima sedia reunião do Comitê de Fronteira.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE BOA VISTA - 11/7/2011

Publicado decreto que prorroga Programa Luz para Todos até 2014

Decreto publicado hoje (11) no Diário Oficial da União prorroga o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz para Todos para o período de 2011 a 2014. O programa se destina a levar energia elétrica à parcela da população do meio rural sem acesso a esse serviço.

Lançado em 2003, o programa era para ter sido extinto em 2010, mas decreto publicado em outubro prorrogou o prazo de execução até 31 de dezembro de 2011 para obras contratadas até 30 de outubro de 2010. Até agora, 13,6 milhões de pessoas foram atendidas. A região mais beneficiada é a Nordeste (6,7 milhões de beneficiários).

São beneficiários também as pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania ou pelo Plano Brasil Sem Miséria. Além desses beneficiários, serão atendidos pelo Luz para Todos os projetos de eletrificação em assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas.

O Luz para Todos é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e das empresas de seu grupo empresarial.

Fonte: Agência Brasil

Roraima sedia reunião do Comitê de Fronteira

Roraima vai sediar na próxima quarta-feira (13) e na quinta-feira (14) a reunião do Comitê de Fronteira Brasil – Guiana, que visa a discutir medidas para o desenvolvimento fronteiriço dos países, sobretudo em relação a dois temas que ficaram pendentes na última encontro realizado em Lethem, em mês de abril.

De acordo com o secretário estadual para Assuntos Internacionais, Eduardo Oesterreicher, autoridades dos dois países, entre elas representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), vão discutir a respeito da segurança nos transportes internacionais e também sobre procedimentos aduaneiros.

Ambos os países querem que a ANTT autorize companhias rodoviárias a realizarem tráfego de pessoas e cargas pesadas entre Bonfim e Lethem e definam rotas e serviços para fazer as primeiras licitações de linhas internacionais de ônibus.

Na última reunião realizada de 6 a 7 de abril, o governo da Guiana questionou os valores da cobertura de seguros de veículos apresentados pelos brasileiros, considerando-os excessivos e inaplicáveis ao país. Assim, pediram revisão do processo ao governo brasileiro.

"Ainda está sob análise no Congresso Nacional uma emenda ao Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas e Passageiros, que define os valores da cobertura de seguros de veículos. Porém, a ANTT já possui uma proposta que vai beneficiar os dois países e, dependendo da decisão do governo da Guiana, poderá operar enquanto o Congresso não aprova as novas medidas", afirmou Oesterreicher.

Os procedimentos aduaneiros serão discutidos pelos representantes da Receita Federal (Brasil) e da *Guyana Revenue Authority* (Guiana), para a definição de regras de trânsito na fronteira.

O embate maior se deve ao fato dos países participarem de blocos econômicos distintos. O Brasil está no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Guiana na Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom). Cada um desses blocos possui legislação própria no que se refere a procedimentos aduaneiros.

"É necessário uniformizar a documentação para que os conhecimentos de transporte e outros documentos relativos ao comércio exterior possam estar de acordo com a legislação, tanto da Guiana quanto do Brasil".

O secretário enfatizou a possibilidade de o encontro bilateral terminar com bons resultados, tanto para Roraima quanto a para Lethem. Se definidas as propostas ainda pendentes, ambas as regiões terão grandes oportunidade de desenvolvimento.

"Estamos na esperança de que tudo seja resolvido, o mais breve possível. As metas foram apresentadas e temos que cumpri-las".

Medidas definidas

No encontro realizado em abril, na cidade de Lethem (Guiana), as delegações brasileiras e guianenses definiram medidas para o desenvolvimento da região fronteiriça, principalmente nas áreas de educação, segurança pública, energia e saúde.

Foi acordado que o Governo de Roraima deve enviar seis professores à Guiana, sendo três para atuar em Georgetown, um em Lethem, uma em Aishalton e um em Aanai. Em contrapartida, o país vizinho enviaria três professores para lecionarem em Bonfim.

Os professores trabalhariam no país receptor por um ano, com direito a moradia e alimentação por conta do governo que o acolherá. Os educadores vão continuar recebendo salário por meio de seus respectivos empregadores originais.

Também foi definido que vinte alunos selecionados de Bonfim e vinte de Lethem vão realizar intercâmbio nas cidades vizinhas três vezes por semana, com duas horas de aula já a partir de setembro deste ano.

No encontro também foi definido o Acordo para Regularização de Veículos Roubados, que permite que bens roubados em um país e levados ao outro sejam restituídos ao seu local de origem.

A medida foi apresentada pelo Governo de Roraima, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), considerando o grande número de veículos brasileiros circulando na Guiana e sendo legalizados sem impedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. PMDB – PB) – A solicitação de V. Exª, Senador Romero Jucá, será atendida de acordo com o Regimento.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, por permuta com o Senador Walter Pinheiro.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem à sua disposição o tempo regimental.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Wilson Santiago, Srªs e Srs. Senadores, nossos Telespectadores da TV Senado, há pouco prestei muita atenção no pronunciamento do meu colega Senador Pedro Simon, que é um mestre na arte de uso da tribuna. Apenas gostaria, Senador Pedro Simon, de cumprimentá-lo por renovar o alerta e a necessária atenção que os governantes precisam ter com as questões éticas. Fico muito feliz que V. Exª tenha me antecedido aqui para tratar desse assunto, renovando os cumprimentos à atitude que teve a Presidenta Dilma Rousseff em relação ao episódio no Ministério dos Transportes.

E eu hoje fiquei particularmente animada pela decisão tomada pela Presidenta Dilma Rousseff em fechar os cofres do BNDES à operação para a fusão do Carrefour e Pão de Açúcar. Esse gesto da Presidenta resgata a credibilidade do governante que tem o compromisso em defender o interesse nacional. Um banco de fomento ao desenvolvimento econômico e social não poderia, de forma alguma, usar um recurso tão grande – quase US$4,5 bilhões –, enquanto a indústria brasileira, a economia e os pequenos empreendedores sofrem sérias dificuldades, assim como os agricultores. E esse dinheiro seria usado para uma operação de duvidoso futuro jurídico, porque, é claro, os sócios já estão brigando antes de a operação estar concluída. Perderia o País.

Cumprimento a Presidenta Dilma Rousseff por essa decisão de fechar os cofres do BNDES a essa operação ruinosa para o interesse nacional e de sancionar a lei que cria a empresa individual. Isso é um estímulo ao pequeno empreendedor e também uma forma de acabar com os laranjas que tanto infernizaram o noticiário com denúncias no País.

Está de parabéns a Presidenta Dilma Rousseff por essas duas iniciativas e por aquelas que o Senador Simon tão brilhantemente apresentou nesta tribuna.

Com alegria, concedo o aparte ao meu Colega Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Exª a gentileza em referendar a parte relativa ao meu pronunciamento, mas quero dizer que V. Exª traz um assunto realmente da maior importância. Está causando um impacto essa questão do BNDES. Eu, pessoalmente, vivi um momento angustiante, porque os dois últimos presidentes do BNDES são pessoas, são economistas do meu coração, daquela leva do tempo do velho MDB, daquela turma que sonhava em fazer um país novo. E o Luciano fazia parte dessa equipe. No entanto, eu não conseguia entender o que estava acontecendo. Não duvido da sinceridade, das boas intenções, da dignidade do Luciano. Tenho uma convicção absoluta de que ele é um homem de bem! Mas V. Exª tem toda a razão: não havia lógica, 4 bilhões para uma coisa dessa natureza! E, além disso, quererem dizer que isso faria com que produtos primários brasileiros entrariam na França. É piada! Eu acho que a atitude firme de voltar atrás, de dizer "não" é algo realmente positivo. Acho que V. Exª tem toda a razão: merece um respeito muito profundo uma decisão como essa. Havia quase uma revolta geral do País inteiro, e a Presidente soube entender, e o presidente do Banco soube entender. Eu felicito V. Exª por lembrar uma coisa tão importante como essa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Pedro Simon.

Com alegria, também concedo o aparte ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senadora Ana Amélia, quero parabenizá-la por trazer a esta Casa estes dois temas que considero importantes. O primeiro é essa atitude, eu diria, que nos enche de muita esperança e animação, da Presidente Dilma. E ouvir isso também de V. Exª me enche de alegria, pela postura correta, ética, de criticar o que tem de ser criticado, mas reconhecer as coisas positivas. Também registro a minha alegria, somando-me à de V. Exª, em relação à Lei das Micro e Pequenas Empresas. Acho que isso dá um novo alento. A gente deu alguns passos importantes e agora dá um passo muito grande, o que vai resultar, eu tenho certeza, na geração de emprego e de renda e no incentivo ao empreendedorismo. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço muito e até faço questão de registrar, de sublinhar essa observação de V. Exª, Senador Wellington Dias. Eu tenho tido aqui, no Senado, nesses seis meses de mandato, uma atitude de independência em relação ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff, no meu Partido, o Partido Progressista, comandado com grande brilho pelo nosso Líder e grande mestre, Francisco Dornelles. Tenho atuado aqui com independência. Então, estou muito à vontade porque esta foi minha conduta também como jornalista: criticar os erros, os equívocos e denunciá-los; e também reconhecer quando as coisas são feitas de maneira correta.

Também concedo um aparte, com alegria, ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, Senadora Ana Amélia, nos dois aspectos, quero me somar; e com destaque à questão do BNDES. Há poucas semanas, votamos aqui um empréstimo de cerca de R$50 bilhões. E, justamente, naqueles dias, havia essa conversa dos 4 bilhões para os supermercados, o Pão de Açúcar com o Carrefour, ou coisa que o valha. No meu Estado, Senadora Ana Amélia, o pessoal me questionava: "Autorizaram emprestar 50 bilhões, e disso vão ceder 4 para unir os supermercados? E tem tantas questões fundamentais para o desenvolvimento do Brasil! Fizeram uma sessão para votar isso, Senador?" Eu disse: "Não. Nós autorizamos isso, é praxe, mas recursos do BNDES para projetos de implementação, para projetos de desenvolvimento do Brasil. Não tem nada nesse pacote de 50 bilhões, negócio de Pão de Açúcar, de supermercados. Não existe isso. Não está no pacote." "Mas, mesmo assim, veja bem, agora estão se aproveitando, para jogar ali..." Isso para nós, responsáveis pela sociedade, é muito difícil. Não é fácil, ainda mais porque ajudei a presidir o BRDE com o Presidente, que é um banco de fomento dos três Estados do Sul. Participei oito anos da direção. São projetos de desenvolvimento, são recursos do BNDES, mas não para essas finalidades. De forma nenhuma. Participar até como acionista do BNDESPAR, muitas vezes. Isso não pega bem. E, com essa notícia agora de o Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, amigo nosso, de muitas caminhadas junto conosco no BRDE, palestras! Temos uma afinidade de muitos anos, e, agora, essa notícia de a Presidente da República, inclusive, tomar essa decisão! Isso nos dá guarida, e nos ajuda, perante a sociedade, perante a Nação. Pega bem! Muito bem! Meus cumprimentos a V. Exª. Mas, digo mais uma vez: em seis meses, V. Exª atuando, criticando, defendendo, mas sempre a 100 por hora. Não pode ultrapassar, Senadora Ana Amélia!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Casildo, e nós, como iríamos explicar à base, aos nossos produtores de arroz de Santa Catarina e do Rio grande do Sul que o Governo não arrumou 600 milhões para ajudá-los a garantir o preço mínimo, e havia 4,5 bilhões nessa operação?

A Presidenta fez um gol de placa com esta decisão de fechar as portas do BNDES a essa operação. Aliás, acho até que, por uma questão, eu diria, de ética e até de desconforto, o empresário Abílio Diniz poderia muito bem pedir demissão desse conselho superior de aconselhamento, na área de gestão e qualidade, que ele integra junto à Presidência da República.

Seria um gesto, também, de boa conduta e de boa prática do Sr. Abílio Diniz se o fizesse.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os bons resultados obtidos pelo Brasil na área social e na balança comercial, nos últimos anos, têm escondido um processo de desindustrialização e os riscos que isso implica para o futuro de nosso País.

A desindustrialização ficou em alto-relevo na recente audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, requerida pelos Senadores Armando Monteiro e Luiz Henrique da Silveira. Aliás, para confirmar aquilo que, na semana passada, discutiu-se à exaustão e com muita competência dos expositores, representantes de vários dos segmentos industriais, de têxtil ao setor de bens de capital, no *Valor Econômico* de ontem, Senador Armando Monteiro: "Indústria perde investimento e vira deficitária".

Estamos fazendo a nossa parte. Nos últimos meses, a sequência de anúncios de indicadores geraram nos brasileiros a eufórica sensação de que o Brasil vem crescendo, mas atenção, porque, ao lado das boas notícias, estão também as más notícias.

Vamos aos dados positivos, às boas notícias: nas últimas duas décadas, o País reduziu o Índice de Gini, que é o principal indicador de desigualdade de rendas dos países, mundialmente reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD.

Nós também reduzimos, substancialmente, o número de famílias que estão abaixo da pobreza, que já foi de mais de 40% da população no início dos anos 1980 e que, agora, está abaixo dos 18%, com tendências de maior queda ainda.

A criação de empregos fez com que 36 milhões de brasileiros saíssem das classes de renda D e E, e ascendessem para a classe C, durante os últimos oito anos, provando que o Brasil conseguiu promover mobilidade social nesse período.

O acesso ao crédito foi ampliado. Hoje, a oferta de crédito em nosso País atinge 46% do Produto Interno Bruto, sendo 17,5% crédito de consumo, mas ontem, aqui, nesta tribuna, o Senador Cristovam Buarque esmiuçou o alto endividamento dos brasileiros, especialmente na área do consumo.

Tudo isso foi possível graças, é claro, a esse bom desempenho, à política de estabilização monetária e fiscal promovida nos anos 90, que teve início no Governo do nosso saudoso Senador e Presidente Itamar Franco, e que até hoje vem sendo seguida pelos seus sucessores.

Esses números, Sr. Presidente, aliados ao extraordinário momento vivido pela economia mundial até meados de 2008, ao aumento da tecnologia e da produtividade e às importações facilitadas pelo câm-

bio, fizeram com que o brasileiro experimentasse um período expansão de sua capacidade de consumo.

Srªs e Srs. Senadores, agora, as más notícias.

Quando comparamos o Brasil com os demais países em desenvolvimento, percebemos que, na verdade, o nosso País perdeu a oportunidade de crescer mais e com sustentabilidade.

Nos últimos oito anos, o Brasil ficou em último lugar em crescimento entre os Brics. Enquanto a média do crescimento chinês, um dos Brics, o "C", nesse período, foi de 10,95%, da Índia, 8,2% e a Rússia, 4,8%, nós crescemos, em média, somente 4%.

Neste ano, o Brasil continua segurando a lanterna do crescimento entre os Brics, que só agora está dividindo uma posição com a Rússia.

Com crescimento de 4,2%, Sr. Presidente, no primeiro trimestre, comparado com o mesmo período de 2010, o Brasil cresceu menos que a China com 9,7%, a Índia, 7,8% e a África do Sul, 4,8%. O crescimento brasileiro só foi 0,1 ponto percentual maior do que o da Rússia, que teve expansão de 4,1%.

Srªs e Srs. Senadores, o crescimento econômico poderia ter sido muito mais robusto se o Brasil não estivesse passando por um processo de desindustrialização, que, agora, ameaça a sustentabilidade dos nossos modestos índices.

A indústria vem perdendo espaço na economia nacional.

O resultado da balança comercial brasileira vem diminuindo desde 2007, e hoje está na faixa dos US$20 bilhões. Esse resultado é garantido, Srs. Senadores, pela exportação de *commodities*, que já representam 71% de nossa pauta de exportações (incluindo produtos básicos e industrializados de pequeno valor agregado).

A balança comercial da indústria brasileira registrou um déficit, em 2010, de US$37 bilhões.

Nos últimos dez anos, a participação dos produtos manufaturados tem diminuído, passando de 55%, em 2005, para 39%, em 2010. Já os produtos básicos cresceram sua participação na pauta de exportações brasileiras de 26% para 45%, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Além disso, o Brasil tem permitido a entrada de produtos asiáticos, especialmente da China, da Coréia, da Índia, Indonésia e Taiwan, que entram sem maiores problemas no mercado brasileiro, competindo em desigualdade de condições com a indústria nacional.

Entram, no Brasil, legal ou ilegalmente, Sr. Presidente, desde calçados, como denunciam os produtores brasileiros, até equipamentos que envolvem alta tecnologia para a produção – nem se fala na área têxtil. Muitas vezes, esses produtos têm, em sua composição, a matéria-prima, a tecnologia e o *design* brasileiros, mas foram produzidos no exterior.

Com alegria, concedo o aparte ao Senador Armando Monteiro, que foi, aliás, autor do requerimento para a audiência pública que fizemos na semana passada.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Nobre Senadora Ana Amélia, eu queria, desde já, registrar a minha satisfação em poder constatar que há, neste Senado, sobretudo nos novos quadros que aqui chegaram, alguém que, como V. Exª, tem revelado absoluta sintonia com essa agenda que nos desafia na perspectiva do futuro. E o tema que V. Exª traz hoje aqui ao debate é um tema da maior oportunidade e relevância. O Brasil vive, sim, o risco de um processo de desindustrialização. E o que é mais grave, Senadora, com esse bom momento que a economia brasileira ainda vive, esse quadro, que nos coloca uma grande preocupação a médio prazo, não é percebido claramente. Por isso é importante que vozes como a de V. Exª se levantem nessa hora, colocando esse debate no centro do debate do País. E mais do que isso: que o Senado da República possa discutir essa questão, que é da maior importância. Eu quero agregar ao pronunciamento de V. Exª a necessidade de o Brasil pensar também em promover um rearranjo na política macroeconômica. Porque se existe algo que hoje compromete a competitividade da produção nacional é essa distorção que se verifica nos dois principais preços macroeconômicos, que são os juros e o câmbio. Não é possível admitir que um País como o nosso, que avançou tanto, do ponto da sua economia nos últimos anos, que é credor externo líquido, que alcançou o grau de investimento em todas as agências de risco, que tem um ambiente institucional razoável, que tem uma democracia consolidada, como imaginar que este País ainda ostente a mais alta taxa de juros real do mundo? Há algo errado nessa questão. De outro modo, os juros promovem um incentivo para que a taxa de câmbio se aprecie mais e mais. Então, é hora de fazermos uma discussão também sobre a necessidade de um novo arranjo macroeconômico, que nos imponha a necessidade de que a política fiscal no Brasil possa ser aprofundada, que o Brasil inaugure um regime fiscal mais responsável, para que tenhamos condições, então, de reduzir essa taxa de juros real, e aí, sim, contribuir para que o câmbio não se aprecie ou que, pelo menos, o câmbio possa voltar a um ponto, a uma taxa de equilíbrio. Congratulo-me com o pronunciamento de V. Exª. Quero especialmente registrar aqui a sua posição sempre atenta ao debate das grandes questões econômicas, e dizer que me sinto

muito feliz em poder estar ao seu lado nesse debate. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Armando Monteiro. De fato, essa situação – não vou citar o nome do líder empresarial, mas é reconhecido, porque não pedi autorização, que emitiu um juízo que me chamou muito a atenção: da forma como está a política cambial hoje e a valorização do Real frente ao Dólar, nem juros a zero tornaria a exportação brasileira competitiva. Esse é um dos pontos.

Outro ponto, nessa mesma audiência pública, é que temos focado muito a China, que está atraindo o capital brasileiro para usar a nossa *expertise* e, lá, a custos muito baixos, empresas brasileiras estão se transferindo. Agora a situação é tão complicada que os países do Mercosul estão sendo refúgio para as indústrias brasileiras. Indústrias do meu Estado, o Rio Grande do Sul, estão se transferindo para a Argentina, para o Uruguai, para o Paraguai, atraídas pelas facilidades e pelo ambiente favorável para esse processo de industrialização. Claro, o setor, para sobreviver, vai buscar o ambiente que lhe é mais favorável.

Com alegria, concedo o aparte ao Senador Randolfe Rodrigues que, como eu, há seis meses chegou a esta Casa.

Obrigada ao senhor pela gentileza.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senadora Ana Amélia, na verdade esses seis meses têm sido para mim de aprendizado com pessoas como V. Exª aqui nesta Casa, e eu não poderia deixar V. Exª concluir o seu pronunciamento sem ter a honra de aparteá-la, concordando com a linha apontada por V. Exª e pelo mesmo discurso ainda há pouco proferido pelo Senador Armando. Na verdade, o que me parece é que nós temos que iniciar uma fase nova da nossa economia. Nós tivemos um choque ortodoxo na economia brasileira ao longo dos últimos vinte anos. Nós temos tido uma política econômica pautada pela mesma receita, baseada no tripé: superávit primário, altas taxas de juros e meta de inflação. Creio até, e quero aqui reconhecer, que essa política cumpriu um objetivo, que foi a estabilidade econômica. O problema...

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – O problema é se essa política econômica dará conta dos desafios do Brasil para as próximas décadas. E eu quero cumprimentar – veja, eu sou do Partido Socialismo e Liberdade, mas quero cumprimentar – o artigo publicado na revista *Carta Capital* desse final de semana, do economista, ex-Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, que aponta o papel que o Brasil poderá ocupar na próxima década na ordem econômica e política mundial, que pode ser um papel de mero exportador de *commodities* e dependente economicamente da China, que tem dado um salto no seu desenvolvimento econômico. E nós, o Brasil e a Índia, se continuarmos com essa ortodoxia na nossa política econômica, sim, podemos caminhar a passos longos para um dramático processo de desindustrialização e de ser, no aspecto econômico e na nova ordem econômica mundial, mero exportador de *commodities*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço imensamente por duas razões: primeiro, pela alegria do seu aparte, sempre pontual e preciso, mas, sobretudo, por citar o meu guru em questões econômicas, o meu amigo, ex-Ministro Delfim Netto, que é sempre um mestre, com uma capacidade de lógica e de análise que impressiona a todos. Continua muito jovem nos seus oitenta anos. Muito obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu queria apenas pedir ao Presidente uma tolerância, porque eu estou encerrando o pronunciamento, que tem dados também que completam o raciocínio a respeito desse tema, Presidente Wilson Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Peço licença a V. Exª, Senadora, para prorrogar a sessão por mais uma hora e conceder-lhe mais dois minutos para que possa concluir o seu raciocínio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

Quando exportamos *commodities* ou bens de baixo valor agregado e importamos produtos industrializados, estamos exportando empregos que vão gerar renda e bem-estar em outros países.

A participação desse setor na composição do PIB caiu de 36%, em 1984, para 15% apenas em 2010. A indústria já foi responsável por 30% dos empregos no nosso País – dados de 1985 –, e hoje responde por apenas 17,4% dos postos de trabalho.

O Brasil não pode deixar que sua indústria retroceda, tornando-se um mero exportador de *commodities*. Um país que almeja o crescimento sustentável precisa ter sua indústria fortalecida. É na indústria que os empregos são gerados, Sr. Presidente. É na indústria que acontece o desenvolvimento tecnológico. É na indústria que o conhecimento é aplicado, agregando valor às matérias-primas. É através da indústria fortalecida que o Brasil pode deixar a posição colonial de exportador de recursos naturais para se tornar um fornecedor de conhecimento e inteligência para o resto do mundo.

Mas a indústria nacional vem passando por sérias dificuldades. As pesquisas do IBGE já identificaram forte desaceleração na atividade industrial, com reflexos na produtividade e na geração de postos de trabalho, já dificultados pela escassez de mão de obra

qualificada no mercado, como já apontou aqui também o Senador Cristovam Buarque. Neste primeiro semestre, aumentou quase 20% o número de registros de estrangeiros para o trabalho no Brasil. As empresas perdem em competitividade internacional por causa do câmbio, com o Real valorizado (39% nos últimos oito anos), e têm dificuldades de promover a modernização nos seus processos. Mantido esse câmbio, nem com taxa de juros zero o exportador ou a indústria teriam condições de competir.

A tomada de crédito para investimentos é feita a juros altíssimos, como bem sustentaram aqui, nos apartes, os Senadores...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...sem subsídios governamentais. Há gargalos logísticos, como a energia, que encarece o custo dos produtos brasileiros. E também a questão da predominância de um modal rodoviário de transporte em estradas mal conservadas e o alto custo da energia elétrica brasileira oneram a produção e a distribuição da produção industrial. Dados da CNI demonstram, Sr. Presidente, que o Brasil tem a segunda energia mais cara do mundo, a um custo quase três vezes superior ao custo da China.

O arcabouço tributário brasileiro é complexo e oneroso. O sistema tributário brasileiro tributa investimento. O custo da contratação de mão de obra dobrou nos últimos cinco anos e é encarecido pela legislação trabalhista, que data de 1946.

A reversão do processo de desindustrialização brasileiro é urgente. Se quisermos viver num país competitivo...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Se quisermos viver num país competitivo, onde a geração de riquezas é promotora do desenvolvimento econômico sustentável, precisamos promover uma série de reformas que exigirá participação ativa do Congresso Nacional.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque, a quem me referi agora há pouco no meu pronunciamento.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Presidente, solicito um tempo curto, mas eu não poderia deixar, Senadora – inclusive eu estava assistindo a uma parte do seu discurso lá fora –, de fazer um comentário. Primeiro, a felicidade de ter uma Senadora que vem aqui alertar o Brasil de que a nossa economia está bem, mas não vai bem. Ela está bem quando a gente olha o momento, pelos indicadores de hoje. Ela não está bem pelos entulhos que temos adiante, que será necessário arrancar para que a economia cresça. A senhora falou aí, muito claramente, e eu gostei, de diversos desses entulhos, e eu queria tratar de dois, rapidamente. Um é o grau de endividamento que temos com os aposentados, que a senhora tocou, com os pobres, que obrigam gastos elevados de políticas sociais com os bancos. E isso cria um imbróglio muito grande, porque temos que ter carga elevada, temos que ter gastos elevados, e isso atrapalha. E o outro, de que não posso deixar de falar, é o gargalo da falta de capacidade e inovação na economia brasileira. Nós queremos ganhar competitividade reduzindo custos. Esquecemos que a grande competitividade de hoje está em inventar produtos novos, sobretudo aqueles de alta tecnologia. Ou enfrentamos os problemas que a senhora citou ou a nossa economia que hoje está bem, mas vai mal, daqui a alguns anos ela estará mal também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam. Aliás, citei-o porque ontem V. Exª abordou a questão do endividamento individual, especialmente na área de curto prazo, no consumo, que é bem mais grave ainda. Agradeço muito a valiosa colaboração de V. Exª, Senador Cristovam,...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...sempre atento às questões econômicas.

Faltam apenas umas poucas questões, Sr. Presidente, para eu encerrar o meu pronunciamento. Entre as questões fundamentais para evitar a desindustrialização também incluo uma reforma tributária que promova desoneração do investimento e a diminuição da burocracia. Segundo dados do Banco Mundial, uma empresa brasileira gasta em média 2.600 horas por ano com burocracia só no pagamento de impostos. Uma revisão do câmbio, que hoje está supervalorizado. O Real precisa ser trazido para os patamares da realidade. Promoção de juros diferenciados para o investimento em tecnologia e inovação, Senador Cristovam Buarque, e estímulos para que este aumente a participação das micro e pequenas empresas na pauta de exportações industriais brasileiras.

É preciso investir em novas ideias, em novas empresas, em novas tecnologias, como a que me foi apresentada na cidade de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul.

Uma empresa está construindo casas a partir de casca de arroz, e o que era resíduo agora é matéria-prima. Qual é o papel do Estado no apoio ao desenvolvimento desse produto? Por enquanto, nenhum.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria dizer, por fim, que precisamos batalhar também para vencer o prin-

cipal gargalo existente ao desenvolvimento da indústria brasileira, que é o gargalo da educação, Senador Cristovam Buarque, para que assim tenhamos mão de obra qualificada para suprir a demanda existente.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela generosa permissão para que eu pudesse concluir o pensamento. Agradeço muito a todos os Srs. Senadores que apartearam este pronunciamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo pronunciamento.

Pela Liderança do PDT, Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Pela Liderança do Democratas, Senadora Kátia Abreu.

Por enquanto, não é, Senadora?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Contando com a boa vontade aqui do Vice-Líder, Senador Jayme Campos, que me cede este horário, com muito prazer, com muito orgulho posso aqui usar o espaço do Democratas, Partido a que pertenci praticamente minha vida toda.

Sr. Presidente, uso o horário do Democratas não para um fato muito alegre, mas para uma missão muito triste. Ontem o jornal **O Globo** publicou um artigo na íntegra do jornal **El País**. O jornalista correspondente do **El País** no Brasil, Juan Arias, fez um artigo para o **El País** e o jornal **O Globo** replicou na íntegra em seu jornal.

Eu gostaria de ler alguns trechos valiosos deste artigo brilhante desse jornalista Juan Arias, com muita tristeza. Não quero entrar em detalhes, no mérito das culpas, dos erros, que são muitos, que são imensos, mas para uma reflexão de todos nós. O título do artigo é: "Por que os brasileiros não reagem?"

> O fato de que em apenas seis meses de governo a presidente Dilma Rousseff tenha tido que afastar dois ministros importantes, herdados do gabinete de seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (o da Casa Civil da Presidência, Antonio Palocci – uma espécie de primeiro-ministro – e o dos Transportes, Alfredo Nascimento), ambos caídos sob os escombros da corrupção política, tem feito sociólogos se perguntarem por que neste país, onde a impunidade dos políticos corruptos chegou a criar uma verdadeira cultura de que "todos são ladrões" e que "ninguém vai para a prisão", não existe o fenômeno, hoje em moda no mundo, do movimento dos indignados.
>
> "Será que os brasileiros [diz o repórter do El País] não sabem reagir à hipocrisia e à falta de ética de muitos dos que os governam? Não lhes importa que tantos políticos que os representam no governo, no Congresso, nos estados ou nos municípios sejam descarados salteadores do erário público?
>
> (...)
>
> Nem sequer os jovens, trabalhadores ou estudantes, manifestaram até agora a mínima reação ante a corrupção daqueles que os governam.
>
> Curiosamente, a mais irritada diante do saque às arcas do Estado parece ser a presidente Rousseff, que tem mostrado publicamente seu desgosto pelo "descontrole" atual em áreas do seu governo e tirou literalmente (...) dois ministros-chave, com o agravante de que eram herdados de seu antecessor, o popular ex-presidente Lula, que teria pedido que os mantivesse no seu governo [diz o jornalista do **El País**, replicado no jornal **O Globo**].
>
> (...)
>
> E as pessoas das ruas, por que não fazem eco ressuscitando também aqui o movimento dos indignados? Por que não se mobilizam as redes sociais?
>
> O Brasil, que, motivado pela chamada marcha das Diretas Já (uma campanha política levada a cabo durante os anos 1984 e 1985, na qual se reivindicava o direito de eleger o presidente do país pelo voto direto), se lançou nas ruas contra a ditadura militar para pedir eleições, símbolo da democracia, e também o fez para obrigar o ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), a deixar a Presidência da República, por causa das acusações de corrupção (...).
>
> As únicas causas capazes [diz o jornal **El País**, replicado no jornal **O Globo**] de levar às ruas até dois milhões de pessoas são a dos homossexuais, a dos seguidores das igrejas evangélicas na celebração a Jesus e a dos que pedem a liberalização da maconha.
>
> Será que os jovens, especialmente, não têm motivos para exigir um Brasil não só mais rico a cada dia ou, pelo menos, menos pobre, mais desenvolvido, com maior força internacional, mas também um Brasil menos corrupto em suas esferas políticas, mais justo, menos desigual, onde um vereador não ganhe até dez vezes mais que um professor e um deputado cem vezes mais, ou onde um cidadão comum depois de 30 anos de trabalho se aposente com

650 reais (300 euros) e um funcionário público com até 30 mil reais (13 mil euros).

O Brasil será em breve a sexta potência econômica do mundo, mas segue atrás na desigualdade social, na defesa dos direitos humanos, onde a mulher ainda não tem o direito de abortar, o desemprego das pessoas de cor (...).

Há quem atribua a apatia dos jovens em ser protagonistas de uma renovação ética no país ao fato de que uma propaganda bem articulada os teria convencido de que o Brasil é hoje invejado por meio mundo, e o é em outros aspectos."

Tudo isso também é certo, mas não explica que num mundo globalizado – onde hoje se reconhece instantaneamente tudo o que ocorre no planeta, começando pelos movimentos de protesto de milhões de jovens que pedem democracia ou a acusam de estar degenerada – os brasileiros não lutem para que o país, além de enriquecer, seja também mais justo, menos corrupto, mais igualitário e menos violento em todos os níveis.

Este Brasil, com o qual os honestos sonham deixar como herança a seus filhos e que – também é certo – é ainda um país onde sua gente não perdeu o gosto de desfrutar o que possui, seria um lugar ainda melhor se surgisse um movimento de indignados capaz de limpá-lo das escórias de corrupção que abraçam hoje toda as esferas de poder.

Juan Arias é correspondente do **El País** no Brasil.

Sr. Presidente, todos os dias, todas as horas ,em todos os lugares, apenas no que diz respeito às ferrovias, ao aumento de 38% no custo das ferrovias, houve um aumento de R$5 bilhões. E eu aqui quero lembrar que uma única hidrovia com 2.700km, que poderia escoar toda a Zona Franca de Manaus, que poderia distribuir todo o combustível da região Norte do País, do centro-norte, a Hidrovia Tocantins, está empatada por uma eclusa em Lajeado, ainda do governo anterior, Fernando Henrique Cardoso, e está sendo construída outra hidroelétrica em Estreito, que no governo Lula se iniciou, também sem a eclusa.

Portanto, os barramentos próximos ao futuro Porto de Praia Norte impedem que essa hidrovia possa ser um instrumento poderoso para o Brasil, para diminuir o custo Brasil, como disse há pouco a Senadora Ana Amélia, e todos os senadores aqui puderam participar, mostrando o custo Brasil. Essa hidrovia, Senador Armando Monteiro, que conhece tão bem esse tema, a Hidrovia Tocantins, poderia custar em torno de 1,5 bilhão apenas. São cinco bilhões que foram denunciados pela revista Veja e pela Presidente Dilma de um superfaturamento em menos de um ano, de uma obra só.

É por isso que o dinheiro não dá. Se é um sistema viciado, de anos e anos, vamos corrigir, vamos estancar essa ferida. Mas nós precisamos de logística. O País não pode continuar com o custo com que se encontra.

Quero aqui lembrar – e fico morrendo de inveja –, apenas para comparar, os Estados Unidos e a China, que têm mais ou menos o tamanho físico do Brasil, as rodovias pavimentadas. Nos Estados Unidos, são quatro milhões de quilometro asfaltados; na China, 1,5 milhão de quilômetros asfaltados; e no Brasil, 196 mil quilômetros. Esses são nossos concorrentes. Nossos concorrentes são os americanos, são os chineses, são os australianos, são os canadenses, que vão nos tirar do ramo, porque não temos logística.

Mais ainda, a extensão ferroviária. Será que não dói na consciência dessas pessoas, antes de por suas garras nos recursos públicos, no dinheiro alheio, de trabalhadores deste País? Mostre os números a essas pessoas. Mas eles conhecem bem estes números. As ferrovias dos Estados Unidos somam 226 mil quilômetros; do nosso outro concorrente, a China, 74 mil quilômetros; do Canadá, 48 mil quilômetros, apesar das grandes extensões de gelo naquele país e de que muito pouca área daquele país produz. Repito: Estados Unidos, 226 mil; China, 74 mil; Índia, 63 mil; Canadá, 48 mil; Alemanha, 47 mil. A Alemanha, de que tamanho será? Amazonas? Do tamanho do Pará? Gente, 47 mil. E no Brasil 29 mil quilômetros de ferrovias, enquanto o recurso público vai pelo ralo.

O Ministério dos Transportes deveria ser um ministério vital para o País, junto com a agricultura, porque não existe produção, não existe industrialização, Armando Monteiro e Ana Amélia, sem logística. Os empresários pouco se importam, às vezes, com o ICMS do Estado. A primeira pergunta que fazem é: "Por onde vai sair o que eu produzir aqui?".

Todos os dias, recebemos empresários do Tocantins com a ânsia e o desejo de levar emprego para o povo. Mas nós não temos concluído as nossas obras. Nós sabemos que 70% das estradas do País são péssimas ou ruins. E isso não é só do Governo Dilma ou do governo Lula, mas vem de governos anteriores essa prática horrível de não priorizar a logística no País.

E os portos do Brasil? As hidrovias? Ah, as hidrovias! Enquanto ganhamos dezenas e dezenas, Senador Pimentel, de Mississipis que Deus nos deus, estamos empatando os nossos Mississipis com as hidrelétricas sem as eclusas. Enquanto os Estados Unidos têm 41 mil quilômetros de hidrovias; a China tem 124 mil; a

Rússia, 102 mil; e o Brasil, 7 mil quilômetros de hidrovias, empatando o crescimento do País.

E as pessoas às vezes me perguntam: "Mas e o custo? Às vezes, Kátia, você quer hidrovia, mas é muito caro fazer". E o Governo tem razão: os governos anteriores não priorizaram as hidrovias porque eram caras. Mas quero dizer que construir um quilômetro de ferrovia custa R$6 milhões, de rodovias, R$2,5 milhões, mas de hidrovias não chega a R$50 mil, dependendo das condições do rio, como o rio Madeira da vida, que já nasceu pronto. Basta a eclusa do Madeira, das hidrelétricas que estão sendo feitas em Jirau, para que oportunizássemos mais quatro hidrovias para fora do País, que investíssemos na eclusa de Lajeado, na eclusa de Estreito, e os produtos sairiam de Peixe, Tocantins, percorreriam todo o rio Tocantins até saírem em Tucuruí, no porto de Belém, o porto de Outeiro. E a Zona Franca de Manaus. Tudo que vem da Zona Franca de Manaus, ao invés de descer pela Hidrovia Tocantins, que não está pronta, tem que sair do porto de Belém e fazer a cabotagem, aumentando em quase 30% o custo desse transporte da Zona Franca de Manaus, porque tem que ir por cabotagem, e a cabotagem no Brasil é uma das mais prejudiciais e onerosas ao longo de décadas e décadas, e ninguém faz nada. Uma cabotagem ineficiente. Enquanto os fretes a longa distância de outros países são modernos, ágeis, custo zero de impostos, a cabotagem no Brasil faz com que o milho saído do Rio Grande do Sul para Pernambuco, seu Estado, custe mais caro do que do Rio Grande para a Argentina. É a cabotagem que faz isso conosco.

E nós estamos aqui discutindo corrupção. Um país que não tem dinheiro para nada, em que o dinheiro é curto. A Presidente reclama da bandalheira, e tudo vai continuar como está? Precisamos pelo menos, Presidente, ter a esperança de que, daqui para frente, será diferente, pelo menos isso. Precisamos acreditar nisso. Precisamos desesperadamente acreditar nisso. As coisas não podem continuar viciadas como estão, enquanto os números demonstram que vamos sair do ramo. Cinco bilhões dariam para construir 830km de ferrovias, Presidente. É muito chão. É muito trabalho.

Portanto, gostaria de parabenizar esse autor e de dizer do meu sentimento de tristeza em ver essa situação ser publicada em um importante jornal espanhol, em toda a Internet, para o Brasil inteiro, para o mundo inteiro. O Brasil como um dos países no topo da lista da corrupção há muito tempo.

Nós precisamos, Senadores, dar um basta nisso! Sei que a grande maioria aqui não participa disso, não concorda com isso, não quer isso para o seu País! Quantas coisas no Piauí, quantas coisas no Maranhão, quantas coisas no Tocantins, quantas coisas no Ceará, quantas coisas no Amapá, de cada Senador que está aqui, neste momento, poderiam estar sendo feitas? E nós políticos levando os louros disso honestamente, de forma transparente, cumprindo com a nossa responsabilidade.

O Senador Armando Monteiro havia pedido ali anteriormente.

Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Nobre Senadora Kátia Abreu, quero congratular-me com V. Exª pelo pronunciamento que faz hoje, sobretudo quando traz aqui esse depoimento de um jornalista estrangeiro que nos coloca ou nos aponta como um país palco das mazelas, sobretudo dos desvios no plano ético. Acho – permita-me V. Exª – que, efetivamente, o brasileiro tem ainda um grau de tolerância com certas práticas. E tenho certeza de que esse grau de tolerância, pela mobilização da sociedade brasileira, pela manifestação de indignação de lideranças, vai somando-se ao da sociedade civil, que se mobiliza, que se expressa crescentemente. Eu não tenho a visão de que o Brasil seja, na sua essência, na sua índole, um país que possa diferenciar-se dos outros, mas acho que nós precisamos avançar muito. E acho que a presença, no debate político, cada vez maior de pessoas, de vozes e de lideranças que possam apontar, como V. Exª faz esta noite, no seu inconformismo com essa situação, é absolutamente desejável. No entanto, permita-me V. Exª eu dizer que as deficiências que o Brasil tem na área de infraestrutura decorrem também, Senadora, fundamentalmente, da baixíssima capacidade do setor público de investir em infraestrutura no Brasil. Os 12 pontos percentuais de elevação da carga tributária no Brasil, ao longo desses últimos 15 anos, não se traduziram em uma ampliação da capacidade de investimento do setor público. V. Exª compara o Brasil com a China. A China investe 7% em infraestrutura – eu digo o setor público na China. E o Brasil, nos anos mais recentes, quando muito, alcançou um número próximo de 1% do PIB na área de infraestrutura. Então, temos também, Senadora Kátia Abreu, o desafio de ampliar o espaço do investimento público. Isso se dará pela contenção do crescimento do gasto corrente. E digo que, no Brasil e aqui, no Parlamento, a gente pode perceber que a maior coalizão deste País é a coalizão do gasto público. A toda hora nos é endereçada para cá uma conta. Como, no Brasil, as corporações se organizaram cada vez mais para pressionar o Estado brasileiro! E, como resultado de tudo isso, Senadora, a capacidade de investimento do Estado brasileiro declina e, evidentemente, não é suficiente para que o Brasil enfrente essa agenda que V. Exª nos coloca, da necessidade

de investir na infraestrutura de transporte do País. E, por outro lado, permita-me, para concluir, há algo que nós também não podemos aceitar, que é uma taxa de juro real que está levando 4,5% do PIB, quando comparamos o que o Brasil gasta com o serviço da dívida pública *vis-à-vis* dos outros países, dos países emergentes. O Brasil está gastando 6,5% do PIB com o serviço da dívida pública, e os países emergentes, sobretudo aqueles a que V. Exª se referiu, gastam menos de 2%. Então, há algo que precisamos fazer também no sentido de permitir que o Estado brasileiro amplie sua capacidade de investimento. Mas me congratulo com o pronunciamento de V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Armando Monteiro. É da maior importância a sua participação.

As PPPs. Hoje, no Brasil, chegamos à estagnação da possibilidade de o Estado resolver problemas da sociedade. Precisamos investir nas PPPs. Por que não confiar no empresariado brasileiro, assim como já se está fazendo o primeiro movimento agora para os aeroportos?

Quanto disso foi discutido no passado! Vejam o resultado das empresas estatais que foram privatizadas, em termos de rentabilidade, em termos de serviços baratos para a população! Por que também não entregar para o empresariado brasileiro a construção da infraestrutura, permitir que os portos do Brasil possam ser ampliados? Um decreto que trava a ampliação dos portos no País, tratando e ajudando a reserva de mercado, não vai levar o País a nada.

Então, V. Exª tem razão. As PPPs são o grande caminho que acredito que o Governo tenha...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ... para solucionar. (*Fora do microfone.*) É, realmente, o caminho seguro para que o Governo possa se dedicar mais à educação, à saúde, à segurança pública, deixando que o empresariado brasileiro, extraordinário e trabalhador, cuide das obras de infraestrutura.

Dando condições, assim como acontece no mundo inteiro, eu tenho certeza de que aqui também funcionaria.

Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senadora Kátia, quero partir do fio da meada deixado, aqui, pelo Senador Armando: a qualidade do gasto no Brasil. V. Exª toca no central: não há pior tipo de gasto público que aquele do apossamento da coisa pública para negócios privados. É ao que nós assistimos, Senadora Kátia, no Ministério dos Transportes. Eu lhe confesso que, hoje...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Já concluo, Presidente. Eu lhe confesso que, hoje, fiquei perplexo com o depoimento, na Comissão de Fiscalização e Controle, do Sr. Luiz Antonio Pagot. Primeiro – eu não vou ter outro termo para mediar –, com o cinismo que lá vi, como se nada estivesse acontecendo no Ministério dos Transportes e na Pasta dirigida por esse senhor, fundamental para a infraestrutura de transportes no Brasil. Aliás, ele teve o descaramento – é esse o termo, não vou ser moderado no termo – de dizer que estava de férias, como se tivesse o convencimento de que vai voltar das férias e assumir o mesmo posto, conduzindo a Pasta de infraestrutura dos transportes, com as pesadas denúncias que recaem sobre esse senhor. Esse senhor, só para concluir, Senadora, deixou-nos com um conjunto de perguntas sem respostas.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Já concluo, Presidente, de fato. Esse senhor nos deixou com um conjunto de perguntas sem respostas, sobre qual é a influência do Deputado Valdemar Costa Neto na Pasta que ele comanda. Ele declarou, anteriormente, que manda quem pode e obedece quem tem juízo, mas ele não disse para a gente a quem ele estava obedecendo. V. Exª falou, agora, do preço de ferrovias. Até essa questão ficou sem resposta nas indagações, hoje, ao Sr. Pagot. Aí, lamentamos muito, porque Estados como o Amapá têm poucas rodovias asfaltadas, e a gente percebe porque tem poucas rodovias asfaltadas: porque o conjunto de gastos públicos, muitas vezes, vai para a posse de alguns. O que era público acaba-se tornando privado. Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Senador Randolfe. A sua participação hoje na comissão foi da maior importância e relevância, suas dúvidas que não foram tiradas...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO. *Fora do microfone.*) – ...nem as suas nem as de ninguém. Nem as suas dúvidas nem as de ninguém foram ali tiradas.

Eu tenho muita confiança de que, apesar de o Sr. Pagot hoje... Eu até votei a favor quando foi admitido aqui, porque ele havia feito um compromisso comigo de que iria dar uma prioridade máxima às hidrovias do País, inclusive a hidrovia do Tocantins. Foi o único assunto que tratei com esse cidadão, e percebi que ele realmente entendia do assunto, que ele entendia profundamente do assunto. Mas a hidrovia do Tocantins não está nem sequer no PAC 2 ainda. Espero que a Presidente possa incluir. Mas, independente da culpa ou da inocência, ele precisa provar isso antes de voltar para esse cargo. Eu tenho certeza absoluta de que ele não retornará e que a Presidente vai manter firme a sua posição da demissão até que se explique o que aconteceu com o superfaturamento dessas obras.

O movimento dos indignados vai...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO. *Fora do microfone.*) – ...aparecer neste País. Obrigada, Sr. Presidente. O movimento dos indignados não vai ficar morto, silencioso. A exemplo dos países árabes, a exemplo de Portugal, a exemplo da Espanha, a exemplo dos próprios americanos, nós não vamos ficar paralisados diante de uma desmoralização da Presidência da República. Se ele for inocente, que Deus o ajude a provar; se ele for culpado, que ele seja penalizado.

Mas o que estamos discutindo aqui hoje, com a vinda dele à Comissão – ele veio democraticamente a convite, aliás, muito bem preparado e calmo –, é que foi a Presidente que o afastou do cargo. Não fomos nós não, não foi a **Veja** não. Ele foi afastado do cargo com os demais. Tirou férias? Férias? Não, Sr. Presidente. Isso é abuso. Não tenho nada contra a pessoa, a figura dele – poderia ser José, Pedro, João. Eu mal o conheço. Mas, Sr. Presidente, as coisas precisam ser esclarecidas.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO. *Fora do microfone.*) – Ele precisa esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Kátia, eu só peço a atenção de V. Exª porque ainda há vários oradores inscritos.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Vou encerrar. Apenas deixo aqui uma última questão para ser avaliada. Eu fico pensando, pensando, pensando: por que um partido político quer indicar o Ministro dos Transportes? Por que um partido político quer indicar o Ministro dos Transportes? Por que um partido político quer indicar o diretor regional de seu Estado? Pelo que imagino, o País tem um projeto, o País tem um planejamento. Qual é a prioridade das rodovias? Qual é a prioridade das hidrovias? Qual é a prioridade dos portos? Qual é a prioridade das hidrelétricas? Há um planejamento. Há um PPA. O País tem um planejamento.

Qual é o interesse de retaliarmos os ministérios e entregarmos a cada partido, se o País tem um planejamento, se o País tem um objetivo, se o orçamento é feito aqui dentro? Eu não sei, não consigo explicar. E, ninguém na vida, ninguém na rua; o povo não consegue entender por que os cargos são divididos? Por que a Presidente não pode...

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, para terminar, para concluir, um minuto apenas.

A Presidente pode perfeitamente escolher a equipe técnica de cada partido. É claro que os partidos possuem valores. É claro que na política existem políticos valorosos, que contribuem enormemente com o País, como muitos já contribuíram.

Mas, Sr. Presidente, é preciso haver um mínimo de decência. É preciso haver um mínimo de tecnicidade. Nós não podemos mais conviver com isso. Que os partidos continuem colaborando com o País, com personagens interessantes, com personagens importantes, com personagens que têm um potencial para administrar, para ajudar o Governo a administrar, para ajudar o País a crescer. Não pode ser o Ministério do A, do B ou do C.

Porque eu não faço parte, portanto, de um partido que é dono de um Ministério, não tenho acesso, o meu Estado está liquidado? O meu Estado vai ficar, então, no jejum de recursos daquele Ministério porque é do partido tal?

Não, Sr. Presidente, nós vivemos uma federação. Nós temos interesse nas diversas áreas, em todos os Estados, em todos os Municípios...

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Isso não tem cabimento.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer os apartes.

Gostaria, Senador Pimentel, que V. Exª colocasse essa indignação em outro lugar também, não só aqui, com a demora do meu discurso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias, grande representante do Estado do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero dar aqui um depoimento, porque sei que o Senador Pimentel sabe indignar-se, quando há algo com o que se indignar. E quero também dizer que sei que o povo brasileiro sabe o seu papel e sabe fazer a sua parte, sempre que há razões de convencimento para isso.

Mas queria fazer aqui, Sr. Presidente, primeiro alguns registros.

Um registro importante é o de que tivemos hoje, na comissão de política sobre álcool e outras drogas, a presença da Embaixadora da Suécia. Tivemos a oportunidade de ter um bom exemplo de política sobre drogas. É um país que já chegou a cerca de 12% de sua população, Senador Paim, dependente de álcool, de maconha, de um conjunto de outras drogas e que conseguiu reduzir esse percentual para cerca de 2%. É o único país do mundo que comprovadamente reduziu drasticamente o consumo. Tomou um conjunto de medidas e criou uma política de conscientização da sua sociedade de vivência sem as drogas.

Registro ainda, com muito carinho, a minha alegria em ver a Universidade Federal do Piauí entre aquelas que, proporcionalmente, em terceiro lugar, mais teve alunos do curso de Direito aprovados nas provas da OAB.

Destaco também uma visita que fiz à região do Fidalgo, onde pude constatar um conjunto de obras e de ações. Esse é um dos dois temas que me trazem aqui.

Transporte. É para dizer da importante reunião que tivemos, na última segunda-feira, em Teresina, com a presença do Ministro Fernando Bezerra, envolvendo um conjunto de áreas, para fazer acelerar as obras da ferrovia Transnordestina, uma obra importantíssima, dessas que marcarão profundamente o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, integrando-o ao Centro-Oeste, ao Sul e ao Sudeste; uma obra que interliga o porto de Suape, em Pernambuco, e de Pecem, no Ceará, fazendo-se um ípsilon na cidade de Salgueiro, meu prezado Senador Armando Monteiro, adentrando-se, a partir de Trindade, a cidade de Simões, Município do Piauí, passando-se por Curral Novo, Caridade, Jacobina, Paulistana. Aí já temos uma obra avançando, exceto na parte de Simões. Aliás, tem de ser feita a ligação com Trindade a partir de Simões. E, daí, em direção à cidade de Conceição do Canindé, passando-se, como disse aqui, pelo Vale do Piauí, pelo Vale do Fidalgo, pelo Vale de Itaueira, até a cidade de Pavussu e de Elizeu Martins, já no Vale do Rio Canindé.

Eu digo aqui, com muita alegria, que, de um lado, fico feliz em ver a obra em andamento, mas, de outro, há esses problemas que, muitas vezes, quem não vivenciou o Executivo não compreende. Por conta da falta da homologação do valor das áreas desapropriadas, ainda há um grande trecho em Simões, um trecho menor mais um trecho consecutivo maior, entre as cidades de Conceição do Canindé e de Ribeira, no Piauí, na região onde estive presente.

Então, ali, uma reunião com o Judiciário, com o Ministério Público e com a presença do Incra – porque há propriedades públicas do Incra, que têm de ter autorização –, com a presença também do Governo Federal, da área do Meio Ambiente federal e do Meio Ambiente estadual, enfim, para quê? Para que se possa fazer ali um pacto, a fim de que cada um faça a sua parte, para que uma obra importante como essa possa prosseguir, uma obra que vai gerar naquela região – e apenas naquela região – algo em torno de 1,2 mil empregos, mudando completamente a economia.

Eu, que fui criado nesta região, no Município de São Miguel do Fidalgo, de Paes Landim, da minha querida Oeiras... Ou seja, poder sair de uma região como essa, de trem, em direção ao Recife é algo que fica longe muitas vezes da consciência, da memória das pessoas que sequer sonharam com uma obra importante como essa, que vai permitir a esse miolo central do Brasil ter um grande surto de desenvolvimento, como já acontece, na mineração, na produção agrícola, no desenvolvimento florestal, no agronegócio, na fruticultura irrigada. Enfim, há ali reservas de ferro, de níquel, de mármore, de fósforo, de gesso; a condição de se ter ali o calcário. Enfim, um conjunto de outras áreas importantes para esse desenvolvimento.

Então, quero aqui parabenizar a iniciativa do Governo Federal, por determinação da Presidente Dilma, que deu sua orientação, e o Ministro Fernando Bezerra, com sua equipe, para ali se deslocou, para poder fazer esse pacto com todos os envolvidos, a fim de que possamos acelerar essa obra, que tem condições de ser concluída já no ano de 2012.

Destaco, ainda, a retomada de um conjunto de outras obras na área de transportes, obras rodoviárias, obras que ligam, por exemplo, Simplício Mendes a Oeiras, que ligam duas importantes BRs, a 020 e a Transamazônica, na cidade de Oeiras; a retomada de obras, ainda, com recursos, com convênios do Governo Federal, através da Codevasf, como a de São Lourenço a Dom Inocêncio. Vi a alegria de lideranças de São Lourenço e de Dom Inocêncio, uma cidade já na divisa com a Bahia, com o asfaltamento iniciando-se ali naquela estrada.

A obra de Esperantina a São João do Arraial, também, nesse mesmo convênio; a de Oeiras a Canto do Buriti, agora cobrada e já iniciada; a de José de Freitas a Cabeceira; a de São Francisco do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo em direção a Paes Landim, já interligando a cidade de Pedro Laurentino;

a de Itainópolis a Isaías Coelho, para citar algumas daquelas que se integram com os eixos ferroviários e que marcarão profundamente o desenvolvimento daquela região.

Faço esse destaque, parabenizando o Governador Wilson Martins e o Governo Federal. Que possamos, com isso, prosseguir, gerando emprego e renda, plantando as bases para um crescimento econômico sólido, espalhando esse crescimento em todas as regiões do meu Estado, o Estado do Piauí.

Quero aqui tratar, como disse, de outro tema também importante. Estive visitando, por esses dias, o Estado do Acre, a convite do meu querido Senador Aníbal Diniz, aqui presente. Tive a felicidade de partilhar com ele uma homenagem do seu povo, através do clube de futebol Rio Branco. Pude ver ali o carinho das pessoas com esse Senador, que tem uma bela história naquele Estado, e com o Senador Jorge Viana.

Tive a oportunidade – quero dar este depoimento – de ter esses momentos que nos enchem de muita alegria e de muita esperança. Estive no Estado do Acre no ano de 1987, voltei em 2003. Voltei agora, em 2011, e vi outro Estado. Ainda há muitas coisas para fazer, mas o avanço é visível. Ou seja, vê-se, hoje, naquele Estado, um povo mais animado, acreditando... Rio Branco é uma cidade mais bem estruturada, com avenidas largas, asfaltadas, arborizadas, respeitando-se o meio ambiente.

E algo me chamou muito a atenção. Ali, no Estado do Acre, vi uma grande integração de toda a sociedade, meu querido Senador Pimentel, e pude perceber o quanto é importante um trabalho planejado para um longo prazo.

É um Estado em que se pode chegar a uma praça – sempre belas praças, tanto faz ser no centro da cidade como na periferia – e ali encontrar a juventude sentada nos bancos, com energia elétrica e com a possibilidade de ligar-se a uma rede gratuita de inclusão digital, à Internet gratuita. Ou seja, aquilo que estamos vendo, nesse esforço, o Brasil inteiro, para que a gente possa ter banca larga com um custo mais baixo no Acre – e fico feliz em ver o Governador Tião Viana expandindo e completando o que começou lá atrás, com o Governador Jorge Viana, depois com o Binho Marques – podendo chegar a todos os Municípios. Participar de um evento, como o de que participei, de algo desafiador: um Governador que estava ali inaugurando, entregando à comunidade obras de asfaltamento e calçamento urbano, mas com o compromisso que ele assumiu em campanha, que já executa, de que todas as ruas de todas as cidades do Acre, até 2014, estarão asfaltadas as avenidas ou calçadas as ruas. Feitas com carinho, feitas com dedicação. Ver a importância da biblioteca, que traz a memória do povo da floresta; poder ter ali a oca, um espaço cidadão digno para atender o povo, para atender as pessoas mais humildes de forma digna. Ver o que é o Hospital de Clínicas da cidade do Rio Branco. A gente caminhando dentro do hospital e as pessoas abraçando o Governador, abraçando os Senadores, os Deputados e suas lideranças, dizendo do orgulho que tinham por estarem ali sendo atendidas: precisou de um exame, teve, precisou de uma cirurgia para alguém seu, foi feita; e tudo feito sempre com muita dignidade.

Então, eu destaco isso e quero dizer, Senador Aníbal, o quanto me encantou uma proposta feita pelo Governador Tião Viana que, com a sua experiência na área da saúde, tanto contribuiu nesta Casa, meu querido Senador Cristovam. E ele lá está fazendo, com todo carinho, todo um plano para a área da saúde. Uma das coisas que pude presenciar e que ele já implantou: o problema das UTIs. Ele tomou uma série de medidas. Vou citar apenas uma que muito me encantou, dessas coisas que quando você bota a cabeça para funcionar, com a participação da população, ouvindo os técnicos, encontra a solução.

Pois bem, pessoas que muitas vezes ficam numa UTI por um ano, dois anos, cinco anos. No meu Estado do Piauí, eu me lembro de uma pessoa que ficou 21 anos precisando dos aparelhos e em um hospital. Ele teve a ideia de criar uma UTI residencial. Ou seja, o Governo faz um investimento de cerca de R$200 mil na casa daquela pessoa, daquele paciente que precisa da respiração artificial, até que um dia o seu organismo reaja. Pois bem, ali, com esse investimento de R$200 mil, ou seja, adaptando as exigências da Vigilância Sanitária àquela residência, podendo ter ali uma cama adequada, podendo ter o balão de oxigênio, podendo ter os equipamentos necessários, ter uma equipe "linkada" no Samu, que faz atendimento 24 horas, fica de plantão como na UTI, à disposição, essa pessoa passa a viver na sua casa. Aliás, visitamos um caso de uma pessoa que se casou já na sua casa, mas ainda numa condição de UTI. Ali acompanhado pelo carinho da família, pelo carinho da sua vizinhança, onde as pessoas trazem ali mais do que um hospital traz, traz as condições de uma residência, de um lar, de uma família com muito amor.

Isso me encantou e me encantou não apenas pelo lado da humanização. Mais ainda, se não bastasse a humanização, o custo de uma UTI num hospital no Acre – em outros Estados pode ser até mais caro – é algo em torno de R$4 mil, R$5 mil por dia. Esse é o custo que, certamente aqui, no Distrito Federal ou lá no meu Piauí, se tem por um paciente que precisa de

uma UTI, porque você tem toda uma estrutura permanente ali para esse atendimento.

Pois bem, com um investimento desse, de R$200 mil, em apenas um mês nós temos R$150 mil de custo para poder manter um paciente no hospital. Ou seja, em dois meses já começa a ter saldo positivo. Por quê? Porque o custo mensal é de R$4 mil para esse paciente. A família é treinada, é qualificada para lidar com esse paciente.

Então, trago isso e deixo um reforço ao Ministro Padilha e à sua equipe para conhecer essa coisa maravilhosa que o ex-Senador Tião Viana está adaptando, dentre tantas outras coisas.

Visitamos lá a área de tratamento de dependentes químicos, as outras áreas relacionadas à saúde, ao social e à cultura, enfim. Mas eu não poderia deixar de trazer a esta Casa, porque é algo de que o Brasil precisa. Você abre vagas lá na UTI, você tira um paciente que precisa de alguns equipamentos, você ganha do ponto de vista financeiro, e coloca uma política mais humana.

Então, eu quero aqui, meu querido Senador Aníbal Diniz, dizer que se o Acre tinha três Senadores, tem aqui mais um para abraçar, com muito carinho, por tudo o que vi lá. E me senti, meu querido Pimentel, com aquele orgulho muito grande, como membro do Partido dos Trabalhadores, de ver ali esse partido, com outros partidos, encabeçando esse projeto. Fazendo um trabalho que realmente o meu partido precisa conhecer. É preciso que a direção nacional vá ao Acre fazer com que tudo o que está acontecendo lá possa chegar...

É um Estado em que nós já estamos no quinto mandato de governo, vários mandatos lá na capital, enfim, com várias prefeituras. Então eu acho que isso é algo que precisa ser observado.

Com muito prazer ouço o Senador Aníbal Diniz.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Wellington Dias, já o fiz lá, no Acre, mas é importante que eu faça aqui também, para todo o Brasil, através da TV Senado, o meu agradecimento especial por sua visita ao Acre, pelo debate ultraqualificado sobre as redivisão dos *royalties*, que é algo que é fundamental também para podermos reforçar a nossa capacidade orçamentária, para podermos ir além do que diz respeito às políticas públicas executadas pelo Estado. É muito bom que esse seu depoimento aconteça aqui na presença do Senador Pimentel, porque ele certamente vai ser um que vai nos visitar para falar sobre a pequena empresa, sobre os pequenos empreendimentos. Temos a Secretaria dos Pequenos Negócios e precisamos de ideias e de incentivadores para fazer com que isso se multiplique. E só mesmo para fazer um cumprimento por esse seu pronunciamento. Esse seu reconhecimento ao Acre é algo que nos enche de orgulho, porque a nossa ação política é uma ação extremamente abnegada, e tudo o que nos conforta é poder saber que as pessoas de bem, as pessoas de boa fé, ao chegarem ao Acre, hoje, percebem esse esforço de governo que está fazendo com que o Acre se torne um Estado cada vez melhor para a população. E assim o Binho defendeu durante o seu governo: Acre, o melhor lugar para se viver. E realmente está se trabalhando muito para que o Acre seja o melhor lugar para se viver na Amazônia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu é que agradeço e, com isso, Sr. Presidente, quero dizer que quando fui eleito governador do Piauí, sou grato também ao Acre, porque foi com a equipe do então Governador Jorge Viana que aprendi muito. Depois, trocamos experiências com o Binho Marques, mas confesso que apesar de já acompanhar há muito tempo, fiquei muito surpreso com o que vi ali, positivamente.

Cada mercado feito com carinho e que qualquer pessoa, de qualquer lugar, de qualquer classe social, poder ir ao mercado comer uma "baixaria", que é uma mistura muito parecida com as do Nordeste, o cuscuz com carne moída e com ovo, cedo da noite ou da madrugada.

Poder ter ali a beleza, a arquitetura maravilhosa e urbana. Uma urbanização fantástica!

Você chega a um bairro da periferia de Rio Branco e poder ter uma avenida com luminárias que só me lembro de ter visto em Paris, para dar um exemplo. Tudo preservado, ninguém depreda, ou seja, tudo feito com carinho. As pontes, a iluminação das passarelas sobre o Rio Acre. Então, todas essas coisas marcaram e marcarão profundamente na minha memória, e eu queria, aqui, fazer essa homenagem ao povo do Acre, pela conquistas que tem ao longo da sua história e de forma especial ao meu partido. O meu partido que, certamente, precisa olhar o que está acontecendo em muitos lugares do Brasil. Se eu pudesse destacar um lugar e recomendar à direção do meu partido a tomar como bom exemplo, que seja o Acre.

Nós do Piauí, pelo povo do Piauí, fico feliz, porque se é possível no Acre é possível em qualquer lugar do Brasil.

É isso que estamos, com muito esforço, trabalhando também no Estado do Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e com essas palavras encerro o meu pronunciamento.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, pela liderança do PDT.

Antes, quero registrar que foi lido, anteriormente, **Requerimento nº 845, de 2011**, do Senador Wilson Santiago e outros Srs. Senadores, solicitando que o Período do Expediente da sessão de 8 de agosto, deste ano, seja destinado à comemoração dos 426 anos de fundação do Estado da Paraíba.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pelo prazo regimental, com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito boa noite Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as pessoas que nos acompanham pela TV Senado, inicialmente gostaria de fazer um comentário e cumprimentar o Presidente da Facer, Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Rondônia, Sr. Marcito, assim como o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná, o Alexandre, e o Huberman, que é o Presidente da CDL, Câmara de Dirigentes Logistas .

Estão lá, neste momento, iniciando uma palestra com os empresários de Ji-Paraná e do interior do Estado de Rondônia, que será ministrada pelo Embaixador da Polônia, Jacek Kisielewski, que está visitando o Estado de Rondônia. Era para eu estar lá, neste momento, acompanhando essa palestra, acompanhando esse debate tão importante que vai ser ministrado pelo Embaixador da Polônia. Mas nós estamos aqui votando a LDO na Comissão Mista de Orçamento; nós iniciaremos daqui a pouco.

Então, peço as desculpas aos nossos empresários, ao Presidente do CDL, da Associação Comercial. Tenho certeza de que eles farão um belo trabalho junto ao nosso embaixador que está lá visitando o Estado de Rondônia: já esteve em Cacoal, está em Ji-Paraná hoje, amanhã vai a Porto Velho, passará em Ariquemes, Ouro Preto, Jaru. Ou seja, é um contanto importante que nós temos no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, eu parabenizo a Anvisa pela Resolução nº 29, de 2011, publicada no dia primeiro deste mês, que elimina um sério obstáculo aos projetos de assistência aos usuários de drogas. Essa resolução desatrela de regulamentos antigos e ineficientes as comunidades e entidades que realizam esse trabalho comunitário e de saúde junto a dependentes químicos de todo o nosso País.

As exigências para que se pudesse manter esse tipo de atendimento até então eram exageradas, além do necessário, em total desacordo com a própria proposta do Governo de popularizar e democratizar esse tipo de atendimento.

A Anvisa reconheceu que poucos centros de tratamento de dependentes vinham funcionando no País dentro dos parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 101 baixada em maio de 2001. Exigências quanto à equipe disponibilizada pelas comunidades terapêuticas e quanto à estrutura física desses estabelecimentos travaram dezenas de projetos no País, até mesmo porque o Governo não contribuía financeiramente para que tais regras pudessem ser cumpridas.

Cito aqui os pontos principais dessa resolução da Anvisa, que são:

- As instituições abrangidas por esta Resolução deverão manter responsável técnico de nível superior legalmente habilitado, bem como um substituto com a mesma qualificação;
- cada residente das instituições abrangidas por esta resolução deverá possuir ficha individual em que se registre periodicamente o atendimento dispensado;
- fica vedada a admissão de pessoas cuja situação requeira a prestação de serviços de saúde não disponibilizados pela instituição;
- as instituições devem explicitar, em suas normas e rotinas, o tempo máximo de permanência do residente na instituição;
- as instituições devem garantir respeito à pessoa e à família, independentemente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira;
- as instituições devem garantir a permanência voluntária.

Com essas medidas, ficará muito mais fácil para aquelas entidades poderem realizar seu trabalho, e não apenas isso. A decisão da Vigilância Sanitária deverá dar outro rumo ao funcionamento das comunidades terapêuticas, que agora ficarão mais próximos da obtenção de convênios e recursos junto ao Poder Público.

Essas comunidades terapêuticas oferecem aos dependentes químicos um ambiente de convívio livre das drogas e a oportunidade de adotar novos hábitos de vida. Até a publicação dessa resolução, as entidades tinham que se adequar às normas gerais de serviços de saúde. Enalteço aqui o posicionamento do Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, que deu um passo decisivo na política de saúde e afirmou: "*Fizemos uma norma que ampara uma ação prioritária do Governo, que é o combate às drogas [no nosso País]*".

Portanto, parabenizo a Anvisa e o Governo Federal por essa medida. As pequenas e médias cidades de nosso País já sofrem por não poderem contar com Caps de álcool e drogas suficientes para atender a demanda crescente de dependentes químicos, e isso pode ser um alento para as famílias e para toda a sociedade que sofre com o drama do vício em seu meio.

Aproveito o tema de drogas para parabenizar pelo trabalho que o Conen de Rondônia está desenvolvendo e agradecer por colaborar com uma atividade nossa, empreendida por nosso pessoal em Rondônia, que é o trabalho de conscientização do risco das drogas junto aos pais, aos estudantes, às escolas de nossos Municípios.

Nossos colaboradores estão fazendo palestras em escolas, com o apoio do Conen, abrindo um canal de comunicação com os pais, para que todos, juntos, possamos enfrentar o perigo das drogas.

Entendo que tenha de haver uma união do Governo, da sociedade, mas, principalmente, uma ação forte das famílias para que possamos enfrentar esse grave problema.

Nessas reuniões, estamos distribuindo cartilhas educativas com o título "Saúde sempre, drogas jamais". Esse material vem sendo publicado na gráfica do Senado e distribuído em Rondônia. É um material esclarecedor sobre os riscos do uso de entorpecentes publicado para um público jovem, com seu conteúdo avaliado por médicos e psicólogos.

Esse trabalho é uma pequena ajuda ao grande esforço que o Proerd já vem executando em todo o País, e parabenizo, em especial, o trabalho executado no meu Estado de Rondônia.

Nessa virada de semestre, várias turmas do Proerd estão sendo diplomadas depois de seis meses de instruções e informações sobre drogas. Estudantes de Ji-Paraná, de Porto Velho, de Jaru, de Ouro Preto, de todos os cantos de nossa Rondônia estão conhecendo as informações do Proerd e se preparando, cada vez mais, para dizer "não" às drogas.

O Proerd é realizado em Rondônia desde 2007 e já formou mais de 100 mil estudantes. E cada estudante, nós esperamos, é um multiplicador da importante ideia de que é preciso reduzir a demanda pelas drogas para que possamos enfrentar o narcotráfico de igual para igual.

Parabéns, portanto, à Polícia Militar de Rondônia na pessoa do Comandante-Geral da corporação, Paulo César de Figueiredo, e em especial ao Major Holanda, coordenador estadual do Proerd.

Considerando a decisão da Anvisa de flexibilizar o funcionamento das entidades não governamentais de atendimento a dependentes químicos, registro duas proposições.

A primeira é que a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e Outras Drogas realize uma audiência pública com representantes dessas entidades para colocar em debate os seus métodos de trabalho e a sua ampla experiência no tratamento de dependentes.

A segunda proposição é que a mesma subcomissão realize uma audiência pública com representantes do Ministério da Saúde para que possamos discutir a ampliação da rede de Caps Álcool e Drogas nas pequenas cidades do País e meios de facilitar o apoio às entidades não governamentais de atendimento a dependentes químicos.

Essa é uma luta, Sr. Presidente, de todos nós: é uma luta do Governo, do Executivo, do Legislativo, é uma luta da população. Mas, acima de tudo, precisamos, cada vez mais, da participação das famílias no combate às drogas. É uma luta que não podemos perder. Estamos trabalhando diuturnamente, ajudando aquelas pessoas que têm, nas suas famílias, dependentes químicos, para que possam realmente combater esse mal que assola nosso País. Não é só uma questão de polícia, mas é uma questão de saúde pública. Precisamos trabalhar para que possamos avançar, combatendo essa grande doença que existe nas nossas crianças, nos nossos jovens e nos nossos adolescentes.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha para tratar.

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Aníbal Diniz, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Pimentel, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado, é com muita alegria que volto à tribuna desta Casa para relatar a experiência que vivemos no último final de semana no Acre, cumprindo uma agenda extensa com o Governador Tião Viana, uma agenda da máxima importância para a vida política do nosso Estado e para a organização da nossa sociedade como um todo.

Começamos na sexta-feira de manhã com o programa Ruas do Povo, na cidade de Rio Branco, onde o Governador Tião Viana fez o lançamento desse programa, já entregando ruas prontas, calçadas, com tijolos. Essas ruas têm mudado significativamente a vida das pessoas nas comunidades, e a prioridade é estabelecida exatamente pela comunidade. É a comunidade, reunida, que define quais ruas são prioritárias, quais devem ser calçadas primeiramente. Então, o Gover-

no entra, em parceria com as prefeituras, executando essas ações.

Vale a pena ressaltar que, nesses primeiros meses de governo, já foram mais de 130 ruas iniciadas, concluídas e entregues. E o programa está apenas no início. Faz parte do desafio assumido pelo Governador Tião Viana, de levar calçamento em tijolo a todas as ruas e a todos os Municípios do Acre. Um desafio extremamente ousado que tem de contar com a parceria da comunidade e também com a do empresariado local.

Imaginem que o Governador Tião Viana está desafiando diariamente o empresariado local a produzir tijolos, a criar as condições e a se fortalecer, para que garanta o cumprimento dos objetivos, porque os objetivos são ousados e estão acontecendo.

No sábado, estivemos na comunidade Miraflores, que fica entre os Municípios de Feijó e Manoel Urbano. Essa comunidade é muito importante e nela acontece uma experiência comunitária, hoje, da maior importância para o nosso Governo. Nessa comunidade Miraflores, acontece o ProAcre, que é um programa de desenvolvimento sustentável que leva a produção sustentável, a educação e a saúde para essas comunidades.

Exatamente na comunidade Miraflores, o Governador Tião Viana patrocinou o ato de entrega dos Planos de Desenvolvimento Comunitário. Esses PDCs são definidos pela própria comunidade, que se reúne, faz o levantamento das suas dificuldades e das suas potencialidades, e estabelece quais são as prioridades. Aí, ela firma um convênio com o governo do Estado, que, depois de avaliar o plano estabelecido pela própria comunidade, firma um convênio e repassa o dinheiro diretamente para a comunidade, que passa a gerir o seu destino a partir do Plano de Desenvolvimento Comunitário que ela construiu.

Então, foi uma experiência muito interessante.

Só nessa comunidade Miraflores, o Governador Tião Viana assinou 30 convênios, ou seja, 30 comunidades receberam recursos para executar o seu Plano de Desenvolvimento Comunitário. O investimento total nesses 30 convênios firmados chegou próximo de R$4milhões.

Vale reforçar também que, nessa região de Feijó – que envolve o Município de Feijó, de Jordão, de Tarauacá e de Manoel Urbano –, há um plano de plantio, em dois mil hectares, de 1,1 milhão de árvores de açaí, como uma política de reflorestamento. Ao mesmo tempo, pratica-se o reflorestamento, recupera-se a área degradada e geram-se condições de renda para a comunidade.

Pelo menos mil famílias serão beneficiadas.

Já foi feito um grande viveiro de muda nessa localidade, e hoje há pelo menos 800 mil mudas de açaí sendo cultivadas nessa comunidade, exatamente nessa ação que envolve governo do Estado em parceria com a comunidade.

Na segunda-feira, nós estivemos com o Governador Tião Viana na assinatura de outro ato da maior importância para o governo do Acre, que foi a apresentação do Plano de Investimento a partir do empréstimo contratado junto ao BNDES. O governo do Estado conseguiu, em tempo recorde, nesses seis meses iniciais, contratar R$685 milhões que estão sendo investidos na produção sustentável, na mecanização da lavoura, na melhoria genética, em atividades voltadas para a saúde, para a educação, para o turismo – o ecoturismo também será fortalecido – e fundamentalmente no setor produtivo, sem contar a parte de infraestrutura, pois há um grande investimento em ruas, em pontes, em estradas, e a parte de habitação. O Governador Tião Viana assumiu o desafio de construir uma nova cidade a partir do seu Plano de Habitação. Serão pelo menos mais dez mil casas além do que está estabelecido no PAC e no Programa de Habitação do Governo Federal.

De tal maneira que existe uma ação muito firme, muito determinada do Governador Tião Viana, algo que nos enche de alegria, porque durante esses atos todos pudemos sentir que o Governador Tião Viana é o governador certo para o momento que o Acre está vivendo. Ele é absolutamente entusiasmado, com uma energia a toda prova. Está mobilizando a sociedade, procurando fazer tudo com muita reflexão. Os atos são sempre muito prestigiados por representantes comunitários, pelos empresários, pelos produtores agrícolas, por representantes de igrejas, de instituições, por Parlamentares.

Tem um clima muito interessante acontecendo neste momento no Acre, só possível depois dos três governos anteriores: os dois governos de Jorge Viana e o governo de Binho Marques. Agora estamos vivendo o nosso quarto mandato com o Governador Tião Viana. O Acre saiu daquela situação de destruição absoluta em que se encontrava há dez, doze anos, e agora vive um momento muito promissor.

Isso graças a todo o esforço do Presidente Lula, que foi muito atencioso conosco durante os dois governos do Jorge Viana e também durante o governo Binho, e agora também a Presidenta Dilma tem nos dado toda atenção.

Então, não podemos reclamar deste momento do Brasil. É um momento muito especial, um momento muito promissor. Estamos sentindo que a qualidade de vida das pessoas está melhorando a cada dia e a olhos vistos.

O depoimento que eu ouvi, há pouco, do Senador Wellington Dias, é algo que me enche de orgulho, porque não são os de casa falando, mas é alguém de fora que vai, vê, sente e faz o seu depoimento. Isso ganha um valor todo especial. Por isso, eu fiquei tão feliz e emocionado com o relato preciso feito aqui pelo Senador Wellington Dias, exatamente porque as políticas públicas são pensadas no plano nacional e têm a sua extensão nos Estados.

O Governador Tião Viana faz UTI domiciliar, por exemplo, porque nós temos uma total sintonia com o Ministro Padilha, que está lá dando toda a atenção e nos permite a ousadia de fazer o investimento de R$200 mil para atender um paciente. Isso ocorre porque está sobrando dinheiro? Não, não está sobrando dinheiro. É porque tem prioridade para as pessoas.

Quando, no Acre, se distribuem *netbooks* para sete mil alunos é por que está sobrando dinheiro? Não. É porque nós temos prioridade para a educação, e há um esforço que está acontecendo nesse sentido.

E quero também reforçar, com a presença do Senador Wellington Dias, o debate importante que aconteceu sobre a redistribuição dos *royalties* do petróleo, que está envolvendo governadores do Norte e do Nordeste. As bancadas federais todas estão atentas a essa discussão. Inclusive, amanhã, às 11 horas, estará sendo realizada uma reunião. Eu, como coordenador da bancada federal do Acre, já fui convocado e estarei presente, justamente porque precisamos encontrar uma forma de fazer com que os benefícios gerados pela extração de petróleo no Brasil possam ser divididos de maneira justa entre todos os brasileiros.

Lá no Acre, temos uma reflexão toda especial: se fizermos um trabalho ambiental importante de preservação daquela floresta amazônica para todos os brasileiros, se os povos da Amazônia têm uma grande contribuição para o equilíbrio climático do Brasil, para o equilíbrio climático do planeta, então é justo que esses povos, ainda que não tenham extração de petróleo no seu território, sejam beneficiados por esse bem que é do povo brasileiro e que gera um dividendo todo especial para o povo brasileiro.

Nesse sentido, estamos, sim, compartilhando com o Senador Wellington Dias o seu esforço de juntar os apoios necessários para rediscutirmos a distribuição dos *royalties*. Isso não quer dizer que queiramos tirar do Rio de Janeiro, do Espírito Santo ou de São Paulo. Queremos que eles mantenham essa posição que têm hoje, mas que o restante seja redistribuído com justiça e com equidade, porque o povo brasileiro precisa ter acesso a esses valores.

Por favor, Senador Walter Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Senador Aníbal, só quero, em um aparte muito rápido, lembrar um fato muito importante ocorrido ontem relativo ao que V. Exª traz hoje. Em um decreto publicado ontem, a Presidenta ampliou o Programa Luz para Todos, que já havia vencido, indo ao encontro do que V. Exª está colocando. É o crescimento com o Minha Casa, Minha Vida; é pavimentação; é estarmos chegando à zona rural. Hoje a Presidenta reafirmou que, se houver necessidade, se houver projetos, ela aumentará os recursos da agricultura familiar, que hoje está em torno de 16 bilhões. Hoje, o Luz para Todos é muito importante. As pessoas viviam em uma verdadeira escuridão. Ele leva a possibilidade do desenvolvimento. Na Bahia, além do Programa Luz para Todos, estamos avançando muito no programa do uso de energia eólica. Nesta semana, inauguramos uma fábrica. Já estamos com 34 parques contratados até 2014, o que significa 1.000 megawatts/hora gerados. É importante porque essa política varre o País de ponta a ponta. Então, o que V. Exª aborda é fundamental, principalmente em um Estado como o Acre ou como a Bahia. Para que V. Ex tenha uma ideia, 70%, 68,9% do nosso território é considerado semiárido, com baixa densidade populacional, mas com muita riqueza mineral, grande produção. Precisamos levar desenvolvimento para a gente aproveitar essas potencialidades e ir ao encontro daquilo que o sertanejo, o homem que vive na zona rural tanto deseja: condições para continuar tirando o seu sustento com o suor do rosto. Muito obrigado, Senador.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Walter Pinheiro, incorporo, com muito orgulho, esse seu aparte ao meu pronunciamento, exatamente por que ele vem se somar a esse registro que está sendo feito e que envolve um esforço que começou lá atrás com o Presidente Lula, que teve continuidade agora com a Presidente Dilma e, realmente, o Luz para Todos é uma prova desse esforço. Imagine só, naquelas áreas isoladas do Acre, o esforço que se tem de fazer para abrir um ramal para fazer a luz chegar aos lugares mais distantes.

Então, essa preocupação com as comunidades isoladas está muito presente no Programa Pro-Acre, que consiste justamente em levar educação, saúde e produção sustentável para aquelas localidades mais isoladas. Esse projeto foi concebido pelo Governador Binho, inspirado naquilo que ele viveu de experiência lá, com Chico Mendes, em Xapuri. E, hoje, o Governador Tião Viana leva à frente esse projeto com a mesma força, com a mesma disposição, o que mostra a importância de a gente ter continuidade e persistência nos projetos.

Agora, no que diz respeito a esse esforço para a gente ter a distribuição dos *royalties* de exploração de petróleo, é importante a gente reforçar que esse assunto vai ser foco, a partir do segundo semestre, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, porque essa iniciativa vai substituir a instalação de uma comissão especialmente voltada para discutir esse tema.

O Presidente Sarney achou por bem levar esse tema para a Comissão de Assuntos Econômicos, e todos os debates dar-se-ão dentro desta Comissão.

É muito importante que a gente tenha a construção de um consenso no sentido de conseguir redistribuição sem prejudicar os Estados que hoje estão mais bem aquinhoados, mas garantindo, dentro daquele princípio da distribuição do FPE e do FPM, fazer com que os recursos atendam melhor aqueles Estados e aqueles Municípios mais necessitados, que têm a população mais carente e que precisa mais de infraestrutura e de mais investimento em educação e em saúde.

E, nesse sentido, a gente está completamente solidário a esse esforço do Senador Wellington Dias, que está mobilizando – amanhã mesmo tem uma nova reunião com governadores da Região Norte –, e a gente vai estar juntos, se somando a esse esforço para que Estados do norte, do nordeste e do centro-oeste, as bancadas todas possam fazer essa reflexão com bastante serenidade, com bastante equilíbrio, nada de se deixarem levar pelas paixões, pelas preferências, mas a gente tentar encontrar um caminho para construir um Brasil mais justo, um Brasil mais solidário e um Brasil voltado para todos os seus habitantes, todos os brasileiros, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, de tal maneira que a gente tenha condições iguais de desenvolvimento em todas as Regiões.

A gente precisa corrigir um pouco essa distorção histórica, esse desequilíbrio regional que leva alguns centros do Brasil a serem superdesenvolvidos e outras regiões ficarem completamente à margem do desenvolvimento. E, como a gente tem essa possibilidade de uma grande capacitação de recursos a partir da exploração do pré-sal, essa situação absolutamente nova, que tende inclusive a crescer, então é chegado o momento de a gente realmente estabelecer uma reflexão profunda sobre como a gente investir corretamente os recursos de que o Brasil dispõe, principalmente levando em conta que esses recursos de exploração de petróleo são finitos. A gente tem que levar em conta isso. Não são recursos eternamente disponíveis. Então, a gente tem que fazer um plano para bem investi-los agora, preocupados com a atual geração, mas principalmente com a futura geração. A gente precisa se preocupar com a educação, com a saúde e com a construção de uma infraestrutura necessária para que a gente tenha mais emprego e melhor qualidade de vida para todos os brasileiros.

Nesse sentido, a gente está se somando à bancada do Acre, às bancadas dos Estados das Regiões Norte e Nordeste que, com certeza, estão todas muito atentas a essa discussão. E a gente quer não fazer um confronto, mas fazer uma construção solidária, consensual de busca de uma distribuição justa dos *royalties* do petróleo para que esses recursos possam beneficiar simultaneamente a todos os brasileiros.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, pela Liderança do PMDB.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço permissão ao Senador Ricardo Ferraço para encaminhar à Mesa requerimento de voto de pesar, para que seja levado ao conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Piauí e à família do Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida, que faleceu no dia 7, à D. Zoraide, aos seus filhos, Solange, Mauro Antônio, Marcos Antônio, e demais familiares.

O Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida, o Desembargador mais conhecido do Estado do Piauí, natural de Palmeirais, onde foi Prefeito Municipal, teve uma carreira exitosa na Justiça de Primeiro e Segundo Graus, na magistratura de Segundo Grau. O Desembargador foi Vice-Presidente, Corregedor e Presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral, onde atuou até a sua aposentadoria, em 1997, presidindo também a Associação dos Magistrados do Piauí.

Este é o requerimento que quero encaminhar à Mesa, com a subscrição do Senador Wellington Dias. Portanto, é o nosso voto de pesar a essa figura tão ilustre da magistratura do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador João Vicente, recebemos o seu requerimento, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, S. Exª, Senador José Pimentel, Presidente em exercício desta sessão.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos acompanham através da TV Senado. Na antessala, Sr. Presidente, na última sema-

na antes do recesso legislativo, desejo trazer a este Plenário uma breve, mas importante reflexão política.

Infelizmente, o dia a dia na Casa, o calor do debate partidário, nem sempre permite que estejamos em todos os momentos fazendo uma avaliação da nossa eficácia, do nosso trabalho e, por que não dizer, do papel do Congresso Nacional em nossa democracia. Democracia hoje fundada no chamado presidencialismo de coalizão, um presidencialismo, é verdade, à moda brasileira, que traz benefícios, que tem benefícios, que tem muitas virtudes, mas que também traz em seu bojo imperfeições para uma convivência democrática, equilibrada e harmoniosa, pelo menos a meu juízo.

Há pouco mais de uma semana, chamou-me a atenção um documento apresentado pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas, da Universidade de São Paulo, da prestigiosa Universidade de São Paulo (USP). Um estudo muito interessante, intitulado *O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão*.

O estudo, Sr. Presidente, mostra as duas faces dessa moeda. De fato, o presidencialismo de coalizão conseguiu resolver o problema da governabilidade. Por outro lado, esvaziou o protagonismo do Congresso e prejudicou o papel de fiscalização que este Poder deve exercer junto ao Poder Executivo.

A tese central desse documento da nossa USP é de que a democracia brasileira incorporou a hipertrofia do Poder Executivo herdada do período militar. E abro um parêntese aqui para registrar o que é óbvio, o que todos nós estamos aqui cansados de martelar dia após dia nos debates, não apenas no Plenário, mas também nos debates em nossas Comissões Permanentes, ou seja, o uso abusivo, o uso excessivo das medidas provisórias, fonte de tanta polêmica e, por que não dizer também, de subtração das prerrogativas parlamentares dos nossos Senadores, do nosso Senado da República; sem falar, evidentemente, no orçamento meramente autorizativo, tantas vezes apontado como mera peça de ficção.

Mas, voltando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao estudo da USP, ele salienta ainda a importância da governabilidade, o fato de o Executivo não ficar paralisado diante de um pluripartidarismo fragmentado, com governadores fortes e o nosso federalismo fragilizado.

O problema, nas palavras do coordenador da pesquisa, o Cientista Político José Álvarez Moisés, é que, no presidencialismo de coalizão, o Congresso Nacional tende a perder sua autonomia; historicamente, é reativo, paralisante ou submisso na relação com o Executivo, não tendo, na maior parte do tempo, uma agenda própria.

Ele observa, o cientista José Álvaro Moisés, que os dois poderes não precisam viver em conflito, mas que a democracia não pode abrir mão da ação permanente de fiscalização do Legislativo sobre o Executivo.

A atual fragilidade do Congresso, segundo Moisés, tem raízes na nossa história recente. Entre 46 e 64, tivemos momentos de paralisia decisória por conta da permanente queda de braço entre o Executivo e o Legislativo, que tantos prejuízos trouxe ao interesse nacional.

A guinada veio no regime militar, com os decretos-leis. Uma prática que a Constituição de 88 acabou de fato revivendo, com a adoção das medidas provisórias, que desequilibram, a meu juízo, a harmonia entre os dois Poderes.

Outro problema, igualmente grave, é saber a que preço a coalizão que sustenta o governo se impõe como majoritária, no nosso dia a dia parlamentar. O legítimo, evidentemente, seria que a coalizão fosse subordinada à negociação política de um programa de governo – o que, lamentavelmente, nem sempre acontece.

O estudo da USP não poupa o Parlamento: segundo ele, 80% dos brasileiros desconfiam da instituição; menos de 16% chegam a aprová-la. Para José Álvaro Moisés, o sentimento geral é que o Legislativo, que deveria incorporar a diversidade de posições da sociedade, não estaria representando as aspirações da maioria.

Pior: o estudo aponta que, para um terço dos eleitores brasileiros, a democracia poderia funcionar sem o Congresso ou sem os partidos políticos.

Esse é um sinal de alerta, julgo eu, da maior gravidade, que deve calar fundo no coração, que deve calar fundo no sentimento daqueles que fazem da sua vida uma militância política permanente.

Precisamos, urgentemente, resgatar não apenas a credibilidade, mas também o protagonismo do Congresso Nacional.

Nossas posições políticas devem ser pautadas pelo interesse público, não por negociações pontuais, muitas vezes incoerentes com as posições defendidas perante nossos eleitores.

Se a coalizão é importante para a garantia da governabilidade, ela precisa ser baseada em compromissos claros, assumidos à luz do dia.

O coordenador do estudo da USP observa bem: é possível fazer uma composição com forças que não sejam homogêneas e, ao mesmo tempo, manter uma linha programática durante o exercício do mandato.

A sociedade cobra, com toda razão, coerência dos seus representantes políticos. Coerência e decisão. O levantamento feito pela USP contabiliza que há 26 mil projetos parados na Câmara e 8 mil projetos tramitando no Senado Federal.

Convém lembrar que o propalado ativismo legislativo do Judiciário vem se dando na esteira da para-

lisia do Congresso, que deixa de debater e de decidir questões da maior importância para a sociedade.

Certo é que, a meu juízo, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, se o nosso Parlamento precisa, enfim, de reformas, por que não fazê-las o mais rápido possível?

Já passou da hora de arregaçarmos as mangas e alterarmos de uma vez por todas o rito de tramitação das medidas provisórias. E precisamos fazê-lo num primeiro momento, tão logo termine o recesso parlamentar.

Precisamos também votar mudanças que tornem menos burocrático, mais ágil e eficiente o nosso processo legislativo.

Encerro, Sr. Presidente, com essa reflexão, na medida em que fazemos ou estamos caminhando para um balanço do primeiro semestre do nosso exercício parlamentar de 2011, na expectativa de que no segundo semestre nós possamos, efetivamente, produzir com mais eficácia, quem sabe, com um novo rito de MPs que possa assegurar um debate mais amplo, que possa dar condição aos Senadores de opinar, de criticar, de aprimorar, de aperfeiçoar e de impedir, de uma vez por todas, que os contrabandos, como se diz tecnicamente aqui no Legislativo, deixem de incorporar essa agenda, estando a todo momento os Senadores tendo de tomar uma decisão, muitas vezes, contra suas vontades.

O economista e filósofo inglês John Stuart Mill, já no século XIX, chamava a atenção para o fato de que um sistema democrático não pode, de forma alguma, representar a ditadura da maioria sobre a minoria.

É nessa expectativa que, se encerrando já o nosso semestre legislativo, renovo aqui a minha expectativa, a minha fé, o meu otimismo, a minha motivação de que nos segundo semestre nós possamos fazer tudo aquilo que não foi possível fazer em benefício do fortalecimento do Senado da República.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Ricardo Ferraço, que faz essa reflexão sobre os trabalhos do Congresso. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

De imediato passamos a palavra ao nobre Senador José Pimentel, que dispõe também do tempo regimental de 20 minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores aqui presentes, por volta da 18 horas de hoje, a Srª Senadora Kátia Abreu, falando em nome da Liderança do DEM, utilizou aqui o texto do artigo de um articulista do jornal **El Pais**, lá da Espanha, para tentar agredir as instituições brasileiras dizendo que elas não funcionam e que exatamente por isso a corrupção hoje é uma regra geral no Estado nacional brasileiro. Lamento muito quando setores da oposição resolvem lançar mão do texto do artigo de um articulista da Espanha que não sabemos com que interesse foi redigido para agredir as nossas instituições.

Quero aqui registrar que o Ministério Público Federal brasileiro tem tido uma atuação afirmativa, uma atuação de defesa dos interesses nacionais, bem como os dois últimos Procuradores-Gerais da República. O cearense Antonio Fernando de Souza, que lá chegou sendo o mais indicado da sua categoria, nomeado pelo Senhor Presidente da República por duas vezes e homologado pelo Congresso Nacional, fez um excelente trabalho, pondo fim à velha tese do engavetador geral da República, que era a posição tida dessa Procuradoria até 2002. Em seguida, outro cearense, o nosso Procurador Roberto Gurgel, que está completando os seus dois primeiros anos. E novamente a sua categoria o indica para que ele permaneça por mais um período à frente da Procuradoria. O seu nome foi indicado pela Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Congresso Nacional, ao Senado Federal. Lemos ontem toda a sua exposição, e o relator é favorável à sua continuidade. Deveremos, no retorno dos trabalhos, ouvi-lo e, em seguida, trazê-lo ao plenário do Senado Federal. E não tenho dúvida de que o Senado vai aprová-lo em face do excelente trabalho que o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República têm feito em defesa dos interesses nacionais, punindo aqueles que erram, mas fazendo justiça a um povo que trabalha muito, que é o povo brasileiro, para levar este País a ser a 5ª potência econômica do Planeta. Somos hoje a 7ª potência econômica do Planeta. Devemos isso ao nosso povo, às nossas instituições.

Quero registrar que esse mesmo discurso que eu ouvi aqui, hoje, patrocinado por alguns articulistas, também existiu na década de 50, contra um dos melhores Presidentes da República, o nosso Juscelino Kubitschek. Não devemos nunca nos esquecer, Srª Senadora Kátia Abreu, de que o sucessor de Juscelino Kubitschek fez a campanha com uma vassoura, dizendo que tinha como objetivo varrer a corrupção do Brasil. E, em seguida, nós tivemos um período muito crítico da nossa História, que foi o Golpe de Estado de 1964. E esse Golpe de Estado, durante todo esse período, teve como sustentação política principalmente a Arena, o Partido de sustentação à época. A Arena, quando perdeu a credibilidade brasileira, mudou de nome para PDS no início do processo da abertura política brasileira. Posteriormente, mudou de nome novamente para PFL e, em seguida, para DEM. E eu tenho visto na imprensa que a Srª Senadora Kátia

Abreu está agora deixando o DEM e indo para um novo Partido, porque não acredita mais nas propostas – talvez seja por isso – que ela defendeu em palanque junto ao seu eleitorado. Está, pois, mudando de nome.

Este Senador, José Pimentel, tem uma única filiação partidária: filiei-me ao meu Partido, ao Partido dos Trabalhadores, ainda no movimento Pró-PT, em 1979. Tenho muito orgulho do que este Partido tem feito e não preciso esconder a legenda do meu Partido para tentar manter uma coerência política de 17 anos, 16 anos como Deputado Federal. Estou no primeiro mandato de Senador da República e devo isso ao meu povo, ao povo do Ceará.

Portanto, a Srª Kátia Abreu, ao fazer as suas argumentações, deve refletir um pouco mais no que pretendem esses articulistas de órgãos internacionais, principalmente quando esses países estão passando por uma grande crise econômica. A Espanha, não é novidade, tem um índice de desemprego próximo aos 20%, enquanto o Brasil tem um índice de desemprego, hoje, em torno de 6%.

Estamos recebendo no Brasil muita mão de obra, que está vindo para cá à procura de trabalho, solicitando aos nossos órgãos competentes que possamos aceitá-la como nossos trabalhadores.

Quero aqui registrar o papel da Polícia Federal brasileira, que, no nosso Governo, no governo do Presidente Lula e no Governo da Ministra Dilma, tem aumentado significativamente seu efetivo. Essa Polícia tem sido objeto de orgulho de toda a sociedade brasileira, principalmente no combate à corrupção.

Quero registrar que ninguém chega ao Parlamento corrupto. As pessoas já eram antes; aqui, nós simplesmente tomamos conhecimento, debatemos e tiramos aquela veste que até então elas utilizavam.

Quero registrar o papel do Poder Judiciário, que tem sido eficaz no combate à corrupção, e dos poderes constituídos no Brasil. Nesse aspecto, portanto, a Srª Senadora Kátia Abreu, ao ler esses artigos, tem toda a liberdade, mas deve fazer uma reflexão para saber quais são os interesses que esses articulistas têm tentado trazer um manto de posturas para um país que gera emprego e tem crescimento econômico, com inclusão social e com distribuição de renda.

Mas, Sr. Presidente Paulo Paim, a nossa exposição de hoje tem como objetivo abordar os cem anos da cidade de Juazeiro do Norte, uma cidade que nasce do binômio trabalho e fé e que tem no Padre Cícero Romão Batista seu primeiro prefeito, seu construtor e sua maior referência.

Essa cidade completa cem anos de existência no próximo dia 22 de julho deste ano. Esse é um dos maiores municípios do meu Estado, o Estado do Ceará. Ali, ao longo desse período, a partir da República Velha, do final da Monarquia ao início da República Velha, passamos a ter, inicialmente, uma vila, em seguida, um distrito, e sua emancipação saindo de um espaço em que o Crato era a sede principal.

Esse bravo padre, que é referência dos mais pobres, dos mais sofridos, dos desvalidos na região Nordeste, resolve enfrentar as oligarquias da época, participando de toda uma vida política, mudando os hábitos. E quando se elege Prefeito e passa a ter uma articulação política na República Velha, muito forte na nossa região, resolve enfrentar os coronéis, a corrupção, aqueles que até então, embora tendo fim a escravidão, continuavam mantendo a escravidão em suas grandes propriedades. Ele faz esse debate e passa a dizer que a principal fonte de escravidão que tínhamos no Estado do Ceará, ao lado do jagunço, era também a retenção dos olhos d'água, dos poços d'água, dos riachos e dos rios temporários que estão no semiárido do nosso Ceará, do nosso Nordeste setentrional, onde estão exatamente o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e parte de Pernambuco.

Essa liderança carismática, religiosa e política revoluciona nosso Ceará, o interior do Ceará; e a região passa a ter uma presença política muito forte, ao lado de uma série de lideranças. Esse processo evolui, e, hoje, essa cidade, que completa cem anos de existência, é um grande polo intelectual, com universidades públicas e particulares. Temos ali mais de vinte cursos superiores, hoje ministrados para uma população de algo como um milhão de habitantes. E Juazeiro do Norte é exatamente esse grande pólo, um polo cultural, um polo intelectual e um polo religioso; e há um grande debate político naquela região.

Assistimos, durante o ano, a três grandes romarias dirigidas ao nosso Juazeiro do Norte. A primeira diz respeito ao dia em que Padre Cícero nasceu; a segunda, ao dia em que ele faleceu; a terceira, à padroeira da nossa cidade, Juazeiro do Norte. Mais de dois milhões de peregrinos vão, anualmente, a Juazeiro do Norte. E é importante que as pessoas acompanhem essa forma simples, direta, de um povo que acredita no seu País, que acredita na sua região e que tem na religião um forte instrumento para alimentar sua alma, para enfrentar as desigualdades, as desavenças, o sofrimento. E é em torno desse povo que uma liderança nasce, já no século XX. É Luiz Inácio Lula da Silva, que, com sua mãe, sai do semiárido de Pernambuco e vem para o Sudeste, para São Paulo, e ali resolve, depois de uma batalha muito difícil, depois de adquirir a profissão de torneiro mecânico, tornar-se uma liderança sindical, uma liderança política. Foi eleito Presidente da República e se transformou no melhor e no maior Presidente de toda a nossa história.

Portanto, o semiárido nordestino, o Nordeste brasileiro, está cheio de experiências de pessoas simples,

que vêm das camadas mais populares e que trilham a vida, crescem e dão exemplo para o Brasil.

Nosso Cícero Romão Batista, o nosso padre, na sua época, com a sua forma, com as suas limitações, fez história, e essa história continua sendo referendada por todo o povo nordestino, pelo povo do semiárido do Nordeste. E todo ano, algo em torno de dois milhões de pessoas de almas sofridas vão a Juazeiro para referendar, alimentar sua alma e dizer: "Quero continuar trabalhando, defendendo este País, o meu País, o nosso Brasil".

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não, Suplicy, que já esteve lá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador José Pimentel, pela bonita homenagem que faz a Juazeiro do Norte, por ocasião de seu centenário, e pela homenagem que faz à história de Padre Cícero, que, pelas razões de profundidade que V. Exª nos traz, tornou-se o padroeiro dessa multidão de nordestinos e de pessoas de todo o Brasil. Eu mesmo já estive lá, em Juazeiro do Norte, e pude testemunhar a devoção daqueles peregrinos. V. Exª cita dois milhões de pessoas que, por ano, têm ido a Juazeiro para transmitir sua oração a Padre Cícero e para fazer solicitações. É um povo que acredita muito em nosso Brasil e que, felizmente, conforme V. Exª salientou, pôde ter, na pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alguém que saiu de Garanhuns e Caetés para chegar a São Paulo, depois de treze dias de viagem em pau de arara, com sua mãe e sua família, para encontrar seu pai e ter a trajetória excepcional que tem conduzido o povo brasileiro, primeiro, com os oito anos de mandato do Presidente Lula, e, agora, com o mandato alvissareiro da Presidenta Dilma Rousseff, que, em meio a tantas dificuldades que são próprias de um governo, tem conseguido, com muita firmeza, colocar o País em um rumo melhor, inclusive com muita firmeza diante de observações como a assinalada pela Senadora Kátia Abreu, que V. Exª. comentou, descrita pelo jornalista espanhol. Mas a firmeza da Presidenta Dilma, inclusive ressaltada hoje no pronunciamento de um amigo dela, o Senador Pedro Simon, mostrou como ela sabe resistir, insistir no bom caminho, e as dificuldades vão sendo superadas. Portanto, o povo brasileiro, que sabe se indignar diante dos problemas que nos afligem, percebe, na condução da Presidenta Dilma Rousseff, firmeza na direção a mais correta. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu que agradeço, Senador Suplicy, pelo seu aparte.

E queria, Sr. Presidente, registrar que essa cidade que se transformou em grande continua aberta para os seus peregrinos. Ali eles chegam, são acolhidos, participam dessa vida de fé, e o binômio trabalho e fé continua presente na casa, na alma e no coração de cada juazeirense, de cada nordestino. Exatamente por isso, ao completar cem anos no próximo dia 22 de julho, nós queremos registrar que aquela cidade é o orgulho de nós cearenses, de nós nordestinos, e é o berço do nosso Padre Cícero.

Portanto, Sr. Presidente, quero dar como lido o nosso pronunciamento, nos termos regimentais, para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, quero começar meu pronunciamento registrando que no próximo dia 22 de julho é uma data muito especial para o povo do Estado do Ceará. É nesta data que celebramos o centenário de emancipação de uma das cidades mais importantes do Nordeste brasileiro, a cidade de Juazeiro do Norte. Será também uma oportunidade única para homenagearmos uma figura histórica das mais importantes para o povo nordestino, o nosso Padre Cícero Romão Batista.

Uma das frases marcantes de Padre Cícero dizia que "em cada sala, um altar; em cada quintal, uma oficina". A simbologia presente no discurso do religioso transmutou–se em cristalina verdade; a fé e o trabalho explicam e justificam a extraordinária trajetória de Juazeiro do Norte! A simples vila de ontem, ao completar cem anos de emancipação político-administrativa, apresenta-se como a maior cidade do interior do Ceará.

A partir da pequenina comunidade de Tabuleiro Grande, surgida em torno da humilde capela, construída por determinação do Padre Pedro Ribeiro de Carvalho, em 1827, uma bela história foi sendo construída. O que marcaria para sempre, todavia, foi a chegada de Padre Cícero à localidade, em 1872. Daí em diante, torna-se simplesmente impossível desvincular a história de Juazeiro do Norte dessa figura histórica, símbolo da fé do povo brasileiro, em especial do nordestino.

Com efeito, o fenômeno que teria se repetido várias vezes, inicialmente verificado em 1889, quando supostamente a hóstia oferecida em comunhão à beata Maria de Araújo se transformou em sangue, marcou indelevelmente a vida da cidade e de seu sacerdote.

Ainda que proibido de exercer as funções religiosas pelas autoridades eclesiásticas, Padre Cícero recebia a visita de milhares de pessoas em busca de sua palavra e de sua bênção. Milhões de romeiros vindos de todo o Nordeste e das mais diversas regiões do País chegam ao Juazeiro para expressar sua mais profunda fé.

O movimento que levou à emancipação de Juazeiro do Norte, oficializada em 22 de julho de 1911, contou com o trabalho de expressivas figuras da sociedade local. Entre esses nomes, podem ser citados José André de Figueiredo, Joaquim e João Bezerra de Menezes, Francisco Nery da Costa Morato, Cincinato Silva e Manoel Vitorino da Silva, aos quais se juntaram Padre Cícero, o médico baiano Floro Bartolomeu da Costa, Padre Joaquim de Alencar Peixoto e o Professor José Teles Marrocos. Instalada oficialmente a 4 de outubro daquele ano, a Vila teve em Padre Cícero seu primeiro prefeito.

Não tenho dúvida, Senhor Presidente, de que Juazeiro do Norte é o exemplo mais que perfeito do processo de acelerado crescimento econômico que tem caracterizado a região Nordeste nos últimos dez anos. Basta lembrar que a renda **per capita** do Município cresceu 64% na última década, que a cidade está entre as três de maior crescimento econômico no Estado – ao lado de Fortaleza e Sobral – e é a que recebe o maior volume de investimentos no interior do Ceará.

A tradição educacional e cultural de Juazeiro do Norte consolida-se a olhos vistos. Afinal, não é comum que uma cidade de 250.000 habitantes, situada a 530 quilômetros da capital, consiga ostentar o número de 53 cursos ministrados por nada mais nada menos que sete instituições de ensino superior! Se considerarmos que essa realidade se integra ao desenvolvimento econômico, fica fácil entender que a cidade, tradicional polo de romarias religiosas, agora também atrai milhares de pessoas em busca de estudo e de trabalho.

Quando falo em tradição cultural e educacional da cidade reporto-me, entre outros, ao fato de que foi em Juazeiro do Norte que surgiu, em 1934, a primeira Escola Normal Rural do Brasil, hoje transformada em Centro Educacional Professor Moreira de Sousa. À rede universitária juntam-se a escola especializada no ensino técnico-tecnológico e as inúmeras instituições de educação básica. Grupos de dança, música e teatro continua a fazer suas apresentações e a exportar talentos, sem falar na exponencial produção literária.

Ainda no campo da cultura, registro que, no último mês de junho, Juazeiro do Norte recebeu, pela primeira vez, um festival de cinema. Realizado há vinte anos em Fortaleza, o Cine Ceará chega ao interior do Estado. Emociono-me ao lembrar que, no reformado anfiteatro do Memorial Padre Cícero, foram exibidos trinta e três filmes, em sessões por demais concorridas, prestigiadas, sobretudo, por jovens estudantes!

A rigor, desde os anos 70, graças à incrível dimensão alcançada pelas romarias, a cidade se acostumou a receber cineastas do Brasil e do exterior. Agora mesmo, Juazeiro serve de cenário para novas produções, como a adaptação para a televisão e para o cinema da obra **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão,** do escritor e jornalista Lira Neto.

Nada disso surpreende, Senhor Presidente. O que todo o povo do Ceará já sabia, a investigação acadêmica veio comprovar. Em 2009, estudo realizado por equipe de pesquisadores de uma das mais importantes universidades brasileiras, a Federal do Rio de Janeiro, constatou ser Juazeiro do Norte a cidade brasileira "com o maior número de pessoas envolvidas em atividades culturais, de cordel a bandas de pífano", como atesta a revista do jornal **O Globo**, na edição do dia 26 de junho.

A mesma publicação lembra, também, que o "Centro Cultural Mestre Noza, por exemplo, é um galpão no centro da cidade que reúne artesãos da velha e nova geração. Nele, produzem e comercializam suas obras, dividindo a matéria-prima e os instrumentos de trabalho".

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Uma das profecias de Padre Cícero que merece ser lembrada nas comemorações do Centenário é a de que Juazeiro cresceria tanto, mas tanto, que um dia a cidade se juntaria às vizinhas Crato e Barbalha. Hoje, o triângulo "Crajubar" – isto é, a junção de Crato, Juazeiro e Barbalha – é realidade tangível, a expressar o dinamismo econômico do Cariri.

Um claro sintoma do progresso vivenciado por Juazeiro do Norte é oferecido pelo aeroporto da cidade. De 2003 para cá, houve o crescimento de 722% na demanda por embarque e desembarque. Naquele ano, o movimento foi de 30 mil passageiros, mas, agora, chega a 250 mil pessoas por ano. É por isso que apoio e defendo agilidade na reforma e ampliação do terminal de Juazeiro do Norte, permitindo uma infraestrutura maior e compatível com o crescimento da cidade e região.

Segundo o professor e economista Micaelson Lacerda, do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri, "nos últimos anos, a cidade se tornou um polo universitário, de construção civil e industrial, mas devemos ao Padre Cícero e ao turismo religioso a visibilidade que a cidade adquiriu, permitindo tudo isso".

Juazeiro do Norte transformou-se em autêntico canteiro de obras. Atualmente a Prefeitura vem construindo novo abrigo para os romeiros. Enquanto o Shopping Juazeiro inicia sua construção, o Shopping Cariri dobra de tamanho. A cidade, que já conta com a presença de agências dos grandes bancos brasileiros, além de concessionárias das montadoras nacionais de automóveis, prepara-se para receber, em breve, o primeiro hipermercado da região.

A inauguração do Hospital Regional do Cariri, obra conjunta dos governos estadual e federal, consolida a posição de Juazeiro do Norte como importante centro regional de saúde e assistência médica.

Importante destacar também a instalação do **Campus** do Cariri da Universidade Federal do Ceará que inclui cursos universitários em Juazeiro do Norte, além de Barbalha e Crato. Esses **campus**, inaugurado em 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe uma grande oportunidade para homens e mulheres da região que buscam mais conhecimento e formação para ingressar no mercado de trabalho.

Fé e trabalho. O sonho profético de Padre Cícero é a mais perfeita realidade. Ao completar seu primeiro centenário, Juazeiro do Norte expressa a força de vontade de sua gente, reflexo da extraordinária capacidade empreendedora que sempre a caracterizou. Hoje sete mil micro e pequenos empresários de Juazeiro do Norte estão no Simples Nacional e mais de 1.200 trabalhadores estão formalizados no Programa do Empreendedor Individual.

Senhor Presidente, pelos caminhos da fé, iluminados pela presença perenizada de Padre Cícero Romão Batista, Juazeiro se fez grande, reinventando-se e acolhendo de braços abertos os milhares de pessoas que, ano após ano, a procuram. Mais que uma simples cidade, Juazeiro transformou-se em símbolo de crença, de esperança e de atitude!

A toda essa gente acolhedora, que trabalha para que Juazeiro do Norte seja cada vez mais uma referência de cidade próspera e desenvolvida, meus mais sinceros cumprimentos. Vida longa a Juazeiro!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador José Pimentel, pelo seu pronunciamento.

V. Exª será atendido, na forma regimental.

Mas, Senador José Pimentel, quero também fazer um registro da Presidência dos trabalhos neste momento. Primeiro, cumprimentando V. Exª. Inspirados no acordo que fizemos com V. Exª quando Ministro da Previdência que fizemos o acordo hoje, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para a situação dos aposentados e pensionistas. Lembro a todos que, no ano passado – e V. Exª colaborou muito, Senador José Pimentel –, fizemos o acordo quanto à política de salário mínimo e o que poderíamos conceder de aumento real para os aposentados. Mediante aquele diálogo, o Presidente Lula inclusive – e V. Exª ajudou muito nas articulações – garantiu os 80% do PIB para os aposentados. E nós conseguimos, hoje à tarde – e eu contei essa história lá –, fazer com que tanto o Presidente daquela comissão, o nobre Senador Vital do Rêgo, que ajudou muito, quanto o Relator Márcio Reinaldo acatassem a seguinte emenda em relação aos interesses dos aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo. Não tratou do salário mínimo, porque já está assegurado na lei que nós aprovamos, que garante a inflação mais o PIB. Ficou a seguinte redação, que foi já apreciada com a minha presença lá naquela comissão:

> Serão assegurados os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicável às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime Geral de Previdência Social [como foi feito ano passado] a ser definida em articulação com as Centrais Sindicais e com os representantes das organizações dos aposentados [e também dos pensionistas].

Quero aqui cumprimentar o Presidente da Comissão Mista de Orçamento pela forma como ajudou e contribuiu para o entendimento, o nosso querido amigo e Senador Vital do Rêgo. Cumprimento também o Relator Márcio Reinaldo.

E quero dizer que lá estavam e ajudaram nas articulações o Senador Walter Pinheiro, o Deputado – também da Comissão Mista – Gilmar Machado, o Líder do Governo no Congresso, o Deputado Senador Mendes Ribeiro. Também estava lá, colaborou, porque tinha uma emenda semelhante a que nós tínhamos apresentado, e concordou com essa redação, que é o Deputado Marçal.

Eu fico aqui fazendo o encerramento dessa comissão. Eu fico registrando o grande entendimento que fizemos. Podia virar um debate interminável sobre se devia ser 100% do PIB, 80% do PIB, quando a LDO demarca – e V. Exª sabe como ninguém, porque já coordenou aquela comissão –, ela dá apenas as diretrizes. E, na verdade, vamos discutir lá no Orçamento, no fim do ano, a redação final daquilo que nós entendemos possível para que os aposentados tenham aumentos reais.

Enfim, agradeço a todos, particularmente a V. Exª, que nos ajudou muito na mediação das negociações ainda quando era ministro. Com isso, nós estamos respaldando, deixamos a janela aberta para um grande entendimento sobre a situação dos aposentados e pensionistas quando formos votar o Orçamento.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 402, DE 2011

Altera dispositivos da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 32A:

> Art. 32A – Na fixação do valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Psicologia, serão observados os seguintes limites:
>
> I – R$ 400,00, para pessoas físicas;

II – R$ 450,00, para pessoas jurídicas.

§ 1º Os valores fixados no artigo anterior poderão ser corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º O Conselho Federal de Psicologia, anualmente elaborará resolução aplicando, se julgar necessária, a correção aos valores de anuidades devidos pelas pessoas físicas e jurídicas nele inscritos e registrados através dos regionais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Como é de amplo conhecimento, a maioria dos os Conselhos de fiscalização de profissões enfrenta uma grave dificuldade de sobrevivência por ordem de um entendimento judicial sobre a necessidade de disposição legal específica fixando os valores das anuidade.

Como a maioria das leis regulamentadoras das profissões, como é o caso dos psicólogos, é anterior a este entendimento e até da própria Constituição Federal, não previu a referida regra específica, obrigando-os a responder inúmeras ações judiciais ajuizadas por seus inscritos, sempre com provimento contrário aos conselhos.

Este quadro, além de ocupar o tempo e as energias do Conselho para manter o meio de sobrevivência, tem gerado diminuição de receitas a ponto de comprometer o funcionamento dos conselhos.

Não por outra razão, o Congresso Nacional aprovou recentemente várias leis específicas para resolver pontualmente os problemas dos conselhos profissionais.

Uma delas é a Lei nº 12.197/2010, a qual regulariza a situação dos profissionais de Educação Física e cujo texto é utilizado integralmente no presente projeto para solucionar o impasse gerado na categoria dos psicólogos.

Por fim, lembro que esta iniciativa, conforme entendimento já consolidado no âmbito desta Casa, bem como na Presidência da República, não se submete à reserva de iniciativa da Presidência da República.

Por estas razões espero o apoio dos ilustres pares para a aprovação com rapidez do presente projeto de lei. – Senadora **Marta Suplicy.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.766, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971.

Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO VII

Da Fiscalizacão Profissional e das Infrações Disciplinares

Art. 32. Os presidentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais têm qualidade para agir, mesmo criminalmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições desta Lei e, em geral, em todos os casos que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de psicólogo.

.....

LEI Nº 12.197, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

Fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2011

Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção e o funcionamento de novas usinas termonucleares em território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica suspensa, pelo prazo de trinta anos, em todo o território nacional, a execução de novos projetos destinados à construção de usinas termonucleares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal estabelece, no seu art. 22, inciso XXVI, que cabe à União legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza. Ademais, o art. 48 da Lei Maior consigna que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Por outro lado, o art. 5º, **caput**, do Estatuto Magno, declara o direito à segurança como direito fundamental dos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Ora, as condições atuais das usinas para geração de energia nuclear, especialmente com centrais nucleares próximas a aglomerações populacionais, não garantem aos cidadãos esse direito. Mais grave ainda, a ameaça atinge não apenas a população atual, mas também as gerações futuras por um longo tempo.

É do conhecimento de todos a dramaticidade provocada por desastres nucleares em larga extensão de terra e por séculos adiante.

Exemplo dessa situação de insegurança foi o acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, que ceifou a vida de pessoas ao longo dos anos e inutilizou os recursos naturais da região, que, até hoje encontra-se isolada, aguardando que a radiação decaia a níveis seguros ao longo de séculos. Todos nós estamos inseguros quanto à conveniência da continuação do uso da energia nuclear. Mais recentemente, embora, até aqui, sem tais conseqüências, foi o desastre ocorrido no Japão. Apesar do imenso custo já percebido, ainda não se sabe as conseqüências para a população japonesa.

Se ainda não se sabe as conseqüências físicas, já se conhece as conseqüências políticas. Cerca de noventa e quatro por cento dos eleitores italianos rejeitaram, em plebiscito, nos dias 12 e 13 de junho, a retomada do programa nuclear naquele país. Na Alemanha, o governo decidiu desativar todas suas usinas nucleares até o ano de 2022.

O Brasil deve seguir na mesma direção. Precisamos fazer uma moratória no uso da energia nuclear. Diferentemente da Alemanha, esta decisão pouco impacto terá na oferta de energia, considerando que temos abundantes recursos energéticos para suprir a Nação. Energia eólica, energia solar e energia de potenciais hidráulicos são, ao mesmo tempo, seguros para a população e renováveis, apesar dos impactos negativos provocados pelas grandes represas.

A proposição que ora submetemos à apreciação dos nossos ilustres pares tem o objetivo de suspender, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional. Esta moratória para a construção de usinas termonucleares visa proteger a população atual, e também as próximas gerações não apenas nacional, mas em escala planetária, dos riscos de acidentes de contaminação radioativa.

Com a adoção da prevenção acautelatória que ora submetemos à apreciação dos nossos ilustres pares, temos a convicção de que estaremos contribuindo para afastar de nosso País o clima de insegurança e de incerteza que paira sobre a energia nuclear em todo o Mundo.

Esta moratória sobre a construção de centrais nucleares não deve, entretanto, restringir as pesquisas científicas no setor. Ao contrário, é importante que novas pesquisas sirvam para definir modelos de construção civil capaz de garantir total segurança nas futuras usinas nucleares. É de esperar que no prazo de trinta anos seja possível dispor de tecnologias que permitam retomar o uso de fontes nucleares que são ameaçadoras em caso de acidente, mas extremamente limpas em condições normais.

No futuro, poderemos voltar à discussão sobre o uso de energia nuclear, mas com a exigência de patamares de segurança ainda não alcançados atualmente.

Considero trinta anos um prazo suficiente para encontrar solução aos problemas de segurança decorrentes da geração e uso de energia nuclear. Se antes disto surgirem alternativas confiáveis esta moratória poderá ser revogada por outra lei.

Em razão do exposto e, tendo em conta a relevância da matéria, solicitamos o apoio das Senhoras e Senhores Senadores para a aprovação do presente projeto de lei. – Senador **Cristovam Buarque.**

LEGISLAÇÃO CITADA

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

CAPÍTULO II

Da União

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

.....

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 853, DE 2011

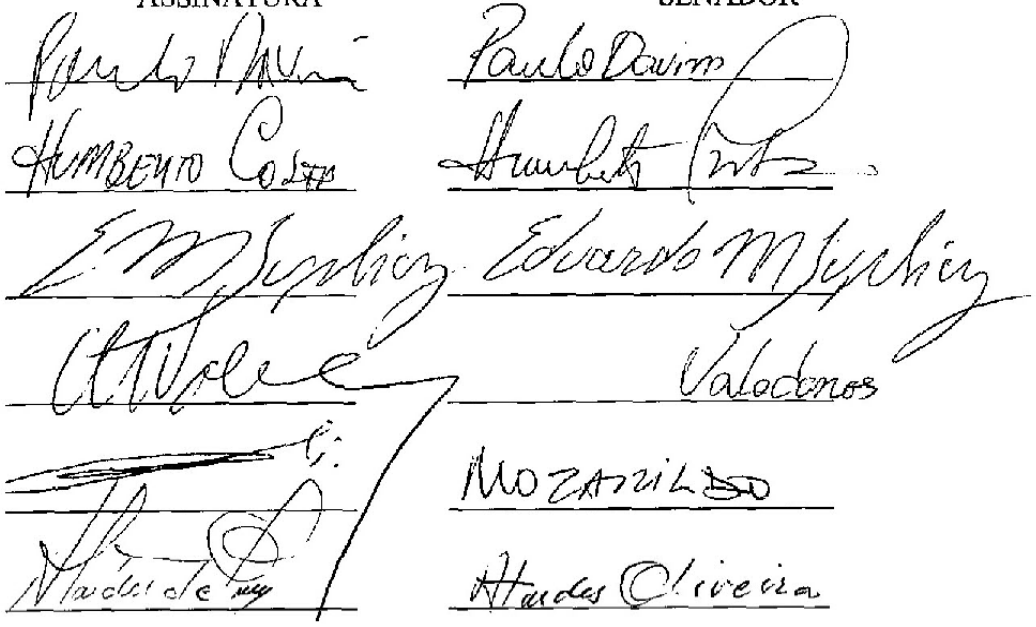
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 12 de setembro do corrente ano, destinada a comemorar o bicentenário de Bagé-RS

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

ASSINATURA SENADOR



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2011

Requeiro a tramitação em separado dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 108, de 2007, e nº 295, de 2008, por tratarem de matérias distintas.

Sala das Sessões, – Senador **Lindbergh Farias.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 855, DE 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Com fundamento no inciso I, do § 1º, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência autorização para desempenhar missão no exterior, como representante da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, entre os dias 17 a 19 de julho do corrente ano, conforme documento anexo, para participar da feira **Africa's Big Seven 2011/ Saitex 2011**, em Joanesburgo, África do Sul.

Em cumprimento ao disposto no inciso I, do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 16 a 25 de julho de 2011.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2011. – Senador **Valdir Raupp.**

Of. nº 231/2011-CRA

Brasília, 12 de Julho de 2011.

Senhor Diretor,

Com referência ao Ofício nº 904/11-DPI/SRI/MAPA, de 11 de julho do corrente, designo o Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) como representante da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal na Missão Comercial a África do Sul, para participar da feira *Africa's Big Seven 2011/Saitex 2011*, que acontecerá no período de 17 a 19 de julho de 2011, em Joanesburgo, África do Sul.

Atenciosamente,

Senador **Acir Gurgacz**
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ilmo. Sr.
Marcelo Junqueira
Diretor do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI/SRI/MAPA
Fone: (61) 3218-2312 / 2425
Fax: (61) 3218-4738

OF.Nº 904/11-DPI/MAPA

Brasília, em 11 de julho de 2011

Ao Senhor
Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal
Fax: 61 3303-1017

Assunto: Feiras *Africa's Big Seven* 2011/Saitex 2011.

Prezado Senhor,

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), realizará Missão Comercial a África do Sul, para participar da feira *Africa's Big Seven 2011/Saitex 2011 – 18th Southern African International Trade Exhibition*, uma das maiores feiras do setor alimentício do continente africano, que acontecerá no período de 17 a 19 de julho de 2011, em Joanesburgo, África do Sul. A feira, realizada anualmente, tem a perspectiva de receber este ano cerca de 650 exibidores de mais de 32 países. Na edição de 2010, 12.803 pessoas, de 42 países visitaram a feira durante seus 3 dias de realização.

O MAPA abriu inscrições para empresas brasileiras do setor de alimentos e bebidas para participar do pavilhão brasileiro, que terá cerca de 180 m², onde as empresas terão à disposição espaço individualizado com estrutura montada e apoio de intérpretes bilíngües.

Pela importância dessa Comissão para a agricultura brasileira estendemos este convite a V.Sª ou a seu representante, para participar conosco deste evento de promoção internacional do agronegócio brasileiro.

Na oportunidade, informo que os custos com passagens aéreas, alimentação e hospedagem são de responsabilidade de cada participante.

Atenciosamente,

Marcelo Junqueira
Diretor

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 856, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Pop Show, pelo transcurso dos cinco anos de sua fundação, que ocorrerá em 29-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Marcos Dytz Piccoli, no seguinte endereço: Rua Severo Ravizzoni, 2.362, Sala 33 – Flores da Cunha – RS – CEP: 95270-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 857, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à TV Pampa, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorrerá em 14-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Paulo Sérgio Pinto, no seguinte endereço: Rua Orfanatrófio, 711 – Porto Alegre – RS – CEP: 90840-440.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 858, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Farroupilha AM, pelo transcurso dos 76 anos de sua fundação, que ocorrerá em 24-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Diego Quevedo, no seguinte endereço: Rua Corrêa Lima, 1960 – Morro Santa Tereza – Porto Alegre – RS – CEP: 90850-250.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 859, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Universidade AM, pelo transcurso dos 44 anos de sua fundação, que ocorrerá em 25-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor José Maria Cunha M. da Cunha, no seguinte endereço: Rua Félix da Cunha, 408 – 3º andar – Pelotas – RS – CEP: 96010-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 860, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Clube Nonoai, pelo transcurso dos 33 anos de sua fundação, que ocorrerá em 17-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Luiz Carlos Santana dos Santos, no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, 373 – Nonoai – RS – CEP: 99600-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 861, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações, à Rádio Unijuí 106,9 FM, pelo transcurso dos 10 anos de sua fundação, que ocorrerá em 20-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Elano Beckmann, no seguinte endereço: Rua do Comércio, 3000 – Bairro Universitário – Ijuí – RS – CEP: 98700-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 862, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Iguatemi FM, pelo transcurso dos 28 anos de sua fundação, que ocorrerá em 25-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Clair Pedrinho Bertoldo, no seguinte endereço: Av. David José Martins, 1.206 – Ijuí – RS – CEP: 98700-000.

Sala das Sessões, de junho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 863, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Metrópole Crissiumal, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorrerá em 27-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Antonio Augusto Borges, no seguinte endereço: Rua Tucunduva, 758 – Crissiumal – RS – CEP: 98640-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 864, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Clube FM, pelo transcurso dos 18 anos de sua fundação, que ocorrerá em 21-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Pedro Dias, no seguinte endereço: Av. Júlio de Castilhos, 232 – Canela – RS – CEP 95680-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 865, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Planalto FM, pelo transcurso dos 29 anos de sua fundação, que ocorrerá em 16-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Daltro José Wesp, no seguinte endereço: Rua Coronel Chicuta, 436 A – 5º andar – Passo Fundo – RS – CEP 99010-051.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 866, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Antena 1 FM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorrerá em 14-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Paulo Roberto Ceccim, no seguinte endereço: Rua Duque de Caxias, 3577 – Santa Maria – RS – CEP: 97060-210.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 867, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Mais Nova FM, pelo transcurso dos 20 anos de sua fundação, que ocorrerá em 16-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Gláucio Zucco, no seguinte endereço: Av. Maurício Cardoso, 697 – Soledade – RS – CEP: 99300-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 868, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Gazeta FM Sobradinho, pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação, que ocorrerá em 15-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada aos Senhores Laerson Rigon e Marcelo Furlan, no seguinte endereço: Praça 3 de Dezembro, 56 – 2º andar – Sobradinho – RS – CEP: 96900-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 869, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Santiago AM, pelo transcurso dos 60 anos de sua fundação, que ocorrerá em 31-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada à Senhora Ieda Pinto, no seguinte endereço: Travessa Jaime Pinto, 136 – Santiago – RS – CEP: 97700-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 870, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Band FM Fronteira FM, pelo transcurso dos 28 anos de sua fundação, que ocorrerá em 30-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Luiz Alberto Alves Pereira, no seguinte endereço: Rua Almirante Barroso, 694 – Santana do Livramento – RS – CEP: 97570-374.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 871, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Província FM, pelo

transcurso dos 22 anos de sua fundação, que ocorrerá em 17-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Jalmo Antônio Fornari, no seguinte endereço: Praça Tenente Bins, 139 – 2º andar – Tenente Portela – RS – CEP: 98500-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 872, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Cerro Azul AM, pelo transcurso dos 54 anos de sua fundação, que ocorrerá em 25-7-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada à Senhora Liane Schneider Flach, no seguinte endereço: Rua Anunciação, 480 – Cerro Largo – RS – CEP: 97900-000.

Sala das Sessões, de julho de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 873, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia para que este encaminhe, dentro do prazo constitucional, as informações abaixo solicitadas:

1 – O Governo Federal solicitou a avaliação técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio antes de se tornar parte do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança? Em qual reunião a CTNBio debateu o tema?

2 – A CTNBio foi ou será consultada, do ponto de vista técnico, a respeito da participação do Brasil no Protocolo Suplementar sobre Responsabilidade e Compensação?

3 – Especificamente para a garantia da biossegurança dos transgênicos no território brasileiro e da conservação e do uso sustentável da nossa diversidade biológica, o texto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança é relevante na avaliação da CTNBio?

4 – Para o Brasil, que é um grande produtor de grãos, qual a avaliação da CTNBio sobre o potencial do Protocolo de Cartagena ou seu Protocolo Suplementar sobre Responsabilidade e Compensação servir de instrumento para proporcionar a criação de emaranhados burocráticos dispendiosos e o estabelecimento de barreiras comerciais aos produtos brasileiros?

Justificação

O artigo 10 da Lei nº 11.105/05 (Lei de Biossegurança) estabelece que a CTNBio, Colegiado que integra o Ministério da Ciência e Tecnologia, prestará apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificado e seus derivados.

O artigo 19 da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, que foi assinada na ECO 92 no Rio de Janeiro, orienta que os participantes da Convenção examinem a necessidade e as modalidades de um protocolo para estabelecer procedimentos adequados a respeito da transferência, manipulação e utilização seguras de todo transgênico que possa ter efeitos negativos para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

Em decorrência dessa orientação, foi elaborado entre 1996 e 1999, o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que foi celebrado em Montreal em 2000. Este Protocolo entrou em vigor no âmbito internacional em 11/09/2003, foi aprovado pelo Congresso Nacional no dia 21/11/2003, recebeu a adesão do Brasil em 24/11/2003, entrou em vigor para o Brasil no dia 22/02/2004 e foi promulgado pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 5.705 em 16/02/2006.

Em outubro de 2010, em reunião realizada em Nagoya no Japão, foi concluída e aprovada a redação do Protocolo Suplementar sobre Responsabilidade e Compensação, que deverá ser aplicado quando ocorrer danos à preservação e ao uso sustentável da diversidade biológica, também levando em consideração os riscos à saúde humana, decorrente do movimento transfronteiriço de transgênicos. Este documento que ficará aberto para assinatura das Partes na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, de 7 de março de 2011 a 6 de março de 2012.

Cabe observar que Estados Unidos da América, Argentina, Canadá e Austrália, que são grandes produtores como o Brasil, não são partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e certamente não farão parte do Protocolo Suplementar sobre Responsabilidade e Compensação.

Acredito que conhecer a opinião técnica da CTNBio, que tem competência legal emitir parecer dessa natureza, seria fundamental para a avaliação a respeito da participação do Brasil no Protocolo Suplementar sobre Responsabilidade e Compensação e sua permanência no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

Sala das Sessões, – Senadora **Kátia Abreu.**

(À mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 874, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que este encaminhe, dentro do prazo constitucional, as informações abaixo solicitadas:

1 – Na hierarquia das normas, de acordo com o entendimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal, e o Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, que dispõe sobre a defesa sanitária animal, estão localizados em qual patamar hierárquico?

Justificação

Atualmente, além da Lei nº 8.171/91 e do Decreto nº 5.741/06, dispõe sobre a defesa sanitária vegetal o Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934 e sobre a defesa sanitária animal o Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934. De conteúdo técnico e administrativo, os decretos de 1934 acima mencionados foram publicados durante a vigência do Governo Provisório (1930-1934). A publicação dos Decretos de 1934 teve como base o Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, especialmente o artigo 1º.

O Decreto nº 19.398/30 foi revogado pelo Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991, conforme disposto no artigo 4º e Anexo IV.

Considerando que o Decreto nº 19.398/30 foi revogado por decreto presidencial, pode-se concluir que os Decretos nº 24.114/34 e 24.548/34, que para muitos operadores do sistema estaria no mesmo patamar hierárquico do decreto-lei e da lei ordinária, encontram-se no mesmo patamar hierárquico dos atuais decretos presidenciais.

Conhecer a opinião da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a respeito desse tema é de fundamental relevância para compreender adequadamente a força dos dispositivos que regulamentam a área de defesa sanitária no Brasil.

Sala das Sessões, – Senadora **Kátia Abreu.**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 875, DE 2011

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pela morte do Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida, aos 84 anos, ocorrido quinta-feira, dia 7 de julho de 2011, no Piauí.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Piauí e, por seu intermédio, à Dona Maria Zoraide Ribeiro de Souza Almeida, esposa do Desembargador e seus filhos: Solange Ribeiro de Sousa Almeida, Mauro Antônio Ribeiro de Sousa Almeida, Marcos Antônio Ribeiro de Sousa Almeida e aos demais familiares.

Justificação

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um pleito de saudade ao Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida.

O Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida era um dos desembargadores mais conhecidos do Estado. Nascido em Palmeirais, onde foi Prefeito Municipal, com a carreira extremamente exitosa na Justiça de 1º Grau, que culminou com o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí. Na magistratura de 2º Grau, o Desembargador ocupou o cargo de Vice-Presidente/Corregedor Regional Eleitoral, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Corregedor-Geral da Justiça e Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, onde atuou até sua aposentadoria em março de 1997. Foi, também, Presidente da Associação dos Magistrados Piauienses – AMAPI, era também, o patrono do Fórum da Comarca de Palmeirais.

A sociedade piauiense perde não só um dos magistrados mais brilhantes, como também, um homem e cidadão respeitado, um pai de família zeloso e esposo dedicado, exemplo para todos que tiveram oportunidade de privarem de sua amizade.

Por estas razões, o Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida é merecedor da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 12 de julho de 2011. – Senador **João Vicente Claudino** (PTB/PI) – Senador **Wellington Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República as **Mensagens nºs 64 e 65, de 2011-CN** (nºs 252 e 253, de 2011, na origem), encaminhando, respectivamente, os **Projetos de Lei nºs 17 e 18, de 2011-CN.**

São os seguintes os projetos:

PROJETO DE LEI
Nº 17, DE 2011-CN
MESAGEM Nº 64, DE 2011-CN
(nº 252/2011, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, no valor de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 80.673.479,00 (oitenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30109 - Defensoria Pública da União - DPU

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0699	Assistência Jurídica Integral e Gratuita							880.000
		ATIVIDADES							
03 422	0699 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão							880.000
03 422	0699 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional							880.000
			F	3	1	90	0	100	880.000
TOTAL - FISCAL									880.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									880.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0661	Aprimoramento da Execução Penal								8.675.000
			ATIVIDADES							
14 421	0661 8130	Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal								1.150.000
14 421	0661 8130 0001	Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal - Nacional								1.150.000
			F	3	2	90	0	282		1.150.000
14 422	0661 8913	Apoio à Implantação e Reaparelhamento de Ouvidorias								175.000
14 422	0661 8913 0001	Apoio à Implantação e Reaparelhamento de Ouvidorias - Nacional								175.000
			F	3	2	90	0	118		100.000
			F	3	2	90	0	180		75.000
14 421	0661 8916	Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais								1.900.000
14 421	0661 8916 0001	Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais - Nacional								1.900.000

			F	4	2	90	0	180	1.900.000
		PROJETOS							
14 183	0661 3908	Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional							5.450.000
14 183	0661 3908 0001	Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional - Nacional							5.450.000
			F	4	2	90	0	180	3.700.000
			F	4	2	90	0	282	1.750.000
TOTAL – FISCAL									8.675.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.675.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0662	Prevenção e Repressão à Criminalidade							70.000.000
		ATIVIDADES							
06 181	0662 2586	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional							70.000.000
06 181	0662 2586 0001	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional - Nacional							70.000.000
			F	3	2	90	0	174	60.000.000
			F	4	2	90	0	174	10.000.000
TOTAL – FISCAL									70.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR

			SF	ND	P	OD	U	TE	
	1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP							19.463.426
		ATIVIDADES							
06 183	1127 2C56	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede INFOSEG							5.963.426
06 183	1127 2C56 0001	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede INFOSEG - Nacional							5.963.426
			F	3	2	90	0	100	5.289.147
			F	4	2	90	0	100	674.279
06 181	1127 8124	Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade							8.000.000
06 181	1127 8124 0001	Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade - Nacional							8.000.000
			F	4	2	40	0	100	8.000.000
06 181	1127 8988	Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública							5.500.000
06 181	1127 8988 0001	Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública - Nacional							5.500.000
			F	4	2	30	0	100	5.500.000
TOTAL – FISCAL									19.463.426
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.463.426

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0665	Gestão da Política Nacional Sobre Drogas							3.480.053
		ATIVIDADES							
14 422	0665 8236	Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas							3.480.053
14 422	0665 8236 0001	Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Nacional							3.480.053
			F	3	2	90	0	100	2.980.053
			F	4	2	90	0	100	500.000
TOTAL – FISCAL									3.480.053
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.480.053

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0643	Calha Norte							2.600.000
		PROJETOS							
05 244	0643 1211	Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte							2.600.000
05 244	0643 1211 0786	Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - Alto Alegre - RR							2.600.000
			F	4	2	40	0	100	2.600.000
TOTAL – FISCAL									2.600.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.600.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0628	Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro							45.000.000
		PROJETOS							
05 153	0628 11UB	Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto							45.000.000
05 153	0628 11UB 0101	Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto - Em Brasília - DF							45.000.000
			F	4	2	90	0	100	45.000.000
TOTAL - FISCAL									45.000.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0750	Apoio Administrativo							575.000
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	Administração da Unidade							575.000
05 122	0750 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							575.000
			F	3	2	90	0	280	575.000
TOTAL – FISCAL									575.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									575.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30109 - Defensoria Pública da União - DPU

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0699	Assistência Jurídica Integral e Gratuita							880.000
		ATIVIDADES							
03 128	0699 2646	Capacitação e Especialização de Defensores e Servidores da Defensoria Pública da União							880.000
03 128	0699 2646 0001	Capacitação e Especialização de Defensores e Servidores da Defensoria Pública da União - Nacional							880.000
			F	3	2	90	0	100	880.000
TOTAL – FISCAL									880.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									880.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0661	Aprimoramento da Execução Penal							8.675.000
		ATIVIDADES							
14 421	0661 2314	Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso							250.000
14 421	0661 2314 0001	Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso - Nacional							250.000
			F	3	2	90	0	282	250.000
14 422	0661 8913	Apoio à Implantação e Reaparelhamento de Ouvidorias							175.000
14 422	0661 8913 0001	Apoio à Implantação e Reaparelhamento de Ouvidorias - Nacional							175.000
			F	4	2	90	0	118	100.000
			F	4	2	90	0	180	75.000
		PROJETOS							
14 421	0661 10M1	Construção da Quinta Penitenciária Federal							4.550.000
14 421	0661 10M1 0101	Construção da Quinta Penitenciária Federal - Em Brasília - DF							4.550.000
			F	4	2	90	0	180	1.900.000
			F	4	2	90	0	282	2.650.000
14 183	0661 3908	Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional							3.700.000
14 183	0661 3908 0001	Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional - Nacional							3.700.000
			F	3	2	90	0	180	3.700.000
TOTAL – FISCAL									8.675.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.675.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR

			SF	ND	P	OD	U	TE	
	1127	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP							19.463.426
		ATIVIDADES							
06 181	1127 8545	Apoio à Operações Policiais Qualificadas e Integradas							756.000
06 181	1127 8545 0001	Apoio à Operações Policiais Qualificadas e Integradas - Nacional							756.000
			F	3	2	90	0	100	756.000
06 181	1127 8987	Apoio à Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública							13.500.000
06 181	1127 8987 0001	Apoio à Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública - Nacional							13.500.000
			F	3	2	80	0	100	13.500.000
06 181	1127 8992	Apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública							5.207.426
06 181	1127 8992 0001	Apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública - Nacional							5.207.426
			F	3	2	30	0	100	2.055.000
			F	4	2	30	0	100	3.152.426
TOTAL – FISCAL									19.463.426
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.463.426

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0138	Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas							3.480.053
		ATIVIDADES							
21 127	0138 2110	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos							1.027.000
21 127	0138 2110 0001	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos - Nacional							1.027.000
		Imóvel regularizado (unidade): 1.688	F	3	2	90	0	100	1.027.000
21 122	0138 2272	Gestão e Administração do Programa							500.000
21 122	0138 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
21 127	0138 8380	Retomada de Terras Públicas							1.953.053
21 127	0138 8380 0001	Retomada de Terras Públicas - Nacional							1.953.053
		Área com processo impetrado (ha): 62.497	F	3	2	90	0	100	1.953.053

TOTAL – FISCAL	3.480.053
TOTAL – SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	3.480.053

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0643	Calha Norte							2.600.000
		PROJETOS							
05 244	0643 1211	Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte							2.600.000
05 244	0643 1211 0786	Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - Alto Alegre - RR							2.600.000
			F	3	2	40	0	100	2.600.000
TOTAL – FISCAL									2.600.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.600.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							45.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	Reserva de Contingência							45.000.000
99 999	0999 0998 0200	Reserva de Contingência - Reserva para Cobertura de Riscos Orçamentários							45.000.000
			F	9	2	99	0	100	45.000.000

TOTAL – FISCAL	45.000.000
TOTAL – SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	45.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0750	Apoio Administrativo							575.000
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	Administração da Unidade							575.000
05 122	0750 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							575.000
			F	4	2	90	0	280	575.000
TOTAL – FISCAL									575.000
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									575.000

EM nº 00115/2011/MP

Brasília, 13 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, no valor global de R$ 150.673.479,00 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), conforme discriminado a seguir:

R$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	**102.498.479**	**29.018.426**
- Defensoria Pública da União - DPU	880.000	880.000
- Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	8.675.000	8.675.000
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	70.000.000	0
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	19.463.426	19.463.426
- Fundo Nacional Antidrogas	3.480.053	
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	**0**	**3.480.053**
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	0	3.480.053
MINISTÉRIO DA DEFESA	**48.175.000**	**48.175.000**
- Ministério da Defesa (Administração direta)	2.600.000	2.600.000

- Comando do Exército	45.000.000	45.000.000
- Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	575.000	575.000
Excesso de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	70.000.000
Total	**150.673.479**	**150.673.479**

2. No Ministério da Justiça, o crédito viabilizará a manutenção de unidades da Defensoria Pública da União - DPU, as regionais existentes e as novas que serão implantadas no decorrer de 2011; o desenvolvimento do projeto "Hospitais de Custódia e Tratamento: Um Estudo Censitário", que envolve 23 unidades de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico para tratamento dos detentos e duas alas psiquiátricas que funcionam em presídios comuns; o apoio à criação de ouvidorias estaduais autônomas, a aquisição de 126 veículos (veículos-cela, ambulâncias e carros-cela) e de materiais diversos destinados aos sistemas prisionais estaduais; e a modernização do Sistema Nacional de Informação Penitenciária - INFOPEN, com vistas à correção de problemas detectados em sua plataforma de sustentabilidade, no âmbito do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN; e o atendimento às demandas dos sistemas de controle migratório e de emissão de cadernetas de passaportes, envolvendo a renovação contratual com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, a renovação de licenças e o aditivo contratual com a Casa da Moeda do Brasil, com recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL.

3. Ainda em relação ao Ministério da Justiça, a proposição permitirá o aperfeiçoamento da segurança da informação do sítio eletrônico da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede Infoseg, a criação de novos projetos na área de prevenção de homicídios, o fortalecimento das atividades preventivas nos Municípios localizados na região de fronteira e da gestão municipal por meio de gabinetes de gestão integrada municipal e o reaparelhamento das instituições de segurança pública dos entes federados, no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP; e o cumprimento do Termo de Cooperação celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, por meio do qual os imóveis rurais destinados por sentença judicial transitada em julgado ao Fundo Nacional Antidrogas são transferidos ao INCRA para incorporação ao Programa Nacional de Reforma Agrária mediante compensação por recursos advindos do seu orçamento. Na SENAD, esses recursos serão aplicados no desenvolvimento de ações nas áreas de prevenção, tratamento, reinserção social de usuários de drogas e suas famílias.

4. No Ministério da Defesa, a suplementação proposta dará condições à implantação de infraestrutura básica na região do Calha Norte, no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima, no âmbito da Administração direta; e à continuidade da segunda fase do empreendimento Jardim do Bosque, envolvendo a preservação da área ocupada pela vila residencial militar, na cidade do Rio de Janeiro, a cargo da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica. Possibilitará, ainda, a retomada das obras do Comando Militar do Planalto e de outras unidades do Exército, por meio de nova licitação, para que sejam concluídas até o final de 2012, e, assim, permitir a transferência do Comando do Exército, situado na Esplanada dos Ministérios (um prédio e dois anexos), para o novo prédio do Setor Militar Urbano. Essa transferência permitirá, em 2013, a alocação de outros órgãos públicos nos prédios desocupados.

5. A abertura do presente crédito decorre de solicitação formalizada pelos Ministérios envolvidos e viabilizar-se-á à conta de excesso de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Segundo informações dos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e da Defesa, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução das programações objetos de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício. No caso do Ministério da Defesa, cabe informar que a troca de grupo de natureza de despesa referente à ação "Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte - Alto Alegre - RR", objeto de emenda parlamentar, conta com a anuência de seu autor, nos termos do Ofício nº 006/GAB535, de 15 de fevereiro de 2011.

7. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 - LDO-2011, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) suplementam despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

b) R$ 80.673.479,00 (oitenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada; e

c) as despesas serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1 de março de 2011, conforme dispõe o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

8. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no § 9º do art. 56 da LDO-2011, o excesso de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia utilizado parcialmente neste crédito.

9. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010)

Unidade: 30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL

Fonte 74: Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia **R$ 1,00**

NATUREZA		2011 LEI (A)	2011 REESTIMATIVA (B)	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	382.550.830	466.898.975	84.348.145
19190000	Multas de Outras Origens	11.072.508	7.187.249	-3.885.259
71210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Op. Intra	0	7.560	7.560
	Total	**393.623.338**	**474.093.784**	**80.470.446**
(D)	**Créditos Extraordinários**			**0**
	Abertos			**0**
	Em tramitação			**0**
	Valor deste crédito			**0**
(E)	**Créditos Suplementares e Especiais**			**70.000.000**
	Abertos			**0**
	Em tramitação			**0**
	Valor deste crédito			**70.000.000**
(F)	**Outras modificações orçamentárias efetivadas**			**0**
(G)	**Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)**			**10.470.446**

Mensagem nº 252

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 150.673.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 8 de julho de 2011.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

.....

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 9o Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2011, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9o, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

.....

§ 12. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2o Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1o deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I deste Decreto.

.....

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		Demais (*)		Obrigatórias		Total	
		Lei (a)	Disponível (b)	Lei (c)	Disponível (d)	Lei (e) = (a+c)	Disponível (f) = (b+d)
20000	Presidência da República	3.226.030	2.544.314	63.671	63.671	3.289.702	2.607.985
20102	Vice-Presidência da República	3.500	3.223	133	133	3.633	3.356
20114	Advocacia-Geral da União	269.083	228.000	36.037	36.037	305.120	264.037
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.666.865	1.198.713	202.703	202.703	2.869.568	1.401.416
24000	Ministério da Ciência e Tecnologia	5.675.484	4.721.885	85.320	85.320	5.760.804	4.807.205
25000	Ministério da Fazenda	3.443.252	2.640.000	303.152	303.152	3.746.404	2.943.152
26000	Ministério da Educação	21.299.484	18.197.590	6.727.416	6.727.416	28.026.900	24.925.007
28000	Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	827.891	622.493	20.528	20.528	848.419	643.021
30000	Ministério da Justiça	4.500.667	2.974.300	259.467	259.467	4.760.134	3.233.767
32000	Ministério de Minas e Energia	938.702	701.831	40.105	40.105	978.807	741.936
33000	Ministério da Previdência Social	1.855.286	1.500.000	310.667	310.667	2.165.953	1.810.667
35000	Ministério das Relações Exteriores	1.151.332	876.000	62.220	62.220	1.213.553	938.220
36000	Ministério da Saúde	12.782.795	12.204.092	50.327.800	50.327.800	63.110.595	62.531.892
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	1.395.860	900.000	60.414	60.414	1.456.274	960.414
39000	Ministério dos Transportes	18.209.860	15.816.414	201.776	201.776	18.411.636	16.018.190
41000	Ministério das Comunicações	1.028.203	425.000	26.915	26.915	1.055.119	451.915
42000	Ministério da Cultura	1.307.376	778.006	28.663	28.663	1.336.039	806.669
44000	Ministério do Meio Ambiente	1.031.882	633.727	46.607	46.607	1.078.490	680.335
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	962.924	775.550	305.642	305.642	1.268.566	1.081.192
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.087.777	2.158.402	180.606	180.606	3.268.382	2.339.008
51000	Ministério do Esporte	2.371.508	850.000	3.222	3.222	2.374.731	853.222
52000	Ministério da Defesa	13.113.315	8.730.163	2.161.764	2.161.764	15.275.079	10.891.927
53000	Ministério da Integração Nacional	4.610.180	2.793.271	38.338	38.338	4.648.518	2.831.609
54000	Ministério do Turismo	3.652.438	570.000	3.415	3.415	3.655.853	573.415
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.051.907	4.029.056	13.713.154	13.713.154	17.765.060	17.742.209
56000	Ministério das Cidades	21.076.261	12.498.812	43.751	43.751	21.120.012	12.542.562
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	524.837	214.000	1.991	1.991	526.828	215.991
71000	Encargos Financeiros da União	1.360.426	672.511	0	0	1.360.426	672.511
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	8.000	87.343	87.343	128.693	95.343
74902	Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIEES-MEC	141.423	141.423	0	0	141.423	141.423
74903	Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	0	0	60	60
74912	Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	800	800	0	0	800	800
	TOTAL	136.608.759	100.407.638	75.342.822	75.342.822	211.951.582	175.750.460

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

PROJETO DE LEI
Nº 18, DE 2011-CN
MESAGEM Nº 65, DE 2011-CN
(nº 253/2011, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 2.816.660,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 2.816.660,00 (dois milhões, oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Órgão: 71000 - Encargos Financeiros da União
Unidade: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I ***Crédito Especial***

PROGRAMA DE TRABALHO **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais**							**2.816.660**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 212	**0910 00GQ**	**Contribuição ao Centro Internacional de Ligação das Escolas de Cinema e Televisão – CILECT (MEC)**							**7.612**
28 212	0910 00GQ 0001	Contribuição ao Centro Internacional de Ligação das Escolas de Cinema e Televisão – CILECT (MEC) - Nacional							7.612
			F	3	2	80	0	100	7.612
28 212	**0910 00GR**	**Contribuição ao Consórcio para a Colaboração da Educação Superior da América do Norte - CONAHEC (MEC)**							**3.560**
28 212	0910 00GR 0001	Contribuição ao Consórcio para a Colaboração da Educação Superior da América do Norte - CONAHEC (MEC) - Nacional							3.560
			F	3	2	80	0	100	3.560
28 212	**0910 00GS**	**Contribuição Voluntária à Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico – ICCAT (PR)**							**141.836**
28 212	0910 00GS 0001	Contribuição Voluntária à Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico – ICCAT (PR) - Nacional							141.836
			F	3	2	80	0	100	141.836
28 212	**0910 00GT**	**Contribuição ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul – Parlamento do Mercosul (MRE)**							**2.663.652**
28 212	0910 00GT 0001	Contribuição ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul – Parlamento do Mercosul (MRE) - Nacional							2.663.652
			F	3	2	80	0	100	2.663.652
TOTAL – FISCAL									**2.816.660**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.816.660**

Órgão: 71000 - Encargos Financeiros da União
Unidade: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II **Crédito Especial**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais**							**2.816.660**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**0910 00HY**	**Contribuição Voluntária ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - Focem Voluntária (MRE)**							**2.816.660**
28 845	0910 00HY 0001	Contribuição Voluntária ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - Focem Voluntária (MRE) - Nacional							2.816.660
			F	3	2	80	0	100	2.816.660
TOTAL – FISCAL									**2.816.660**
TOTAL – SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.816.660**

EM nº 00097/2011/MP

Brasília, 2 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito especial no valor de R$ 2.816.660,00 (dois milhões, oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta reais), em favor de Encargos Financeiros da União.

2. O atendimento do pleito possibilitará a inclusão de categorias de programações na Lei Orçamentária Anual para viabilizar a participação do Brasil, mediante pagamento de contribuições regulares e voluntárias, em diversos organismos internacionais, não previstas quando da elaboração da Proposta Orçamentária para 2011.

3. O pleito em questão viabilizar-se-á mediante anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 - LDO-2011, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

5. Cumpre informar que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelo órgão envolvido, segundo o qual a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Finalmente, informa-se que as programações de contribuições a organismos internacionais, objeto do presente crédito, estão inseridas em programa destinado exclusivamente a operações especiais, não integrando, portanto, o Plano Plurianual 2008-2011, de acordo com o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

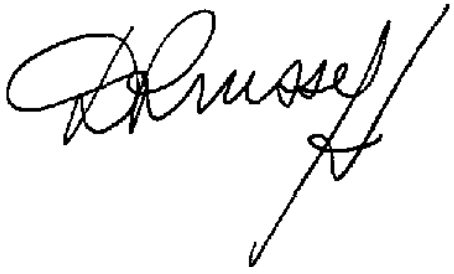
Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

Mensagem nº 253

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 2.816.660,00, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de julho de 2011.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

.....

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

.....

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, em cumprimento ao disposto no § 1o do art. 165 da Constituição Federal.

.....

2º Não integram o Plano Plurianual os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 12. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1o deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I deste Decreto.

.....

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		Demais (*)		Obrigatórias		Total	
		Lei (a)	Disponível (b)	Lei (c)	Disponível (d)	Lei (e)=(a-c)	Disponível (f)=(b+d)
20000	Presidência da República	3.226.030	2.544.314	63.671	63.671	3.289.702	2.607.985
20102	Vice-Presidência da República	3.500	3.223	133	133	3.633	3.356
20114	Advocacia-Geral da União	269.083	228.000	36.037	36.037	305.120	264.037
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.666.865	1.198.713	202.703	202.703	2.869.568	1.401.416
24000	Ministério da Ciência e Tecnologia	5.675.484	4.721.885	85.320	85.320	5.760.804	4.807.205
25000	Ministério da Fazenda	3.443.252	2.640.000	303.152	303.152	3.746.404	2.943.152
26000	Ministério da Educação	21.299.484	18.197.590	6.727.416	6.727.416	28.026.900	24.925.007
28000	Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	827.891	622.493	20.528	20.528	848.419	643.021
30000	Ministério da Justiça	4.500.667	2.974.300	259.467	259.467	4.760.134	3.233.767
32000	Ministério de Minas e Energia	938.702	701.831	40.105	40.105	978.807	741.936
33000	Ministério da Previdência Social	1.855.286	1.500.000	310.667	310.667	2.165.953	1.810.667
35000	Ministério das Relações Exteriores	1.151.332	876.000	62.220	62.220	1.213.553	938.220
36000	Ministério da Saúde	12.782.795	12.204.092	50.327.800	50.327.800	63.110.595	62.531.892
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	1.395.860	900.000	60.414	60.414	1.456.274	960.414
39000	Ministério dos Transportes	18.209.860	15.816.414	201.776	201.776	18.411.636	16.018.190
41000	Ministério das Comunicações	1.028.203	425.000	26.915	26.915	1.055.119	451.915
42000	Ministério da Cultura	1.307.376	778.006	28.663	28.663	1.336.039	806.669
44000	Ministério do Meio Ambiente	1.031.882	633.727	46.607	46.607	1.078.490	680.335
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	962.924	776.550	305.642	305.642	1.268.566	1.081.192
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.087.777	2.158.402	180.606	180.606	3.268.382	2.339.008
51000	Ministério do Esporte	2.371.508	850.000	3.222	3.222	2.374.731	853.222
52000	Ministério da Defesa	13.113.315	8.730.163	2.161.764	2.161.764	15.275.079	10.891.927
53000	Ministério da Integração Nacional	4.610.180	2.793.271	38.338	38.338	4.648.518	2.831.609
54000	Ministério do Turismo	3.652.438	570.000	3.415	3.415	3.655.853	573.415
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.051.907	4.029.056	13.713.154	13.713.154	17.765.060	17.742.209
56000	Ministério das Cidades	21.076.261	12.498.812	43.751	43.751	21.120.012	12.542.562
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	524.837	214.000	1.991	1.991	526.828	215.991
71000	Encargos Financeiros da União	1.360.426	672.511	0	0	1.360.426	672.511
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	8.000	87.343	87.343	128.693	95.343
74902	Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIES-MEC	141.423	141.423	0	0	141.423	141.423
74903	Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	0	0	60	60
74912	Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	800	800	0	0	800	800
	TOTAL	136.608.759	100.407.638	75.342.822	75.342.822	211.951.582	175.750.460

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Projetos de Lei nºs 17 e 18, de 2011-CN, vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 12-7-2011

até 17/7 – prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 7/8 – prazo para apresentação de emendas;

até 12/8 – prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas;e

até 27/8 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

As matérias serão publicadas em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 13 de julho do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o **Ofício nº 145, de 2011**, encaminhando o Ato nº 5, de 2011–CRE, que vai à publicação.

São os seguintes ofício e ato:

Of. n° 145/2011 – CRE/PRES

Brasília, 7 de julho de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 7 de julho do ano em curso, o Ato n° 5, de 2011-CRE, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 3° do Ato n° 2, de 2011 – CRE, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e altera o art. 2° do Ato n° 4, de 2011 – CRE, que disciplina o rito para exame, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior".

Assim sendo, encaminho a Vossa Excelência para conhecimento desta Casa Legislativa e posterior publicação no **Diário do Senado Federal**, do Ato n° 5, de 2011-CRE, conforme preceitua o art. 412, inciso XII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, com o apreço do Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ATO N° 5, DE 2011- CRE

Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Ato n° 2, de 2011 – CRE, que disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e altera o art. 2º do Ato n° 4, de 2011 – CRE, que disciplina o rito para exame, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos pedidos para representação da Casa ou para missão no exterior.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional resolve:

Art. 1° O art. 3º do Ato n° 2, de 2011 – CRE, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

Parágrafo único. Poderão constar da pauta os requerimentos ou propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior recebidos na Secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião." (NR)

Art. 2° O art. 2° do Ato n°4, de 2011 – CRE, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° O requerimento ou proposta para representar o Senado ou para exercer missão no exterior que for despachado à CRE, após leitura no Plenário da Casa, terá relator designado pelo Presidente da Comissão.

§ 1º O requerimento ou proposta que chegar à Secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião poderá ser incluído na pauta do dia seguinte.

§ 2° Lido o relatório, será ele discutido e votado somente com a presença do interessado ou do líder do bloco parlamentar ou do partido a que pertença, observando-se o disposto no. art.132 do Regimento Interno.

§ 3º A decisão da CRE será comunicada à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento à tramitação." (NR)

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de junho de 2011. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 683, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2011 (nº 7.573/2010, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências.

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

RELATOR "AD HOC": Senador **RENAN CALHEIROS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei sob exame, oriundo do Tribunal Superior do Trabalho, tem por objetivo criar, na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, duas Varas do Trabalho, sendo a primeira na cidade de Navegantes e a segunda na cidade de São Bento do Sul (art. 1º).

De acordo com o art. 2º, as referidas Varas serão implantadas pelo Tribunal na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, atendendo-se ao disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

O art. 3º cria cargos de Juiz e cargos de provimento efetivo constantes dos Anexos I e II da Lei que se quer aprovar. Dessa forma, pelo Anexo I ficam criados quatro cargos de Juiz do Trabalho, sendo dois deles na condição de Juízes Substituto, e o Anexo II cria vinte e sete cargos de Analista Judiciário, três de Analista na Área Judiciária, na Especialidade Execução de Mandados, e doze de Técnico Judiciário, totalizando assim quarenta e dois cargos.

Pelo art. 4º, os recursos financeiros decorrentes da execução do disposto no projeto *correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região no Orçamento Geral da União.*

O art. 5º dispõe que a criação dos mencionados cargos condiciona-se a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro

provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da CF, e seu parágrafo único determina que *se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.*

A justificação do Projeto, após informar que a iniciativa foi examinada e aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça, argumenta que a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, impôs aumento de demanda para a Justiça Trabalhista e garantia de uma duração razoável do processo. Defende, também, que o projeto resultará no equacionamento dos serviços judiciários necessitados de especialização voltada para a atividade fim do órgão, considerada a finalidade primordial dos Tribunais Regionais do Trabalho.

O projeto veio a esta Casa acompanhado do Parecer do Conselho Nacional de Justiça, pronunciando-se favoravelmente à matéria, começando por ponderar que as varas do trabalho de São Bento do Sul detêm competência sobre os municípios catarinenses de Campo Alegre e Rio Negrinho, e a jurisdição da vara de trabalho de Navegantes abrange cerca de cinco municípios. Nos estritos termos do art. 1º da Lei nº 6.947 de 1981 e da Resolução nº 63/10 CSJT, encontra-se preenchido o critério legal para a criação de outra vara do trabalho.

O Parecer do Conselho assevera, ainda, que o número de servidores proposto de início não encontra fundamento na real necessidade verificada atualmente. Seguindo o parecer do Conselho Técnico da entidade, e acolhendo proposta do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, propõe-se aqui a criação das duas varas, de dois cargos de Juiz Titular do Trabalho, de dois cargos de Juiz Substituto do Trabalho, de vinte e sete cargos de Analista Judiciário, de 3 cargos na área judiciária, especialista em execução de mandados, e de doze cargos de Técnico Judiciário.

Na Câmara dos Deputados, a medida foi aprovada com uma emenda pela Comissão de Finanças e Tributação, que opinou pela sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária. Foi analisada e aprovada, também, na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II – ANÁLISE

O projeto encontra pleno amparo nos princípios constitucionais e jurídicos, adequando-se a todos os dispositivos da Lei Maior relativos à estrutura do Poder Judiciário, em especial ao seu art. 96, que, no inciso II, estabelece que compete privativamente ao Tribunal Superior do Trabalho propor ao Poder Legislativo, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a alteração da organização e da divisão judiciárias da Justiça do Trabalho.

Assim, não apresenta vício de inconstitucionalidade formal e nem material, além de se mostrar altamente meritório no seu intento de dotar a Justiça do Trabalho de quadro mais completo, no sentido de proporcionar aos cidadãos a consecução de uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

O grande aumento da demanda trabalhista, verificado nos últimos anos, torna imprescindível a adoção de medidas para equipar a Justiça do Trabalho de juízes e servidores em número suficiente para o ideal cumprimento de sua missão. Ademais, a despesa relativa à criação das Varas do Trabalho e dos cargos de Juiz objeto do Projeto sob estudo encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 12.381 de 2011, no seu Anexo V (2.6.10)).

Cremos, portanto, que o projeto sob análise merece nossa acolhida, pelo seu grande valor e alcance e pela sua total compatibilidade com as normas constitucionais e jurídicas.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2011.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2011

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 26 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 07 / 2011 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Ilmo. Senador Renan Calheiros	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

~~b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;~~

~~b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 6.947, DE 17 DE SETEMBRO DE 1981.

Estabelece Normas para Criação e Funcionamento de Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras Providências.

Art. 1º - A criação de Junta de Conciliação e Julgamento está condicionada à existência, na base territorial prevista para sua jurisdição, de mais de 24.000 (vinte e quatro mil) empregados ou ao ajuizamento, de média igual ou superior, no último triênio, de pelo menos 240 (duzentas e quarenta) reclamações anuais.

Parágrafo único. Nas áreas de jurisdição de Juntas, só serão criadas novas unidades quando a freqüência de reclamações, em cada órgão já existente, exceder, seguidamente, a 1.500 (mil e quinhentas) reclamações por ano.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Mensagem de veto

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

PARECER Nº 684, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011 (nº 7.575/2010, na origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.

RELATOR: Senador **RENAN CALHEIROS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2011, (nº 7.575, de 2010, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem o objetivo de criar novas Varas do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 19ª Região, que tem jurisdição sobre o território do Estado de Alagoas.

O projeto pretende criar duas novas Varas do Trabalho, com sedes nas cidades de São Miguel dos Campos e União dos Palmares. A proposição acresce ao quadro do Tribunal dois cargos de Juiz do Trabalho e um cargo de Juiz do Trabalho Substituto, para atender as novas varas. O quadro de pessoal do Tribunal também é alterado, com a criação de 35 (trinta e cinco) cargos de servidores efetivos, sendo dezesseis deles de Analista Judiciário, quatro de Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandatos e quinze de Técnico Judiciário, além de dois cargos em comissão, de Diretor de Secretaria, símbolo CJ-03.

O aumento da movimentação processual no Estado de Alagoas é apontado como justificativa para a proposta de instalação das novas Varas e de criação dos cargos de juiz e de servidores correspondentes. De acordo com a justificativa, a demanda processual nas novas jurisdições superou dois mil processos por ano, ultrapassando o parâmetro para criação de novas Varas do Trabalho, de mil e quinhentos processos por ano, fixado nos termos da Lei nº 6.947, de 1981 e da Resolução nº 63, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Adicionalmente, argumenta-se que a medida não implicará custos adicionais relativos a estrutura física.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para avaliar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. No caso em exame, cumpre observar o art. 101, II, *p*, do RISF, que demanda pronunciamento sobre o mérito da proposição, visto tratar-se de matéria referida no art. 96, II, da Constituição Federal.

O dispositivo constitucional em tela confere aos Tribunais Superiores competência privativa para dar início ao processo legislativo das proposições que alterem sua organização e divisão judiciárias, ou ainda, que disponham sobre a criação de cargos dos juízos que lhes forem vinculados. A referida norma de limitação de competência legislativa foi observada no PLC nº 37, de 2011, posto que sua apresentação foi iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.

O projeto é constitucional. Observa-se, nele, a exigência do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, que condiciona a criação de cargos públicos à existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, e também de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. Exame do Anexo V da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) revela, em seu item 2.6.12, indicação de dotação orçamentária para atender as despesas decorrentes do projeto em exame. Por seu turno, o art. 81 da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010), autoriza as despesas expressamente previstas na lei orçamentária, para atender a referida exigência constitucional.

Outra disposição da lei de diretrizes orçamentárias de 2011, veiculada em seu art. 80, IV, demanda que as proposições relacionadas a aumento de gastos com pessoal no Poder Judiciário federal sejam instruídas por parecer expedido pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa exigência também foi suprida, uma vez que os autos registram que aquele Colegiado, em Reunião Ordinária de 14 de junho de 2010, acolheu o Parecer de Mérito sobre o Anteprojeto de Lei em questão.

Sobre a juridicidade e regimentalidade do projeto, não se verifica qualquer objeção.

Avaliamos favoravelmente o mérito da proposição, uma vez que a criação de duas novas Varas do Trabalho em Alagoas deve trazer resultados positivos para a população do Estado, que será beneficiada com uma prestação jurisdicional mais ágil e eficiente. Em nossa avaliação, a aprovação do PLC nº 37, de 2011, proporciona ao TRT da 19ª Região as condições indispensáveis para o cumprimento de sua missão institucional. Vale destacar que essa melhoria é especialmente importante para os mais necessitados, em vista do papel da Justiça Trabalhista na resolução dos conflitos decorrentes das relações de trabalho.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011, e no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2011.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 37 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12 / 07 / 2011 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Renan Calheiros	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI Sem voto
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 96. Compete privativamente:

.....

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) ~~a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;~~

~~b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI Nº 6.947, DE 17 DE SETEMBRO DE 1981.

Estabelece Normas para Criação e Funcionamento de Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras Providências.

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, a que se refere o art. 77, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

.....

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do **caput** aos projetos de lei referentes ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos à sua entrada em vigor.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à transformação de cargos que implique aumento de despesa.

.....

Art. 81. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de Anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2011, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000

§ 1º O Anexo a que se refere o **caput** conterá autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até 31 de agosto de 2010, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e MPU e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com as respectivas:

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;

II - (VETADO)

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente.

§ 2º O Anexo de que trata o § 1º deste artigo considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito

orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2011, e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização, durante a apreciação do projeto, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo fixado pelo art. 166, § 5º, da Constituição.

§ 3º Para fins de elaboração do Anexo previsto no § 1º deste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário e o MPU informarão e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando a compatibilidade das modificações com as referidas propostas e com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º Os Poderes e o MPU publicarão, no DOU, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, demonstrativo dos saldos das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, mencionadas no **caput** deste artigo, constantes do Anexo específico da Lei Orçamentária de 2010, que poderão ser utilizadas no exercício de 2011, desde que comprovada a existência de disponibilidade orçamentária para o atendimento dos respectivos impactos orçamentários no exercício de 2011.

§ 5º Na utilização das autorizações previstas no **caput** deste artigo, bem como na apuração dos saldos de que trata o § 4º deste artigo, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

§ 6º A implementação das alterações nas despesas de pessoal e encargos sociais, previstas no art. 80 desta Lei, fica condicionada à observância dos limites fixados para o exercício de 2011 e desde que haja dotação autorizada, nos termos deste artigo, igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado.

§ 7º Os projetos de lei e medidas provisórias que criarem cargos, empregos ou funções a serem providos após o exercício em que forem editados deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar a autorização e dotação em anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem providos, não sendo considerados autorizados enquanto não publicada a respectiva lei orçamentária.

§ 8º O disposto no inciso I do § 1º deste artigo aplica-se à transformação de cargos vagos que implique aumento de despesa.

§ 9º Não se aplica o prazo previsto no § 1º deste artigo para o encaminhamento, entre 1º de janeiro e 31 de março de 2011, de projeto de lei que crie cargos necessários à reorganização administrativa no âmbito do Poder Executivo, observado o limite global das despesas de pessoal previsto no anexo de que trata o referido parágrafo.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 683 e 684, de 2011**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2011** (nº 7.573/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências;* e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011** (nº 7.575/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho,que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 7.038**, de 27 de junho de 2011, do Ministro de Estado da Defesa, comunicando o redirecionamento, para a Secretaria Nacional de Aviação Civil (ANAC), do Ofício nº 945/SF, de 14 de junho, de 2011, referente ao Requerimento 424, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Cópia do ofício foi encaminhada à Requerente.

O requerimento ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos de Ministros de Estado:

– **Nº 75, de 8 de julho de 2011**, do Ministro de Estado do Turismo, em resposta ao Requerimento nº 358, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

– **Nº 202, de 8 de julho de 2011**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 454, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes Ofícios de Ministros de Estado:

– **Nº 63, de 5 de julho de 2011**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao Requerimento nº 356, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Nº 68, de 7 de julho de 2011**, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 887, de 2007, de informações, do Senador Renan Calheiros;

– **Nº 69, de 7 de julho de 2011**, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 761, de 2010, de informações, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

– **Nº 108, de 5 de julho de 2011**, do Ministro de Estado da Previdência Social, em resposta ao Requerimento nº 371, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Nº 110, de 6 de julho de 2011**, do Ministro de Estado da Previdência Social, em resposta ao Requerimento nº 448, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Nº 4.932, de 6 de julho de 2011**, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 367, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que serão publicados, no Diário do Senado Federal do dia 13 de julho do corrente, os seguintes pareceres da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

– **Parecer nº 14, de 2011-CN**, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do exercício de 2008:

– AVN 39/2008 Relatório de Acompanhamento TCU – RGFs 1° quadrimestre 2008;

– MCN 46/2008 Relatório Gestão Fiscal Presidência da República – 1° quadrimestre 2008;

– OFN 24/2008 Relatório Gestão Fiscal CD – maio 2007 a abril 2008;

– OFN 25/2008 Relatório Gestão Fiscal SF – maio 2007 a abril 2008;

– OFN 26/2008 Relatório Gestão Fiscal TSE – 1° quadrimestre 2008;

– OFN 27/2008 Relatório Gestão Fiscal STF e CNJ – 1° quadrimestre 2008;

– OFN 28/2008 Relatório Gestão Fiscal TST – maio 2007 a abril 2008;

– OFN 29/2008 Relatório Gestão Fiscal STJ – 1° quadrimestre 2008;

– OFN 30/2008 Relatório Gestão Fiscal STM – 3° quadrim 2007 e 1° quadrimestre 2008;

– OFN 23/2008 Relatório Gestão Fiscal MPU e MPDFT – maio 2007 a abril 2008;
– AVN 9/2009 Relatório de Acompanhamento TCU– RGFs 2° quadrimestre 2008;
– MCN 180/2008 Relatório Gestão Fiscal Presidência da República – 2° quadrimestre 2008;
– OFN 34/2008 Relatório Gestão Fiscal CD – setembro 2007 a agosto 2008;
– OFN 39/2008 Relatório Gestão Fiscal SF – 2° quadrimestre 2008;
– OFN 35/2008 Relatório Gestão Fiscal STF e CNJ – 2° quadrimestre 2008;
– OFN 36/2008 Relatório Gestão Fiscal TST – setembro 2007 a agosto 2008;
– OFN 37/2008 Relatório Gestão Fiscal TSE – 2° quadrimestre 2008;
– OFN 38/2008 Relatório Gestão Fiscal STJ – 2° quadrimestre 2008;
– OFN 33/2008 Relatório Gestão Fiscal MPU e MPDFT – setembro 2007 a agosto 2008;
– AVN 19/2009 Relatório de Acompanhamento TCU – RGFs 3° quadrimestre 2008;
– MCN 17/2009 Relatório Gestão Fiscal Presidência da República – 3° quadrimestre 2008;
– OFN 4/2009 Relatório Gestão Fiscal CD – janeiro a dezembro 2008;
– OFN 7/2009 Relatório Gestão Fiscal SF – 3° quadrimestre 2008;
– OFN 2/2009 Relatório Gestão Fiscal TSE – 3° quadrimestre 2008;
– OFN 3/2009 Relatório Gestão Fiscal STF e CNJ – 3° quadrimestre 2008;
– OFN 5/2009 Relatório Gestão Fiscal TST – janeiro a dezembro 2008;
– OFN 6/2009 Relatório Gestão Fiscal STJ – 3° quadrimestre 2008;
– OFN 8/2009 Relatório Gestão Fiscal STM – 3° quadrimestre 2008; e
– OFN 1/2009 Relatório Gestão Fiscal MPU e MPDFT– janeiro a dezembro 2008;

– **Parecer nº 15, de 2011-CN**, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União do exercício de 2008:
– AVN 17/2008 RGF TCU – 1° quadrimestre 2008;
– AVN 41/2008 RGF TCU – 2° quadrimestre 2008; e
– AVN 5/2009 RGF TCU – 3° quadrimestre 2008.

– **Parecer nº 16, de 2011-CN**, concluindo pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União do exercício de 2010:
– AVN 33/2010 RGF TCU – 1° quadrimestre 2010;
– AVN 32/2010 RGF TCU – 2° quadrimestre 2010; e
– AVN 2/2011 RGF TCU – 3° quadrimestre 2010.

– **Parecer nº 17, de 2011-CN**, concluindo pela solicitação de informações de diversos órgãos e pelo arquivamento das seguintes matérias referentes aos Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas da União do exercício de 2010:
– AVN 6/2011 Relatório Atividades TCU – exercício 2010;
– AVN 23/2010 Relatório Atividades TCU – 2° trim. 2010;
– AVN 36/2010 Relatório Atividades TCU – 3° trim. 2010; e
– AVN 5/2011 Relatório Atividades TCU – 4° trim. 2010.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que será publicado, em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 13 de julho do corrente ano, o **Parecer nº 18, de 2011-CN**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o AVN nº 9, de 2011 (Aviso nº 374-Seses-TCU-Plenário, na origem), concluindo pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2011-CN, que "Exclui do Anexo VI da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa".

Nos termos do disposto no § 3º do art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 14 de julho do corrente, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso ao Plenário do Congresso Nacional, por 1/10 (um décimo) dos membros de cada Casa.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Eduardo Braga e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no momento em que o Brasil, sem distinção partidária ou ideológica, reverencia a memória do senador Itamar Franco, desejo unir-me aos sen-

timentos de perda que une toda a Nação e transmitir aos seus familiares, em meu nome e de minha família, os mais sinceros votos de pesar pelo seu falecimento.

Nos seus 58 anos de vida pública, iniciada em 1954, quando concorreu à Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora, Itamar Franco soube dignificar a atividade política, sendo um intransigente defensor da moralidade pública.

Nas várias oportunidades em que exerceu cargos executivos, quer em 1992 como Presidente, ou em 1998 como Governador de Minas Gerais, Itamar pautou sua atuação pelos mais rígidos princípios da ética, da correção e da intransigente defesa da correta aplicação dos recursos dos contribuintes.

Não contemporizou com a corrupção e a incompetência, teve a coragem de abdicar de relações de amizade consolidadas pelo tempo, quando foi necessário agir em defesa dos princípios éticos na condução da coisa pública.

Em sua longa história de político protagonizou dois momentos cruciais para o Brasil: em dois de outubro de 1992, quando assumiu o cargo de Presidente da República em meio a uma crise política que envolveu a renúncia do Presidente Collor, e logo em seguinte, venceu o maior desafio que a economia brasileira enfrentou no último meio século, debelando com o Plano Real um processo hiperinflacionário que ameaçava dizimar a Nação.

A despeito da singularidade de sua forma de ser e de agir, foi com energia e serenidade que conduziu o País no caminho da recuperação, forjando os fundamentos que ainda hoje são basilares para a retomada do crescimento econômico e social que estamos vivenciando nos últimos anos.

Manteve com esta Casa, durante dois mandatos consecutivos, em 1974 e 1982, relações especiais de muito trabalho e dedicação ao Parlamento e à causa pública, palmilhando sua atuação pela defesa intransigente dos princípios da moralidade administrativa e política e pela dedicação especial a Juiz de Fora e a Minas Gerais, sua terra de adoção.

Quiseram os desígnios divinos que ele nos deixasse no alvorecer do seu terceiro mandato de senador, para o qual foi reconduzido pelo voto de mais de cinco milhões de mineiros.

Durante seus poucos meses de convivência conosco, neste plenário, Itamar Franco demonstrou todo o seu apego à verdade, à legalidade e todo o seu fervor na defesa dos postulados democráticos.

Apontado pela mídia como a principal figura da oposição no Senado, Itamar apenas expressava uma coerência que o acompanhou durante toda a sua longa e frutífera vida pública, de combater de frente o que considerava errado e defender o que sempre defendeu no exercício de qualquer função a ele destinada pelo povo brasileiro e pelo povo mineiro.

Acredito Sr. Presidente, que a maior herança deixada por Itamar Franco foi justamente a seriedade na condução da coisa pública e a intransigente defesa dos postulados da ética no exercício da atividade política.

Herança maior não poderia ser deixada, sobretudo para as gerações que almejam ingressar na política, mas dela fogem justamente pelos maus exemplos exibidos pelos maus políticos que infelizmente ainda existem e atuam em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Confederação Nacional do Comércio, por meio de seu Conselho de Turismo, vem realizando debates importantíssimos sobre a situação da infraestrutura brasileira necessária para sediar megaeventos.

É importante esclarecer que é considerado megaevento todo grande evento internacional, e o Brasil sediará uma série deles nos próximos anos. Ainda em 2011, entre 16 e 24 de julho, será realizada a quinta edição dos Jogos Mundiais Militares; em 2012, a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável); em 2013, a Copa das Confederações; em 2014, a Copa do Mundo; em 2015, o Rio de Janeiro completará 450 anos de existência; e, em 2016, o País receberá atletas de todas as modalidades para as Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Com essa sequência de megaeventos previstos, certamente uma das preocupações é a da situação dos aeroportos brasileiros, principal porta de entrada para os visitantes internacionais. Daí, uma das rodadas de debate realizadas pela CNC ter se baseado no tema "O Cenário dos Aeroportos". Participaram desse evento o Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Infraero, Jaime Parreira; o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), Márcio Mollo; e o Diretor do CNC, Ronaldo Jenkins.

Jaime Parreira manifestou a expectativa de que, com os preços atuais, em 2014 poderemos receber 45 milhões de passageiros, mas esse número pode atingir 71 milhões, em estimativas mais otimistas e com queda no preço das passagens.

O universo da Copa do Mundo se baseia em 12 cidades-sedes, contando com 16 aeroportos, responsáveis por 83% de toda a circulação aérea nacional. Segundo o diretor da Infraero, um diagnóstico abrangendo pista, pátio e terminal de passageiros permitirá a elaboração de um planejamento mais efetivo sobre os pontos que apresentem deficiência de serviços. Os aeroportos que estão recebendo atenção especial são os do Galeão e o de Guarulhos, principais portas de

entrada no País. E o diretor da Infraero informou que o pacote de investimentos chega a 5,3 bilhões, dos quais 39% representam um aporte da União e 61% são recursos da própria empresa, responsável, atualmente, pela gestão de 67 aeroportos distribuídos por todo o País.

Ronaldo Jenkins, do SNEA, baseou-se em estudo realizado pela COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre as condições de nossa infraestrutura e as perspectivas até 2014, com ênfase nas cidades-sedes da Copa do Mundo. De acordo com esse estudo, em 2014, teremos até 160 milhões de passageiros movimentando-se pelos 16 aeroportos das cidades da Copa do Mundo. Espera-se que só o de Guarulhos já possa atender a 35 milhões de passageiros. O aeroporto de Brasília, também entre os mais movimentados do País, terá sua capacidade ampliada de 10 milhões – movimentou 12 milhões em 2009 – para 18 milhões.

Temos problemas em Fortaleza, cujo aeroporto tem capacidade instalada para 3 milhões de passageiros, mas que, já em 2009, movimentou 4 milhões, número que deve saltar para 5 milhões este ano. Sua capacidade deverá ser de 6 milhões em 2014, mas já é considerada insuficiente, com a expectativa de 7,5 milhões de passageiros.

Confins, o aeroporto de Belo Horizonte, também é motivo de preocupação, pois, em 2009, com uma capacidade de 5 milhões de passageiros, recebeu 5,7 milhões. Em 2014, com a capacidade ampliada para 8,5 milhões, deve receber 11,2 milhões de visitantes.

O aeroporto de Salvador não deve apresentar problemas. Teve uma demanda de sete milhões de passageiros em 2009, para uma capacidade de 10,5 milhões.

O aeroporto de Campinas (SP), que vem demonstrando crescimento para tornar-se um dos mais movimentados do País, movimentou 3,4 milhões de passageiros em 2009, para uma capacidade de 3,5 milhões. Espera-se, para 2014, uma movimentação de 9,5 milhões, mas então ele deverá estar preparado para receber até 11 milhões de passageiros.

O Galeão, no Rio de Janeiro, é um dos aeroportos em que não são esperados problemas com a realização da Copa do Mundo. O terminal para 18 milhões atendeu apenas a 11,8 milhões em 2009. No ano da Copa, após as obras realizadas nos Terminais I e II, deverá estar apto a receber 26 milhões, para uma demanda esperada de 21,1 milhões de passageiros.

Srªs e Srs. Senadores, a situação, com poucas exceções, é de relativa tranquilidade em relação à capacidade aeroportuária para a realização da Copa do Mundo no Brasil. Se as obras projetadas forem cumpridas dentro do cronograma, temos condições de receber, com muita qualidade em nossos aeroportos, os turistas interessados em assistir às atividades desenvolvidas durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória Nº 528, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011, que *altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002 (proveniente da Medida Provisória nº 528, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 07.07.2011)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 07.07.2011)

Prazo final prorrogado: 07.08.2011

2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

– leitura do parecer da CCJ;

– emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

– leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;

– emissão de parecer da CRE.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.*

(Pendente de emissão de pareceres da CCJ, CAE, CE, CMA e CCT.)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, ad hoc, da Senadora Marisa Serrano.

7

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e julgameno colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: "ad hoc" Senador Paulo Paim, CDH)

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *estabelece a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.*

Parecer sob nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Gim Argello, CRE)

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.*

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011 (nº 7.621/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 548, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2011

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011 (nº 7.623/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 608, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008 e do Requerimento nº 591, de 2011, de adiamento da discussão – art. 279, III)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade*

do ensino da Libras na edução infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276, de 2008 e 2.340, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.*

Parecer sob nº 525, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Paulo Bauer, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

17

REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

18

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, *solicitando a constituição de uma Comissão composta por sete juristas para, no prazo de cento e oitenta dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.*

19

REQUERIMENTO Nº 760, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 760, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (altera o Código Florestal).*

20

REQUERIMENTO Nº 777, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 777, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, por regularem matéria correlata (adaptação de veículos automotores a pessoas com deficiência física).*

21

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o Estatuto da Cidade).*

22

REQUERIMENTO Nº 784, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (equoterapia para pessoa com deficiência).*

23

REQUERIMENTO Nº 785, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 785, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

24

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2011

Votação, em turno único, do(a) Requerimento nº 838, de 2011, de autoria do(a) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando que seja apresentado voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva, ex-Ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, por haver sido eleito, no último dia 26, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 38 minutos.)***.**

PARECER
Nº 14, DE 2011-CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**, sobre os avisos **AVN nº 39/2008-CN** que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8); **AVN nº 09/2009** que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009-TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União- TC nº 026.703/2008-0 e **AVN nº 19/2009** que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1059/2009-TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal- TC 003.369/2009-8

Relator: **Senador ACIR GURGACZ**

RELATOR "ad hoc": senador **Walter Pinheiro**

I - INTRODUÇÃO

Fui designado, pelo nobre Presidente desta Comissão, para examinar e emitir parecer sobre os Relatórios de Gestão Fiscal, exercício de 2008, que os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União devem encaminhar ao final de cada quadrimestre ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União – TCU. Neste Parecer adoto o Relatório do terceiro como documento central, por englobar os demais e apresentar informações mais completas.

A matéria é disciplinada pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - artigos 54 e 55), pelas leis de diretrizes orçamentárias anuais e pela Lei de Crimes Fiscais (inciso I do art. 6º da Lei 10.028/2000).

Os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF devem ser encaminhados ao final de cada quadrimestre ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União - TCU, a quem compete elaborar relatório contendo análise dos Relatórios de Gestão Fiscal recebidos, de forma a subsidiar a análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Dessa forma, o presente documento analisa as matérias em tramitação na CMO relativas aos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao **1º Quadrimestre de 2008**: MCN nº 46/2008 (Poder Executivo), OFN nº 23/2008 (Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), OFN 24/2008 (Câmara dos Deputados), OFN nº 25/2008 (Senado Federal), OFN nº 26/2008 (Tribunal Superior Eleitoral), OFN 27/2008 (Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça), OFN nº 28/2008 (Tribunal Superior do Trabalho), OFN nº 29/2008 (Superior Tribunal de Justiça) e OFN nº 30/2008 (Superior Tribunal Militar); **2º Quadrimestre de 2008**: MCN nº 180/2008 (Poder Executivo), OFN nº 33/2008 (Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), OFN 34/2008 (Câmara dos Deputados), OFN nº 35/2008 (Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça), OFN nº 36/2008 (Tribunal Superior do Trabalho), OFN nº 37/2008 (Tribunal Superior Eleitoral), OFN nº 38/2008 (Superior Tribunal de Justiça) e OFN nº 39/2008 (Senado Federal); **3º Quadrimestre de 2008:** MCN nº 17/2009 (Poder Executivo), OFN nº 01/2009 (Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), OFN nº 02/2009 (Tribunal Superior Eleitoral), OFN nº 03/2009 (Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça), OFN nº 04/2009 (Câmara dos Deputados), OFN nº 05/2009 (Tribunal Superior do Trabalho), OFN nº 06/2009 (Superior Tribunal de Justiça), OFN nº 07/2009 (Senado Federal) e OFN nº 08/2009 (Justiça Militar da União).

O TCU examina os RGF's do exercício de 2008 dos órgãos máximos dos Poderes da República, no total de 64, na ordem em que surgem na Constituição Federal: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Poder Executivo, Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Tribunal Superior do Trabalho e mais 24 Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e mais 27 Tribunais Regionais Eleitorais, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Ministério Público da União e Tribunal de Contas da União.

Segundo os relatórios do TCU, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União encaminharam seus respectivos relatórios de gestão fiscal, referentes ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2008, dentro do prazo legal, bem como efetuaram a devida publicação.

Em atendimento às exigências da LRF e da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 470/2004, compõem o Relatório de Gestão Fiscal os seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

b) Demonstrativos da Despesa com Pessoal – Recursos Transferidos da União para o Amapá, Roraima e Distrito Federal;

c) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;

d) Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;

e) Demonstrativo das Operações de Crédito;

f) Demonstrativo dos Limites;

g) Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal.

O relatório do último quadrimestre deverá conter, também, demonstrativo:

- do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
- da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, das empenhadas e não liquidadas inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
- do cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à liquidação da operação de crédito por antecipação de receita, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano, além do atendimento à proibição de contratar tais operações no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

2 - ANÁLISE

2.1 Análise da Despesa de Pessoal

A análise efetuada pelo Órgão Técnico do TCU verificou erro no cálculo da RCL do primeiro e segundo quadrimestres, fato que foi solucionado após intervenção do TCU junto aos responsáveis. Observe-se que os gastos são estabelecidos com base no conceito de Receita Corrente Líquida –RCL cuja exatidão de cálculo passa a ser crucial na verificação da regularidade das despesas totais.

Na análise do RGF do Poder Executivo referente ao terceiro quadrimestre de 2008, o TCU verificou que foram computadas indevidamente entre as deduções do cálculo do limite de despesa de pessoal, despesas referentes a benefícios assistenciais, classificadas no elemento 08 – Outros Benefícios Assistenciais, pagas com recursos previdenciários, no item "inativos" com recursos vinculados, ocasionando um aumento indevido das deduções da despesa de pessoal em R$ 5,2 milhões. Além disso, o Poder Executivo, apesar de reiterados Acórdãos daquela Corte, continuou utilizando indevidamente os recursos vinculados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos para pagamento de despesas não previdenciárias. Observou-se também inconsistência no cálculo das despesas de pessoal efetuado no âmbito da Justiça Eleitoral.

Da análise conjunta dos Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar concluiu-se que todos os Poderes e Órgãos federais observaram os limites da LRF quando da inscrição de seus respectivos restos a pagar processados e não-processados. Da mesma forma, o TCU concluiu que foram cumpridos os limites da despesa de pessoal pelos Poderes e Órgãos federais relacionados no art. 20 da LRF.

2.2 – Análise dos demonstrativos

a) Da Dívida Pública Federal

O controle da dívida pública é requisito para a gestão fiscal responsável. Assim, a LRF prevê a elaboração e publicação de demonstrativos referentes à dívida pública consolidada e à dívida pública mobiliária.

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, os limites globais para o montante da dívida consolidada da União. Observe-se que esse limite não foi regulamentado pelo Senado Federal, apesar de o Presidente da República ter encaminhado proposta no sentido de fixar como limite da dívida consolidada líquida da União trezentos e cinqüenta por cento da Receita Corrente Líquida (RCL).

A LRF define no art. 29 o conceito de dívida pública consolidada ou fundada como: 'o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses'. Complementa esse conceito o previsto no art. 29, § 3º, que afirma integrar a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Também deve ser conjugado o disposto no art. 30, § 7º, afirmando que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites. Assim, para fins de apuração dos limites de endividamento, devem ser computados como se dívida fossem os precatórios judiciais não pagos emitidos após a publicação da LRF.

Por outro lado, compete ao Senado Federal estabelecer o limite da dívida pública consolidada de Estados, Distrito Federal e Municípios

Quanto à dívida mobiliária federal convém destacar que compete ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, dispor sobre o montante da dívida mobiliária federal, nos termos do art. 48, XIV, da Constituição Federal. Para atender ao comando constitucional o Presidente da República encaminhou mensagem ao Congresso Nacional propondo o estabelecimento de um limite de seiscentos e cinqüenta por cento da RCL para a dívida mobiliária federal, conforme consta do projeto de lei da Câmara dos Deputados nº 3.431, de 2000.

Convém destacar que a dívida mobiliária federal é item da dívida consolidada bruta e, portanto, da dívida consolidada líquida. O limite proposto para a dívida mobiliária federal auxilia o cumprimento do limite proposto para dívida consolidada líquida. O Relatório do TCU apresenta, de forma resumida, o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquica do Governo Federal constante no RGF do 3º Quadrimestre de 2008.

(em R$ milhares)

Especificação	*Saldo do Exercício (2007)*	*3º Quadrimestre (2008)*	*Variação (%)*
1. Dívida Consolidada (Bruta)	*1.698.851.866*	*1.714.930.326*	*0,95%*
1.1. Dívida Mobiliária	*1.651.531.846*	*1.828.615.101*	*10,72%*
1.2. Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	*0*	*-171.416.013*	*NA*
1.3. Dívida Contratual	*22.908.500*	*35.206.534*	*53,68%*
1.4. Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	*1.793*	*63.729*	*3454,32 %*
1.5. Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	*22.194.073*	*20.358.289*	*-8,27%*
1.6. Outras Dívidas	*2.215.655*	*2.102.685*	*-5,10%*
2. Deduções	*890.754.752*	*954.617.739*	*7,17%*
2.1. Ativo Disponível	*277.119.916*	*256.475.363*	*-7,45%*
2.2. Haveres Financeiros	*613.634.836*	*698.142.376*	*13,77%*
2.2.1. Aplicações Financeiras	*197.853.136*	*241.202.520*	*21,91%*
2.2.1. Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	*405.923.168*	*446.216.303*	*9,93%*
2.2.3. Demais Ativos Financeiros	*9.858.532*	*10.723.553*	*8,77%*

3. Dívida Consolidada Líquida (DCL) (2-1)	*808.097.114*	*760.312.587*	*-5,91%*
4. Dívida Mobiliária	*1.651.531.846*	*1.828.615.101*	*10,72%*
5. Receita Corrente Líquida - RCL	*386.681.857*	*428.563.288*	*10,83%*
6. % DCL sobre RCL (3/5)	*208,98%*	*177,41%*	-
7. Limite da DCL proposto ao Senado Federal[1]	*350,00%*	*350,00%*	-
8. % Dívida Mobiliária sobre RCL (4/5)	*427,10%*	*426,68%*	-
9. Limite de Dívida Mobiliária proposto ao Congresso Nacional[2]	*650,00%*	*650,00%*	-

Fonte: Banco Central do Brasil - Constante no RGF do 3º Quadrimestre de 2008

[1] Limite meramente indicativo, sem valor legal, visto que foi proposto pelo Presidente da República, mas ainda não aprovado pelo Senado Federal.

[2] Limite meramente indicativo, sem valor legal, visto que foi proposto pelo Presidente da República, mas encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, constante do PL 3431/2000.

Observa-se que a dívida consolidada bruta apresentou crescimento de 0,95%, ao passo que a RCL cresceu 10,83%. Assim, a relação dívida consolidada bruta frente à RCL decresceu de 439,34% para 400,16%. Por outro lado, as deduções aumentaram 7,17%, proporcionando uma queda na dívida consolidada líquida de 5,91%. Assim, a relação DCL sobre RCL caiu de 208,98% para 177,41%, representando uma queda de 31,47 pontos percentuais. Esse valor cumpriria com folga o limite de 350% da RCL proposto pelo Poder Executivo ao Senado Federal. Por outro lado, a dívida mobiliária federal cresceu praticamente na mesma velocidade que a RCL no último exercício. Assim, a relação dívida mobiliária sobre RCL ficou praticamente estável, passando de 427,10%, em 2007, para 426,68%, em 2008. Essa relação está dentro do limite de 650% proposto pelo Poder Executivo para o Congresso Nacional.

b) Das Operações de Crédito

A LRF exige, no art. 55, inciso I, alínea 'd', que o RGF contenha demonstrativo das operações de crédito, inclusive as realizadas por antecipação de receita. Dessa forma, o TCU apresentou, de forma resumida, o Demonstrativo de Operações de Crédito constante do RGF do exercício de 2008. Enquanto o Demonstrativo da Dívida Consolidada trata de valores da dívida acumulada pela União, representando, portanto, valores de estoque, o Demonstrativo das Operações de Crédito trata apenas das operações realizadas pela União durante o exercício sob análise, sendo, dessa forma, valores de fluxo que se acumulam na dívida da União.

Demonstrativo das Operações de Crédito

(em R$ milhares)

Especificação	*Até o 3º Quadrimestre de 2007*	*Até o 3º Quadrimestre de 2008*	*Variação % (2008/2007)*
1. Operações de Crédito Externas	*7.171.297*	*2.607.471*	*-64%*
1.1. Refinanciamento da Dívida Pública Externa	*6.292.252*	*949.579*	*-85%*
1.2. Operações de Crédito Contratuais Externas	*879.045*	*1.657.891*	*89%*
2. Operações de Crédito Internas	*528.068.295*	*406.914.057*	*-23%*
2.1. Refinanciamento da Dívida Pública Interna	*372.423.612*	*242.790.773*	*-35%*
2.2. Títulos da Dívida Agrária (TDA)	*1.106.712*	*549.676*	*-50%*
2.3. Outras Operações de Crédito Internas	*154.537.971*	*163.573.607*	*6%*
3. Subtotal das Operações de Crédito	*535.239.592*	*409.521.528*	*-23%*
4. Antecipações de Receitas	*0*	*0*	*NA*
5 - Total das Operações de Crédito (3 + 4)	*535.239.592*	*409.521.528*	*-23%*
6. Total da Receita com Refinanciamento do Principal da Dívida	*378.715.864*	*243.740.353*	*-35%*
7. Montante das Operações de Crédito para Fins de Limite (5 - 6)	*156.523.728*	*165.781.175*	*3%*
8. Receita Corrente Líquida (RLC)	*386.681.857*	*428.563.288*	*11%*
9. % Operações de Crédito / RCL (7 / 8)	*40,48%*	*38,68%*	*7%*
10. Limite definido pelo Senado Federal na RSF nº 48/2007	*60,00%*	*60,00%*	*-*

Fonte: RGF do 3º Quadrimestre de 2007 e RGF do 3º Quadrimestre de 2008

Verifica-se que as operações de crédito caíram 23% quando comparadas com o exercício anterior: em valores correntes, o queda corresponde a R$ 125,7 bilhões. Dessa queda, as operações de crédito internas foram responsáveis por uma redução de R$ 121,1 bilhões e as externas, por R$ 4,6 bilhões. No entanto, apesar da queda das operações de crédito externas, em valores nominais, ser bem inferior à verificada nas operações de crédito internas, em valores percentuais representou uma queda de 64%.

As operações de crédito externas caíram em virtude da diminuição da dívida pública externa refinanciada, que caiu de R$ 6,3 bilhões para R$ 950,0 milhões, representando uma queda de 85%. Por outro lado, houve um aumento de 89% nas demais operações de crédito externas, passando de R$ 879,0 milhões para R$ 1,6 bilhão. Compondo os dois efeitos, verifica-se a redução de 64% da dívida contratual externa.

Em relação à dívida contratual interna, observa-se que a dívida refinanciada diminuiu R$ 129,6 bilhões; o montante da dívida referente a títulos da dívida agrária (TDA) diminuiu R$ 557,0 milhões; e o montante das demais operações da dívida interna aumentou R$ 9,0 bilhões.

O refinanciamento total do principal da dívida caiu R$ 135,0 bilhões, representando uma queda de 36%. Por outro lado, as demais operações de crédito, que são as consideradas para fins do limite, representam uma alta de R$ 5,3 bilhões, ou de 3%. Apesar disso, a Receita Corrente líquida aumentou 11%. Ou seja, houve um aumento da RCL superior ao verificado no montante das operações de crédito, não computado o refinanciamento da dívida. Com isso, a relação operações de crédito sobre RCL passou de 41,5%, em 2007, para 38,7%, em 2008, o que representa uma queda de 2,8 pontos percentuais. Verifica-se, portanto, que a União atende com sobra o limite de 60% estabelecido pelo Senado Federal, na Resolução nº 48, de 2007.

c) Das Garantias e Contragarantias de Valores

Considera-se concessão de garantia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada. As garantias concedidas pela União abarcam as categorias: fiança ou aval em operação de crédito interno e externo, aval para operações realizadas no âmbito de fundos, programas e operações especiais, dentre outros.

As contragarantias de maior relevância referem-se à formalização do contrato de garantia de grandes obras e as vinculadas e controladas pelos agentes operadores e financeiros dos fundos e programas especiais.

A LRF exige no art. 55 que o RGF contenha demonstrativo de concessão de garantias, para fins de verificação dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, conforme prescreve o art. 52, VIII, da Constituição Federal. O Senado Federal estabeleceu em 60% da RCL os valores das garantias concedidas pela União, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007. A LRF também regulou a concessão de garantia e contragarantias no art. 40.

Assim, compõe o RGF o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, contendo as garantias concedidas pela União e as respectivas contragarantias. Ressalte-se que as informações e limites de garantias e contragarantias representam o estoque acumulado até o final do período a que se refere o demonstrativo. Não são, portanto, apenas o fluxo de garantias concedidas no exercício.

O estoque das garantias concedidas pela União atingiu, no final do exercício de 2008, o montante de R$ 92,8 bilhões, comparado com o exercício anterior, quando o montante era de R$ 69,3 bilhões, com aumento de 34%. Como a RCL aumentou cerca de 11% no mesmo período, promoveu um aumento da relação entre garantias concedidas e RCL de 17,93% para 21,65%. Mesmo assim, a relação atende com grande margem ao limite fixado pelo Senado Federal por intermédio da Resolução - SF nº 48, de 2007, em 60% da RCL.

O aumento verificado nas garantias de 2007 para 2008 decorre de um aumento das garantias externas, que passou de R$ 24,6 bilhões para R$ 33,9 bilhões, correspondente a 38%; e de um aumento das garantias internas, que passou de R$ 44,7 bilhões para R$ 58,9 bilhões, correspondente a 32%.

Nas garantias internas destacam-se os contratos FGTS – BNDES (contrato nº 433/PGFN/CAF, de 28.8.2008) e FI/FGTS-BNDES (contrato s/n, de 22.12.2008) que representaram garantias nos montantes de R$ 6,0 bilhões e R$ 7,0 bilhões, respectivamente, proporcionando um aumento de R$ 13,0 bilhões nas garantidas dessa rubrica.

O estoque de contragarantias recebidas apresentava, no final do exercício de 2007, o montante de R$ 36,7 bilhões, passando para R$ 41,9 bilhões no final de 2008, o que representa um aumento de 14%. Esse aumento decorre de uma elevação das contragarantias externas, que passaram de R$ 17,0 bilhões, em 2007, para R$ 24,0 bilhões, em 2008, representando um crescimento de 42%. Por outro lado, as contragarantias internas compensaram parte desse aumento, ao passarem de R$ 19,7 bilhões para R$ 17,9 bilhões, representando uma queda de 9%.

Comparando-se as garantias concedidas com as contragarantias recebidas, observa-se que há uma insuficiência de contragarantias no montante de R$ 50,9 bilhões no final de 2008, contra uma insuficiência no montante de R$ 32,6 bilhões no final de 2007, o que representa um aumento de 56% na insuficiência das contragarantias.

Segundo o TCU há razões legais que explicam essa diferença. A LRF, no art. 40, §1º, I, afirma que não se exige contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente. Além disso, operações realizadas antes do advento da LRF também podiam ser dispensadas da contragarantia.

O TCU informa que a determinação constante do Acórdão nº 1.051/2007 – TCU-Plenário, que exige a publicação de demonstrativo de garantias e contragarantias relacionado aos contratos com garantia concedida pela União com a dispensa de concessão da respectiva contragarantia, foi atendida pela STN.

2.3 - Conteúdo do Acórdão nº 1059/2009 – TCU – Plenário

Os Ministros do TCU, reunidos em sessão plenária, decidiram:

1. considerar cumpridas as exigências de publicação e envio ao TCU dos Relatório de Gestão Fiscal pelos Poderes e Órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2008, em obediência aos seus artigos 54 e 55, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000;

2. considerar atendidos pelos Poderes e Órgãos federais relacionados no art. 20 da LRF os limites previstos no art. 1º, § 1º, da LRF, no 3º quadrimestre do exercício de 2008, em especial, os limites previstos na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, para o montante de operações de crédito e garantias concedidas pela União;

3. determinar ao Tribunal Superior Eleitoral, setorial orçamentária e financeira da Justiça Eleitoral, que oriente os demais órgãos daquele ramo da Justiça Federal para que se abstenham de considerar, no cálculo da dedução da despesa bruta de pessoal referente ao pagamento de Inativos com Recursos Vinculados, as despesas custeadas com recursos da Fonte 51 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, tendo em vista que tais recursos não figuram entre as deduções previstas no art. 19, § 1º, inciso VI, alíneas "a" a "c", da LRF;

4. determinar à Semag que, em processos a serem constituídos no futuro sobre a observância dos limites estabelecidos na LRF, proceda à audiência dos responsáveis sempre que for verificado o pagamento de gastos assistenciais com recursos vinculados à previdência dos servidores públicos, diligenciando para que sejam devidamente identificadas as unidades gestoras dos Poderes que incorreram em tal falta;

5. encaminhar, para ciência, cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, aos Órgãos e Poderes responsáveis pelos RGFs analisados no processo, bem como à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e ao Conselho Nacional de Justiça, de acordo com o disposto no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e em cumprimento à determinação contida no § 3º do art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008;

6. arquivar os autos.

1 VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 1/2001 – CN, examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os artigos 70 a 72 e 166, §1º, inciso II, da Constituição Federal.

O Relatório de Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e Órgãos da Administração Pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras.

No caso em apreciação, a análise procedida pelo Tribunal de Contas da União culminou no Acórdão nº 1059/2009, aprovado pelo Plenário, que considera atendidas as exigências da LRF.

Assim, com base nessa conclusão, e levando em conta a análise por nós efetuada, VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2008, e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em

Senador ACIR GURGACZ

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Quarta Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador WALTER PINHEIRO relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador ACIR GURGACZ), pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 - TCU (Plenário), relativo a Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)"; **Mensagem nº 46/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art.125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2008"; **Ofício nº 24/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007 (LDO/2008, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028 de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008"; **Ofício nº 25/2008-CN**, que, "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2008, compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2007 a abril de 2008, na forma do anexo, nos termos dos artigos 18, 19, e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000"; **Ofício nº 26/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 - LDO 2008, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2008, publicado no DOU de 28 de maio de 2008"; **Ofício nº 27/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art.125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2008, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça"; **Ofício nº 28/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2007 a abril de 2008, publicado no DOU de 30 de maio de 2008"; **Ofício nº 29/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008"; **Ofício nº 30/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao 3º Quadrimestre de 2007 e do 1º Quadrimestre de 2008"; **Ofício nº 23/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, os Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2007 a abril de 2008"; **Aviso nº 9/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0"; **Mensagem nº 160/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2008"; **Ofício nº 34/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13/8/2007 (LDO/2008), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008"; **Ofício nº 39/2008-CN**, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2008"; ***Ofício nº 35/2008-CN***, *que* "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2008, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça"; **Ofício nº 36/2008-CN**, *que* "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000, relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008"; **Ofício nº 37/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 - LDO 2008, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2008"; **Ofício nº 38/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 125 da Lei

nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre de 2008"; **Ofício nº 33/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008"; **Aviso nº 19/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8"; **Mensagem nº 17/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2008"; **Ofício nº 4/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no caput do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13/08/2007 (LDO), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2008"; **Ofício nº 7/2009-CN**, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao terceiro Quadrimestre de 2008"; **Ofício nº 2/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 - LDO 2008, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2008"; **Ofício nº 3/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2008, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça"; **Ofício nº 5/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao artigo 5º, inciso I da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2008"; **Ofício nº 6/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 3º Quadrimestre do exercício de 2008"; **Ofício nº 8/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal, do 3º Quadrimestre de 2008, desta Justiça Militar da União, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 30 de janeiro de 2009"; e **Ofício nº 1/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2008".

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Cyro Miranda, Segundo Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Magno Malta e Walter Pinheiro e os Deputados Rodrigo de Castro, Primeiro Vice-Presidente, Roberto Britto Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alex Canziani, Alexandre Leite, Andre Vargas, André Zacharow, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Claudio Cajado, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Giroto, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, José Aleluia, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zulke, Rubens Bueno, Rui Costa, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Valtenir Pereira, Vaz de Lima, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 6 de julho de 2011.

Senador VITAL DO RÊGO
Presidente

Senador WALTER PINHEIRO
Relator *ad hoc*

PARECER
Nº 15, DE 2011-CN

Da

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referentes aos Avisos: **AVN nº 17/2008 - CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **AVN nº 41/2008 - CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **AVN nº 5/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Autor: **Tribunal de Contas da União**

Relator: **Senador ACIR GURGACZ**

RELATOR "ad *hoc*": senador **Jayme Campos**

1 INTRODUÇÃO

Fui designado pelo nobre Presidente desta Comissão, para examinar e emitir parecer sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União – TCU referentes aos três quadrimestres do exercício de 2008.

A matéria é disciplinada pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - artigos 54 e 55), pelas leis de diretrizes orçamentárias e pela Lei de Crimes Fiscais (inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000).

2. RELATÓRIO

O Relatório do 1º quadrimestre, encaminhado pelo **AVN nº 17/2008** – CN (Aviso nº 454-GP/TCU, na origem), foi aprovado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União por meio da Portaria nº 136, de 27 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 102, de 30/5/2008.

O Relatório do 2º quadrimestre, encaminhado pelo **AVN nº 41/2008** – CN (Aviso nº 1121 – GP/ TCU, na origem), foi aprovado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União por meio da Portaria TCU nº 213, de 26 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 29/9/2008.

O Relatório do 3º quadrimestre, encaminhado pelo **AVN nº 5/2009** – CN (Aviso nº 97 - GP/TCU, na origem) foi aprovado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União por meio da Portaria TCU nº 99 de 28/1/2009, publicada no Diário Oficial da União nº 021, de 30/1/2009.

2.1- Exames do Demonstrativo das Despesas de Pessoal

De acordo com os dados apresentados a seguir, a despesa líquida com pessoal, no **1º Quadrimestre**, alcançou R$ 745,47 milhões, que corresponde a 0,18% da Receita Corrente Líquida - RCL, percentual inferior ao limite máximo (0,43%) e ao limite prudencial (0,40%)

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2007 A ABRIL DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Mai/07 a Abr/08		
	Liquidadas	*RP não Processados* [3]	*TOTAL*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	909.580	7.799	917.379
Pessoal Ativo	564.818	6.241	571.059
Pessoal Inativo e Pensionistas	344.762	1.558	346.320
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	164.101	267	164.368
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	68.010	267	68.277
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados [2]	96.091	0	96.091
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0	0	0
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP III=(I - II)	745.479	7.532	753.011
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	413.867.577		
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,1819%		
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	1.779.631		
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	1.690.649		

Fonte: SIAFI 2007 e 2008, CONSULTORC, Portaria STN nº 253, de 19/05/2008 (RCL)

Notas: 1 – Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 69;

3 – Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2007.

No 2º Quadrimestre a despesa liquida com pessoal atingiu R$ 665,17 milhões que corresponde a 0,15% da RCL, abaixo, portanto, dos limites máximo (0,43%) e prudencial (0,40%), conforme dados a seguir.

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Set/07 a Ago/08		
	Liquidadas	*RP não Processados* [3]	*TOTAL*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**915.279**	**7.799**	**923.078**
Pessoal Ativo	571.050	6.241	577.291
Pessoal Inativo e Pensionistas	344.229	1.558	345.787
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**250.102**	**267**	**250.369**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	68.559	267	68.826
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados [2]	181.543	0	181.543
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0	0	0
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO	665.177	7.532	672.709
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	445.106.323		
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,1511%		
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	1.913.957		
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	1.818.259		

Fonte: SIAFI 2007 e 2008, CONSULTORC, Portaria STN nº 529, de 19/09/2008 (RCL)

Notas: 1 – Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior tránsparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 69;

3 – Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2007.

Quanto ao **3º Quadrimestre**, os dados a seguir mostram que o valor da despesa líquida com pessoal foi de R$ 786,3 milhões, que corresponde a 0,18 % da RCL. O percentual situa-se abaixo do limite máximo (0,43%) e do limite prudencial (0,40%)

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo 1 — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (1) Jan a Dez/08		
	Liquidadas	*RP não Processados* (3)	*TOTAL*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	983.545	5.976	989.521
Pessoal Ativo	625.155	4.420	629.575
Pessoal Inativo e Pensionistas	358.390	1.556	359.946
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	197.245	267	197.512

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	7.955	267	8.222
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	189.290	-	189.290
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	-	-	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO	786.300	5.709	792.009
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	428.563.288		
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,1848%		
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	1.842.822		
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	1.750.681		

Fonte: SIAFI 2008 e 2009, CONSULTORC, SIAFI Gerencial e Portaria STN nº 41, de 22/01/2009 (RCL)

Notas: 1 – Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 69;

3 – Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2008.

Pela análise dos dados verifica-se que a despesa de pessoal do TCU, no exercício de 2008, está dentro do que estabelece a LRF.

2.2 - Exame do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Restos a Pagar e Limites.

A LRF estabelece que tais demonstrativos devem constar do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre.

As informações a seguir mostram que o TCU, ao encerrar o exercício de 2008, possuía suficiência de caixa no montante de R$213,8 milhões, valor suficiente para

efetuar a inscrição dos Restos a Pagar não-processados na importância de R$193,88, gerando um saldo positivo de R$ 13,44 milhões após o cumprimento dessa obrigação.

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2008 A DEZEMBRO DE 2008

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" – Anexo V — R$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	213.813	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	6.484
Disponibilidade Financeira	213.813	Depósitos	2.020
Caixa	-	Consignações	2.020
Bancos	-	Recursos do Tesouro Nacional	-
Conta Movimento	-	Restos a Pagar Processados	4.425
Contas Vinculadas	-	Do Exercício	4.425
Aplicações Financeiras	-	De Exercícios Anteriores	-
Outras Disponibilidades Financeiras	213.813	Outras Obrigações Financeiras	39
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	213.800	Recursos a Liberar p/ pagto de RAP	13
Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	13	Credores Diversos	-
Valores a Creditar - Depósitos na CTU	-	Valores a Debitar	26
SUBTOTAL	213.813	SUBTOTAL	6.484
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	207.329
TOTAL	213.813	TOTAL	213.813
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			193.883
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II – III)			13.447

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	-	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	-
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	-	Restos a Pagar Processados	-
Conta Movimento	-	Do Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios	

Outras Disponibilidades Financeiras	-	Anteriores Outras Obrigações Financeiras Outras Obrigações Financeiras	- -
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	-
TOTAL	-	TOTAL	-
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO (VII)			-
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			-
DEFICIT	-	*SUPERAVIT*	13.447

FONTE: SIAFI/2008 - Balanço – Demonstração das Disponibilidades (Balansint, opção 5).

As informações a seguir detalham a posição dos Restos a Pagar quanto à aplicação dos recursos, onde se observa que a fonte principal é "Recursos Ordinários do Tesouro" e corroboram a existência de fundos em montante suficiente para a inscrição de Restos a Pagar não Processados. Mostra, também, que não houve cancelamento de empenhos ou não inscrição por insuficiência financeira.

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2008 A DEZEMBRO DE 2008

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" – Anexo VI

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA Tribunal de Contas da União	-	4.425	7.822	186.060	

TOTAL	-	**4.425**	**7.822**	**186.060**	
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					**207.329**

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS ORDINARIOS (00)		3.499	7.822	180.120	
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS (51)		4	-	2.065	
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR (56)		91	-	3.846	
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV. (69)		829	-	-	
DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS (95)		-	-	27	
TOTAL	-	**4.425**	**7.822**	**186.060**	

Fonte: Balanço Demonstração das Disponibilidades (SIAFI, >Balansint); SIAFI>Consulloc (Restos a pagar por Fontes de Recursos); SIAFI>Balancete (contas 112160400 e 193290200); SIAFI Gerencial.

Finalmente, os dados seguintes demonstram que o TCU cumpriu os limites estabelecidos na LRF:

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2008 A DEZEMBRO DE 2008

LRF, art. 48 – Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	792	0,1848%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.843	0,4300%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.751	0,4085%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado no Demonstrativo de Restos a Pagar	193.883	207.329

FONTE: Demonstrativos Despesa com Pessoal, Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar.

2 VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 1/2001 – CN, examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os artigos 70 a 72 e 166, §1º, inciso II, da Constituição Federal.

O Relatório de Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e Órgãos da Administração Pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras.

No caso em apreciação, o Relatório do TCU, a análise por nós procedida considera plenamente atendidas as exigências da LRF.

Assim, VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2008, e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em 10 DE MAIO DE 2011

Senador ACIR GURGACZ
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Quarta Reunião Extraordinária , realizada em de 6 de julho de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador JAYME CAMPOS, relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Acir Gurgacz) pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008"; **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 119 da Lei nº 11.768, de 15 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2009"; e **Aviso nº 5/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Cyro Miranda, Segundo Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Magno Malta e Walter Pinheiro e os Deputados Rodrigo de Castro, Primeiro Vice-Presidente, Roberto Britto Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alex Canziani, Alexandre Leite, Andre Vargas, André Zacharow, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Claudio Cajado, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Giroto, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, José Airton, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zulke, Rubens Bueno, Rui Costa, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Valtenir Pereira, Vaz de Lima, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 6 de julho de 2011.

Senador VITAL DO RÊGO
Presidente

Senador JAYME CAMPOS
Relator *ad hoc*

PARECER
Nº 16, DE 2011-CN

PARECER Nº 16, DE 2011- CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referentes aos Avisos: **AVN nº 33/2010 - CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010", **AVN nº 32/2010 – CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010", **AVN nº 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Autor: **Tribunal de Contas da União**

Relator: **Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO**

RELATOR "ad hoc": senadora **Lídice da Mata**

1 INTRODUÇÃO

Fui designado pelo nobre Presidente desta Comissão, para examinar e emitir parecer sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União – TCU referentes aos três quadrimestres do exercício de 2010.

A matéria é disciplinada pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - *artigos 54 e 55*), pelas leis de diretrizes orçamentárias e pela Lei de Crimes Fiscais (inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000).

2. RELATÓRIO

O Relatório do 1º quadrimestre, encaminhado pelo **AVN nº 33/2010** – CN (Aviso nº 1098-GP/TCU, na origem), foi aprovado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União por meio da Portaria nº 146, de 26 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 28/5/2010.

O Relatório do 2º quadrimestre, encaminhado pelo **AVN nº 32/2010** – CN (Aviso nº 1052 – GP/ TCU, na origem), foi aprovado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União por meio da Portaria TCU nº 221, de 28 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 187, de 29/9/2010.

O Relatório do 3º quadrimestre, encaminhado pelo **AVN nº 2/2011 – CN** (Aviso nº 57 - GP/TCU, na origem) foi aprovado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União por meio da Portaria TCU nº 34 de 27/1/2011, publicada no Diário Oficial da União nº 20, de 28/1/2011.

2.1- Exame do Demonstrativo das Despesas de Pessoal

De acordo com os dados apresentados a seguir, a despesa líquida com pessoal, no **1º Quadrimestre**, alcançou R$ 864,2 milhões, que corresponde a 0,19% da Receita Corrente Líquida - RCL, percentual inferior ao limite máximo (0,43%) e ao limite prudencial (0,40%)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2009 A ABRIL/2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (1) Maio/2009 a Abr/2010		
	Liquidadas	*RP não Processados* (2)	*TOTAL*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.139.756	55.075	1.194.831
Pessoal Ativo	693.025	49.283	742.308
Pessoal Inativo e Pensionistas	446.731	5.792	452.523
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	275.546	0	275.546
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	75.563	0	75.563
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	199.983	0	199.983
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0	0	0
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP III=(I - II)	864.210	55.075	919.285
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		468.699.862	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]		0,1961%	
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4308%		2.015.409	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%		1.914.639	

Fonte: Siafi Gerencial, Siafi 2009 e 2010, Portaria nº 287, de 19 de Maio de 2010 (RCL)

Notas: 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 69;

3 - Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2009.

No **2º Quadrimestre** a despesa líquida com pessoal atingiu R$ 919,1 milhões que corresponde a 0,20% da RCL, abaixo, portanto, dos limites máximo (0,43%) e prudencial (0,40%); conforme dados a seguir.

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (1) Setembro/2009 a Agosto/2010		
	Liquidadas	*RP não Processados* (3)	*TOTAL*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.185.156**	**55.075**	**1.240.231**
Pessoal Ativo	722.537	49.283	771.820
Pessoal Inativo e Pensionistas	462.619	5.792	468.411
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de ceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**265.973**	**0**	**265.973**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	75.120	0	75.120
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	190.853	0	190.853
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0	0	0
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE PURAÇÃO DO LIMITE-TDP III=(I - II)	**919.183**	**55.075**	**974.258**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		**479.816.372**	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE PURAÇÃO DO MITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]		**0,2030%**	
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%		**2.063.210**	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%		**1.960.050**	

Fonte: Siafi Gerencial, Siafi 2009 e 2010, Portaria STN nº 530, de 16 de Setembro de 2010 (RCL)
Notas:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do ercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas ecutadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas uidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondem às fontes de recursos 56 e 69;
3 - Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2009.

Quanto ao **3º Quadrimestre,** os dados mostram que o valor da despesa líquida com pessoal foi de R$ 898,7 milhões, que corresponde a 0,18 % da RCL. O percentual situa-se abaixo do limite máximo (0,43%) e do limite prudencial (0,40%). A despesa total com pessoal foi de R$ 928,93 milhões.

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	*Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados (b)*
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.121.068**	**30.251**
Pessoal Ativo	723.897	25.229
Pessoal Inativo e Pensionistas	397.171	5.022
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**222.382**	**0**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	7.543	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	214.839	0
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**898.686**	**30.251**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)	**928.937**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	**499.866.613**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	**0,1858%**
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4300%	**2.149.426**
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4085%	**2.041.955**

Fonte: Siafi Gerencial, Siafi 2010, Portaria STN nº 45, de 19 de Janeiro de 2011 (RCL)

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2.2 - Exame do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Restos a Pagar e Limites.

A LRF estabelece que tais demonstrativos devem constar do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre.

As informações a seguir mostram que o TCU, ao encerrar o exercício de 2010, possuía disponibilidade de caixa bruta no montante de R$ 216,5 milhões.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF – Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
Refin. da Div Publ Mobil Federal (43)	56	0	56
Titulos de Resp.do Tesouro Nacional (44)	33	0	33
Contr.Social S/O Lucro das P.Jurídicas (51)	36	29	7
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**125**	**29**	**96**
Recursos Ordinários (00)	216.380	95.031	121.349
Recursos não-financeiros dir. arrecadados (50)	0	0	0
Fonte a classificar (77)	0	0	0
Recursos Diversos (90)	0	0	0
Doações de Entidades Internacionais (95)	14	0	14
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**216.394**	**95.031**	**121.363**
TOTAL (III) = (I + II)	**216.519**	**95.060**	**121.459**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**0**	**0**	**0**

FONTE: Siafi 2010 e SIAFI Gerencial 2010
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

As informações a seguir detalham a posição dos Restos a Pagar quanto à aplicação dos recursos, onde se observa que a fonte principal é "Recursos Ordinários do Tesouro" e corroboram a existência de fundos em montante suficiente para a inscrição de Restos a Pagar não Processados. Mostra, também, que não houve cancelamento de empenhos ou não inscrição por insuficiência financeira.

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - AnexoVI — R$ Milhares

Destinação de Recursos	Restos a Pagar				Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar Não Processados do Exercício	Empenhos não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Refin. da Div Publ Mobil Federal (43)	0	0	0	0	56	0
Titulos de Resp.do Tesouro Nacional (44)	0	0	0	0	33	0
Contr.Social S/O Lucro das P. Jurídicas (51)	0	0	29	0	7	0
Total dos Recursos Vinculados (I)	**0**	**0**	**29**	**0**	**96**	**0**
Recursos Ordinários (00)	0	0	95.031	77.944	121.349	0
Rec.não-fin. diret.arrecadados (50)	0	0	0	0	0	0
Fonte a classificar (77)	0	0	0	0	0	0
Recursos Diversos (90)	0	0	0	0	0	0
Doações de Ent. Internacionais (95)	0	0	0	0	14	0
Total dos Recursos Não Vinculados (II)	**0**	**0**	**95.031**	**77.944**	**121.363**	**0**
TOTAL (III) = (I+II)	**0**	**0**	**95.060**	**77.944**	**121.459**	**0**

Fonte: Siafi Gerencial e Siafi 2010

Finalmente, os dados seguintes demonstram que o TCU cumpriu os limites estabelecidos na LRF:

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

LRF, art. 48 – Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	928.938
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.149.426
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.041.955

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado no Demonstrativo de Restos a Pagar	77.944

Fonte: Demonstrativos Despesa com Pessoal, Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar.

2 VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 1/2001 – CN, examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os artigos 70 a 72 e 166, §1º, inciso II, da Constituição Federal.

O Relatório de Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e Órgãos da Administração Pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras.

No caso em apreciação, o Relatório do TCU, a análise por nós procedida considera plenamente atendidas as exigências da LRF.

Assim, VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2010, e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em

Relator
Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

C O N C L U S Ã O

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Quarta Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Senadora LÍDICE DA MATA Relatora *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador João Vicente Claudino), pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010" e **Aviso nº 2/2011-CN**, que" Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Cyro Miranda, Segundo Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Magno Malta e Walter Pinheiro e os Deputados Rodrigo de Castro, Primeiro Vice-Presidente, Roberto Britto Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alex Canziani, Alexandre Leite, Andre Vargas, André Zacharow, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Claudio Cajado, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Giroto, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, José Airton, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zulke, Rubens Bueno, Rui Costa, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Valtenir Pereira, Vaz de Lima, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 6 de julho de 2011.

Senador VITAL DO RÊGO
Presidente

Senadora LÍDICE DA MATA
Relatora *ad hoc*

PARECER
Nº 17, DE 2011-CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 06, de 2011 - CN, que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010".

Relator: Senador **JAYME CAMPOS**

1 RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (CF/1988), o TCU remeteu ao Congresso Nacional, em 01 de março de 2011, o Relatório de Atividades daquela Corte, referente ao exercício de 2010, o qual foi registrado como AVN nº 06, de 2011.

Estão sendo analisados em conjunto com o aviso em epígrafe os AVN 23 de 2010 (referente ao Relatório de Atividades do TCU do 2º trimestre de 2010), AVN 36 de 2010 (referente ao Relatório de Atividades do TCU do 3º trimestre de 2010) e AVN 5 de 2011 (referente ao Relatório de Atividades do TCU do 4º trimestre de 2010).

Mediante indicação do Exmº Senhor Presidente da Comissão, de 10 de abril de 2011, fomos designados para relatar as matérias.

1.2 ANÁLISE

1.2.1 Aspectos Legais

A CF/1988, art. 71, § 4º, determina que o TCU encaminhe ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Por seu lado, a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – LOTCU), que regulamenta a mencionada disposição constitucional, dispõe que:

> "Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu regimento comum.

> § 1º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades."

Na ausência de diretrizes emanadas do Congresso Nacional acerca da forma e do conteúdo desses relatórios, o Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, vem disciplinando a matéria nos seguintes termos:

> "Art. 293. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
>
> § 1º Os relatórios trimestrais e anuais serão encaminhados pelo Tribunal ao Congresso Nacional nos prazos de até sessenta dias e de até noventa dias, respectivamente, após o vencimento dos períodos correspondentes.
>
> § 2º Os relatórios conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal."

Nesse aspecto, observamos que os prazos regimentais para encaminhamento dos relatórios ora analisados I foram observados. Além disso, o Relatório de Atividades de 2010 apresentado sintetiza os principais resultados da atuação do TCU, não só em relação ao exercício do controle externo (julgamento de contas, apreciação de processos de fiscalização e procedimentos de fiscalização realizados), mas também, no que se refere ao relacionamento com o Congresso Nacional, às atividades administrativas, às parcerias e diálogo público e às atividades do Ministério Público junto ao Tribunal.

1.2.2 Atividades de Controle Externo

No que concerne ao exercício do controle externo, atividade fim do Tribunal, os seguintes pontos sintetizam os resultados obtidos no exercício de 2010, sem prejuízo de outras atividades desenvolvidas pelo Tribunal:

a) autuação de 6.038 processos referentes à matéria de Controle Externo. Além desses, deram entrada no TCU 116.686 atos de pessoal;

b) julgamento, de forma conclusiva, pelo Tribunal, de 8.019 processos de controle externo, exceto pessoal. Também foram apreciados 1.664 processos em grau de recurso;

c) apreciação de 107.761 atos referentes a admissões de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, dos quais 2.035 tiveram registro negado, em razão de ilegalidades na admissão ou concessão;

d) julgamento 3.269 processos de contas, sendo que 1.391 foram consideradas irregulares;

e) remessa de cópia de 416 processos, ao Ministério Público da União – MPU para fins de ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em razão de dano ao erário, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

f) condenação de 2.163 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito, no valor superior a R$ 1,47 bilhão;

g) prestação de 553 informações pelo Tribunal, bem como envio de 20 cópias de processo, em atendimento a demandas externas solicitadas pelo Poder Judiciário, pelo Poder Executivo ou pelo Ministério Público (ressalte-se, também a convocação de 27 servidores para depor em diferentes processos na Justiça Federal, Estadual e Ministério Público);

h) autuação de 2.559 cobranças executivas, envolvendo R$ 1,4 bilhão;

i) expedição de 100 medidas cautelares junto a órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos da ordem de R$ 2,46 bilhões;

j) conclusão de 1.099 fiscalizações, das quais 211 foram solicitadas pelo Congresso Nacional;

k) 103 medidas saneadoras em licitações suspensas, envolvendo suspensão de contratos, pagamentos de parcelas, devolução de parcelas pagas indevidamente;

l) Inabilitação de 103 responsáveis para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

m) Declaração de inidoneidade de 109 empresas para licitar com a União

n) Apreciação de 1.664 processos em grau de recurso

o) apreciação de 108 denúncias e 846 representações encaminhadas ao TCU;

p) atendimento de 2194 informações de denúncias encaminhadas pela Ouvidoria do TCU

q) expedição de 8 (oito) instruções normativas, 2 (duas) decisões normativas e de 8 (oito) resoluções . Dentre as quais destacamos: a Instrução Normativa nº 62, de 26 de maio de 2010: estabelece normas acerca do controle exercido pelo TCU sobre os recursos públicos federais destinados à organização e à realização da Copa do Mundo de 2014.

r) Foram realizadas 178 sessões, sendo 94 de Plenário do Tribunal e as demais das duas Câmaras do TCU.

1.2.3 Economia Potencial

O Tribunal destaca, para o exercício de 2010, a obtenção de uma economia potencial da ordem de R$ 26,69 bilhões, que podem ser individualizadas em R$ 1,47 bilhão em condenações e R$ 2,47 bilhões em medidas cautelares e o restante do montante em medidas saneadoras determinadas ou propostas.

1.2.4 Relacionamento com o Congresso Nacional

Durante o exercício de 2010, foram autuados 96 (noventa e seis) processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 160 (cento e sessenta) processos dessa natureza. No período foram realizadas 211 procedimentos de fiscalização decorrentes de solicitações do Congresso Nacional.

Destaca-se a participação do TCU em 22 (vinte e duas) audiências públicas ou reuniões técnicas no âmbito da Câmara dos Deputados, 6(seis) audiências ou reuniões no âmbito do Senado Federal e 4 (quatro) audiências no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização do Senado Federal. Destaca-se o lançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa do Tribunal de Contas da União, com 35 senadores e 202 deputados, e o apoio dado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investiga a dívida pública do País e suas implicações.

1.2.5 Decisões em Destaque:

Destacamos como de especial interesse os seguintes Acórdãos:

a) Auditoria do Tribunal encontrou problemas nos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde. Entre as principais constatações, destacam-se má organização, deficiência na estruturação dos sistemas municipais de saúde, maus sistemas de planejamento e infraestrutura e falta de trabalho voltado para a promoção de saúde. Além disso, em diversos municípios não havia o Plano Municipal de Saúde, nem a Programação Anual da Saúde. Em outros, havia várias falhas na elaboração dos planos. O Ministério deverá também, juntamente com as secretarias estaduais de Saúde, desenvolver mecanismos para garantir a contrapartida dos municípios no custeio de Farmácia Básica. (Acórdão nº 1.188/Plenário, de 26.5.2010, TC nº 009.017/2009-2, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 4ª Secex).

b) O TCU identificou falhas na estrutura física e gerencial dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil, que dificultam as ações do Programa de Respostas aos Desastres e Reconstrução em regiões do País. Constatou-se ausência de articulação entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), os órgãos estaduais e os municipais, responsáveis pelo processo de transferência de recursos para prevenção e soluções às catástrofes. A auditoria apontou que não há interação entre o Ministério das Cidades, que possui ação destinada a financiar o mapeamento municipal de áreas de risco, e o Ministério da Integração Nacional, respon-

sável por transferir recursos para projetos de prevenção a desastres. O TCU determinou que a Sedec adote critérios objetivos na distribuição de recursos para obras preventivas, de forma a diminuir os prejuízos humanos e materiais resultantes de eventos naturais. (Acórdão nº 729/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 008.556/2009-3, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidades Técnicas: Segecex e 4ª Secex).

c) O Tribunal recomendou ao Ministério da Saúde que adote ações para aprimorar o tempo de resposta do sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A. O TCU apontou fragilidade no sistema, que enfrentou dificuldades para oferecer avaliações clínicas dos pacientes com sintomas da doença no prazo de 48 horas, prazo que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerado ideal para maximizar a eficácia dos medicamentos para combate da gripe A. Em relação à aquisição, estocagem e disponibilização de medicamentos aos pacientes, o levantamento do Tribunal demonstrou que, de maneira geral, as ações empreendidas no Brasil são compatíveis com as expectativas da população, pois têm o objetivo de incrementar a disponibilização de medicamentos. (Acórdão nº 634/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 010.800/2009-1, Relator: Ministro José Jorge).

d) O Tribunal fixou prazo para que o Poder Executivo constitua grupo de trabalho com o objetivo de implementar o sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais. Segundo a decisão do TCU, a Lei 10.887/2004 reduziu a aplicabilidade do artigo constitucional que estabelece o salário de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como teto para pagamentos de remunerações na Administração. Também falta inclusão dos cadastros isolados dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública. A recomendação do Tribunal é no intuito de permitir a aplicação plena do teto remuneratório nos casos de acumulação legal de cargos públicos. (Acórdão nº 564/Plenário, de 24.3.2010, TC nº 030.632/2007-5, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Sefip)

e) O TCU iniciou a fiscalização das ações para a Copa do Mundo de 2014. A estimativa é de que os gastos deverão superar R$ 25 bilhões, considerando apenas os recursos da União e os empréstimos dos bancos oficiais. Isso inclui financiamento da construção ou reforma dos estádios, obras de transporte urbano, como metrô e corredores de ônibus, ampliação de aeroportos e de portos, desenvolvimento da infraestrutura urbana voltada para o turismo, investimentos em segurança e em saúde, além da aquisição de equipamentos e da promoção de eventos. (Acórdão nº 678/ Plenário, de 7.4.2010, TC nº 007.046/2010-3 e TC nº 023.646/2009-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: Adplan e Seprog).

f) O Tribunal recomendou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) utilize o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC) para acompanhar obras feitas com recursos da União. Em 2007, o TCU identificou 400 obras não concluídas no Brasil e determinou a criação de um Cadastro Geral de Obras. Na ocasião, o SisPAC estava sendo desenvolvido para acompanhar as obras do PAC. (Acórdão nº 617/Plenário, de 31.3.2010, TC nº 016.162/2009-3, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secob).

1.2.6 Representações Encaminhadas pelo Ministério Púbico do TCU

Dentre as representações emitidas pelo Ministério Público de Contas destacamos algumas que têm caráter amplo e abrangência Nacional e que merecem um acompanhamento mais próximo por parte do Congresso Nacional:

a) Representação acerca de possíveis irregularidades em convênio entre o núcleo de atenção social à cidadania – Nasce e a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ/MJ) (TC nº 010.015/2010-8).

b) Representação acerca da possibilidade da existência de fraude em licitações da Petrobras, constatadas por peritos da Polícia Federal, com as empreiteiras Camargo Correia e GDK (TC nº 013.313/2010-0).

c) Representação sobre indícios de irregularidades em licitações realizadas no Ministério da Saúde para compra de materiais hospitalares destinados a dar suporte às secretarias de saúde estaduais no combate ao surto de gripe H1N1 (TC nº 021.007/2010-1).

d) Representação sobre indícios de irregularidades ocorridas no âmbito do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) (TC nº 024.944/2010-6).

e) Representação acerca de possíveis irregularidades na contratação da consultoria Internacional Gafney Cline & Associates pela ANP, sem licitação, para prestação de serviços técnicos especializados de avaliação de hidrocarbonetos nas bacias sedimentares brasileiras localizadas na região do Pré-Sal (TC nº 026.704/2010-2).

f) Representação acerca de possíveis irregularidades cometidas pela Anac (TC nº 027.623/2010-6).

g) Representação acerca de possível má aplicação de recursos na área da saúde nos municípios de Belém, Tucuruí e estado do Pará (TC nº 029.099/2010-2).

h) Representação sobre indícios de falhas no atendimento e na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. (TC nº 029.582/2010-5).

i) Representação acerca de possíveis irregularidades na aplicação de recursos no âmbito de diversas entidades (TC nº 032.679/2010-6).

j) Representação acerca de indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Cultura (TC nº 033.869/2010-3).

1.2.7 Relações com o Setor Público e com a Sociedade

Destaca-se a manutenção de 34 acordos de cooperação técnica com órgãos federais e estaduais, dando-se destaque à estruturação da Rede de Controle da Gestão Pública em sete estados da Federação.

No âmbito internacional o TCU é membro da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e Organização de Instituições de Fiscalização Superiores do MERCOSUL, sendo presidente do Subcomite de Auditoria de Desempenho da INTOSAI.

No âmbito das relações com a Sociedade destaca-se o atendimento de 6.266 manifestações por meio da Ouvidoria do TCU e o lançamento do o portal da Rede de Controle da Gestão Pública na internet, o lançamento do Portal de Fiscalização e Controle da Copa de 2014 e a inauguração da Agência de Notícias do Tribunal de Contas da União

1.2.8 Gastos do Tribunal – Situação em 31/12/2010

O Relatório informa que os gastos realizados pelo Tribunal, no exercício de 2010, alcançaram o montante liquidado de R$ 1.324.591.751,32 , que representa 99,28% do total da dotação orçamentária da Instituição para o corrente exercício (R$ 1.334.097.924,00). Destaca-se que desse montante R$ 1.151.319.517,00 foram alocados em despesas de pessoal.

Na gestão de pessoal, destaca-se a existência de 2710 cargos, dos quais 2648 ocupados, sendo 1761 de auditores, cargos de nível superior, existindo um total de 50 cargos de Auditores Federais de Controle não preenchidos.

As prioridades do TCU para 2010 foram divididas em cinco grandes áreas e se promoveu o alinhamento do Planejamento para essas áreas:

a) Transparências da gestão pública e das ações de controle do Tribunal;

b) Estabelecimento e estreitamento de parcerias estratégicas para possibilitar maior efetividade do sistema de controle;

c) Melhoria na tempestividade e na produtividade das ações de controle do Tribunal;

d) Aprimoramento da Política de Gestão de Pessoas com foco no alcance de resultados;

e) Melhoria do suporte logístico e administrativo oferecido aos colaboradores do Tribunal.

2 VOTO

O presente relatório traz importantes assuntos dentre as decisões analisadas e os resultados apresentados.

Ante todo o exposto, propomos que o Congresso Nacional:

a) tome ciência do feito;

b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;

c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5.;

d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5.;

e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;

f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A ,conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5; e

g) encaminhe o processado ao arquivo.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Senador **JAYME CAMPOS**
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Quarta Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Senador JAYME CAMPOS, no sentido de que o Congresso Nacional: a) tome ciência do feito; b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas; c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5; d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5; e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5; f) solicite ao Ministério da Saúde

informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5; e que os processados do **Aviso nº 06/2011-CN** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010"; **Aviso nº 23/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 36/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2010" e **Aviso nº 05/2011-CN** que " Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2010", sejam encaminhados ao **ARQUIVAMENTO**.

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Cyro Miranda, Segundo Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Magno Malta e Walter Pinheiro e os Deputados Rodrigo de Castro, Primeiro Vice-Presidente, Roberto Britto Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alex Canziani, Alexandre Leite, Andre Vargas, André Zacharow, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Claudio Cajado, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Giroto, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, José Airton, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zulke, Rubens Bueno, Rui Costa, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Valtenir Pereira, Vaz de Lima, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 6 de julho de 2011.

Senador VITAL DO RÊGO
Presidente

Senador JAYME CAMPOS
Relator

PARECER
Nº 18, DE 2011-CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)**, sobre o aviso nº 9, de 2011 (nº 374-Seses-TCU-Plenário, na origem), que encaminha cópia do acórdão nº 773/2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus – AM (TC 009.008/2009-3).

Relator: Senador Vital do Rêgo

1 RELATÓRIO

A teor do disposto no art. 94, § 3º, da lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências", esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) discute e delibera acerca de programação orçamentária, relativa a obra pública, cuja execução se encontra bloqueada em razão de indícios de irregularidades graves. Motiva a manifestação da CMO o encaminhamento, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do aviso nº 9, de 2011, grafado, na origem, como aviso nº 374-Seses-TCU-Plenário, por meio do qual se traz ao conhecimento do Congresso Nacional a deliberação do Tribunal exarada no acórdão nº 773/2011 – TCU – Plenário, relativa à obra de modernização da malha viária do distrito industrial de Manaus, ao abrigo do programa de trabalho *22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus*. A referida obra encontra-se relacionada no anexo VI da Lei Orçamentária de 2011 (LOA 2011), tendo em vista haverem sido detectados indícios de irregularidades graves em seu projeto básico (revitalização do sistema viário do Distrito Industrial – Área Pioneira), no contrato 003/2009-SRMM (execução de serviços e obras de engenharia para revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus/AM), no edital 018/2009-CGL/AM (contratação, pelo menor preço global, de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para executar a revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus) e no convênio 599274 (revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus – convênio nº 57/2077). Toda a documentação encaminhada pelo Tribunal encontra-se anexa, por cópia, a este parecer.

De acordo com a deliberação do TCU, não remanescem indícios de irregularidades na programação de trabalho *22.661.0392.2537.0101 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus*. Segundo o item 9.3.1.1 do acórdão nº 773/2011, "os indícios de irregularidades graves inicialmente enquadrados no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO/2009), apontados no Edital de Concorrência nº 18, de 21 de janeiro de 2009, no Projeto Básico do Convênio nº 57, de 17 de dezembro de 2007, identificados nas obras de Revitalização do Distrito Industrial de Manaus (Programa de Trabalho 22.661.0392.2537.0101 – manutenção do distrito industrial de Manaus), foram saneados, uma vez que a concorrência em questão e o contrato dela decorrente foram anulados e que o novo projeto básico foi aprovado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)". O item 9.3.1.2, do mesmo acórdão, acrescenta que "não foram detectados, na presente fiscalização, novos indícios de irregularidades no Convênio nº 57, de 2007, que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.017, de 2009 (LDO/2010), e no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011)". Sobre o convênio nº 57, a proposta de deliberação do relator da matéria no TCU, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, ainda esclarece que, "...nos termos do Acórdão 1.190/2010-TCU-Plenário, este Tribunal considerou saneada a IG-P referente à celebração do convênio nº 57, de 17 de dezembro de 2007, pactuado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) com o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), em função da inclusão do Governo do Estado do Amazonas como interveniente executor, por intermédio da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM)". Todos os grifos são nossos.

2 VOTO

À vista das deliberações exaradas nos acórdãos do TCU, nomeadamente os de números 773/2011 e 1.190/2010, consideramos saneadas as irregularidades graves relativas ao projeto básico (revitalização do sistema viário do Distrito Industrial – Área Pioneira), ao contrato 003/2009-SRMM (execução de serviços e obras de engenharia para revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus/AM), ao edital 018/2009-CGL/AM (contratação, pelo menor preço global, de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para executar a revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus) e ao convênio 599274 (revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus – convênio nº

57/2077), tudo relativo às obras de modernização da malha viária do distrito industrial de Manaus. Por conseqüência, somos pela exclusão, da relação de subtítulos constantes do anexo VI da Lei Orçamentária de 2011 (LOA 2011), . das programações de trabalho 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, na forma do anexo projeto de decreto legislativo. Cumpre esclarecer que, no tocante ao subtítulo 22.661.0392.5086.0101, a exclusão se dá pelo fato de não remanescerem irregularidades que possam justificar a continuidade de sua paralisação.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Senador Vital do Rêgo
Relator

Projeto de Decreto Legislativo nº , de 2011

Exclui do Anexo VI da lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VI da lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em de de 2011.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Quarta Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador VITAL DO RÊGO, relator do **Aviso n.º 9/2011-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, foi favorável à **EXCLUSÃO** do Anexo VI da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, (Lei Orçamentária de 2011), das programações de trabalho 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. Ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 19 a 25/05/2011 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Cyro Miranda, Segundo Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Magno Malta e Walter Pinheiro e os Deputados Rodrigo de Castro, Primeiro Vice-Presidente, Roberto Britto Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alex Canziani, Alexandre Leite, Andre Vargas, André Zacharow, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Claudio Cajado, Danilo Forte, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Giroto, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, José Airton, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zulke, Rubens Bueno, Rui Costa, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Valtenir Pereira, Vaz de Lima, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 6 de julho de 2011.

Deputado RODRIGO DE CASTRO
Primeiro Vice-Presidente

Senador VITAL DO RÊGO
Relator

Projeto de Decreto Legislativo nº 1 , de 2011 -CN

Exclui do Anexo VI da lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VI da lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, a Lei Orçamentária de 2011, os subtítulos 22.661.0392.5086.0101 – Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101 – Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 – Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado RODRIGO DE CASTRO
Primeiro Vice-Presidente

Senador VITAL DO RÊGO
Relator

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 11, de 2011

MENSAGEM

N.º 00054/2011 – CN
(Nº 00223/2011, na origem)

Ementa: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Índice de Emendas

PL 011/2011 - EMENDA

		Total por Parlamentar
ANÍBAL GOMES		
	00013	1
CLAUDIO CAJADO		
	00002	1
DELCÍDIO DO AMARAL		
	00016	1
EUDES XAVIER		
	00014	1
FRANCISCO ARAÚJO		
	00011 e 00012	2
GIROTO		
	00019 a 00022	4
GORETE PEREIRA		
	00007 a 00009	3
JOÃO DADO		
	00017 e 00018	2
JOSIAS GOMES		
	00015	1
MARÇAL FILHO		
	00023 e 00024	2
MILDA GONDIM		
	00001	1
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE		
	00006	1
RAIMUNDO GOMES DE MATOS		
	00010	1
RUBENS BUENO		
	00003 a 00005	3
WILSON SANTIAGO		
	00025 a 00027	3
	Total de Emendas:	***27***

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

!UETA

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 11/2011 - CN

PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Suplementação:
Órgão: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade Orçamentária: 24101 – Administração Direta
Funcional: 19.571.0461.10GU.0020
Ação: Construção do Edifício do Instituto Nacional do Semiárido – na Região Nordeste
GND 4; Modalidade de aplicação 90; Fonte 100
Valor: R$ 3.000.000,00; Meta Física adicional: 60 (unidade implantada/% de execução física)

Cancelamento:
Órgão: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade Orçamentária: 24101 – Administração Direta
Funcional: 19.122.0750.2000.0001
Ação: *Administração da Unidade – Nacional*
GND 3; Modalidade de aplicação 90; Fonte 100
Valor: R$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O semiárido é uma área sob regime pluvial irregular, com precipitação anual entre 400 e 800mm, e solos rasos, predominando vegetação xerófila. Longas estiagens cíclicas, associadas à dependência do setor primário, têm configurado estado de desenvolvimento socioeconômico de restrição, a despeito das potencialidades do Bioma. Por outro lado, a necessidade de sobrevivência tem levado a *população ao manejo inadequado* do potencial natural, esgotando os recursos dos quais depende. Nesse contexto, é necessário consolidar um instituto de pesquisas consequentes para o povo das terras secas e a busca de soluções interinstitucionais tanto no campo da pesquisa, quanto na formação e na difusão tecnológica para formatação de modelo de desenvolvimento específico e sustentável. Com esse norte, o *INSA foi criado por meio da Lei nº* 10.860/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.886/2006, que aprovou a estrutura regimental do INSA.
O INSA possui terreno próprio, mas a construção da sua sede está prevista em seis módulos, conforme a disponibilidade de recursos. Em virtude da ainda incipiência do seu funcionamento, e do mérito supradestacado, entendemos oportuno e conveniente o aporte que for promovido para dotar o instituto de estrutura adequada ao desenvolvimento científico e tecnológico que a região demanda. Ademais, a presente emenda terá o condão de converter em investimento em favor da população recursos propostos para mero custeio operacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Nilda Gondim	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA
06/07/2011	Nilda Gondim

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00002
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PLN 11/2011 - CN	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO ANEXO I

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Programa: APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA
Funcional Programática: 12.847.1448.09CW.0029
GND: 4
Mod. de Aplicação: 40
Valor: 8.000.000,00 (oito milhões de reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Programa: DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL
Funcional Programática: 12.361.1061.4046.0001
GND: 3
Mod. de Aplicação: 90
Valor: 8.000.000,00 (oito milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender aos municípios de Belmonte, Candiba, Cândido Sales, Contendas do Sincorá, Dias D' Ávila, Ipupiara, Iuiu, Lajedo do Tabocal, Maquinique, Piatã e Pindaí, no Estado da Bahia, objetivando apoiar a reestruturação da rede física de ensino nas diversas esferas de governo, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares da educação básica pública visando obter condições adequadas de funcionamento das unidades escolares contribuindo desta forma para a permanência do aluno na escola e a melhoria da qualidade do ensino.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3166	CLAUDIO CAJADO	BA	DEM

DATA

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00003
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
11 / 2011 (CN)

PÁGINA
01 de 01

TEXTO

Inclusão: UO 26298

- 12.347.1374.0511.0041 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial – no Estado do Paraná
Valor: R$ 2.000.000,00
M.A.: 30
GND: 4

Cancelamento: UO 26298

- 12.361.1061.4046.0001 – Distribuição de Materiais Didáticos para o Ensino Fundamental - Nacional
Valor: R$ 2.000.000,00
M.A.: 90
GND: 3

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o Estado do Paraná de recursos voltados para o desenvolvimento da educação especial, haja vista que os recursos alocados no OGU/2011 para esse fim foram insuficientes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR
Deputado RUBENS BUENO

UF
PR

PARTIDO
PPS

DATA
06/07/2011

ASSINATURA

EMENDA - 00004
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
13 / 2011 (CN)

01 de 01

TEXTO

Inclusão: UO 26298

- 12.847.1448.0509.0941 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – no Estado do Paraná
Valor: R$ 2.000.000,00
M.A.: 40
GND: 4

Cancelamento: UO 26298

- 12.361.1061.4046.0001 – Distribuição de Materiais Didáticos para o Ensino Fundamental - Nacional
Valor: R$ 2.000.000,00
M.A.: 90
GND: 3

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o Estado do Paraná de recursos voltados para o desenvolvimento da educação básica, haja vista que os recursos alocados no OGU/2011 para esse fim foram insuficientes.

CÓDIGO

DATA
06/07/2011

NOME DO PARLAMENTAR
Deputado RUBENS BUENO

ASSINATURA

UF
PR

PARTIDO
PPS

EMENDA - 00005
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

/ETA

INSTRUÇÕES NO VERSO | PROJETO DE LEI NÚMERO 11 / 2011 (CN) | PÁGINA 01 de 01

TEXTO

Inclusão: UO 26298

- 12.847.1448.OEG53.0041 – Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica – Caminho da Escola – no Estado do Paraná
Valor: R$ 2.000.000,00
M.A.: 40
GND: 4

Cancelamento: UO 26298

- 12.361.1061.4046.0001 – Distribuição de Materiais Didáticos para o Ensino Fundamental - Nacional
Valor: R$ 2.000.000,00
M.A.: 90
GND: 3

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o Estado do Paraná de recursos voltados para o transporte escolar, haja vista que os recursos alocados no OGU/2011 para esse fim foram insuficientes.

CÓDIGO | NOME DO PARLAMENTAR | UF | PARTIDO

Deputado RUBENS BUENO | PR | PPS

DATA 06/07/2011 | ASSINATURA

EMENDA - 00006
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO: PL nº 11/2011-CN	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se, no âmbito do órgão 26000 Ministério da Educação – UO 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Anexo II o Programa de Trabalho – PT 12.363.1062.8652.0001 – Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional, no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões); em compensação, exclua-se o seguinte PT constante do Anexo I, nos termos da programação abaixo relacionada:

Anexo I
SUPLEMENTAÇÃO (a ser reduzida)
Órgão: 26000 Ministério da Educação
UO: 26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
Funcional: 12.364.1073.4009.0043 – Funcionamento de Cursos de Graduação – No Estado do Rio Grande do Sul
Valor: **R$ 4.000.000**
GND: **4** Mod. Aplic.: **90** FTE: **112**

JUSTIFICAÇÃO

Da análise da Execução do Programa Funcionamento de Cursos de Graduação no Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que até a data de 17 de junho de 2011, nem 30% da dotação constante da Lei Orçamentária de 2011 foi efetivamente pago.

A Exposição de Motivos enviada pelo Ministério do Planejamento à Presidência da República acerca das alterações orçamentárias constantes do PLN 11/2011, no que diz respeito ao Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, não faz menção as reais necessidades de se suplementar o Programa Funcionamento de Cursos de Graduação no Estado do Rio Grande do Sul, cancelando consequentemente a Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica – Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Professora Dorinha Seabra Rezende	TO	DEM

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00007
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 11/2011 - CN

PÁGINA: DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.126.1008.6492.0023
AÇÃO: FOMENTO A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DO CEARÁ.
GND 3; MOD 40; FONTE: 100
VALOR: R$ 1.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.19.122.0750.2000.0001
AÇÃO: DAMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
GND 3; MOD 90; FONTE: 100
VALOR: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A REFERIDA EMENDA TEM POR FINALIDADE DOTAR MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, COM O OBJETIVO DE ATINGIR POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL, EM LOCALIDADES ONDE HAJA NECESSIDADE DE DENSENVOLVER CONHECIMENTOS A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE COMPUTADORES, LEVANDO A ESTA POPULAÇÃO ACESSO A OPORTUNIDADES DE EMPREGO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA: 07/07/11

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00008
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 11 /2011 - CN

PÁGINA: DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.847.1448.09CW.0023
AÇÃO: APOIO A REESTRUTURAÇÃO DA REDE FISICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA – EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ
GND 4; MOD 40; FONTE: 100
VALOR: R$ 2.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.1061.4046.0001
AÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL
GND 4; MOD 90; FONTE: 113
VALOR: R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda apolará a estruturação da rede pública de educação infantil visando obter condições adequadas de funcionamento das unidades escolares contribuindo desta forma para a permanência do aluno na escola e a melhoria do ensino em nosso País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA: 08/07/11

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00009
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 11 /2011 - CN

PÁGINA: DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.847.1448.0509.0023
AÇÃO: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – NO ESTADO DO CEARÁ
GND 4; MOD 40; FONTE: 100
VALOR: R$ 4.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIDADE: 26291 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.1061.4046.0001
AÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL
GND 4; MOD 90; FONTE: 113
VALOR: R$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda apoiará a estruturação da rede pública de educaçãol visando obter condições adequadas de funcionamento das unidades escolares contribuindo desta forma para a permanência do aluno na escola e a melhoria do ensino em nosso País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA	ASSINATURA
08/07/11	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	PL nº 11/2011-CN	1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 42902 Ministério da Cultura – Fundo Nacional de Cultura, o seguinte subtítulo:

Subtítulo:
UO: 42902
Funcional: 13.691.0169.006*.XXXX
Subtítulo: Investimentos Retomáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos – Fundo Setorial de Audiovisual - No Estado do Ceará
Valor: R$ 200.000 (duzentos mil reais)
GND: 5
Mod. Aplic.: 40

CANCELAMENTO:
UO: 42902
Funcional: 13.691.0169.006A.0001
Valor: R$ 200.000 (duzentos mil reais)
GND: 5
Mod. Aplic.: 90
FTE: 329

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para viabilizar a promoção de investimentos no setor audiovisual em municípios do estado do Ceará, no âmbito do Programa Cinema Mais Perto de Você.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3433	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB

DATA	ASSINATURA
07/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00011
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 11/2011	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 26000 – Ministério da Educação
UO: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funcional Programática: 12.847.1448.09CW.0001 – Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - Nacional

GND: 4
MOD: 40
FTE: 113
VALOR: R$ 4.000.000,00

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: **26000 – Ministério da Educação**
UO: **26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**
Funcional Programática: 12.361.1061.4046.0001 – distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental - Nacional
GND: 3
MOD: 90
FTE: 113
VALOR: R$ 2.000.000,00

Orgão: **24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia**
UO: **24101 - Ministério da Ciência e Tecnologia**
Funcional Programática: 19.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional
GND: 3
MOD: 90
FTE: 100
VALOR: R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A educação pública no Estado de Roraima encontra-se em total desamparo. Portanto, é imperativo promover a reestruturação da rede física pública da Educação Básica, para oferecer aos alunos não apenas um espaço de ensino adequado e lúdico, mas também a motivação para o aprendizado.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. FRANCISCO ARAÚJO	RR	PSL

DATA	ASSINATURA
07/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00012
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	11/2011	1 DE 1

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 26000 – Ministério da Educação
UO: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funcional Programática: 12.365.1448.12KU.0001 – Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional

GND: 4
MOD: 40
FTE: 112
VALOR: R$ 3.000.000,00

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: **26000 – Ministério da Educação**
UO: **26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**
Funcional Programática: 12.361.1061.4046.0001 – distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental - Nacional
GND: 3
MOD: 90
FTE: 113
VALOR: R$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A educação infantil no Estado de Roraima é bastante precária. Em vista disso, é necessária a implantação de escolas para a educação infantil de crianças carentes com a finalidade de reduzir, de forma significativa, graves problemas enfrentados em comunidades tais como a criminalidade e o uso de drogas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. FRANCISCO ARAÚJO	RR	PSL

DATA	ASSINATURA
07/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00013
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 011/2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR:
26298: FNDE
12.847.1448.09CW.0738 – Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica – Construção e Adequação de Unidade de Ensino – Iguatú / CE.
Gnd: 4
Mod: 40
Fte: 113
Valor: 2.000.000,00 (Dois milhões)

CANCELAMENTO:
26298: FNDE
12.361.1061.4046.0001 – Distribuição de Materiais de Livros Didáticos para o ensino fundamental.
GND: 3
Mod: 90
FTE: 113
Valor: 2.000.000,00 (Dois milhões)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa ajustar a programação da obra de construção e adequação de Unidade de Ensino, no município de Iguatú/CE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado ANIBAL GOMES	CE	PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00014
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	11/2011	1 DE 1

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 42000 – Ministério da Cultura
UO: 42902 – Fundo Nacional de Cultura
Funcional Programática: 13.392.1141.8886.0001 - Apoio e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura - Nacional

GND: 4
MOD: 40
FTE: 100
VALOR: R$ 2.000.000,00

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: **24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia**
UO: **24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia**
Funcional Programática: 19.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade
GND: 3
MOD: 90
FTE: 100
VALOR: R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa a modernização de espaços culturais em municípios do Estado o Ceará – CE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. EUDES XAVIER	CE	PT

DATA	ASSINATURA
08/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00015
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 11 / 2011 - CN

PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO
ÓRGÃO-26.000-Ministério da Educação
UNIDADE-26.298-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funcional Programática:12.847.1448.09CW.0002-
AÇÃO -Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Básica – no Estado da Bahia
GND: 4 – FONTE: 100 – MOD.40 –**VALOR R$500.000,00**

CANCELAMENTO
ÓRGÃO 26.000- Ministério da Educação
UNIDADE: 26.298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funcional Programática: 12.361.1061.4046.0001
AÇÃO-Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental- Nacional
GND:3 – FONTE:113 – MOD.90 -**VALOR R$500.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Esse recurso será de fundamental importância para os municípios da Bahia, existem muitas cidades em crescente desenvolvimento, requerendo principalmente receber obras estruturais com reflexos na educação e formação.

A economia de muitos municípios, gera maior necessidade de mão de obra feminina, obrigando que as mães venham a trabalhar fora, e estas, pelas dificuldades socioeconômicas, pela grande quantidade de filhos, muitas vezes os deixam sem os cuidados necessários, sozinhos e a alimentação e cuidados fundamentais.

Esta ação, a construção de creches, é uma das mais importantes, pois trazem desdobramentos substanciais para toda a sociedade, criando pessoas com princípios de cidadania e propiciando uma vida saudável e digna.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
54202	JOSIAS GOMES	BA	PT

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00016
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	PLN nº 11/2011	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 26000 – Ministério da Educação
UO: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funcional Programática: 12.847.1448.09CW.005 – Apoio a Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica – No Estado de Mato Grosso do Sul
GND: 4
Modalidade: 40
Valor: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**
Orgão: 26000 – Ministério da Educação
UO: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funcional Programática: 12.361.1061.4146.0001 – Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental – Nacional
GND: 3
Modalidade: 90
FTE: 113
Valor R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A educação é prioridade no Brasil inteiro, mas no Estado de Mato Grosso do Sul, por ser um estado relativamente novo, há carência de infraestrutura educacional, necessitando, por tanto, que os recursos acima relacionados sejam aprovados e disponibilizados aos seus municípios.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2042	Senador DELCÍDIO DO AMARAL	MS	PT

DATA	ASSINATURA
11/07/2011	Delcídio do Amaral

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00017
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	11/2011	

TEXTO

ACRÉSCIMO:

No Crédito Suplementar nº 11/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:
24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
19. 126. 1008. 8492. 0342 - Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - Fundação Rogê - Delfim Moreira - MG
GND: 03
Modalidade de Aplicação: 50
Fonte: 100
Valor: R$ 300.000,00

CANCELAMENTO:

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
19. 122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional
GND: 03
Modalidade de Aplicação: 90
Fonte: 100
Valor: R$ 300.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar o Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - Fundação Rogê - Delfim Moreira - MG
Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país.
Portanto, esta emenda visa restaurar a nossa emenda destinada à Fundação Rogê – Delfim Moreira – MG, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rossef, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	João Dado	SP	PDT

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00018
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	11/2011	

TEXTO

ACRÉSCIMO:

No Crédito Suplementar nº 11/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:
24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
19. 572. 0471. 8976. 0178 - Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara)- São Paulo – SP.
GND: 03
Modalidade de Aplicação: 50
Fonte: 100
Valor: R$ 100.000,00

CANCELAMENTO:

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
19. 122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional
GND: 03
Modalidade de Aplicação: 90
Fonte: 100
Valor: R$ 100.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar o Fomento à Elaboração e Implantação de Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara)- São Paulo – SP.
Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país.
Portanto, esta emenda visa restaurar a nossa emenda destinada à Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara)- São Paulo – SP, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rossef, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	João Dado	SP	PDT

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00019
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL Nº 11/2011-CN	01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 26000 – Ministério da Educação
Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Subtítulo: Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica – Caminho da Escola – No Estado do Mato Grosso do Sul
Funcional Programática: 12.847.1448.0E53.0054
Valor: R$ 6.000.000,00

Cancelamento:
Órgão: 26000 – Ministério da Educação
Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Subtítulo: Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental - Nacional
Funcional Programática: 12.361.1061.4046.0001
Valor: R$ 6.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa à destinação de recursos para a ampliação do apoio ao transporte escolar nos Municípios sul matogrossenses, proporcionando a diminuição da evasão escolar. Tais municípios têm dificuldades intransponíveis para o deslocamento de alunos, uma vez que muitas localidades e distritos ficam distantes da sede dos Municípios.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
434	Dep. Giroto	MS	PR

DATA	ASSINATURA
11/07/2011	

Órgão: 42000 – Ministério da Cultura
Unidade: 42203 – Fundação Cultural Palmares
Subtítulo: Gestão e Administração do Programa - Nacional
Funcional Programática: 13.122.2272.0001
GND/MA: 3/ 90
Valor: R$ 500.000,00

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00020
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PL Nº 11/2011-CN	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 42000 – Ministério da Cultura
Unidade: 42101 – Ministério da Cultura
Subtítulo: Instalação de Espaços Culturais – No Estado de Mato Grosso do Sul
Funcional Programática: 13.392.1142.1611.0054
Valor: R$ 10.000.000,00

Cancelamento:
Órgão: 42000 – Ministério da Cultura
Unidade: 42902 – Fundo Nacional de Cultura
Subtítulo: Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual - Nacional
Funcional Programática: 13.691.0169.006A.0001
Valor: R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa à destinação de recursos para a implantação de Espaços Culturais com objetivo de proporcionar ao público sul matogrossense e aos artistas, ambientes adequados, ampliando a oferta desses espaços, o barateamento dos custos de produção, bem como o acesso da comunidade à produção, fruição, difusão e intercâmbio dos bens e dos serviços culturais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
434	Dep. Giroto	MS	PR

DATA	ASSINATURA
11/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00021
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL Nº 11/2011-CN	01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 42000 – Ministério da Cultura
Unidade: 42203 – Fundação Cultural Palmares
Subtítulo: Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira – No Estado de Mato Grosso do Sul
Funcional Programática: 13.392.0172.8053.0054
Valor: R$ 500.000,00

Cancelamento:
Órgão: 42000 – Ministério da Cultura
Unidade: 42203 – Fundação Cultural Palmares
Subtítulo: Gestão e Administração do Programa - Nacional
Funcional Programática: 13.122.0172.2272.0001
Valor: R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa a destinação de recursos para a realização de atividades de capacitação (cursos, seminários, workshops, conferências, oficinas) envolvendo cidadãos e agentes multiplicadores da questão da igualdade racial, especialmente afro-descendentes e organizações anti-racismo, com foco no trabalho, gestão pública e cidadania.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
434	Dep. Giroto	MS	PR

DATA	ASSINATURA
11/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00022
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL Nº 11/2011-CN	01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade: 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Subtítulo: Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia - Nacional
Funcional Programática: 19.573.0471.8961.0001
Valor: R$ 5.000.000,00

Cancelamento:
Órgão: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade: 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Subtítulo: Administração da Unidade - Nacional
Funcional Programática: 19.122.0750.2000.0001
Valor: R$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa a destinação de recursos para estruturação do Centro de Pesquisa e Reabilitação da Ictiofauna Pantaneira, divulgação científica e popularização do conhecimento em biodiversidade do Mato Grosso do Sul. Por estruturação entende-se capacitação técnica de laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e inovação, contagem de centro interativo para divulgação científica e popularização do conhecimento em biodiversidade e criação de biblioteca digito - virtual com ênfase em biodiversidade do Estado do Mato Grosso do Sul.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
434	Dep. Giroto	MS	PR

DATA	ASSINATURA
11/07/2011	Giroto

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00023
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL Nº 011/2011-CN	01 de 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade: 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Subtítulo: Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal
Funcional Programática: 19.571.1122.10ZU.0050
GND/MA: 3 / 90
Valor: R$ 1.000.000,00

Cancelamento:
Órgão: 24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Unidade: 24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia
Subtítulo: Administração da Unidade - Nacional
Funcional Programática: 19.122.0750.2000.0001
GND/MA: 3 / 90
Valor: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa a instalação do Centro nacional de Pesquisa do Pantanal (CNPP), em Mato Grosso do Sul. Dessa forma o Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal auxiliará na produção de estudos visando à conservação e uso sustentável do Pantanal. As pesquisas que se concentrarão em temas como mudanças climáticas, impactos provocados pela agricultura e pecuária poderão combater o empobrecimento da população sul-matogrossense que vem ocorrendo através da perda de competitividade econômica da pesca e da pecuária tradicionais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado MARÇAL FILHO	MS	PMDB

DATA	ASSINATURA
/ /	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00024
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PL Nº 011/2011-CN	PÁGINA: 01 de 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 26000 – Ministério da Educação
Unidade: 26101 – Ministério da Educação
Subtítulo: Implantação da Escola Técnica do Mato Grosso do Sul - MS
Funcional Programática: 12.363.1062.1I71.XXXX
GND/MA: 4 / 90
Valor: R$ 2.000.000,00

Cancelamento:
Órgão: 26000 – Ministério da Justiça
Unidade: 26273 – Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS
Subtítulo: Funcionamento de Cursos de Graduação – No Estado do Rio Grande do Sul.
Funcional Programática: 12.364.1073.4009.0043
GND/MA: 4 / 90
Valor: R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Ensino Técnico é uma opção para aqueles que não têm condições de ingressar em uma universidade, além de apresentar algumas vantagens como custo menor, tempo de formação reduzido e rapidez no ingresso ao mercado de trabalho. A presente Emenda visa a implantação da Escola Técnica Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, a educação profissional e tecnológica trará o desenvolvimento local e regional, primando pela qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão com vistas a induzir o desenvolvimento social e a qualidade de vida da população sul-matogrossense.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado MARÇAL FILHO	MS	PMDB

DATA	ASSINATURA
/ /	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00025
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 11 - 2011 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

ACRESÇA-SE:
ÓRGÃO: 26000 – Ministério da Educação
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
12.847.1448.09CW.0720 – Apoio à Restauração da Rede Física da Educação Básica – Cacimba de Dentro – no Estado da Paraíba
GND 4 MOD 40 VALOR 200.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 26000 – Ministério da Educação
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Distribuição de Materiais e Livros Didáticos Para o Ensino Fundamental
Func. 12.361.1061.4046.0001 GND 3 MOD 90 Fonte 113 Valor 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Possibilitar melhorias na qualidade do ensino público, com a realização de obras de restauração no município de Cacimba de Dentro – no Estado da Paraíba

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00026
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 11 - 2011 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

ACRESÇA-SE:
ÓRGÃO: 26000 – Ministério da Educação
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
12.306.1061.8744.0025 – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – no Estado da Paraíba
GND 4 MOD 40 VALOR 2.000.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 26000 – Ministério da Educação
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Distribuição de Materiais e Livros Didáticos Para o Ensino Fundamental
Func. 12.361.1061.4046.0001 GND 3 MOD 90 Fonte 113 Valor 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Possibilitar melhorias nas condições do ensino aprendizagem na rede pública de ensino, em especial para os alunos mais carentes nos municípios do estado da Paraíba.

CÓDIGO	AUTOR DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00027
PL 011/2011-CN
Mensagem 0054/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 11 - 2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

ACRESÇA-SE:
ÓRGÃO: 26000 – Ministério da Educação
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
12.847.1448.0E53.0025 – Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica – Caminho da Escola – no Estado da Paraíba
GND 4 MOD 40 VALOR 2.000.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 26000 – Ministério da Educação
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Distribuição de Materiais e Livros Didáticos Para o Ensino Fundamental
Func. 12.361.1061.4046.0001 GND 3 MOD 90 Fonte 113 Valor 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Ampliar o programa caminho da escola com a oferta de transporte escolar para os alunos mias carentes nos municípios do estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 12, de 2011

MENSAGEM

N.º 00055/2011 – CN

(Nº 00224/2011, na origem)

Ementa: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Índice de Emendas
PL 012/2011 - EMENDA

		Total por Parlamentar
CLAUDIO CAJADO	00002	1
DELCÍDIO DO AMARAL	00005	1
GORETE PEREIRA	00003	1
JOÃO DADO	00006	1
NILDA GONDIM	00001	1
SANDRO MABEL	00004	1
SUELI VIDIGAL	00007	1
WILSON FILHO	00018 a 00023	6
WILSON SANTIAGO	00008 a 00017	10
	Total de Emendas:	*23*

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001 ETA
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Suplementação:
Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Unidade Orçamentária: 22101 – Administração Direta
Funcional: 20.605.6003.7H17.0025
Ação: Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – no Estado da Paraíba
GND 4; Modalidade de aplicação 99; Fonte 100
Valor: R$ 300.000,00; Meta Física adicional: 20 (projeto apoiado/unidade)

Cancelamento:
Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Unidade Orçamentária: 22101 – Administração Direta
Funcional: 20.606.6003.2135.0001
Ação: Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER – Nacional
GND 3; Modalidade de aplicação 90; Fonte 100
Valor: R$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil apresenta vocação primária, impulsionada pelos preços internacionais das commodities, que têm sustentado a formação de reservas internacionais e esteado taxas consistentes de desenvolvimento econômico. Nessa vereda, é fundamental estabelecer políticas públicas de fomento à produção agropecuária e de acesso a mercados de fatores e de produtos. A ação sob suplementação visa a superar pontos de estrangulamento da cadeia, tais como a construção e a modernização de entrepostos comerciais, feira livres e centrais de abastecimento, centros de treinamento, parques exposição e unidades de produção comunitária e cooperativa e a aquisição de máquinas e equipamentos de uso comum.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Nilda Gondim	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA
06/07/2011	Nilda Gondim

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00002
PL 012/2011-CN
Mensagem 0065/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PLN 12/2011 - CN	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Programa: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SETOR AGROPECUÁRIO – NO ESTADO DA BAHIA
Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0029
GND: 4
Mod. de Aplicação: 40
Valor: 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Programa: PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS BENEFICIÁRIOS DO PRODECER – NACIONAL
Funcional Programática: 20.606.6003.2135.0001
GND: 3
Mod. de Aplicação: 90
Valor: 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender aos municipios de Piatã e Pindaí, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária e a organizar o abastecimento de produtos agrícolas, tais como: construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários, construção de casa do produtor rural, de entreposto de comercialização, de feira livre para produtos agropecuários, de barracão para pequenos produtores rurais, construção de centro de treinamento ou de centros comunitários; construção ou reforma de parque de exposição agropecuário, de central de comercialização de produtos agrícolas, formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias, aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria, aquisição de patrulha mecanizada, compreendendo tratores, giricos, colheitadeiras, patrol, grades e outros implementos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3166	CLAUDIO CAJADO	BA	DEM

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00003
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 12 /2011 - CN	PÁGINA DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.0023
AÇÃO: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – EM – MUNICÍPIOS - DO ESTADO DO CEARÁ.
GND: 4; MOD: 40; FONTE: 100
VALOR: R$ 500.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.606.6003.2135.0001
AÇÃO: PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS BENEFICIÁRIOS DO PRODECER - NACIONAL
GND: 3; MOD: 90; FONTE: 176
VALOR: R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA POSSIBILITA DESTINAR RECURSOS AOS MUNICÍPIOS CEARENSES PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS TAIS COMO CONSTRUÇÃO DE MERCADO PARA PRODUTOS AGRÍCOLAS, CONSTRUÇÃO DE CASA DO PRODUTOR RURAL, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS, AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COMPREEDENDO TRATORES, GIRICOS, PATROL, GRADES E OUTROS IMPLEMENTOS. BUSCAMOS SOBRETUDO FORTALECER A AGRICULTURA DO NOSSO ESTADO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA	ASSINATURA
07/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004 TA
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO do Projeto de Lei nº 12/2011 - CN
UO 36901
20.605.6003.7H17.0052 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário No Estado de Goiás
GND: 04
FTE 176
MA: 40
Valor: 1.100.000,00 (Um milhão e Cem Mil Reais)

CANCELAMENTO UO **22101**
20 606 6003 2135 0001- Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER - Nacional
GND: 03
FTE : 176
Valor: 1.100.000,00 (Um milhão e Cem Mil Reais)

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa equipar com patrulha agrícola os municípios no estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SANDRO MABEL	GO	PR
DATA 06/07/11			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

E

EMENDA - 00005
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: PLN nº 12/2011

PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0054 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – No Estado de Mato Grosso do Sul
GND: 4
Modalidade: 40
Valor: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**
Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Funcional Programática: 20.606.6003.2135.0001 – Prestação de Assistência Técnica as Beneficiários do PRODECER
GND: 3
Modalidade: 90
FTE: 176
Valor R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

Mato Grosso do Sul caracteriza-se por ser um Estado de matriz produtiva focada no Agronegócio e áreas afins, sendo que mais de 80 % do Municípios do Estado possuem população média entre 10 e 15 mil habitantes, necessitando portanto, de incremento em sua infraestrutura e maquinário agrícola para seu maior desenvolvimento econômico.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2042	Senador DELCÍDIO DO AMARAL	MS	PT

DATA: 11/07/2011

ASSINATURA: Delcídio do Amaral

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00006
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO | PROJETO DE LEI: 12/2011 | PÁGINA:

TEXTO

ACRÉSCIMO:

No Crédito Suplementar nº 12/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:
22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
20. 605. 6003. 7H17. 0035 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado de São Paulo
GND: 04
Modalidade de Aplicação: 40
Fonte: 100
Valor: R$ 500.000,00

CANCELAMENTO:

22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
20. 605. 6003. 8611.0001 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtos Agropecuário - Nacional
GND: 04
Modalidade de Aplicação: 30
Fonte: 100
Valor: R$ 500.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa Apoiar Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - No Estado de São Paulo.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	João Dado	SP	PDT

DATA | ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00007 A

PL 012/2011-CN

Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12 / 2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 22101

MINISTÉRIO AGRICULTURA PEC. E ABASTECIMENTO.
ACRÉSCIMO: 20.605.6003.7H17.0032 – APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
MOD.40
GND.4
RP.2
IU.0
ESF.F
FONTE.100
VALOR. R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)
CANCELAMENTO: UNIDADE : 22101
20.606.6003.2135.0001 – PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS BENEFICIÁRIOS DO PRODECER – NACIONAL.
MOD.90
GND.3
RP.2
IU.0
FONTE.100
VALOR: R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

A EMENDA VISA APOIAR A PEQUENA PROPRIEDADE AGROPECUÁRIA, POR MEIO DE ESTÍMULO E PROMOÇÃO DA AGREGAÇÃO DE VALOR DE SEUS PRODUTOS, MELHORANDO A RENDA E A QUALIDADE DE VIDA DOS PRODUTORES, CRIANDO INCENTIVO E FOMENTO À PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2493	SUELI VIDIGAL	ES	PDT

DATA 11.07.2011

ASSINATURA SUELI VIDIGAL

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00008
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : *Projeto de Lei nº 12/2011 - CN*

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário — Recuperação de Estradas Vicinais – Perímetro de Irrigado de São Gonçalo – Sousa - PB
Func 20.605.6003.7H17.1442 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, inclusive, com a realização de projetos que facilitem a mobilidade humana, possibilitando assim, a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente que dependem do da realização de projetos de recuperação de estradas vicinais na região onde localiza-se o perímetro de irrigação de São Gonçalo em Sousa, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00009
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

PÁGINA: 01 DE 01

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Pombal - PB
Func 20.605.6003.8611.0110 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Pombal, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

PÁGINA: 01 DE 01

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Rio Tinto - PB
Func 20.605.6003.8611.0132 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Rio Tinto, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00011
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mecanização Agrícola – Santa Helena - PB
Func 20.605.6003.109D.0932 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda, com a realização de projetos de implantação de mecanização agrícola, gerando emprego e renda, no município de Santa Helena, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00012
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Aquisição de Patrulha Mecanizada - Alagoinha - PB
Func 20.605.6003.7H17.1450 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Ampliar com a suplementação o atendimento de máquinas mecanizada, objetivando melhorar a qualidade de vida da população, gerando emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Alagoinha, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00013
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Aroeiras - PB
Func 20.605.6003.7H17.0136 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Aroeiras, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

ES

EMENDA - 00014
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

PÁGINA
01 DE 01

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Barra de Santa Rosa - PB
Func 20.605.6003.7H17.0452 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Barra de Santa Rosa, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00015
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mecanização Agrícola – Barra de Santana - PB
Func 20.605.6003.109D.0952 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Barra de Santana, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00016
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

PÁGINA
01 DE 01

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Energização Rural - Ampliação da Eletrificação Rural da Praia de Coqueirinho em - Marcação - PB
Func 20.752.6003.5914.0074 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Marcação, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00017
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 12/2011 - CN	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário-Pedras de Fogo - PB
Func 20.605.6003.7H17.1446 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Pedras de Fogo, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00018
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Mercado - Esperança - PB
Func 20.605.6003.7H17.0454 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Esperança, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Pe. Luiz Sá	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00019
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Aquisição de Patrulha Mecanizada - Pocinhos - PB
Func 20.605.6003.7H17.1454 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001. GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Pocinhos, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEP. RUBENS FILHO	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00020
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

PÁGINA: 01 DE 01

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – No Estado da Paraíba - PB
Func 20.605.6003.8611.0025 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dr. Wilson Filho	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00021
PL 012/2011-CN
Mensagem 0065/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Santo André - PB
Func 20.605.6003.7H17.0908 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de Santo André, no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	D.P. Wilson Filho	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00022
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

PÁGINA: 01 DE 01

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento Agropecuário – No Estado da Paraíba - PB
Func 20.605.6003.7H17.0025 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEP. WILSON FILHO	PB	PMDB

DATA

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00023
PL 012/2011-CN
Mensagem 0055/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 12/2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – São Sebastião de Lagoa de Roça - PB
Func 20.605.6003.7H17.0914 GND 4 MOD 40 Valor 300.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Proteção de Assistência Técnica aso Beneficiários do PRODECER - Nacional
Func. 20.606.6003.2135.0001 GND 3 MOD 90 Valor 300.000,00 Fonte 100

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade de vida da população, ampliando a geração de emprego e renda, em especial para a população mais carente do município de São Sebastião de Lagoa de Roça, no estado da Paraíba.

CÓDIGO | NOME DO PARLAMENTAR: DEP. WILSON FILHO | UF: PB | PARTIDO: PMDB

DATA | ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 13, de 2011

MENSAGEM

N.º 00056/2011 – CN

(Nº 00225/2011, na origem)

Ementa: "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 44.891.709,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Índice de Emendas
PL 013/2011 - EMENDA

		Total por Parlamentar
CARLOS BRANDÃO		
	00017	1
CLAUDIO CAJADO		
	00003	1
EUDES XAVIER		
	00012 a 00014	3
FRANCISCO ARAÚJO		
	00009	1
GORETE PEREIRA		
	00004	1
JOÃO DADO		
	00016	1
JOSIAS GOMES		
	00015	1
NILDA GONDIM		
	00001 e 00002	2
RAIMUNDO GOMES DE MATOS		
	00005 a 00008	4
SANDRO MABEL		
	00010 e 00011	2
WILSON FILHO		
	00018	1
	Total de Emendas:	***18***

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PLN 13, de 2011	PÁGINA: DE

TEXTO

Suplementar
ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Funcional Programática: 08.244. 1385.2A69.0025
Ação – Serviços Específicos de Proteção Social Especial - No Estado da Paraíba
GND 3; MOD 41; Fonte 151
Valor R$2.000.000,00

Cancelar
ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
Funcional Programática: 08.122.0750.2000.0001
Ação – Administração da Unidade - Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 151;
Valor R$2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para ações de cuidados especializados, acompanhamento e orientação de forma continuada a idosos, crianças e adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, dentre outras situações de risco ou violação de direitos e de contingência, visando a proteção, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a potencialização de recursos para o enfrentamento de condições adversas e o alcance da autonomia, nos Municípios do estado da Paraíba.

São ações de desenvolvimento de serviços de Média e Alta Complexidade. Estes serviços atenderão indivíduos e famílias em situação de risco, violação de direitos ou situação de contingência, sendo cofinanciados pelo MDS os serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias e o serviço especializado para pessoas em situação de rua.

O estado da Paraíba necessita demasiadamente desta espécie de serviços que atendam aos indivíduos e famílias que se encontram necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar ou comunitário de origem, funcionando como moradia transitória.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	NILDA GONDIM	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00002
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 13, de 2011	DE

TEXTO

Suplementar
ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
Funcional Programática: 08.244. 1384.2B30.0025
Ação – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado da Paraíba
GND 4; MOD 40; Fonte 353
Valor R$ 5.000.000,00

Cancelar
ÓRGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
Funcional Programática: 08.122.0750.2000.0001
Ação – Administração da Unidade - Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 151;
Valor R$5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda destina-se a acrescentar recursos para ações de cuidados especializados, acompanhamento e orientação de forma continuada aos idosos que se encontram em qualquer situação de exclusão ou violência, nos Municípios do estado da Paraíba.

O estado da Paraíba necessita deste tipo de prestação de serviço a sociedade, pois até então inexiste qualquer medida direcionada neste sentido. São milhares de cidadãos idosos que estão convivendo sem o suporte do poder público.

Esta ação objetiva o apoio para a implantação de metodologia para consolidação da rede de serviços de atendimento à pessoa idosa, garantindo o acesso aos mecanismos e instrumentos necessários à consolidação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Envolve desde apoio pontual para o aprimoramento da atuação dos serviços já existentes com a perspectiva de respeito e promoção de todos os direitos humanos da pessoa idosa, bem como a construção dos instrumentos necessários para o funcionamento em rede e de forma sistêmica de tais serviços.

Desta feita, este Centro daria suporte a centenas de Municípios daquela região, que hoje, assistem de forma desoladora o crescimento deste mal que assola nossa sociedade.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	NILDA GONDIM	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA
	Nilda Gondim

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00003
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PLN 13/2011 - CN	PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO ANEXO I

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa: SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS - NO ESTADO DA BAHIA
Funcional Programática: 08.243.1384.2A60.0029
GND: 4
Mod. de Aplicação: 40
Valor: 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
UNIDADE: 55101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Programa: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – NACIONAL
Funcional Programática: 08.122.0750.2000.0001
GND: 3
Mod. de Aplicação: 90
Valor: 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender aos municípios de Belmonte, Candiba, Cândido Sales, Contendas do Sincorá, Dias D' Ávila, Ipupiara, Iuiu, Lajedo do Tabocal, Maquinique, Piatã e Pindaí, no Estado da Bahia, objetivando apoiar a implantação, a qualificação e a reestruturação dos serviços da Proteção Social Básica, de modo a viabilizar a melhoria da estrutura física e material, das condições de atendimento, bem como ampliar o acesso aos serviços e aprimorar sua gestão.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3166	CLAUDIO CAJADO	BA	DEM

DATA	ASSINATURA

EMENDA - 00004
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 13 /2011 - CN	DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1385.2B31.0588
AÇÃO: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL EM *FORTALEZA – CE.*
GND 3; MOD 40; FONTE: 151
VALOR: R$ 5.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1385.2A65.0001
AÇÃO: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NACIONAL.
GND 3; MOD 41; FONTE: 151
VALOR: R$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento social, com ações que visem priorizar Municípios do Estado do Ceará com assistência social a população carente.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR

DATA	ASSINATURA
07/07/11	

EMENDA - 00005
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO: PL nº 13/2011-CN	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o seguinte subtítulo:

Subtítulo:
UO: 55101
Funcional: 08.244.1385.2A69.0023
Subtítulo: Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Ceará
Valor: R$ 30.000 (trinta mil reais)
GND: 3
Mod. Aplic.: 41

CANCELAMENTO:
UO: 55101
Funcional: 08.244.1385.2A65.0001
Valor: R$ 30.000 (trinta mil reais)
GND: 3
Mod. Aplic.: 41
FTE: 151

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para viabilizar maior proteção social especial em municípios do estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3433	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB

DATA: 07/07/2011
ASSINATURA:

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00006
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO: PL nº 13/2011-CN	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o seguinte subtítulo:

Subtítulo:
UO: 55101
Funcional: 08.244.1385.2A65.0023
Subtítulo: Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - No Estado do Ceará
Valor: R$ 400.000 (quatrocentos mil reais)
GND: 3
Mod. Aplic.: 41

CANCELAMENTO:
UO: 55101
Funcional: 08.244.1385.2A65.0001
Valor: R$ 200.000 (duzentos mil reais)
GND: 3
Mod. Aplic.: 41
FTE: 151

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para viabilizar maior proteção especial em municípios do estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3433	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB

DATA: 07/07/2011
ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00007
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	PL nº 13/2011-CN	1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o seguinte subtítulo:

Subtítulo:
UO: 55101
Funcional: 08.243.0152.8524.0023
Subtítulo: Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - No Estado do Ceará
Valor: R$ 200.000 (duzentos mil reais)
GND: 3
Mod. Aplic.: 41

CANCELAMENTO:
UO: 55101
Funcional: 08.244.1385.2A65.0001
Valor: R$ 200.000 (duzentos mil reais)
GND: 3
Mod. Aplic.: 41
FTE: 151

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para viabilizar maior proteção social relacionadas a medidas socioeducativas em municípios do estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3433	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB

DATA	ASSINATURA
07/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00008
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO: PL nº 13/2011-CN	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho da Unidade 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o seguinte subtítulo:

Subtítulo:
UO: 55101
Funcional: 08.244.8007.8274.XXXX
Subtítulo: Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos - No Estado do Ceará
Valor: R$ 100.000 (cem mil reais)
GND: 4
Mod. Aplic.: 40

CANCELAMENTO:
UO: 55101
Funcional: 08.244.8007.8274.0101
Valor: R$ 100.000 (cem mil reais)
GND: 4
Mod. Aplic.: 50
FTE: 151

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ação para viabilizar o desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis em municípios do estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3433	Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS	CE	PSDB

DATA	ASSINATURA
07/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00009
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: 13/2011	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UO: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social
Funcional Programática: 08.243.0073.2383.0001 – Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias - Nacional

GND: 3
MOD: 41
FTE: 151
VALOR: R$ 2.000.000,00

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UO: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Funcional Programática: 08.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional
GND: 3
MOD: 90
FTE: 151
VALOR: R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A violência sexual a crianças e adolescentes no Estado de Roraima cresce absurdamente a cada ano. Dessa forma, faz-se necessário investir em planejamentos e ações para a sensibilização e orientação da comunidade, bem como a criação de uma equipe técnica para o atendimento das vítimas de abuso sexual e suas famílias.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. DR. FRANCISCO ARAÚJO	RR	PSL

DATA	ASSINATURA
07/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 13/2011 - CN

PÁGINA: 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO do Projeto de Lei nº 13/2011 - CN
UO 55901
08.244.1384.2B30.0001 - Estruturação de Rede de Serviço de proteção Social Básica - Nacional
GND: 04
ETE 151
MA: 41
Valor: 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

CANCELAMENTO UO 55101
08122 0750 2000 0001- Administração da Unidade – Nacional
GND: 03
FTE : 151
Valor: 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa melhorar as condições das pessoas da terceira idade nos municípios do Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SANDRO MABEL	GO	PR

DATA	ASSINATURA
06/07/11	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00011
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :	Projeto de Lei nº 13/2011 - CN	PÁGINA 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO do Projeto de Lei nº 11/2011 - CN
UO 42902
13.392I142.4796.0001 - Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Nacional
GND: 04
ETE 100
MA: 41
Valor: 400.000,00 (quatrocentos mil Reais)

CANCELAMENTO UO 55101
13 122 0172 2272 - Gestão e Administração do Programa - Nacional
GND: 03
FTE : 100
Valor:400.000,00 (quatrocentos mil Reais)

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda visa equipar as bandas e constituir novas bandas no em municipios no estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO SANDRO MABEL	GO	PR

DATA	ASSINATURA
06/07/11	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00012
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	13/2011	1 DE 1

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UO: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Funcional Programática: 08.244.1133.4963.0001 – Promoção da Inclusão Produtiva - Nacional

GND: 3
MOD: 40
FTE: 151
VALOR: R$ 1.000.000,00

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: **55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
UO: **55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
Funcional Programática: 04.122.1006.11JM.0001 – Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios - Nacional
GND: 4
MOD: 90
FTE: 151
VALOR: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa oferecer melhores condições de vida à população carente em municípios do Estado do Ceará – CE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. EUDES XAVIER	CE	PT

DATA	ASSINATURA
08/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00013
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	13/2011	1 DE 1

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UO: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Funcional Programática: 08.306.1049.2798.0001 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Nacional

GND: 3
MOD: 40
FTE: 151
VALOR: R$ 2.000.000,00

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: **55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
UO: **55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
Funcional Programática: 04.122.1006.11JM.0001 – Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios - Nacional
GND: 4
MOD: 90
FTE: 151
VALOR: R$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa contribuir para o incentivo da melhoria da qualidade de vida do pequeno agricultor, por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, nos municípios do Estado do Ceará – CE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. EUDES XAVIER	CE	PT

DATA	ASSINATURA
08/07/2011	

EMENDA - 00014
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 13/2011	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

1. **SUPLEMENTAÇÃO – ANEXO I**
Orgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UO: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Funcional Programática: 08.511.1049.11V1.0001 – Construção de Cisternas para Armazenamento de Água – Nacional

GND: 4
MOD: 40
FTE: 151
VALOR: R$ 1.000.000,00

2. **CANCELAMENTO – ANEXO I**

Orgão: **55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
UO: **55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
Funcional Programática: 04.122.1006.11JM.0001 – Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios - Nacional
GND: 4
MOD: 90
FTE: 151
VALOR: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em municípios do Estado do Ceará – CE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. EUDES XAVIER	CE	PT

DATA	ASSINATURA
08/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00015
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 13 / 2011 - CN

PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO-
ÓRGÃO-55.000-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE:55.901- Fundo Nacional de Assistência Social
Funcional Programática: 08.243.0073.2383.0029
AÇÃO - Serviços de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias no Estado da Bahia.
GND: 3 – FONTE: 151 – MOD: 41 –
VALOR R$500.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO-55.000-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE:55.901- Fundo Nacional de Assistência Social
Funcional Programática: 08.244.1385.2A65- 0001
AÇÃO - Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias-Nacional
GND: 3 – FONTE: 151 MOD: 41
VALOR R$500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta ação é de fundamental importância aos municípios baianos, principalmente por se tratar de um estado de grande incidência turística, muitas cidades com orla marítima, algumas cortadas por rodovias, tornando-se suscetível a todo tipo de exploração, inclusive a sexual.
Soma-se a isso, o baixíssimo poder aquisitivo, desemprego e variadas questões sociais, que levam crianças e adolescentes à vulnerabilidade dessas situações, necessitando portanto, de urgentes investimentos de proteção a esses indivíduos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
54202	JOSIAS GOMES	BA	PT

DATA	ASSINATURA
06/07/2011	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00016
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: 13/2011	PÁGINA

TEXTO

ACRÉSCIMO:

No Crédito Suplementar nº 13/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:
55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
55901 – Fundo Nacional de Assistência social
08. 244. 1385. 2B31. XXXX - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado de São Paulo
GND: 03
Modalidade de Aplicação: 41
Fonte: 151
Valor: R$ 1.250.000,00

CANCELAMENTO:

No Crédito Suplementar nº 13/2011, acrescenta-se o seguinte item de programação:
55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
55901 – Fundo Nacional de Assistência social
08. 244. 1385. 2A65.0001 – Serviços de proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias - Nacional
GND: 03
Modalidade de Aplicação: 41
Fonte: 151
Valor: R$ 1.250.000,00

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar a Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado de São Paulo, com objetivo de beneficiar os municípios que foram prejudicados com o veto do Executivo.
Não tem sentido o cancelamento de emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso Nacional, retirando do parlamento a possibilidade de contemplar entidades assistenciais de reconhecidos e relevantes serviços prestados ao país.
Portanto, esta emenda visa restaurar as nossa emendas destinada aos diversos municípios paulistas, cujo veto da mesma, pela presidenta Dilma Rossef, ainda se encontra pendente de ratificação, ou não, pelo Congresso Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	João Dado	SP	PDT

DATA	ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00017
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº PLN 13/2011 - CN

PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suplementar
ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE: 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
Funcional Programática: 08.244.1385.2B30.0025
Ação – Estruturação da Rede de Serviço de Proteção Social Básica – No Estado do Maranhão
GND 4; MOD 40
Valor R$ 5.000.000,00

Cancelar
ÓRGÃO: 55000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE: 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
Funcional Programática: 08.122.0750.2000.0001
Ação – Administração da União - Nacional
GND 3; MOD 90; Fonte 151;
Valor R$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva apoiar a reestruturação dos serviços de Proteção Social Básica, de modo a viabilizar a melhoria da estrutura física e material, das condições de atendimento, ampliando o acesso aos serviços e melhoria em sua gestão nos municípios de Colinas, Carolina, Matões e Santa Rita no Estado do Maranhão.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	CARLOS BRANDÃO	MA	PSDB

DATA: 11/07/2011 ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00018
PL 013/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA: Projeto de Lei nº 13 - 2011 - CN

PÁGINA: 01 DE 01

TEXTO

ACRESÇA-SE:
ÓRGÃO: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social
Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas – No Estado da Paraíba
Func 08.244.1133.4963.0025 GND 3 MOD 40 Valor 1.000.000,00
08.244.1133.4963.0025 GND 4 MOD 40 Valor 1.000.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
UNIDADE 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social
Administração de Unidade - Nacional
Func. 08.122.0750.2000.0001 GND 3 MOD 90 Valor 2.000.000,00 Fonte 151

Permitir a continuidade dos serviços específicos de proteção social especial a indivíduos e famílias carentes no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Wilson Filho	PB	PMDB

DATA: ASSINATURA

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 15, de 2011

MENSAGEM

N.º 00058/2011 – CN

(Nº 00227/2011, na origem)

Ementa: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Índice de Emendas

PL 015/2011 - EMENDA

		Total por Parlamentar
CLAUDIO CAJADO	00002	1
MARÇAL FILHO	00003 e 00004	2
NILDA GONDIM	00001	1
WILSON SANTIAGO	00005	1
	Total de Emendas:	***5***

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001
PL 015/2011-CN
Mensagem 0058/2011-CN

ETA

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 15, de 2011	DE

TEXTO

Suplementar
ÓRGÃO : 52000 – Ministério da Defesa
UNIDADE : 52111 – Comando da Aeronáutica
Funcional Programática: 05.151.0632.XXXX.XXXX
Ação – Aparelhamento e Adequação do Aeroporto Presidente João Suassuna – Localizado no Município de Campina Grande - PB
GND 4; MOD 90; Fonte 100
Valor R$2.000.000,00

Cancelar
ÓRGÃO : 52000 – Ministério da Defesa
UNIDADE : 52111 – Comando da Aeronáutica
Funcional Programática: 05.151.0632.14VX.0031
Ação – Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa – MG – No estado de Minas Gerais
GND 4; MOD 90; Fonte 100;
Valor R$2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Aeroporto Presidente João Suassuna localiza-se na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Distante 07 (sete) quilômetros do centro da cidade, seu acesso se dá através da Avenida Assis Chateaubriand. Está situado no Distrito Industrial de Campina Grande, em uma área a 500 metros de altitude.

Por causa da altitude elevada, constantemente os vôos são deslocados para outros Municípios, prejudicando fortemente o tráfego do Município.

Tamanho transtorno seria superado com a aquisição do ISL (Instrument Landing System). Trata-se de um sistema de aproximação por instrumentos, que dá uma orientação precisa ao avião que esteja pousando em determinada pista. Ele consiste em dois sistemas distintos, um deles mostra a orientação lateral do avião em relação a pista, e o outro mostra o ângulo de descida, ou orientação vertical.

O Aeroporto atende a Região Metropolitana de Campina Grande e outros municípios polarizados pelo compartimento da Borborema, totalizando uma população de mais de 1 milhão de habitantes. Opera diariamente voos regionais e nacionais. É também utilizado eventualmente por aeronaves da Força Aérea Brasileira em treinamento.

Em uma área de 2.500 m², o atual terminal de passageiros dispõe de dois pavimentos com saguão, salas de embarque e desembarque, sala vip, seis balcões de check-in, lanchonete, lojas, agência de turismo, locadora de veículos, serviço de proteção de bagagens, serviço de táxi e estacionamento para 180 veículos.

O Aeroporto Presidente João Suassuna, tem se consolidado como importante pólo no desenvolvimento econômico de Campina Grande, que recebeu o título de "*Tech City*", destaque no desenvolvimento de tecnologia no mundo. Além de ser uma das principais portas de entrada para turistas que visitam a cidade no mês de Junho para "O Maior São João do Mundo", como é conhecida a festa de São João de Campina Grande. O crescimento expressivo na movimentação de passageiros é destaque. Na comparação entre os anos de 2008 e 2010, o aeroporto dobrou o número de passageiros. Em 2009 esse aumento representou 25% em relação a 2008. Já em 2010 esses números passaram a ser mais significativos, pois atingiu cerca de 40% a mais em relação a 2009, o que representou um recorde no aeroporto.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	NILDA GONDIM	PB	PMDB

DATA	ASSINATURA
	Nilda Gondim

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00002
PL 015/2011-CN
Mensagem 0056/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 15/2011 - CN	01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I

ÓRGÃO: 30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE: 30911 – FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Programa: APOIO A IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS DE UNIDADES FUNCIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA - NO ESTADO DA BAHIA
Funcional Programática: 06.181.1127.8992.XXXX
GND: 4
Mod. de Aplicação: 40
Valor: 3.000.000,00 (três milhões de reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE: 30909 – FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL
Programa: CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ – NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - AP
Funcional Programática: 06.122.1353.7L82.0056
GND: 4
Mod. de Aplicação: 90
Valor: 3.000.000,00 (três milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa atender o município de DIAS D' ÁVILA, no Estado da Bahia, objetivando desenvolver e apoiar a projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de saúde, unidades de perícia, bem como secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Com o maior objetivo de construir módulos policiais nas entradas e saídas na Cidade o sistema de catracas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3166	CLAUDIO CAJADO	BA	DEM

DATA	ASSINATURA

EMENDA - 00003
PL 015/2011-CN
Mensagem 0058/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL Nº 015/2011-CN	01 de 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 12000 – Justiça Federal
Unidade: 12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau
Subtítulo: Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Ponta Porã - MS.
Funcional Programática: 02.122.0569.1J09.0056
GND/MA: 4 / 90
Valor: R$ 1.000.000,00

Cancelamento:
Órgão: 30000 – Ministério da Justiça
Unidade: 30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL
Subtítulo: Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Macapá, no Estado do Amapá.
Funcional Programática: 06.122.1353.7L82.0056
GND/MA: 4 / 90
Valor: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda se destina a viabilizar a execução da construção de Edifício-Sede da Justiça Federal no município de Ponta Porã no Estado de Mato Grosso do Sul. A Justiça Federal de Ponta Porã tem jurisdição, também, sobre 10 municípios da região (Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Laguna Carapã e Paranhos). Dessa forma, a presente emenda irá garantir através das novas instalações, abrigar de forma mais adequada os servidores da Justiça Federal, garantindo à população de Ponta Porã agilidade no sistema judiciário, o que beneficiará mais de 140 mil pessoas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado MARÇAL FILHO	MS	PMDB

DATA	ASSINATURA
/ /	

EMENDA - 00004
PL 015/2011-CN
Mensagem 0058/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI: PL Nº 015/2011-CN	PÁGINA: 01 de 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:
Órgão: 12000 – Justiça Federal
Unidade: 12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau
Subtítulo: Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS
Funcional Programática: 02.122.0569.1J19.0056
GND/MA: 4 / 90
Valor: R$ 1.000.000,00

Cancelamento:
Órgão: 30000 – Ministério da Justiça
Unidade: 30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL
Subtítulo: Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Macapá, no Estado do Amapá.
Funcional Programática: 06.122.1353.7L82.0056
GND/MA: 4 / 90
Valor: R$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O prédio atual do TRF em Dourados, estado de Mato Grosso do Sul não comporta um novo juizado e nem outra vara, além de sofrer com a grande demanda de processos. A presente emenda visa a construção de um novo prédio tornando mais ágeis as ações do judiciário federal na região Sul do Estado. Esta obra irá garantir à população douradense agilidade no sistema judiciário.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado MARÇAL FILHO	MS	PMDB

DATA	ASSINATURA
/ /	

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005
PL 015/2011-CN
Mensagem 0058/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA : Projeto de Lei nº 15/2011 - CN

PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCUA ONDE COUBER:
ÓRGÃO: 30000 – Ministério da Justiça
UNIDADE30909 – Fundo para Apar. e Oper. das Atividades-Fim da Policia Federal - FUNAPOL
06.181.1353.8980.XXXX - Ampliação da Unidade do Departamento da Policia Federal na Paraíba – PB
GND 4 MOD 90 Fonte 174 Valor 1.000.000,00

CANCELAMENTO
ÓRGÃO: 30000 – Ministério da Justiça
UNIDADE30909 – Fundo para Apar. e Oper. das Atividades-Fim da Policia Federal - FUNAPOL
06.181.1353.8980.0001 – Construção e Ampliação da Unidades do Departamento da Policia Federal – Nacional
GND 4 MOD 90 Fonte 174 Valor 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar segurança e rapidez nos serviços no âmbito da Policia Federal no estado da Paraíba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2897	Senador Wilson Santiago	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigo 13, 40, 43, I e II do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
288-M	Eduardo Braga	13	13 e 14.07	Atividade Parlamentar
289-M	Mário Couto	13	12 a 14.07	Atividade Parlamentar
290-M	Marinor Brito	13	13.07 a 16.07	Atividade Parlamentar
291-M	Ana Amélia	13	14.07	Atividade Parlamentar
293-M	Delcídio do Amaral	13	07.07	Atividade Parlamentar
294-M	Alfredo Nascimento	43, II	07 a 18.07	Licença Particular

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
- vago*
Bloco-PSDB - Aécio Neves**

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)
RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (9)

Leitura: 17/05/2011
Instalação: 28/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
Lídice da Mata (PSB-BA) (6)	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (5)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (5)
Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (5)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (4)	1. VAGO (7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (3)	1. Gim Argello (DF) (3)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (5)
RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (5)

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3. Senador Benedito de Lira (PP) (7)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (2)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (4)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (5)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (5)

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)
Senador Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Jayme Campos (DEM) (4)

Notas:
1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 6133033511
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Pedro Taques (PDT) (1,2)

Notas:
1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (1)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:
1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. VAGO (11)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) (4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (4)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) (7)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO (8)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amelia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) (20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) (3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) (2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,17)
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (19)	4. José Agripino (DEM) (18)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (2)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (3,15)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO (16)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
VAGO (12)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC) (9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
Randolfe Rodrigues (5)	1. Lindbergh Farias (PT) (5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB.
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (3)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,3,4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (3,4)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO (2)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO (15)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (11)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (8,10)
Eduardo Amorim (PSC) (1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (5,9)	1. VAGO (6)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
Gim Argello (12)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:
1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
VAGO (6)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	4. VAGO (3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Cyro Miranda (PSDB) (1)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Mário Couto (PSDB) (5)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. VAGO (8)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (6)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (2)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
VAGO (12)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. VAGO (3,10)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (7)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) (4)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO (6)	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*******. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (2)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/06/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (8)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (5)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (6)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (2)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (4)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (14)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (5)
PT
Jorge Viana (AC) (8)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (10)
PTB
Armando Monteiro (PE) (11)
DEM
José Agripino (RN) (9)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ivo Cassol (RO) (7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (2)
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (3)
PV
Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 19/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (15)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (6)
PT
Ana Rita (ES) (8)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (11)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (9)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amélia (RS) (7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (5)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS
PMN

Sérgio Petecão (AC) (6)
PV
Paulo Davim (RN) (2)

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	**PRESIDENTE** José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	**1º SECRETÁRIO** Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	**2º SECRETÁRIO** João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	**3º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	**4º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 1/2011-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
Pedro Simon (PMDB/RS) [4]	1. Luiz Henrique (PMDB/SC) [4]
Roberto Requião (PMDB/PR) [4]	2. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [4]
Wilson Santiago (PMDB/PB) [4]	3. Waldemir Moka (PMDB/MS) [4]
Ana Amélia (PP/RS) [4]	4. Valdir Raupp (PMDB/RO) [4]
Bloco Parlamentar da Minoria **(PSDB / DEM)**	
Paulo Bauer (PSDB/SC) [1]	1.
	2. José Agripino (DEM/RN) [2]
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [3]	1. Fernando Collor (PTB/AL) [3]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

(Atualizada em 22-06-2011)

_____

Notas:

1- Designado pelo Ofício nº 136, de 21-6-2011, da Liderança do PSDB, no Senado Federal.
2- Designado pelo Ofício nº 47, de 21-6-2011, da Liderança do DEM, no Senado Federal.
3- Designados pelo Ofício nº 89, de 21-6-2011, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
4- Designados pelo Ofício nº 204, de 22-6-2011, da Liderança do PMDB, no Senado Federal.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:
1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 398 páginas
OS: 2011/13541